

Terezinha Gascho Volpato

A PIRITA HUMANA

OS MINEIROS DE CRICIÚMA

Dissertação de Mestrado, sob a orientação do Professor Dr. Eduardo José Viola, apresentada no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 1982

Aos Mineiros,

trabalhadores valentes que
extraem energia nacional do
subsolo, onde deixam enter-
rada sua energia pessoal e
às vezes sua própria vida.

AGRADECIMENTOS

A realização do estudo sobre a classe trabalhadora mineira contou com a participação de muitas pessoas que colaboraram, algumas estreitamente, nas diversas fases do desenrolar deste trabalho. A todas devo meu reconhecido agradecimento.

Ao Professor Eduardo José Viola, meu orientador, sou de maneira especial devedora. Sua orientação precisa e atenta, a par de seu grande preparo intelectual e postura amigável, garantiram-se a confiança no meu próprio trabalho.

A Evilásio Volpato sou profundamente agradecida. Sua participação efetiva e carinhosa esteve presente em todas as etapas da realização do trabalho emprestando-me apoio, colaboração, estímulo e oferecendo-me com objetividade e perspicácia sugestões valiosas.

À Maria José Reis, pelo interesse, apoio concreto em facilitar-me a realização do trabalho, bem como por sua participação especial nas entrevistas e trabalho de campo. A colaboração nesta tarefa - entrevistas com mineiros - agradeço também à Romeli Volpato e Eriberto Meurer.

Aos colegas do Departamento de Ciências Sociais pela solidariedade no exercício das tarefas docentes, possibilitando melhores condições na conclusão deste relatório.

Aos meus professores do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Sociologia: Nereu do Vale Pereira, Osni de Medeiros Regis, Paul Aspelin, Robert Henry Srour, Sílvio Coelho dos Santos e Zuleiká Mussi Lenzi por sua valiosa contribuição na

minha formação profissional.

Aos mineiros entrevistados, aos líderes sindicais, aos demais informantes da comunidade trabalhadora pelas lições de vida emocionantes, às vezes dramáticas, que ofereceram a quem buscava conhecer suas condições de trabalho e de vida.

Aos líderes políticos, religiosos e entrevistados das companhias carboníferas, dos sindicatos dos mineiros de Criciúma e Rio Maina, das repartições públicas: Prefeitura Municipal de Criciúma, Delegacia Regional do Trabalho, Departamento Nacional de Produção Mineral, Sistema Nacional de Emprego, pelo acesso aos dados.

À Denise Naccari e Christa Harbs pelo auxílio na tabulação dos dados.

À Rosecler Munhoz Clebsch, Albertina Buss, Manoel Moacir Werner e a Valdeci Justino dos Anjos, pelos serviços técnicos finais de elaboração do presente relatório.

À Funpesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo auxílio financeiro no custeio de parte das despesas de campo.

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre a classe trabalhadora mineira situada na região carbonífera do Sul-catarinense, mais precisamente na cidade de Criciúma.

A descrição e análise das condições de vida e das relações sociais envolvendo a classe trabalhadora mineira comportam tanto o estudo da região carbonífera, quanto o do processo de produção. Tal estudo compreende fundamentalmente: 1. Radiografia da região carbonífera. 2. Descrição do processo de trabalho. 3. Descrição das modalidades de reprodução da força de trabalho. 4. História da organização sindical mineira.

A caracterização da região carbonífera é importante enquanto situa e delimita o espaço geo-político e social do tema em foco - a classe trabalhadora mineira - que é abordada em três níveis de relações: a) do processo de trabalho; b) da reprodução da força de trabalho; c) da organização do trabalho. Estes três aspectos que formam a complexa realidade do mundo operário mineiro são analisados em suas dinâmicas e relações próprias, bem como nas recíprocas e imbricadas relações de influências, dependências e condicionamentos de um nível sobre os demais.

Contudo, prioriza-se como fundamental o primeiro nível, isto é, o das relações de trabalho, seja porque identifica o próprio objeto de estudo - a classe trabalhadora mineira, seja porque é o nível que condiciona os graus de acesso aos bens individuais e sociais na reprodução da força de trabalho; enfim, porque é naquela instância que os conflitos são gerados, induzindo a classe trabalhadora mineira a se organizar em sindicatos, com

vistas à defesa dos próprios interesses.

Da descrição destes três ambientes chegou-se a uma análise dos elementos componentes de cada um deles, das relações entre os mesmos, bem como das relações com a realidade social mais ampla onde se insere a classe trabalhadora mineira. A partir daí, tentou-se desenvolver uma teia explicativa das determinações que provocam, historicamente, fortes tensões sociais na área carbonífera do Sul de Santa Catarina.

ABSTRACT

This study deals with working class miners located in the coal region of southern Santa Catarina, more specifically in the city of Criciúma.

The description and analysis of living conditions and social relations among the mining class also includes a general study of the coal region and of the production process. The basic elements of this study are: 1) overview of the coal region, 2) description of the labor process, 3) description of the modes of work force reproduction, and 4) history of the miners' unionizing efforts.

Characterization of the coal region is important, as it demarcates the geo-political and social horizons of the theme in question, working class miners. The study approaches the question from three angles: a) the labor process, b) reproduction of the work force, c) labor organizing. These three aspects which make up the complex reality of the miners' world are analyzed with regard to their own dynamics, as well as in the context of overlapping relations of influence, dependency, and conditioning.

Nevertheless, primacy is given to the first level, i. e. labor relations, since this level identifies the very object of the study - the mining class -, since it is this level that conditions the degree of access to individual wealth and social benefits in the reproduction of the work force, and since it is at this level that conflicts are generated, inducing the

mining class to organize itself into unions, in order to defend its own interests.

The description of these three areas leads to an analysis of the component elements of each, of the inter relationships between them, and of their relationships with the wider social reality in which the mining class finds itself. The study then seeks to develop an explanatory scheme of the determinants which provoked historically strong social tensions in southern Santa Catarina's coal region.

Í N D I C E

APRESENTAÇÃO	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	iv
ÍNDICE	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	7
CAPÍTULO II	
A REGIÃO CARBONÍFERA	33
1. Caracterização Geográfica	33
2. A Trajetória Histórica de Criciúma	34
3. Caracterização Sôcio-Econômica do Município	36
4. A Expansão da Indústria Carbonífera	39
4.1. O Carvão em Santa Catarina	39
4.2. Política Energética Brasileira	43
4.3. Reservas e Mineração de Carvão em Santa Catarina	44
4.4. Situação atual da Produção de Carvão Mineral	50
CAPÍTULO III	
O PROCESSO DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DO CARVÃO	54
1. As Minas de Carvão	54
1.1. Minas a Céu-Aberto	54
1.2. Minas de Poço	55
2. O Trabalho nas Minas de Carvão	58
2.1. Sistemas de Mineração	58
2.2. O Trabalhador Mineiro sob a Mecanização	60
2.3. O Trabalhador nas Minas Manuais	75
2.4. O Mineiro - Uma Categoria do Passado	79
3. Salários	84
4. Segurança e Acidentes na Mineração	93

5. Relações de Trabalho	100
5.1. Divisão Técnica do Trabalho na Mineração	100
5.2. Relações entre Trabalhadores Diretos e Indiretos	104
5.3. As Punições	114
6. Qualificação Profissional, Promoção e Rotatividade	118
7. As Companhias Carboníferas e o Trabalhador	134
7.1. Instalações e Equipamentos Coletivos para o Trabalhador	135
 CAPÍTULO IV	
A REPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	143
1. A Família e o Trabalho	143
2. Idade, Estado Civil e Número de Filhos	145
3. Renda Familiar e Sobrevivência	147
4. Grau de Instrução	158
5. Lazer	161
6. Religião	163
7. Moradia	168
8. O Trabalho e a Saúde	174
9. Aposentadoria	188
10. Os Bairros Operários	192
 CAPÍTULO V	
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO MINEIRO	203
1. Criação e Desenvolvimento do Sindicalismo no Brasil	203
2. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão	215
I Fase - O Peleguismo	215
II Fase - A Militância Sindical Mineira	222
3. Divisão do Sindicato: Criciúma e Rio Maina	234
4. Período de Intervenções e Lutas dos Trabalhadores na Reconquista do Sindicato de Criciúma	238
5. Atuação do Sindicato do Rio Maina e Lutas Trabalhistas pela Conquista da Administração Sindical	248
6. Situação atual dos Sindicatos de Criciúma e Rio Maina	258
 CONCLUSÕES	 276
 ANEXOS	 285
 BIBLIOGRAFIA	 318

INTRODUÇÃO

Os estudos da realidade social conquistam, gradativamente, maior legitimidade e passam a ocupar um lugar ao lado da produção científica de caráter mais genérico e teórico. Dezenas de trabalhos científicos produzidos nos últimos anos descrevem, analisam e interpretam aspectos da vida social brasileira.

O cientista social, face à crise em que hoje se encontra a ciência e ante a complexa e tumultuada realidade, é interpelado veementemente por ela. Nesta agressiva realidade, através das relações de força e poder, a maioria da população se encontra marginalizada e subjugada a condições de carência quase total. O apelo se dirige no sentido de debruçar-se sobre o social, para observá-lo, descrevê-lo e tentar estabelecer relações entre os elementos que o compõem. Assim, a explicação do social passaria, finalmente, a servir como contribuição nas possíveis transformações estruturais que viessem a equilibrar melhor as relações de força e poder nas formações sociais.

A realidade social que envolve a classe trabalhadora mineira da região carbonífera do Sul catarinense é uma das que agredem a pretensa harmonia e ordem social, preconizadas por uma visão orgânica da sociedade, que privilegia as elites dominantes.

A região Sul se apresenta específica e singular, no cenário da produção catarinense. Enquanto o Norte é reconhecido por seu parque industrial e o Planalto pela pecuária, o Oeste segue sobranceiro no seu desenvolvimento agrícola. No Sul, foram as jazidas minerais de carvão que ofereceram seu potencial às atividades produtoras, e estas passaram a caracterizar a região desde o

início do século.

A extração de carvão fixou na região uma categoria especial de trabalhador - o mineiro - cujo trabalho singular apresenta características que diferem das ocupações dos demais operários, seja pelas atividades de subsolo, seja pelas condições de trabalho precárias e desgastantes. O mineiro marcou fortemente sua presença na história da formação da classe trabalhadora no estado e no país.

A bacia carbonífera catarinense se apresenta, pois, como uma área fecunda e motivadora para estudos de caráter social. Primeiro, porque é um campo inexplorado; segundo, porque as questões sociais que atingem o mineiro são graves e flagrantes: más condições de trabalho, como insalubridade, insegurança e alto grau de desgaste no trabalho. As consequências daí decorrentes são: baixos índices de salários, doenças profissionais, aposentadorias compulsórias e desemprego; jornada de trabalho e índices de produção estabelecidos. Todas estas são condições objetivas, existentes nas relações de trabalho, que motivam a organização da classe trabalhadora, evidenciando com clareza o conflito entre capital e trabalho.

A motivação que nos induz a estudar e a esclarecer a realidade da classe social mineira é reforçada em vista da política governamental de expansão da indústria carbonífera, que trará um incremento numérico de operários na extração do carvão. Tal fato reforça a validade do estudo sobre uma realidade social considerada, também econômica e politicamente, prioritária.

Além dos objetivos científicos de conhecer e compreender as relações sociais que envolvem a classe trabalhadora mineira catarinense, existe, igualmente forte, o desejo de contribuir

socialmente, oferecendo algum subsídio para o fortalecimento das classes trabalhadoras e o conseqüente crescimento do equilíbrio nas relações sociais.

A descrição e análise das condições de vida e das relações sociais que envolvem a classe trabalhadora mineira comporta o estudo da região carbonífera, de um lado, e do processo de produção, de outro. Tal estudo compreende fundamentalmente: 1. radiografia da região carbonífera; 2. descrição do processo de trabalho nas minas; 3. descrição das modalidades de reprodução da força de trabalho; 4. história da organização sindical mineira.

Sintetizamos a realidade estudada, sob o título A PIRITA HUMANA. OS MINEIROS DE CRICIÚMA. Se o processo de industrialização do carvão resulta em produtos apreciáveis, como o carvão metalúrgico, o carvão energético e o carvão vapor, resulta também em resíduos - a pirita - que se depositam sobre o solo, destruindo a vegetação, poluindo o ar e as águas, agredindo a natureza e a sociedade. De igual forma, o processo de trabalho produz riqueza e valor para o "crescimento" da sociedade, mas paga um alto preço, pela dilapidação implacável de grande contingente da força de trabalho, que se transforma em resto - a pirita-humana: homens precocemente envelhecidos, doentes ou mutilados, estigmatizados socialmente. É o duplo resultado da extração do carvão: bens e riqueza, de um lado; pirita e restos de homens, de outro.

Do estudo sobre o universo desses homens resulta o presente relatório, que compreende cinco capítulos. O primeiro aborda os aspectos teórico-metodológicos do trabalho. Os demais cobrem os quatro aspectos da realidade mineira acima enunciados.

Sumariamente, pode-se situar cada um dos níveis estudados:

A Região Carbonífera - Ao se descrever a região carbonífera e, mais especificamente, a cidade de Criciúma, conhecida como a Capital do Carvão, considerou-se, além de sua caracterização geográfica e econômica, também sua trajetória histórica, seja do município, seja mais particularmente da expansão da indústria carbonífera em Santa Catarina, localizada na região Sul do Estado. Coube, outrossim, considerar a política energética brasileira, que toma feições novas em relação ao carvão nacional, face à crise energética e à nova política assumida pelos países produtores de petróleo. O crescimento da indústria carbonífera, daí decorrente, tende a expandir o parque industrial sul-catarinense e, para as classes trabalhadoras, a ampliar o mercado de trabalho.

A par destes benefícios, a expansão da indústria carbonífera traz, em seu bojo, prejuízos para a população em geral e, particularmente, para a categoria dos mineiros, frente à intensificação das causas poluidoras do ambiente residencial e do local de trabalho.

O Processo de Trabalho nas Minas - Ao se descrever o processo de trabalho, situa-se primeiramente o ambiente de trabalho, ou seja, descreve-se a mina a céu-aberto e a mina de poço.

A seguir, situa-se a tecnologia empregada, diferenciando três tipos de lavra: a mecanizada, a semi-mecanizada e a manual.

A Tecnologia, se por um lado é decorrente do desenvolvimento histórico das relações de produção, por outro condiciona as relações de trabalho: do mineiro com os instrumentos de produção

e dos mineiros do setor produtivo entre si, organizados e controlados pelo capital, de acordo com a lavra empregada; além disso, de acordo também com o período histórico do desenvolvimento capitalista no país. São considerados outros elementos que compõem as relações de trabalho, como: qualificação profissional, promoção e salários, segurança, acidentes e doenças profissionais, que também estabelecem uma interdependência com o fator tecnológico que caracteriza o tipo de lavra e com as condições econômico-políticas dominantes na região e no país.

A Reposição da Força de Trabalho: O ambiente reprodutor da força de trabalho mineiro é a família. Esta sobrevive diversamente em termos de alimentação, moradia, vestuário, educação e lazer, de acordo com a renda familiar, decorrente dos salários. A dinâmica da reposição da força de trabalho e os níveis de vida das famílias "mineiras" se constituem no foco central de estudo neste capítulo, além da caracterização do mineiro quanto a idade, estado civil e número de filhos. Igualmente importante é a descrição do estado de saúde do trabalhador e da permanente ameaça das doenças profissionais, que culminam em demissões, desemprego ou aposentadoria de inválidos.

A Organização do Trabalho Mineiro: A história da organização da categoria, desde a criação do sindicato e, depois, em suas várias fases, sofreu a influência do movimento sindical brasileiro e da tutela do Estado, via Ministério do Trabalho.

O movimento sindical mineiro apresentou tanto fases peleguistas quanto de militância sindical. Houve, igualmente, períodos de intervenção, cassação e prisão de lideranças trabalhistas. A prática assistencialista no sindicato também faz parte de sua

história. Fato não muito comum entre as organizações de trabalhadores ocorreu em Criciúma, a divisão do sindicato dos mineiros, com a criação de um segundo sindicato da categoria no mesmo município, por razões político-ideológicas.

A luta constante pela posse da direção sindical entre duas frações da categoria - militância e peleguismo - esteve presente em cada fase do desenvolvimento histórico dos sindicatos dos mineiros.

Considera-se que as relações de trabalho nas minas, as relações sociais na família e na comunidade e a organização dos trabalhadores em órgãos de classe representam três níveis que compõem a vida operária, cujas dinâmicas próprias se acham também profundamente imbricadas entre si.

Neste estudo tenta-se retratar o movimento de cada um destes aspectos e sua convergência, resultando no que convencionamos chamar "classe trabalhadora mineira", localizada na região carbonífera do Sul catarinense.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Os mineiros de Criciúma integram o conjunto da classe trabalhadora brasileira e com ela participam ativamente do processo histórico de sua formação. Classe trabalhadora é entendida aqui no seu sentido formal amplo - "a classe que, nada possuindo senão sua força de trabalho, vende essa força ao capital, em troca de sua subsistência".¹ Considera-se, pois, que há aspectos gerais, comuns a todas as categorias de trabalhadores, logo próprias da classe como um todo. Considera-se, mais, que esta classe se insere num universo maior, constituído por, ao menos, outra classe distinta dela própria - a classe dos proprietários dos meios de produção. Daí decorrem relações de classe comuns a todas as categorias de trabalhadores no modo capitalista de produção. Essas relações se caracterizam essencialmente pela carência total por parte dos trabalhadores: a) dos meios de produção; b) do acesso aos meios de subsistência; c) da habilidade técnica profissional. O único bem de que dispõem é sua força de trabalho, e a colocam a serviço da classe detentora dos meios de produção, em troca de um salário que lhes garanta a sobrevivência.

A dinâmica das relações entre as classes, no processo de produção, constitui a própria história e formação das classes trabalhadoras.

1. BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. 1977, p.320.

Há uma história comum à classe trabalhadora brasileira como um todo, sujeita, por sua vez, às condições estruturais globais da sociedade que delimitam as fronteiras ocupadas pelas classes e que estabelecem as relações possíveis entre elas. São estas condições estruturais que definem o espaço possível para as relações específicas que se verificam no interior de cada classe e de cada categoria profissional localizada em determinada região, em condições de trabalho próprias, desenvolvimento tecnológico em distintas fases, etc. Assim, cada fração de classe tem sua formação singular, cuja dinâmica se relaciona, por um lado, com a sociedade global na qual ela se insere e, por outro, com a própria classe em si mesma, em seu processo de organização interna. Em sua dinâmica própria, ela apresenta sua história, criando associações e delas participando, seja em sindicatos ou partidos políticos; ela surge como foco dos conflitos sociais, posicionando-se em relação a eles.¹

É assim que, a partir do contexto estrutural, a classe trabalhadora mineira aparece e se define como tal, relacionando-se com a sociedade que a contém, ao mesmo tempo em que vive, desenvolve e delinea sua própria história através de sua entidade de classe - o sindicato. Ali ela atua e desenvolve sua consciência sobre si mesma e sobre a sociedade na qual ela se insere. Ali se organiza, tomando posições nos tensionamentos sociais que emergem das relações sociais inerentes ao confronto existente entre capital e trabalho.

A realidade estrutural que delimita e condiciona a formação das classes sociais está na base da análise que ora se faz

1. DI TELLA, Torcuato et alii. Sindicato Y Comunidad. 1967, p. 23.

da classe trabalhadora mineira. Consideram-se, pois, estudos já realizados sobre classes trabalhadoras, especificamente, sobre classes trabalhadoras mineiras, que apresentam características comuns. Alain Touraine, ao estudar em Lota, no Chile, uma comunidade de trabalhadores mineiros ligados à extração de carvão, considera que é característica estrutural comum a esse tipo de atividade a existência de uma classe trabalhadora homogênea, sem grande qualificação profissional, cujos integrantes se identificam muito com a própria classe. Há pouca mobilidade social, condicionada pelo próprio trabalho. A solidariedade grupal e comunitária é estreita, sendo que culturalmente pouco se distanciam uns dos outros, porque, na mineração, não há atividades ocupadas pelas chamadas "camadas médias". A carga emocional, dado seu ambiente isolado e as condições de trabalho, tende a gerar fortes conflitos sociais.¹

A estrutura considerada típica das comunidades mineiras se constitui num referencial seguido no estudo relativo à dinâmica específica da classe trabalhadora mineira de Criciúma, analisada a partir de três níveis, quais sejam: 1. o processo de trabalho, nas minas de carvão; 2. o processo de reprodução da força de trabalho nas unidades familiares; 3. o processo de organização da força de trabalho, nos sindicatos. Todos os três aspectos que formam a complexa realidade do mundo operário, a par de apresentarem dinâmica e relações próprias, constituindo sua história específica, encontram-se, profundamente imbrincadas, agindo e reagindo umas sobre as outras.

Contudo, o primeiro nível de análise, ou seja, as relações de trabalho, se constitui na questão fundamental, seja porque

1. DI TELLA, Torquato et alii. Sindicato Y Comunidad. 1967, p.26

define a própria classe, caracterizando-a como classe trabalhadora, seja, porque este nível condiciona decisivamente os graus de acesso aos bens sociais para as famílias dos trabalhadores, seja ainda porque gera os conflitos que induzem à organização dos trabalhadores em entidades de classes para a defesa dos próprios interesses.

As relações de produção que se estabelecem no processo de trabalho são delimitadas pelo próprio ambiente de trabalho nas diferentes unidades produtoras. Estas abrigam o trabalhador por um período definido, correspondente à jornada de trabalho.

O processo de trabalho que aí se desenrola é condicionado por fatores específicos que lhe são atinentes. Alguns têm origem na estrutura social e política global, outros são específicos das unidades produtoras. Dentre os condicionantes do processo de trabalho podemos citar: o código de leis trabalhistas; as normas administrativas e disciplinares das respectivas unidades produtoras; o grau de desenvolvimento tecnológico da indústria; os níveis de qualificação e de especialização e de promoção da força de trabalho; as condições de trabalho em geral.

A legislação trabalhista brasileira, de caráter protecionista e tutelar sobre o trabalhador, não representa, na maioria dos casos, concordância com a prática política nas relações trabalhistas.

Os trabalhadores de qualquer empresa, desde sua contratação, seu desempenho nas indústrias em termos de assiduidade, regime de férias e feriados, jornada de trabalho, até rescisão de contrato, são regidos, no Brasil, pela Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT). No caso de operários de subsolo há legislação especial complementar.

A legislação que rege o trabalho se constituiu historicamente, no Brasil, muito mais em outorga de políticas governamentais populistas e tutelares do que conquistas da classe trabalhadora. Assim, não raro ocorre, por parte dos interessados, ignorância das leis e pouca tradição de lutas na garantia do que lhes foi outorgado. De igual forma, a concepção corporativista do Estado brasileiro definiu a função conciliadora das leis trabalhistas, em dirimir os conflitos gerados entre capital e trabalho.

Complementando as leis de caráter geral, cabe às empresas o direito unilateral de definir normas e critérios de desempenho dos trabalhadores. Já o conjunto da classe operária não pode se expressar com igual direito e pouco consegue impor ao capital. Com isto se estabelecem condições objetivas, que moldam a postura operária e limitam a política trabalhista e o próprio sindicalismo brasileiro.

Os trabalhadores estão, igualmente, condicionados e dependentes pelo grau de desenvolvimento da tecnologia industrial. A mudança tecnológica não afeta apenas a produção e o capital, mas todo o processo de trabalho. Em relação ao trabalhador, o proceso modifica e transforma sua relação com a matéria prima e com os instrumentos de trabalho, introduzindo novas relações técnicas e sociais de produção.

Sobre a evolução profissional na indústria, Alain Tournaine classificou a "passagem de uma fase A, caracterizada pelo predomínio da ação autônoma do operário qualificado, a uma fase B, em que a predominância da organização centralizada do trabalho

se alia à manutenção do trabalho de execução direta, e a uma fase C, que surge quando as tarefas operárias sô indiretamente se ligam à produção".¹

A mineração, resguardadas as proporções, apresentou, em sua evolução, as três fases formais propostas por Touraine. Num primeiro estágio, na indústria carbonífera, a ação do mineiro se caracterizava por sua autonomia em relação ao processo de trabalho. Sua qualificação se definia menos como nível de conhecimento e mais como poder de decisão, como princípio de organização do próprio trabalho. A segunda fase, ainda manual, mas instituindo o trabalhador parcelar, retirou-lhe a autonomia, passando a uma organização centralizada do trabalho coletivo, anulando, portanto, a capacidade decisória do trabalhador sobre o processo de trabalho. Finalmente, a terceira fase, com a introdução de conjuntos mecanizados, embora não retirasse o trabalhador da produção direta, tornou-o totalmente dependente do capital, com relação ao ritmo da produção e ao comando do processo de trabalho.

A evolução do trabalho mineiro não alterou apenas as relações de trabalho na empresa. As transformações sofridas no processo de trabalho, além de inaugurar o processo de achatamento salarial e de alterar as relações entre os trabalhadores, administradores e patrões, estenderam-se, em suas consequências, sobre o bloco familiar, alterando sua organização, disciplina e níveis de vida. As transformações técnicas do processo de trabalho foram igualmente decisivas na organização sindical. A passagem do

1. TOURAINÉ, Alain. A evolução do Trabalho operário, in: Tratado de Sociologia do Trabalho. 1976. 451

sistema de mineração tradicional para o sistema manual de trabalho parcelado coincide com as alterações políticas que ocorreram no Estado Brasileiro em 1964. Assim, a evolução técnica ocorrida no processo de produção, aliada às mudanças político-governamentais alteraram, senão inverteram, a política trabalhista sindical em Criciúma.

A qualificação profissional e o sistema de promoções se constituem em fatores que moldam a classe operária, segundo os níveis de exigência sugeridas pelo tipo de indústria e pela evolução técnica do processo de trabalho na mesma. Há indústrias que apresentam alta diversificação de tarefas e exigem, conseqüentemente, maior número de trabalhadores qualificados. Já há outras em que é escassa a diversificação técnica, como ocorre nas indústrias extrativas. A qualificação profissional ali é baixa e a possibilidade de promoção limitada. Este quadro se acentua quando o complexo industrial evolui para sistemas técnicos mecanizados.

Na indústria extrativa carbonífera, a pouca diversificação do trabalho nivela a classe trabalhadora. A homogeneidade se verifica não apenas nas relações de trabalho, mas nas condições de vida das famílias e na participação trabalhista sindical. No sistema de mineração tradicional, os "mineiros" se destacavam como lideranças trabalhistas, dentre os demais trabalhadores (ajudantes e outros), seja pela estabilidade no emprego, seja pelo controle, conhecimento e autonomia que detinham sobre o processo de trabalho, o que lhes autorizava a tomar iniciativas além do próprio ambiente de trabalho.

Nos atuais complexos industriais, a ordem de qualificação profissional se pauta por uma relação direta entre qualifica

ção, ocupação e salários. Quanto mais o operário subir na hierarquia profissional, mais ele tende a se afastar do processo de produção direta, para se ocupar com níveis de organização e controle do trabalho coletivo, recebendo maior remuneração.¹ Já na indústria extrativa carbonífera verificamos uma ordem hierárquica inversa. O trabalhador considerado qualificado, o operador de máquinas, é lançado no trabalho de frente, sujeito às austeridades e riscos, desgastando-se prematuramente. Esta perspectiva marca a classe trabalhadora mineira, fazendo-a olhar para a carreira profissional com medo e desconfiança, em vista dos riscos à segurança e à saúde que a promoção profissional representa. São condições circunscritas ao processo de trabalho, mas que acompanham o mineiro em sua relação com a família, principalmente se ele é portador de doenças profissionais irreversíveis, o que o coloca numa situação antagônica: agravamento da doença e ameaça de desemprego.

Pertencer à classe trabalhadora mineira lhe é compulsório para garantir a manutenção da família, num nível pouco acima da miséria, apanágio de outras categorias profissionais, não mineiras e também sem qualificação profissional.

As condições de trabalho e a questão salarial, embora vividas no ambiente de trabalho, sempre foram objeto de mobilização da classe, nos sindicatos. Grande parte das atividades e da história da organização do trabalho em Criciúma se liga aos conflitos surgidos em decorrência da exploração da força de trabalho e à luta por garantia de melhores níveis salariais.

1. TOURAINE, Alain. A Organização Profissional da Empresa. In: Tratado de Sociologia de Trabalho. 1976, p.458-65.

O segundo nível que integra a complexa realidade da classe trabalhadora é a unidade familiar. Se as relações de trabalho nas minas apresentam sua própria dinâmica, a dimensão da reprodução da força de trabalho efetivada nas unidades familiares também realiza seu movimento quotidiano específico. Contudo, as famílias se encontram inseridas na estrutura de classes, cujas relações, nas dimensões econômica, política e cultural, condicionam e caracterizam tanto a estrutura quanto a dinâmica familiar.

As agremiações, organizações e grupos sociais componentes de dada formação social concreta moldam, na trajetória histórica, seus institutos sociais. No confronto hierarquizado das classes sociais, atribuem-se padrões de conduta e pensamento aos componentes da estrutura social. A família, ora enfocada como unidade reprodutora da força de trabalho, se insere neste contexto amplo de múltiplas influências e imposições sociais, resultantes de um passado histórico e de relações de poder atuais. A unidade familiar, que sob o ponto de vista econômico, garante a oferta da mão de obra ao mercado de trabalho, se constitui, pois simultaneamente em unidade de produção e de consumo. De produção, enquanto produz bens e participa através dos salários da repartição dos bens produzidos; de consumo, na medida em que os salários auferidos garantem o acesso aos bens de manutenção do trabalhador e dos seus dependentes no processo de reprodução dos homens e do sistema. Por esta razão, a família sofre a sobredeterminação do processo de trabalho em relação aos aspectos econômicos, tratados com maior destaque na análise da reprodução da força de trabalho.

As relações existentes entre o processo de trabalho e a família do trabalhador apresentam-se ora como relações afins, ora

adversas, porém os interesses do capital são os que definem o processo de trabalho e induzem à submissão também os interesses familiares. É assim que subjagam, por exemplo, a disciplina familiar em termos de horários, definição de tempo livre, uma vez que os horários, turnos de trabalho, dias de folga e férias, são estabelecidos pela empresa e não pelos interesses familiares. Mas é sobretudo com relação à ordem econômica que as famílias de trabalhadores dependem do trabalho. A renda familiar da classe trabalhadora resulta da venda da força do trabalho ao capital em troca da subsistência. É na família que o trabalhador repõe suas forças e é ela que garante a substituição da força de trabalho, no futuro, através de seus filhos.

Marx generalizou a questão da reprodução da força de trabalho para o capital, ao esclarecer que esta tem seu valor avaliado pelo preço das mercadorias necessárias à garantia de subsistência do trabalhador e a de sua família. Apresentou a questão nos seguintes termos:

"Depois de ter trabalhado hoje, é mister que o proprietário da força de trabalho possa repetir amanhã a mesma atividade sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve ser, portanto, suficiente para mantê-lo no nível de vida normal do trabalhador. As próprias necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação, etc. variam de acordo com as condições climáticas e de outra natureza de cada país. Demais, a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares...

O proprietário da força de trabalho é mortal. ... As forças de trabalho retiradas do mercado por desgaste ou por morte tem de ser incessantemente substituídas pelo menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, seus filhos, de modo que se perpetue no mercado..."¹

A reprodução da força de trabalho nem sempre, porém, é realizada segundo as necessidades vitais do trabalhador e de sua família. Estas se subordinam aos fatores ligados ao interesse do capital. Assim, os meios de subsistência necessários à manutenção da força de trabalho, não necessariamente, definem seu valor; são outras variáveis que o definem, como: a maior ou menor oferta de mão de obra; a qualificação profissional; o grau de periculosidade e dilapidação da força de trabalho. O valor desta força fica pois, definido pelos salários, que sofrem variações segundo aqueles fatores. Os gastos de manutenção dependem do orçamento familiar que provê, normalmente, primeiro as necessidades básicas de alimentação, vestuário, moradia, saúde, depois educação, lazer, locomoção e gastos adicionais ao suprimento, um pouco mais aprimorado, das necessidades biológicas e culturais. Desta forma, nas famílias de trabalhadores, o planejamento orçamentário, o nível de vida e o grau de acesso aos bens sociais dependem dos salários. São eles a medida, seja na localização da moradia, na qualidade da alimentação e do agasalho, seja na capacidade de investir em educação, lazer e saúde.

1. MARX, Karl. O Capital. Vol. I, p. 191-92.

A garantia de um nível de vida pouco acima do comum aos trabalhadores não qualificados é um dos fortes motivos que levam o trabalhador de Criciúma a se empregar nas minas.

Com melhores salários, ele garante a subsistência da família e alimenta a esperança de promoção, a se concretizar nos filhos; para isto, planeja oferecer condições de "estudo" e formação profissional a eles, para que "não necessitem trabalhar nas minas". Estes motivos, para o trabalhador mineiro, falam mais alto que a ameaça de doença, o perigo de acidentes, o desgaste físico prematuro.

As relações de trabalho estão pois, intimamente ligadas à estrutura familiar e em grande parte definem sua dinâmica.

A família, além de reprodutora da força de trabalho para o capital, se constitui numa unidade de convivência social, cujos membros, ligados entre si por laços de parentesco, mantêm um relacionamento de co-responsabilidade e dependência. A dependência se verifica mais nos menores e idosos, que ainda não entraram no mercado de trabalho ou dele já saíram e repartem com os membros economicamente ativos as responsabilidades dos cuidados da casa, da execução de serviços não remunerados, em benefício de todos os moradores da mesma unidade familiar.¹

A família, no decorrer do presente estudo, é focalizada como unidade reprodutora das condições estruturais das classes sociais, primeiro, porque se vê na contingência de garantir ao capital a força de trabalho, presente e futura; segundo, porque

1. BILAC, Elisabete Dória. Famílias de trabalhadores: Estratégias de Sobre-vivência. São Paulo, Ed. Símbolo, 1978. p.17-23.

condiciona padrões de consumo e os meios de acesso a determinados níveis sociais e culturais; enfim, porque garante a reprodução da desigualdade social na luta do dia a dia pela sobrevivência.

A organização do trabalho no Brasil, que se concretiza comumente, em associações e sindicatos, após a revolução de 1930 passa a ser tutelada pelo Estado. Na história trabalhista brasileira, até aquela data, várias categorias de trabalhadores manifestaram capacidade organizativa e reivindicatória próprias. A partir de então, passam, porém, a ser consideradas como impotentes para reivindicar seus direitos por si mesmos.

A nova política trabalhista assumida por Vargas, de tutela e protecionismo à classe trabalhadora, escamoteia o verdadeiro pacto social firmado entre o Estado e as classes sociais. A parentemente, os dois agentes contratuais são: Estado e a classe trabalhadora. Esta, considerada incapaz para se organizar e se defender, "aceita" submeter-se ao Estado, em troca de proteção e defesa. Aí, o Estado outorga as leis trabalhistas. Contudo, os verdadeiros contratantes são as elites dominantes e o Estado. As elites entendem que, mesmo com perdas políticas, passam a ganhar social e economicamente, com o intervencionismo do Estado na política trabalhista.

A concepção de Estado corporativista, em que todas as entidades ou organizações nele se integram, numa harmonia ordenada, com vistas ao bem comum, faculta a concepção de sindicato corporativista.¹ Os grupos econômicos, contratantes da força de tra

1. VIANNA, L. Wernek. Liberalismo e sindicato no Brasil. 1976. p.31-35.

balho, fortalecem os mecanismos que tendam a enraizar as idéias e as práticas corporativistas nas associações de classes, que seriam entidades como tantas outras, cada qual com funções e finalidade específicas, todas, porém, convergindo para a integração nacional, sob a tutela e intervenção estatal.

As leis trabalhistas outorgadas pelo Estado, a partir de 1930, passam a constituir a CLT, que foi mantida integralmente, com acréscimos e pequenas modificações, nos governos que se sucederam no Brasil.

Os sindicatos, regidos pela CLT, integraram o movimento operário, com maior ou menor autonomia, sempre de acordo com as dimensões mais liberais ou mais autoritárias que assumiam os regimes de governos brasileiros.

Não apenas a conjuntura político-estatal define a organização sindical. Aliás, a dimensão político-governamental entrou para conter e controlar a organização trabalhista, que tem sua gênese no próprio processo de trabalho.¹ As condições efetivas de trabalho, as relações de dominação que as classes donas do capital exercem sobre os despossuídos, impondo-lhes a venda da força de trabalho, o desgaste físico e moral do trabalhador, os salários insuficientes para suprir as necessidades vitais, a imposição de normas disciplinares para o trabalho, o ritmo exaustivo do processo técnico da divisão do trabalho e outros condicionamentos mais, gerados pelo processo produtivo, criam condições objetivas de conflito entre capital e trabalho e sugerem aos trabalhadores a organização da classe, para fazer frente à exploração.

1. NUN, José et alii. A Situação da Classe Trabalhadora na América Latina. 1978, p.18-26.

Ao se estudar a organização dos trabalhadores da indústria carbonífera de Criciúma, constatamos que são os fatores ligados ao processo de trabalho que induzem a categoria a se organizar. A organização, que se institucionaliza no sindicato, obedece, porém, ao modelo proposto pela política trabalhista nacional e se movimenta dentro dos estreitos limites permitidos pela legislação interventora do Estado.

É assim que, em períodos mais liberais, a categoria se fortaleceu e criou comissões na própria mina e frequentou programas de formação oferecidos pelo sindicato. Nestes períodos, conseguiu externar o conflito gerado nas relações de trabalho e organizou movimentos de pressão reivindicatórios. Já os regimes autoritários, a classe trabalhadora mineira se retraiu por força de cassações, prisões e pela dispersão dos líderes trabalhistas.

Com o advento da grande indústria, que supõe o parcelamento das tarefas, pela divisão técnica e a centralização administrativa do trabalho, ocorreu, como consequência inevitável, a perda da autonomia e do controle do processo de trabalho que os trabalhadores detinham. Esta vinculação entre formas produtivas e de poder geraram diferentes tipos de trabalhadores com condições objetivas de atuar a nível da produção e da política.

Assim, encontramos na mina manual antiga, sem grande parcelamento das tarefas, um mineiro mais autônomo, com maior atuação trabalhista, sob uma política mais liberal. (1945-64). Ao se inaugurar a nova indústria carbonífera, com parcelamento das tarefas e, mais tarde, com a introdução da tecnologia avançada dos conjuntos mecanizados, surge o trabalhador coletivo, exercendo tarefas específicas, com pouca ou nenhuma autonomia sobre o processo produtivo, sendo-lhe simultaneamente cerceada a liderança sin

dical, por um regime autoritário e interventor no movimento sindical (1964-78).

Atualmente, na esfera política, redefinem-se alianças entre as elites, em vista da defesa dos interesses das mesmas e o Estado tende para regimes menos autoritários. Essa nova orientação do Governo, que cresce a partir de 1978, abre perspectivas para diferentes formas de atuação trabalhista sindical, com tentativas de organizar o trabalho, baseado em condições objetivas atuais.

O movimento trabalhista, embora se apresente hoje, sob formas incipientes de organização e insuficiente clareza quanto aos objetivos e quanto à política de ação, está presente em âmbito nacional e incluindo-se nele está o movimento trabalhista e sindical dos mineiros de Criciúma.

O estudo sobre a classe trabalhadora parte da premissa de que o conflito gerado pelas condições de trabalho nas minas ocasiona, em grande parte, o tensionamento social e político que historicamente envolve a categoria. Contudo, não se parte de hipóteses definidas e delimitadas, pois o estudo tem caráter mais exploratório que demonstrativo.

Para apresentar a dinâmica da classe trabalhadora mineira, delimitou-se, como sendo prioritário, estudar o trabalhador mineiro em relação ao trabalho, à família e ao sindicato. Estes três ambientes, considerados os mais significativos para a vida do trabalhador, uma vez descritos, poderiam facultar que se desenvolvesse uma teia explicativa das determinações que provocam fortes tensões sociais na área carbonífera criciumense.

É oportuno salientar que a pesquisa de campo foi precedida de cuidadoso estudo bibliográfico, tanto de caráter teórico formal, quanto de caráter específico relativo à classe trabalhadora em geral e à classe trabalhadora mineira em especial. Outro núcleo bibliográfico que foi objeto de nosso interesse versava sobre a área social carbonífera do Sul do Estado.

Partiu-se para a pesquisa de campo com base nas informações, conceitos e teorias fornecidos pela revisão bibliográfica. Dentre os teóricos que informaram sobre as relações de produção e de trabalho, convém citar Marx, que, como pioneiro, elucidou as relações sociais de produção capitalistas. Já mais especificamente sobre as relações técnicas de trabalho, sob a dependência das relações sociais, cito como definidores o pensamento de Harry Braverman, Alain Touraine e Robert Henry Srour. No estudo da organização do trabalho foram os estudiosos do assunto, como Kenneth Erikson, Luiz Werneck Vianna e mais uma vez Alain Touraine, que definiram as bases teóricas gerais para o estudo empírico da classe trabalhadora mineira em Criciúma.

O presente estudo não pretende, pois, comprovar sua concordância empírica com nenhum corpo teórico específico e definido. Não foi este o seu propósito. O que se pretendeu foi aproximar-se da realidade e colher as informações e dados disponíveis, procurando ser sensível a esta realidade singular, por sua vez dura e difícil, que é o trabalho mineiro. As informações e o estudo da realidade social mineira foram clareados pelos conceitos genéricos e formais das orientações teóricas acima mencionadas e confrontadas com outros estudos específicos sobre classes trabalhadoras. Após a descrição dos aspectos intimamente relacionados com o trabalho mineiro, tentou-se analisá-los partindo para algu

mas conclusões relativas à complexa realidade que constitui o universo do trabalhador mineiro. Enfim, o eixo principal do estudo se apoia na pesquisa empírica e não em algum marco teórico específico. Esta postura de enfatizar a pesquisa é justificada pela própria tendência da época. As ciências sociais ligadas ao homem, sua história, cultura e relações estão atualmente reunindo informações sobre a realidade social,¹ que muito se alterou desde a elaboração das grandes teorias sociais formuladas no final do século XIX e alvorecer do século XX, representadas, por exemplo, pelas teorias de DÜRKHEIM, MARX e WEBER. Priorizar a pesquisa e não se preocupar em demasia com a comprovação de teorias, justifica-se pela posição assumida por nomes exponenciais na área de ciências sociais.² Enfim, a pesquisa como eixo central de estudo se justifica em si mesma, dado seu caráter exploratório e pioneiro, uma vez que não há trabalhos atuais sobre a realidade social da classe trabalhadora mineira.³

A pesquisa realizou-se no município de Criciúma, considerando-se a importância do mesmo frente aos demais municípios voltados para a extração de carvão na região.⁴

O universo estudado compreendeu três empresas mineradoras, entre as sete existentes em Criciúma. A seleção das três ba

1. Veja-se a relação de alguns trabalhos atuais. p. 28 - 32.

2. Veja-se a postura de Alain Touraine na Obra: Cartas a uma Jovem socióloga. Rio de Janeiro, Zahar.

3. Excetua-se um trabalho científico realizado pelos médicos: Albino José de Souza Filho, Sérgio Haertel Alice e Waldir de Lucca sobre Pneumoconiose. ACAMED, n.º 103 fev.-abril, ArtGraf 1980.

4. Cf. Cap. II p. 48 - 9 deste relatório.

seu-se nos critérios de variação dos referenciais abaixo, resguardando-se a constante do alto número de trabalhadores empregados nas mesmas: 1. produtividade (relação: homem x volume de produção); 2. volume de produção; 3. mecanização da produção; 4. propriedade da empresa (pública ou privada). As três empresas selecionadas foram as seguintes:

1. CARBONÍFERA METROPOLITANA S.A.- de propriedade privada, com alta produtividade em relação às demais e bom índice de mecanização.
2. CARBONÍFERA PRÓSPERA S.A.-A seleção se deu por se tratar de empresa de propriedade estatal, mecanizada, cujo volume global de produção é inferior à primeira, embora seu corpo de trabalhadores seja 30% maior.
3. COMPANHIA BRASILEIRA CARBONÍFERA DE ARARANGUÁ - CBCA - de propriedade privada, de operação manual e mecanizada, com um número comparativamente alto de operários e menor produção que as demais.¹

O número de operários da indústria carbonífera em Criciúma é de 4.865. Destes, 2.308 estão empregados nas três empresas envolvidas na pesquisa, ou seja 47,5%. Entrevistaram-se 3% desta população, ou seja 73 trabalhadores, que prestaram informações, orientados por um formulário contendo questões abertas e fechadas.² Estes operários pertenciam todos ao quadro de trabalhadores do setor produtivo, distribuindo-se, proporcionalmente, entre os executores das diferentes tarefas do processo extrativo

1. Podem-se visualizar os dados que fundamentam a relação das três empresas no anexo nº 1, p. 286

2. Ver anexo nº 2 formulário para entrevistas, p. 287

de carvão.

A pesquisa não obedeceu a um modelo de caráter estatístico e quantitativo. Procurou-se obter um número representativo de informações que validassem a amostra. Além das 73 entrevistas com os operários, obedecendo aos formulários, procedeu-se a mais outras 45 entrevistas abertas e qualitativas, com mineiros na ativa, frequentadores do sindicato, como mineiros aposentados, com dirigentes sindicais do passado ou atuais, com técnicos ou engenheiros das carboníferas, com médicos que atendem aos mineiros nas empresas e sindicatos, com advogados, líderes políticos e religiosos. As entrevistas abertas e qualitativas foram orientadas por um roteiro previamente elaborado para cada caso,¹ conforme o tipo de informação que se buscava junto aos diferentes informantes.

Além das entrevistas, colheram-se dados e informações nas secretarias administrativas das empresas,² em repartições e órgãos oficiais como Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Delegacia Regional do Trabalho (DRT), sindicatos da categoria, recorrendo-se, principalmente, nestes últimos aos arquivos de registros de ocorrências e serviços e atas de assembléias.

Seja na região carbonífera, seja no Estado de Santa Catarina, não há trabalhos publicados descrevendo e analisando a realidade da classe trabalhadora, razão pela qual não foi possível ter paralelos e comparações entre a realidade mineira e a de outros setores produtivos e categorias profissionais do Estado Catarinense.

1. Ver anexo nº 3 exemplo de um destes roteiros. p. 297

2. Ver anexo nº 4 dados solicitados às empresas. p. 298

O estudo realizado entre os mineiros deve um tributo especial à obra Sindicato Y Comunidad, de autoria de Alain Touraine, Jean Daniel Reynand, Lucien Brams e Toucuato S. di Tella. Trata-se de um estudo realizado numa comunidade mineira de extração de carvão, na cidade de Lota, no Chile. As questões centrais de pesquisa realizada no Chile por sociólogos de renome internacional orientaram para os aspectos que seriam importantes investigar na região carbonífera criciumense. O relatório de A. Touraine apresenta, entre os anexos, cópias dos formulários aplicados aos operários mineiros em Lota; estes serviram de parâmetro na elaboração do formulário e iluminaram a seleção de questões, com vistas à coleta de informações junto aos trabalhadores mineiros no setor produtivo das carboníferas ora pesquisadas. A pesquisa de A. Touraine alertou, por exemplo, para a importância do fator mecanização e sua relação com alienação do trabalhador sobre o processo de trabalho e as condições que se estabelecem na relação dos trabalhadores diretos com os supervisores e proprietários. Igualmente, demonstrou a influência do fator mecanização sobre a organização sindical dos trabalhadores. Esta questão, estudada também em Criciúma, representou uma variável significativa nas relações de trabalho nas minas, com influências determinantes na organização do trabalho mineiro, uma vez que o avanço tecnológico vem acompanhado de tomadas de decisões político-governamentais, seja no processo de produção, seja nas formas de organização da classe trabalhadora.

O estudo de Touraine, ao descrever a comunidade mineira de Lota, parte para generalizações, caracterizando as comunidades fechadas, como é o caso da grande maioria das populações mineiras. As condições e situações da classe trabalhadora mineiro-carbonífera do Sul catarinense em grande parte, coincidem com a realidade

mineira chilena e em geral. O trabalho de Touraine permitiu, pois, confrontar fatos, compará-los e analisar com mais clareza a situação da classe trabalhadora mineira de nosso estado.

O estudo sobre a situação da classe trabalhadora mineira se inscreve entre os múltiplos trabalhos que nos últimos anos da década de 70 e dos anos 80 tem aparecido no Brasil, relatando e analisando realidades sociais empíricas e específicas. A maioria destes trabalhos foram produzidos em institutos de pós-graduação, com vista à obtenção de títulos nos cursos de mestrado e doutorado.

Assim por exemplo, temos o estudo de Yone de Souza Grossi, Mina de Morro Velho. A Extração do Homem, que se debruça sobre a mina de ferro Morro Velho na cidade de Nova Lima, em Minas Gerais, e estuda a formação da classe operária daquela companhia industrial. Examina a prática social e política através da trajetória histórica percorrida pela categoria.

A temática e a realidade empírica tem muito em comum com o estudo ora realizado entre os mineiros de Criciúma.

A autora inicia apresentando aspectos históricos da implantação da indústria extrativa em Morro Velho e o significado da entrada do país na fase do capitalismo imperialista internacional.

Foram as próprias condições de mineração, aliadas à estrutura de dominação da companhia que condicionaram a organização da classe trabalhadora para, em 1934, fundar o sindicato, que, mesmo atrelado ao Estado, até 1964, não viu lideranças pelegas assumirem a liderança sindical.

Fortaleciam as lideranças trabalhistas dois movimentos, em si contraditórios - o Partido Comunista (PC) e a Ação Católi-

ca (AC) - que, através da Juventude Operária Católica (JOC) se voltou para a formação de lideranças entre os trabalhadores.

A autora constata que a comunidade mineira de Nova Lima apresenta as características típicas das populações trabalhadoras de indústrias extrativas minerais. Na versão, da autora,

"a conexão entre a concentração e isolamento possibilita a emergência de alto grau de interação, conducente à solidariedade de classe, como no caso da Bolívia e Peru, entre outras; ou mesmo a superar diferenças políticas baseadas na posição de classe, através de coalizões eleitorais, como no caso chileno. O movimento operário se expressa, então, eclodindo em greves, reivindicações, contestação via político-eleitoral, etc. É também do conhecimento geral o alto grau de mobilização de mineiros da França, Espanha, EUA, Inglaterra, etc".¹

A autora analisa também os limites e os estímulos à organização e aos movimentos de classe, provenientes do tipo de empresas e de seus mecanismos de controle, bem como os decorrentes de regimes políticos explicitamente autoritários ou mais democráticos. A maior organização e as manifestações dos mineiros se movem, pois, dentro do espaço e dos desafios que as estruturas econômico - políticas lhes permitem.

Algumas questões a pesquisa apenas levantou e remeteu a estudos posteriores.

1. GROSSI, Yonne de Souza. Mina de Morro Velho. A Extração do Homem. 1981. p.18.

A intenção de Yonne de S. Grossi se dirigiu para o estudo específico da "história da Classe operária de Nova Lima". (Edição 1981).

A obra, que veio a público ao final de 1981, traz informações específicas de Nova Lima, que tem muito em comum com a realidade levantada no início do mesmo ano, na cidade de Criciúma - a Capital do Carvão - agora descritas neste relatório.

Outro estudo empírico, específico sobre a classe trabalhadora é o de Vera Maria Cândido Pereira. A autora apresenta um estudo de caso entre operários têxteis, investigando a vida operária na fábrica em seu processo de trabalho, ao mesmo tempo em que procura identificar como os trabalhadores experimentam este processo para analisar as condições, próximas do trabalhador, que definem as estruturas do comportamento operário. (Edição 1979).

Igualmente, O Vapor do Diabo - O Trabalho dos Operários do Açúcar, de José Sérgio Leite Lopes, descrevendo as condições da classe operária na usina e sua relação com o sindicato e a política, se inscreve entre os estudos empíricos que apareceram, pródigos, nestes últimos anos. (Edição 1976).

O estudo de Elizabete Dória Bilac é outra contribuição para os estudos sobre as classes trabalhadoras no Brasil. Aborda, especificamente, o tema da reprodução-da-força-de-trabalho, estudando as relações entre o trabalho produtivo, o trabalho doméstico e a atividade reprodutiva no contexto das famílias de trabalhadores de uma cidade paulista.

Outros trabalhos, não são resultantes de dissertações e teses nos institutos de pós-graduação, têm se preocupado com a realidade empírica da classe trabalhadora. A obra de Leôncio

Martins Rodrigues, Industrialização e Atitudes Operárias, objetiva fornecer "novos dados e quiçá algumas hipóteses para a análise sociológica da classe operária brasileira" segundo propõe o autor. Para isso, realiza uma pesquisa numa indústria automobilística, levantando a situação e dinâmica operária, frente a questões como a mobilidade social, a industrialização, o sindicalismo, consciência operária e política. (Edição 1970)

São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza é outro exemplo de pesquisa empírica realizada na Grande São Paulo por um grupo de cientistas sociais. Na obra, os autores descrevem as condições concretas de vida da população da região metropolitana paulista. Atendem, principalmente, para questão da distribuição da riqueza, da trajetória da classe trabalhadora e sua condição no contexto da sociedade civil frente ao sistema de poder vigente.

Estudos sobre a organização da classe trabalhadora, a formação e dinâmica dos órgãos de classe - os sindicatos - têm-se multiplicado nos últimos anos. Há estudos empíricos, bem delimitados a casos específicos, e outros de caráter genérico, referentes ao sindicalismo brasileiro. Quanto aos estudos específicos sobre sindicatos, podemos incluir quase todas as obras anteriormente citadas, que analisam a classe trabalhadora. Dentre as obras de caráter geral sobre a questão sindical da classe trabalhadora brasileira, devemos citar: Sindicalismo no Processo Político no Brasil, de Kenneth P. Erikson, fartamente citado no presente relatório e que serviu de fundamentação na análise do sindicato como entidade corporativista no Estado Brasileiro (1979). A obra de Luiz Werneck Vianna, Liberalismo e Sindicato no Brasil, se inclui entre as que estudam a formação do sindicato no Brasil desde a sua origem, com o surgimento das primeiras agremiações e da

legislação inicial, até restrições recentes, impostas sobre as classes trabalhadoras, como, por exemplo, a instituição do FGTS e respectiva perda da instabilidade no emprego. Citamos também, O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil, de Heloísa H. Teixeira de Souza Martins. Estudo que objetiva mostrar como a função burocrático-administrativa do sindicato reproduz a estrutura de poder dominador do Estado sobre a classe trabalhadora.

Somando-se ao rol destes e de muitos outros trabalhos apresentados por estudiosos da sociedade brasileira, está o estudo sobre a classe trabalhadora mineira na região carbonífera catarinense, visando a contribuir para o conhecimento e compreensão da realidade social das classes trabalhadoras em Santa Catarina e no Brasil.

CAPÍTULO II

A REGIÃO CARBONÍFERA

1. Caracterização Geográfica

O município de Criciúma se localiza no Sul do Estado de Santa Catarina e integra a microrregião número 300, chamada CARBONÍFERA, compreendendo onze municípios.¹

As coordenadas geográficas da sede municipal são 28° 40' 28" de latitude Sul e 49° 22' 02" de longitude a Oeste de Greenwich.

A cidade de Criciúma dista de Florianópolis, via BR-101, 190 km e de Porto Alegre, 290 km.

Limita-se ao Norte, com Siderópolis, Urussanga e Morro da Fumaça; ao Sul, com Araranguá e Maracajá; ao Leste, com Içara e ao Oeste, com Nova Veneza e Meleiro.

Compreende uma área de 396 km², representando 0,45 das terras catarinenses. Sua altitude média é de 50 metros em relação ao nível do mar, variando entre 46 e 259 metros.

Criciúma, segundo a classificação de Köppen, apresenta clima mesotérmico úmido, com verão quente e distribuição regular de chuvas. A umidade relativa do ar oscila entre 70 e 82% e as chuvas atingem de 1.300 a 1.500 mm. As temperaturas médias - máxima e mínima - assumem índices de 30 e 40 C, respectivamente.

1. Conf. Anexo nº 5a e b. Localização geográfica da região carbonífera.
p. 300 - 301

As florestas praticamente desapareceram de Criciúma pre-
dominando uma vegetação composta de capoeiras, descampados e re-
composição vegetal de eucaliptos e acácias.¹

2. A Trajetória Histórica de Criciúma

Antes da fundação e ocupação definitiva das terras do atual município de Criciúma, por lá estiveram expedições exploratórias das jazidas minerais de carvão. Contudo, não passaram de estadas passageiras, que confirmaram a existência do carvão de pedra no subsolo da região, sem nela se deterem para fixar residência.²

A ocupação efetiva da área geográfica que hoje constitui a cidade de Criciúma se deu a 6 de janeiro de 1880, quando 31 famílias, totalizando 139 pessoas, oriundas de Veneza (Beluno e Treviso - Itália), aí se estabeleceram e levantaram suas casas. Iniciaram suas atividades com os trabalhos de derrubada da mata, construção das moradias, plantio de hortaliças e, logo a seguir, com o preparo das terras para a agricultura, que seria, durante os 30 anos iniciais, a principal atividade econômica da colônia.

Em 1890 chegavam imigrantes, aproximadamente, 15 famílias originárias da Polônia e sete famílias vindas do Norte da Alemanha. A corrente imigratória não cessou aí. Nos anos seguintes chegavam mais moradores oriundos da Itália. Enfim, entre 1910 e 1912, alemães estabelecidos desde 1828 na região de Palhoça pro-

1. Prefeitura Municipal. Perfil da Cidade. 1980

2. ABREU, Sylvio F. Recursos Minerais do Brasil. 1973.

curaram o Sul do Estado e se fixaram no local hoje denominado Forquilha. Todos esses imigrantes dedicaram-se às atividades agrícolas.

Em 1917, com o início da exploração do carvão e em 1920, com a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, a extração do minério foi ampliada, e trabalhadores de Imbituba, Laguna, Jaguaruna e Araranguá, de descendência açoriana, se empregaram no setor.

A migração européia, somada ao contingente de operários de origem lusa, vindos três décadas após, constituíram a população inicial da cidade.

Não se passaram 50 anos desde a chegada dos primeiros imigrantes, quando foi constituído o município de Criciúma.¹

Quando o município foi criado, em 1925 a população era constituída por aproximadamente 8 500 habitantes. Os índices de crescimento demográfico são altos e constantes, a partir de então. A tabela seguinte apresenta, em números absolutos, a população do município e da cidade, a partir de 1940.

1. FUCRI. Criciúma em Dados. 1976

T A B E L A 1Evolução do Contingente Demográfico de Criciúma
(IBGE)

ANO	MUNICÍPIO	CIDADE
1940	20.500	4.854
1950	50.854	8.014
1960	62.650	25.100
1970	81.452	55.397
1975	104.748	71.229
1980*	134.707	109.750

FONTE: Perfil da Cidade - Prefeitura Municipal

* Dados estimativos

3. Caracterização Sócio-Econômica do Município

Atualmente, a população de Criciúma é acentuadamente urbana (81,5%). Isto se deve ao grande número de indústrias que se localizam na área urbana e adjacências cuja mão de obra fixa moradia nas imediações. A área rural se esvazia, dado o pouco estímulo concedido à agricultura e esta população chega à cidade em busca de trabalho, fenômeno, aliás, comum nas cidades industriais brasileiras.

Em 1980, a mão de obra ocupada na agricultura e pecuária, somava 7.500 trabalhadores, ou seja, 19% da mão-de-obra total; na indústria se concentrava a grande maioria da população

economicamente ativa, ou seja, 19.850 trabalhadores, isto é, 50% do total; finalmente, no setor considerado terciário, havia 12.200 empregados, perfazendo 31% dos trabalhadores.

Dentre as atividades sócio-econômicas de Criciúma, além do Carvão, do qual falaremos adiante, destaca-se, no setor agropecuário, a produção de mandioca, milho, banana, fumo, arroz, batata-inglesa e feijão. A produção de frangos e suínos desenvolve-se, principalmente, em sistema integrado.

No setor industrial, logo após a indústria do carvão, está a de minerais não metálicos, através da produção de artigos de cerâmica e fritas vitrificadas. Em seguida, destaca-se a produção de calçados, confecções, metalurgia e mecânica, rações e de produtos alimentares.

Em razão do crescimento industrial e do aumento da população residente, cresce com grande dinamismo a indústria da construção civil. Igualmente se expande o comércio. Em número de estabelecimentos comerciais, a cidade apresenta cerca de 800 unidades e aproximadamente 400 estabelecimentos de serviços, tais como bares, hotéis, restaurantes, oficinas diversas, bancos, casas de saúde, etc.¹

As principais unidades industriais, como carboníferas, cerâmicas ou estabelecimentos de serviço, como hotéis, hospitais, estações de rádio e televisão, se concentram nas mãos de alguns grupos familiares, cujos nomes são muito conhecidos, exatamente

1: Prefeitura Municipal. Perfil da Cidade. 1980.

em vista da variedade e intensidade de iniciativas empresariais : Freitas, Guglielmi, Gaidzinski, Cechinel, Zanatta, entre outros. Como empresas familiares, abrigam os operários num envolvimento paternalista e os situam numa posição filial e de confiança, bem de acordo com a índole educacional de imigrantes. Por outro lado, estes grupos familiares, que reúnem 10, 15, 20 ... ou mais empresas sob uma mesma custódia, bloqueiam alternativas de escolha ao operário, que, despedido de uma, pode ser aliado de 10 ou (ao se manter o acordo entre os poucos cavalheiros) de algumas dezenas de empresas, ao mesmo tempo. É uma cidade expansionista, por um lado, e limitada em termos de oferta de emprego, por outro.

O município é percorrido pela Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, chamada "Ferrovia do Carvão". A esta linha central se ligam quatro ramais que transportam carvão de Siderópolis, dos bairros de Mina do Mato, Mina União e Bairro Sangão.

Possui aeroporto, utilizado apenas por aeronaves particulares de empresários locais.

Em relação aos meios de comunicação social, Criciúma conta com uma estação de televisão e duas repetidoras de outros canais; uma estação de rádio difusão. Há quatro jornais locais, sendo um de tiragem diária e os outros semanais.¹

No cenário catarinense, Criciúma representa o quarto parque industrial. O carvão sempre liderou as atividades econômicas da região. Hoje, com a política de valorização das fontes de energia alternativas do petróleo, o carvão se afirma, ainda mais, como recurso econômico do município e da região carbonífera.

1. Sobre a situação cultural do município, ver Bairros de população operária. Cap. 4, item 10 do presente trabalho. p. 192 - 202.

4. A Expansão da Indústria Carbonífera

4.1. O Carvão em Santa Catarina.

O conhecimento da existência de carvão de pedra no Brasil data do início do século passado. Em 1825, o naturalista Friedrich Sellow, viajou para o sul e examinou o carvão do Rio Grande do Sul. Em 1832 faz o mesmo com o carvão catarinense.

Em 1837, Augusto Kersting tenta explorar o carvão em Santa Catarina, mas desiste, em razão da distância entre as jazidas e o porto.

Em 1839, o engenheiro Jules Parigot é encarregado de estudar o carvão em Santa Catarina e publica, no ano seguinte, uma memória sobre o estudo. Volta em 1842 a repetir o estudo, quando o governo imperial o encarrega de iniciar a exploração do carvão. Dificuldades financeiras, porém, impedem tal empreendimento.

Foi em 1860 que, em Arroio dos Ratos, no Rio Grande do Sul, começa a exploração do carvão por conta do Estado, e nesse mesmo ano James Johnson estudou a bacia de Tubarão, em Santa Catarina.

Em 1861, o Visconde de Barbacena conseguiu do Império um decreto concedendo-lhe o direito de explorar minas em uma área catarinense. Obteve várias prorrogações, e até 1876 não realizou nada na região.

Em 1878, mais estudos foram feitos sobre o carvão catarinense, por Vaughan, que, então, mencionou a existência das camadas Barro Branco e Bonito.

Em 1890, o ministro Francisco Glicério constituiu uma co

missão comandada por Gonzaga de Campos, para estudar o problema da mineração, desde sua exploração até o transporte ferroviário e marítimo. O Relatório de Gonzaga de Campos forneceu elementos sobre questões gerais que envolvem a exploração e o transporte do carvão catarinense.¹

Antônio Lage recebeu então a concessão que pertencera a Visconde de Barbacena. Organizou a firma Lage & Irmãos, dirigida pelo industrial Henrique Lage, que construiu o porto de Imbituba, que hoje leva o seu nome. Henrique Lage foi o pioneiro na indústria do carvão, abrindo minas, construindo lavadores e criando mercado para o carvão nas fábricas de gás e nas companhias de transporte marítimo e ferroviário.²

No Município de Criciúma, é na década de 1920 que o carvão passa a ser explorado e transportado por via férrea até Imbituba.

O carvão nacional, desde o início, encontrou grandes obstáculos à sua comercialização. O carvão importado da Inglaterra e Alemanha era preferido, por ser de melhor qualidade e de menor preço. Encareciam o carvão nacional o transporte ferroviário e marítimo, uma vez que o mercado se localizava em São Paulo e Rio de Janeiro.

Durante a 2.^a Guerra Mundial, houve um aumento significativo na produção de carvão nacional. Mas a indústria catarinense

1. ABREU, Sylvio Froes. Carvão Mineral. In. Recursos Minerais do Brasil. 1973.

2. Sobre a Formação e Expansão da Firma Lage & Irmãos, voltada para a indústria Carbonífera Catarinense, há o trabalho de Ondina Pereira Bossle, editado pela UFSC em 1981.

do carvão, apesar dos auxílios governamentais, só tomou impulso efetivamente com a instalação em Volta Redonda, Rio de Janeiro, da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), em 1945.

Muitas minas foram abertas em toda a área carbonífera. Por volta da década de 1950-60, mais de duas dezenas de firmas exploravam carvão, sem contar as dezenas de pequenas empreiteiras que operavam em concessões de firmas reconhecidas pela União.

A produção de carvão metalúrgico garantiu a continuidade e o crescimento da indústria carbonífera em Santa Catarina, mas o problema da produção excedente de carvão vapor sempre existiu e se agravou a partir de 1945, em consequência dos meios de transportes - ferroviário e marítimo - terem substituído o carvão vapor (CV) por combustíveis derivados do petróleo.

A Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN), órgão responsável pela produção e distribuição do carvão no país, se dedicou a estudos da viabilidade do carvão nacional. A proposta foi a construção de usinas termoelétricas, que consumiram o excedente de carvão vapor, produzido a par do carvão metalúrgico. É assim que a produção catarinense de carvão metalúrgico destina-se a três grandes indústrias metalúrgicas: Usina de Volta Redonda no Rio de Janeiro; Usiminas em Minas Gerais e Cosipa em São Paulo; e o carvão vapor passou a ser utilizado em duas termoelétricas locais: a UTE, subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional, com uma potência de 24.000 KW, e a SOTELCA, subsidiária da Eletrobrás, com uma potência de 482.000 KW.

A indústria carbonífera apresentou, no decorrer de seu desenvolvimento histórico, o seguinte quadro evolutivo.

T A B E L A 2

Produção de Carvão-Pré-Lavado em Santa Catarina

ANOS	EM 1.000 TONELADAS
1930	45
1940	265
1945	815
1950	1.005
1955	1.323
1961	972
1965	1.051
1970	1.280
1975	1.500
1980	3.210

FONTES:

Até 1955 - VEIGA, O. Pinto da. O Problema do Carvão Cata -
rinense, 1961.

1961 - 65 - FESSC, Carvão: Representatividade Econômica
de Santa Catarina. 1973.

1970 - 75 - Anuário Mineral Brasileiro. 1978.

1980 DNPM.

Convém lembrar, contudo, que o rendimento de carvão-pré lavado (CPL) corresponde aproximadamente a 30% do carvão bruto (Rom) produzido. É assim, por exemplo, que, em 1980, das 13.212.280 toneladas de Rom extraídas, em Santa Catarina, temos uma produção de 3.210.326 toneladas de CPL. Esse rendimento de 30% de CPL compõe-se de 15% de carvão metalúrgico (com 18,5% de cinzas) e de

15% de carvão vapor e energético (com 40% de cinzas).

4.2. Política Energética Brasileira

No conjunto das fontes de energia usadas no Brasil, o petróleo atinge o índice de 52%. A soma das outras fontes, como gás natural, hidroeletricidade e combustíveis sólidos, corresponde, portanto, a índices inferiores à metade do total de energia utilizada.

A crise político-econômica relacionada às reservas, produção e comercialização do petróleo, que surgiu vigorosa em 1973, obrigou os países dependentes do petróleo a redefinirem sua política energética.

Em 1975, o Ministério de Minas e Energia tomou a primeira medida de combate à crise do petróleo, planejando a substituição do óleo combustível por carvão vapor. Tal medida levaria à previsão de sextuplicar a produção de carvão em 10 anos, no período de 1975 - 85.

Em 1979, anunciou-se que a política do Presidente Figueiredo em relação à indústria carbonífera era de expansão, para fazer frente à crise do petróleo. Neste mesmo ano, o Departamento Nacional do Petróleo e, principalmente, a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais desenvolveu um trabalho de pesquisa nas concessões e delimitou 28 novas minas para pronta exploração no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

O Modelo Energético Brasileiro, elaborado pelo ministro de Minas e Energia, César Cals, fixou a meta de substituição de 170 mil barris de petróleo/dia pelo equivalente em carvão nacional,

o que atingiria por volta de 5 milhões de toneladas em 1980 e deveria alcançar, em 1985, 27,5 milhões de toneladas.

As previsões do Ministério de Minas e Energia para substituir 170 mil barris de petróleo/dia por equivalente em carvão definem a necessidade desse mineral, de 1980 até 1985, conforme tabela abaixo.

T A B E L A 3

Prospecção de Produção de Carvão Mineral

ANO	NECESSIDADES DE CARVÃO ENERGÉT 1.000 ton	CARVÃO METALÚRGICO 1.000 ton	CARVÃO VAPOR 1.000 ton	TOTAL 1.000 ton	METALÚRGICO %
1980	800	6.388	3.334	10.522	61
1981	3.200	7.286	2.972	13.458	54
1982	7.000	9.120	4.264	20.384	45
1983	11.300	9.705	4.792	25.797	38
1984	20.700	10.192	4.743	35.635	29
1985	38.200	11.886	4.379	49.465	24

FONTE: Anais - 1.^a Conferência Nacional do Carvão - 1979.

Prospecção do MME.

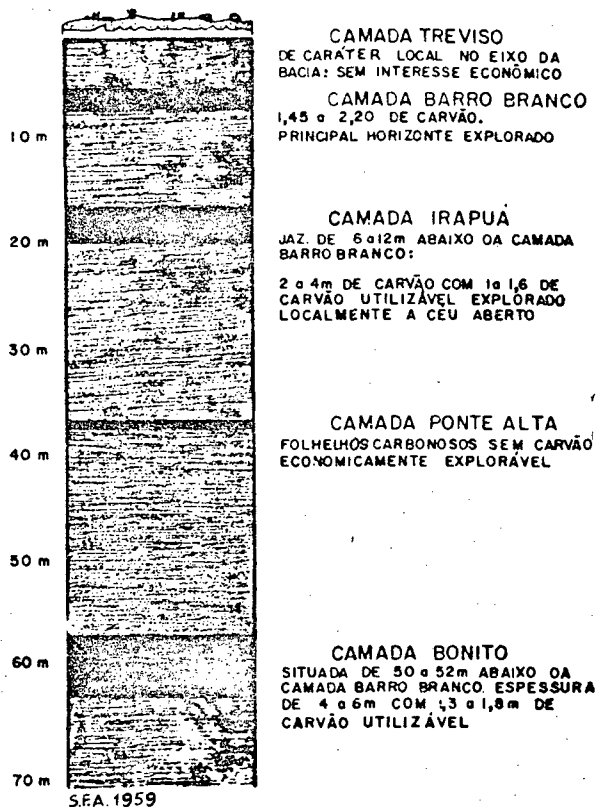
4.3. Reservas e Mineração de Carvão em Santa Catarina

As reservas de carvão no Estado de Santa Catarina apresentam-se em cinco horizontes quanto a sua formação. Aparecem na seguinte ordem ascendente: Bonito, Ponte Alta, Irapuã, Barro Branco e Treviso. Destas são apropriadas para a lavra as camadas de

Bonito, Irapuã e Barro Branco. A figura 1 mostra as várias camadas de carvão existentes em Santa Catarina.

F I G U R A 1

Principais horizontes de carvão em Santa Catarina¹



A camada Barro Branco, segundo um estudo detalhado de H. Putzer, aparece numa extensão de 268 km, a Irapuã em 63 km e a Bonito apenas em 26 km. Em termos percentuais, Barro Branco representa 75% do total, Irapuã 17% e Bonito apenas 8%.

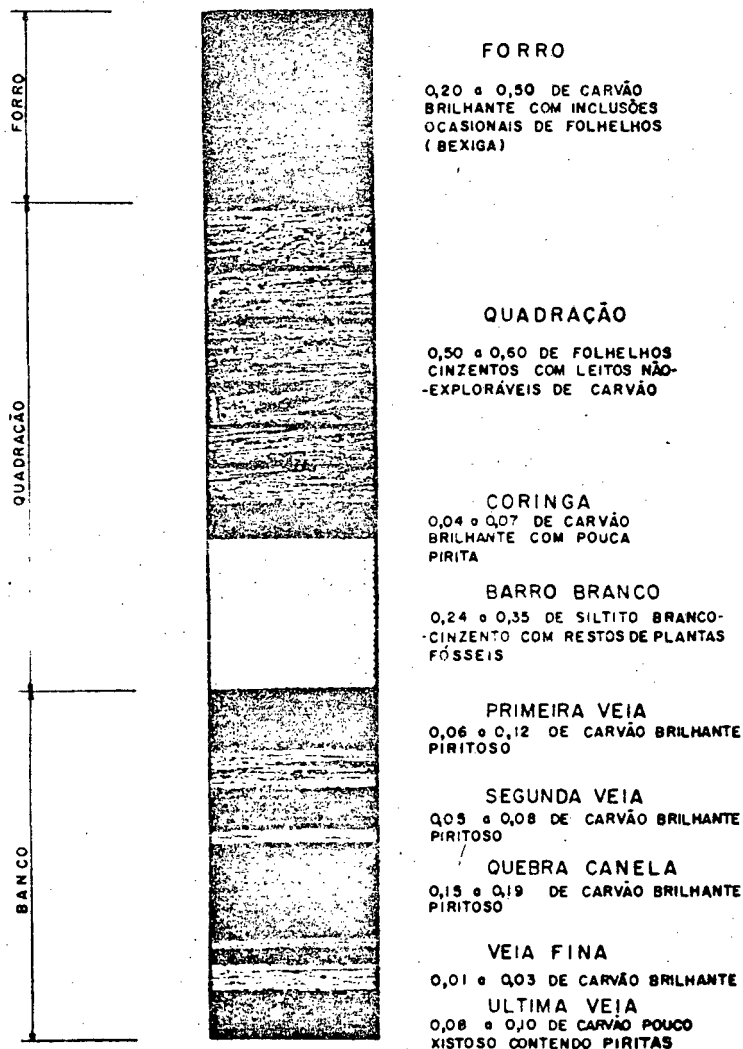
1. ABREU, Sylvio Frões. Carvão Mineral. In: Recursos Minerais do Brasil.

As duas camadas superiores são mais importantes, atualmente, para a indústria. A camada Bonito é mais espessa, mas sua qualidade é inferior à das outras duas.

O carvão Barro Branco é o mais explorado e se acha dividido pela camada típica de siltito claro, chamada "Barro Branco", o que dá o nome à camada. A parte superior ao Barro Branco é denominada "Forro" e contém menos cinza do que as camadas da parte inferior, o "Banco".

FIGURA 2

Perfil típico da camada Barro Branco com as denominações dadas pelos mineiros do carvão.²



As reservas de carvão no Estado de Santa Catarina, considerando-se as diversas camadas e somando-se as reservas já medidas, indicadas ou inferidas, dão um total de aproximadamente dois bilhões e trezentos milhões de toneladas.

T A B E L A 4

Reservas de carvão em Santa Catarina (em 1 000t)

ESTADO	JAZIDAS	MED.	RESERVAS IND.	INF.	TOTAL
Santa Catarina	Camada B.Branco	239.200	387.000	211.200	837.400
	Camada Irapuã	-	-	10.000	10.000
	Camada P.Alta	-	-	119.000	119.000
	Camada Bonito	132.400	488.900	642.100	1.263.400
TOTAL		371.600	875.900	982.300	2.229.800

FONTE: CRPM, In: Carvão de Pedra - Set. 1980/ Jan. 1981.

No Estado de Santa Catarina 11 Companhias Mineradoras exploram um total de 25 minas, sendo 21 de subsolo e quatro a céu-aberto.¹

As 21 minas de subsolo, quanto aos métodos de lavra estão assim distribuídas: cinco minas mecanizadas, operando com um até cinco conjuntos em cada mina; quatro minas semi-mecanizadas, lavrando com máquinas de pequeno porte, as carregadeiras - bobcats -, que fazem a limpeza das frentes, removendo o ROM em conchas; 12 minas manuais, onde a retirada do carvão bruto é feita

1. Ver Anexo nº 6. p. 302

com pás, pela força do braço do mineiro, enchendo os carros com quase uma tonelada de ROM.¹

Nas cinco minas mecanizadas trabalham 3 055 operários, retirando o montante de 7 785 794 ton.Rom/ano. Nas quatro minas mecanizadas com Bobcats estão trabalhando 854 operários, produzindo 1 210 696 ton.Rom/ano. Já nas 12 manuais são 3 412 trabalhadores que retiram 3 223 582 ton.Rom/ano.

As quatro minas a céu-aberto operam com equipamentos mecânicos, apresentando maior ou menor capacidade de produção. Nestas, operam 413 homens, cuja produção anual é de 992 208 ton.Rom/.

Na produção de carvão, a situação predominante de Criciúma fica evidente.

As tabelas a seguir sintetizam os dados sobre a lavra do carvão no Estado e no município de Criciúma.

T A B E L A 5

Métodos de Lavra Relacionados com a mão de obra e Produção
Estado de Santa Catarina - 1980

LAVRA	MINAS Nº	OPERÁRIOS Nº	PRODUÇÃO ton./ROM
Mecanizada	5	3.055	7.785.794
Mecanizada/Bobcats	4	854	1.210.696
Manual	12	3.412	3.223.582
Céu-aberto-Mecaniz.	4	413	992.208
T O T A L	25	7.734	13.212.280

FONTE: MME e DNPM

1. Ver Sistemas de Mineração - O Trabalhador nas Minas Manuais.
p. 75 - 9.

T A B E L A 6

Métodos de Lavra Relacionados com a mão de obra e Produção
Município de Criciúma - 1980

LAVRA	MINAS Nº	OPERÁRIOS Nº	PRODUÇÃO ton./ROM
Mecanizada	4	2.468	5 972.679
Mecanizada/Bobcats	1	625	1.071.012
Manual	5	1.695	1.255.380
Céu-aberto-Mecanizada	1	77	51.900
T O T A L	11	4.865	8.350.971

FONTE: MME

DNPM

Comparando-se os dois quadros acima, vemos a importância e o significado de Criciúma na indústria carbonífera. Das 11 companhias de mineração da região, seis estão em Criciúma; entre 25 minas, 11 operam ali. O total de operários nas minas é de 7 734; só Criciúma emprega 4 865, ou seja, mais de 60%. A produção de Criciúma significa praticamente dois terços da produção total de carvão da área explorada.

Além dessas minas em funcionamento, as empresas estão com outras nove em processo de implantação. Destas, cinco serão mecanizadas, duas mecanizadas com Bobcats e outras duas serão manuais.¹

1. Conf. Anexo nº 7. p. 303

4.4. Situação atual da Produção de Carvão Mineral

A exploração do carvão no Estado de Santa Catarina é realizada por dois tipos de empresas, representando grupos. As empresas do grupo A são de economia mista, com participação majoritária de capital do Estado (União). As empresas do grupo B são concessionárias das cartas exploratórias concedidas pela União a grupos particulares.

No Estado de Santa Catarina todas as empresas mineradoras têm à boca das minas um sistema de pré-lavagem. Desta pré-lavagem resulta a pirita, que fica amontoadas nas imediações da mina e o carvão-pré-lavado (CPL), que é transportado por ferrovia até o lavador de Capivari, onde o beneficiamento classifica dois tipos: o carvão metalúrgico e o carvão vapor.

O carvão metalúrgico é transportado, novamente por ferrovia, até o porto de Imbituba e, daí, por cabotagem, a três usuários: Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas e COSIPA. O mesmo trajeto segue o carvão energético consumido pela Companhia Auxiliar das Empresas Eletrônicas Brasileiras do Paraná e São Paulo. O carvão vapor fica depositado em Capivari e é consumido, em parte, por duas termoelétricas - a UTE e Jorge Lacerda - e pela Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina - EFDTC (carvão grosso e fino). Encontram-se no Capivari cerca de cinco milhões de toneladas de carvão vapor, amontoadas, que não se esgotam pelo consumo nas termoelétricas e estrada de ferro, pois seu estoque é renovado a cada beneficiamento do carvão pré-lavado.

A pirita carbonosa é outra fração do beneficiamento, es- tocado (cinco a seis milhões de toneladas) no Banhado da Estiva,

próximo ao Capivari. A Cia. Metropolitana está transformando esta pirita em concentrado piritoso, que é empregado na fabricação de ácido sulfúrico na Usina da Cia. Carboquímica Catarinense (ICC). A ICC, subsidiária da Petrofértil, por sua vez ligada à Petrobrás, prevê que as demais companhias carboníferas transformem a pirita amontoada nas imediações das minas em concentrado piritoso, garantindo assim, constantemente, a matéria prima necessária.

Outra indústria alimentada pelo carvão de pré-lavados é a de coque para a fundição. Algumas indústrias de coque são muito precárias e poluentes, outras já têm melhores condições; no total, seis coquerias funcionam na região.

Para aproveitar os resíduos da ICC, prevê-se a implantação de outras indústrias em Imbituba - uma usina siderúrgica da SIDERBRÁS, usina de gaseificação - e fala-se também em usina de liquefação de carvão, visando à produção de metano, gasolina sintética e óleos leves.

Em Criciúma está em construção uma indústria de gaseificação de carvão. O objetivo é fornecer combustível para as indústrias cerâmicas da região.

O Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), implantado em 1978, órgão do Ministério de Minas e Energia, subordinado ao Departamento Nacional de Produção Mineral e operacionalizado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), apresenta uma série de projetos relacionados à exploração e beneficiamento do carvão.

Através do Plano Trienal do CETEM, o Ministério de Minas e Energia apresenta uma política de aproveitamento racional do carvão e derivados. Há perspectivas de evolução tecnológica no

beneficiamento do carvão, o que, significará também a expansão da indústria carbonífera.¹

Os recursos ora investidos na tecnologia do carvão, revelam que a política do governo é tornar a indústria carbonífera um recurso econômico para a nação.

Convém registrar, contudo, que no momento em que se atribui grande importância ao carvão, os órgãos, sejam públicos ou privados, envolvidos na dinamização do setor, não mencionam e nem demonstram qualquer preocupação com a mão-de-obra diretamente ligada à produção - o trabalhador. Toda a política é de caráter eminentemente econômico. É crítico o aspecto social da indústria extrativa carbonífera e indústrias ligadas a ela. As consequências são ameaçadoras para a saúde do trabalhador, de suas famílias, para a população em geral, nas áreas de mineração, beneficiamento ou transformação do carvão. A poluição ambiental, a destruição paisagística, a destruição da fauna e flora, a poluição das águas, a ameaça de chuvas ácidas na região se constituem no alto preço social da indústria carbonífera. Problemas estes que são decorrentes, principalmente, do tratamento que as empresas e os órgãos públicos emprestam à atividade, valorizando extremamente o produto e o lucro, em prejuízo da qualidade de vida.

O Relatório Final dos "ESTUDOS SOBRE O IMPACTO ECOLÓGICO DA MINERAÇÃO E DO BENEFICIAMENTO DO CARVÃO NA REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA", realizado num convênio entre a FATMA e UFRGS, ao analisar as características econômicas e sociais da

1. CARVÃO DE PEDRA. R.J. 12(84-89): 13-18 maio-agosto. 1980.

mineração de carvão do Estado de Santa Catarina, termina com as seguintes considerações:

"Do exame das características econômicas e sociais resultou a identificação do elevado potencial econômico-financeiro das atividades de extração e beneficiamento do carvão. Revelou, por outro lado, que o benefício social, independentemente do elevado número de empregos gerados, é bem menor do que seria desejável. O custo ambiental e, conseqüentemente, social se torna extremamente elevado em uma região onde a qualidade da vida é profundamente afetada pela intensa poluição do ar, dos solos e da água. Os prejuízos criados para a saúde, para os bens móveis e imóveis, para a vegetação, para a fauna, para a paisagem, para a recreação e o lazer, para o valor da propriedade e para numerosos outros valores associáveis ao ambiente natural do homem não tiveram, até aqui, qualquer tipo de cobertura ou compensação. Sem pretender-se invadir, neste relatório preliminar, a complexa problemática das relações entre a qualidade do ambiente e o desenvolvimento tecnológico e industrial, caberia, no entanto, ativar os estudos que visem a assegurar o retorno de uma boa parte dos lucros auferidos direta ou indiretamente na região para o saneamento ambiental".¹

Até o presente, o problema social e humano não foi ainda enfrentado pelos órgãos públicos ou entidades privadas, e nem há previsão de implantação de programas a curto ou médio prazos, que visem a elevar o nível de vida das pessoas que mais diretamente estão ligadas à produção de fontes de energia para a nação ao preço da dilapidação rápida e intensa das próprias energias pessoais.

1. Relatório Final - Convênio Fatma - URFGS. 1978.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DO CARVÃO

1. As Minas de Carvão

A indústria do carvão não se assemelha às demais empresas produtoras de bens materiais. Difere delas já na forma de construção das unidades produtoras. Na indústria do carvão não encontramos edifícios com os fumantes chaminés; nem tampouco pavilhões que abrigam centenas de trabalhadores em seus postos nas linhas de montagem. Não encontramos, igualmente, secções que realizam as várias etapas do processo produtivo, característica da atual divisão do trabalho na chamada grande indústria. A indústria do carvão apresenta-se menos com instalações e mais com equipamentos volantes que, com seus operadores, avançam pelos sulcos que abrem no solo e galerias, no sub-solo, retirando o produto acomodado na terra - o carvão-de-pedra.

As minas de carvão estendem-se quase à superfície do solo, ou enterradas a centenas de metros de profundidade. A localização das jazidas no solo definirá a forma de extração. Será em minas a céu-aberto ou em minas de poço. Na região carbonífera de Santa Catarina encontramos os dois tipos de mineração.

1.1. Minas a Céu-Aberto

No município de Criciúma, área onde se desenvolveu o presente estudo, é insignificante a extração de carvão em minas a

céu-aberto. Estas encontramos no município vizinho de Siderópolis, onde escavadeiras possantes, como a "Marion", rasgam o solo em valas de 10 e até mais metros de profundidade, deixando o carvão à vista. A "Marion", em sua concha gigante, retira várias toneladas de terra, removendo em uma hora de trabalho quase mil metros cúbicos de terra e pedra, para deixar a superfície desnuda, sem vegetação, transformando o solo por onde passa em deserto negro e árido. O carvão, uma vez à vista, é afrouxado por tratores, retirado por máquinas e carregado em caminhões que o transportam até o jigue, que vai separar o carvão da pedra.

A mina de carvão a céu-aberto, em Siderópolis pertence à Carbonífera Próspera S.A., empresa estatal, que no ano de 1979 produziu 1 947 720 toneladas de carvão-pré-lavado. Na produção deste montante de carvão, revolveu extensa superfície de solo, que apresentava uma vegetação variada e que significava oxigênio, o que veio a atentar contra a saúde dos moradores da região.

A recuperação deste deserto está por ser feita. Enquanto o governo, proprietário da empresa e responsável pelo atentado à natureza e à vida das pessoas, não recuperar a vegetação destruída, também não poderá impor medidas que garantam o respeito à ecologia às outras dez empresas, que a par de produzirem carvão, destroem a natureza e põem em risco a saúde da população.

1.2. Minas de Poço

O carvão no município de Criciúma, que abriga sete das 11 empresas mineradoras catarinenses, é extraído em minas de poço.

A comunicação da superfície com a jazida, no sub-solo é

preparada através de duas vias. Uma, o plano inclinado, onde os operários construtores da mina escavam um túnel, cujo comprimento pode variar de 100 a 400 metros. Nesse túnel, de aproximadamente 16° de inclinação e cinco por dois metros, os trabalhadores instalam a correia que transportará o carvão bruto, quando a mina estiver produzindo. Mas o acesso principal à jazida, por onde entram os trabalhadores e o material para o trabalho, é o poço.

Durante vários meses, ou até anos, os operários, com auxílio de máquinas, constroem o poço de 40, 80 ou mais de 100 metros, até perfurarem o banco de carvão no subsolo. A abertura do poço vertical, que os mineiros chamam de "boca de mina", mede aproximadamente 4m x 8m. Esta abertura se divide, desde a "boca" até o "pé" do poço, em dois compartimentos isolados. Um, completamente vazio de instalações, livre para a saída do ar, sugado pelos exaustores instalados junto à abertura. O outro compartimento é o buraco, por onde centenas de mineiros mergulham, diariamente, em troca da sobrevivência. A "gaiola", espécie de elevador, transporta os trabalhadores, uns 12 cada vez, numa queda veloz, ao fundo do poço. Ali, as galerias se abrem e avançam, à medida em que os mineiros perfuram, detonam e explodem as paredes de pedra e carvão, retirando o material e mandando-o para fora da mina.

As instalações da indústria do carvão, no seu setor de produção, se constituem em galerias subterrâneas, abertas pelos trabalhadores, segundo um rigoroso e bem traçado plano dos engenheiros de minas.

"Câmaras e Pilares" é chamado o sistema de mineração mais comum na região. As feições geológicas das jazidas definem

o traçado dos vários eixos, todos ligados ao principal. Os operários do carvão seguem a rota dos eixos, e as galerias vão se alongando, num percurso de até 3 ou 4km. A altura das galerias é variável de acordo com a espessura da camada de carvão. Na carbonífera Próspera, por exemplo, encontramos as galerias centrais com 1,90m de altura e as galerias laterais com 1,50m de altura. Nessas travessões deparamos com homens andando ou postados em seus locais de trabalho, numa posição encurvada, cansativa e que, ao longo do tempo, lhes legará problemas de coluna que os acompanharão em sua aposentadoria. A largura das galerias depende do sistema de mineração. Nas minas mecanizadas, os mineiros vão avançando numa largura de cinco metros na Próspera, de seis metros na Metropolitana, para poderem transitar com suas máquinas. Já nas minas manuais as galerias variam entre 2,50m a 3,50m de largura. À medida em que as galerias centrais vão avançando, a cada 20 metros, os mineiros abrem as travessões - as galerias laterais - numa profundidade de 20m. Ao longo do traçado, a mina vai se apresentando em "câmaras" - as galerias - e "pilares" - as colunas de 15m x 15m na Próspera e de 12m x 18m na Metropolitana - que sustentam o teto. Nas galerias, este é escorado por parafusos de ferro nas mecanizadas e por madeiramento nas minas manuais.

Os pilares são recuperados na retração do painel, operação que exige muita atenção e cuidado por parte dos trabalhadores, pois a remoção dos pilares favorece os desabamentos.

À medida em que os trabalhadores avançam rasgando as galerias, eles vão montando lances dos transportadores de correias, nas galerias centrais, pois essas correias transportam o material - carvão bruto - para o plano inclinado e deste para fora da mina. A localização nas minas é efetuada por

letras e números. Os painéis recebem letras: A, B, C, ... e as galerias e travessões, números. Por exemplo, o cruzamento da galeria 4 com o travessão 5 do painel B, é denominado de 4 B 5.¹

A ventilação no interior deste subterrâneo é forçada, por exaustão. O ar entra pelo plano inclinado, percorre as galerias e ventila as frentes de serviço, onde os operários se encontram, nas diversas operações do processo de extração. O ar retorna por galerias paralelas, isoladas das primeiras, até alcançar o pé do poço de ventilação, onde o ar viciado, carregado de fumo e poeira negra é sugado pelos exaustores instalados na abertura vertical, junto à "boca da mina".

Muita água se junta na profundidade das minas. A drenagem das águas se faz canalizando-as para reservatórios. Dali são encanadas e retiradas para a superfície, através do poço, por bombas centrífugas, instaladas nas proximidades da abertura do poço.²

2. O Trabalho nas Minas de Carvão

2.1. Sistemas de Mineração

A indústria do carvão no Sul catarinense se desenvolve sob as formas usuais do desempenho das empresas capitalistas.

1. Ver anexo nº 8. p.304

2. Relatórios descritivos da Tecnologia de Minas fornecidas pelas Carboníferas Próspera S.A. e Metropolitana.

A formação de capital, incentivos e financiamentos para sua implantação fogem ao objetivo do presente estudo.

As indústrias extrativas de carvão denominam-se comumente companhias carboníferas. Dentre as 11 companhias de mineração do carvão no Sul do Estado, nove se constituem em empresas de capital privado - é o grupo B; e duas são empresas estatais - grupo A - subsidiárias da Companhia Siderúrgica Nacional.

As companhias carboníferas, como outras indústrias de médio e grande porte, apresentam uma divisão técnica do trabalho em dois setores fundamentais, o setor administrativo e o setor produtivo. No primeiro, a companhia emprega aproximadamente 10% do pessoal, ficando o setor de produção com os outros 90% dos trabalhadores da empresa.

A organização, funcionamento e dinâmica do setor administrativo, porém, não será objeto de descrição e análise no presente relatório.

O estudo, conforme já definido no início do trabalho, privilegia o setor produtivo, por se tratar de trabalho específico e muito peculiar. Através de sua dinâmica presume-se encontrar as razões que explicam as lutas trabalhistas ocorridas na área mineradora.

Mecanizar as minas é a voz de comando do Conselho Nacional do Petróleo. As companhias carboníferas foram conclamadas a modernizarem tecnologicamente o seu sistema produtivo, desde 1970. De 1970 até 1975 "ninguém fez nada", diz o Diretor Administrativo da Carbonífera Metropolitana. Os anos de 1975 a 1977 foram de implantação. Já em 1976 as Carboníferas Próspera e União Metropolitana estavam operando com equipamento mecanizado; em 1977 a Car-

bonífera Criciúma e, em seguida, a CBCA as seguiram. As Companhias carboníferas modernizaram inicialmente alguns setores; outros continuaram operando nos métodos tradicionais, de lavra manual, ou, quando muito, de lavra semi-mecanizada. Foi a crise do petróleo que rompeu as amarras que continham e delimitavam a produção de carvão. A orientação político-econômica do governo não era mais de produção controlada, mas de prospecção para aumento gradativo e imperioso, até atingir, em datas futuras, o montante de toneladas estipuladas pelo governo, triplicando, primeiro, e depois, sextuplicando a produção.

A mecanização chegou às minas de Criciúma como uma interventora do sistema capitalista, dinamizando a indústria do carvão e impondo-lhe um objetivo bem definido: a produtividade.

Na atualidade, encontram-se os três tipos de lavra na indústria de carvão catarinense; de acordo com a tecnologia empregada, a lavra pode ser mecanizada, semi-mecanizada e manual.

2.2. O Trabalhador Mineiro sob a Mecanização

Antes de considerar a mecanização na indústria carbonífera, vejamos o significado deste moderno processo de trabalho nas indústrias de médio e grande porte em seu desempenho atual.

A mecanização do processo produtivo se tornou atributo indispensável da indústria no modo de produção capitalista.¹ A

1. Não se relaciona a mecanização com outros sistemas produtivos, como por exemplo, com o assim chamado socialismo real por se tratar de um estudo empírico inserido num modo de produção capitalista. Veja-se a mecanização na URSS, segundo o estudo de H.Braverman. Diz o autor: "Na prática, a industrialização soviética imitou o modelo capitalista... Assim, os trabalhadores soviéticos carregam todos os estigmas das classes trabalhadoras Ocidentais". In: BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista. p. 21-24.

mecanização de uma indústria pode apresentar critérios diversos, quanto às razões que orientam sua implantação e desenvolvimento que podemos agrupá-los sob dois enfoques, sem sempre complementares. Num deles, a tecnologia é vista como um fenômeno em si mesmo, como um fato técnico, gerador de riqueza. Em geral encampam esta visão os que detêm a posse do capital e da técnica. O outro enfoque, de caráter social, relaciona a tecnologia com a sociedade onde ela se insere, e caracteriza a mecanização relacionada com o trabalhador, ligada a múltiplas consequências sociais.¹

No primeiro enfoque, a evolução tecnológica na produção é vista como um domínio do homem sobre a natureza. Atribui-se à máquina propriedades que antes o "braço humano" detinha. O estudo da natureza e sua compreensão dá ao homem o controle sobre o processo de trabalho, realizado agora, pela força motriz, que ultrapassa, muitas vezes, a força do homem trabalhador. Em síntese, vê o homem subjugando a natureza, para seu serviço. Esta visão, contudo, esconde uma outra realidade, que desmente o vitorioso domínio da natureza pelo homem.

Para o trabalhador que lida diretamente com as máquinas que realizam as diversas operações no processo produtivo, o avanço tecnológico lhe roubou toda a determinação e controle, que ele detinha sobre o processo produtivo. Controle que lhe advinha do fato de ele deter a capacidade técnica do trabalho, ou seja, de ele saber fazer. Controlava também pelo fato de subjugar e manejar os instrumentos de trabalho aos quais estava diretamente ligado. O trabalhador

1. BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista. 1977. cp.9.

tinha a capacidade de definir as formas e o ritmo de sua produção. Com a mecanização, a capacidade técnica é dispensável e os instrumentos são roubados das mãos do trabalhador e incorporados à máquina.¹

No âmbito social a maquinaria, em suas formas modernas de produção, está como instrumento de reforço à divisão e ao antagonismo existente entre as duas classes envolvidas no processo produtivo. A massa humana de trabalhadores está a serviço dos fins estabelecidos por aqueles que detêm a propriedade destas máquinas, para cujos fins elas foram projetadas. A tecnologia é implantada na indústria não como serva dos trabalhadores, mas como instrumento daqueles que têm como fim a acumulação de capital. A capacidade de controlar o processo de trabalho, desde a introdução das máquinas até seu desenvolvimento atual, foi orientada pelos interesses do capital e não pelos objetivos dos trabalhadores.

Braverman, ao falar do desenvolvimento da tecnologia no capitalismo, diz que "a capacidade humana para controlar o processo de trabalho mediante maquinaria é dimensionada pelo gerenciamento desde o início do capitalismo como o meio principal pelo qual a produção pode ser controlada não pelo produtor imediato mas pelos proprietários e representantes do capital. Assim, além de sua função técnica de aumentar a produtividade do trabalho - que seria uma característica da maquinaria em qualquer sistema

1. TOURAINE, Alain. A Organização Profissional da Empresa. In. Tratado da Sociologia do Trabalho. V.I, p. 445-68. O autor demonstra a diferenciação das diversas fases tecnológicas do processo de produção e as respectivas relações de trabalho.

social - a maquinaria tem também, no sistema capitalista, a função de destituir a massa de trabalhadores de seu controle sobre o próprio trabalho.¹ O controle do trabalho, feito por parte dos proprietários dos meios de produção, antes da mecanização só podia ser realizado através de meios disciplinares e organizacionais. Agora, com as máquinas, este controle se verifica plenamente na automação, e quase totalmente nos processos produtivos em linhas de montagem. A forma, o ritmo, as etapas de produção estão programadas pelo capital, e o trabalhador direto é o executor de tarefas parcelares, simples, mecânicas, repetitivas até a exaustão. Os operadores destas máquinas se habilitam no manejo das tarefas em algumas semanas, ou alguns meses de treinamento, podendo, por isso mesmo, serem substituídos com facilidade por outros operadores que assimilam as operações com rapidez, não prejudicando o processo de produção para o capital. A mecanização, que dispensou a qualificação profissional, contribuiu decisivamente para a perda da estabilidade no serviço e a implantação na legislação brasileira do F.G.T.S.²

As formas de utilização da maquinaria são definidas pelas tendências do capitalismo, e o dinamismo em mecanizar decorre da exigência de produtividade. Produtividade que tem seu móvel não no objetivo de satisfazer às necessidades humanas, mas, ao contrário, no impulso frenético, socialmente insano, de acumular capital. E o impulso à produtividade crescente está em toda e qualquer empresa capitalista, como exigência do sistema. Aos retardatários neste processo, tal imposição pesa como ameaça de

1. BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista. 1977, p.167-68

2. Ver o Ítem 6 Rotatividade. p. 129 - 34.

morte, através da concorrência nacional e internacional. O critério do lucro é o determinante, em toda a trajetória percorrida pela mecanização. Outros critérios, como uma melhor distribuição dos bens produzidos, a participação dos trabalhadores no avanço da ciência não passam de sonhos de idealistas, sem perspectivas.¹ A medida em que a mecanização cresce, aumenta a produtividade e se dispensa a mão-de-obra. Cresce, portanto, o número de trabalhadores disponíveis no mercado, que disputam entre si as eventuais vagas em empregos, ou sub-empregos, como forma de garantir sua sobrevivência.

Durante as 24 horas do dia, os trabalhadores povoam as galerias subterrâneas das minas mecanizadas. Quatro turnos baixam, diariamente, para uma jornada de sete horas no subsolo. Durante seis horas atuam nas frentes de serviço, obedecendo ao tempo de permanência no subsolo permitido pela legislação para o trabalho mineiro. Uma hora é solicitada pelas empresas ao trabalhador para o deslocamento da boca da mina até as frentes de serviço e o respectivo retorno. Assim, diariamente, três turnos baixam às minas, para trabalhar durante seis horas na extração do minério. Um quarto turno, o de manutenção, todas as manhãs, às 5 h 30min, no clarear, em dias mais "longos", ou nas frias e escuras madrugadas de inverno vai sumindo, em dezenas de homens, poço abaixo. Os operários da manutenção - eletricitas, carpinteiros, mecânicos, pedreiros, soldadores, serventes, diaristas... munidos de capacetes com lanternas, alimentadas por pilhas, que

1. BRAVERMAN, H. Trabalho e capital Monopolista. 1977, p.169.

prendem à cintura, calçando botas, rodeiam a boca da mina, esperando que a gaiola volte, para nova dezena de homens baixar por ela. Neste turno, das seis às 12 horas, as máquinas param e são reparadas. Procede-se ao avanço dos trilhos, se for o caso. É feita a extensão da rede de luz elétrica, conserto de equipamentos utilizados no processo de lavra do carvão. Os operários da manutenção ainda se encontram em seus postos no subsolo e sobre suas cabeças, na superfície, outros trabalhadores, em suas casas, estão se "aprontando para pegar o serviço".

Às 11h 30min, os mineiros, já quipados com o material de segurança - botas, capacetes, lanterna e máscara vão desaparecendo na "boca da mina". Em cinco ou seis viagens, foram todos transportados através do úmido poço. Deixam a gaiola e, em algumas minas, a custo evitam que as águas, que formam lagoas nas regiões mais baixas, lhes penetrem pelas botas. As águas que brotam abundantes nas minas nem sempre são canalizadas totalmente. Em algumas áreas baixas formam verdadeiros lamaçais e "lagoas".

Os mineiros caminham pela galeria central iluminada e prestam sua homenagem à Santa. "Se benzem" diante do nicho, enfeitado com flores e velas, pedem proteção à Santa Bárbara, padroeira dos mineiros e seguem em frente. Atravessam a galeria central, seguem pelas secundárias, caminhando um, dois, três km, até as frentes de serviço. A caminhada é cuidadosa, os olhos e ouvidos atentos. Os mineiros são unânimes em dizer:

"Na mina, a gente se cuida. O perigo está sempre perto. E pode estar em cima da cabeça da gente".

Chegando ao final da galeria, penduram ou acomodam nas paredes da galeria suas bolsas com algum lanche e garrafas térmicas com café, que a mulher lhes preparou em casa. Permanecem ape-

nas de calção, para iniciarem o processo de perfurar, explodir as paredes, ajuntar o carvão-bruto e mandá-lo para a superfície.

Os trabalhadores, no processo de lavra mecanizada, trabalham em conjuntos. Cada conjunto é formado por 17 homens, cujas tarefas específicas estão bem definidas e cronometradas.

Vejamos a dinâmica de um conjunto com os equipamentos e máquinas empregados no processo de lavra mecanizada.

Na Carbonífera Próspera, cada conjunto mecanizado apresenta os equipamentos abaixo relacionados, os quais realizam as operações fundamentais. Nas outras empresas os equipamentos são idênticos ou muito semelhantes a estes.

Equipamentos de operação nas minas mecanizadas

- a) uma cortadeira universal;
- b) uma perfuratriz rotativa (face drill);
- c) um carregador (loader);
- d) dois carros transportadores (shuttle-cars);
- e) um alimentador quebrador (feeder-breaker);
- f) um centro de força móvel (power center - 1 000 KVA);
- g) um compressor portátil;
- h) dois martelos de ar comprimido.

Todo esse equipamento, de tecnologia e procedência norte-americana, é montado sobre pneus, excetuando-se o quebrador alimentador, tracionado por esteira.

Cada conjunto opera com 17 homens, em seus equipamentos e máquinas, sendo as seguintes as operações que completam o ciclo.

SETOR	OPERADOR	AJUDANTE
Carregamento	1	1
Corte	1	1
Transporte	2	-
Perfuração	1	1
Escoramento	2	3
Alimentação	1	-
Mecânica	1	-
Elétrico	1	-
Supervisão	1	-
T O T A L	11	6
TOTAL GERAL		17

O ciclo de operações de cada conjunto mecanizado compreende cinco operações fundamentais, que são sequenciais, complementares e simultâneas. Os 17 homens trabalham num total de 10 a 14 frentes, nas galerias e travessões, uma vez que em cada frente se pode desenvolver apenas uma das operações que passamos a descrever.¹

1. Corte - Na ordem de sequência é a primeira operação do ciclo. O mineiro, com sua cortadeira, se coloca na frente, isto é, no final da galeria ou travessão. A máquina é provida de uma lança, ao redor da qual gira uma corrente dotada de bitz com

1. Ver o ciclo de operações de um conjunto mecanizado. Anexo nº 9. p. 305

pastilhas de Tungstênio ou Wídia, que corta a frente da galeria nas paredes laterais e no solo. O corte de 15cm, fica em forma de U, em ângulos retos. O corte é de altura da camada de carvão- 1,80 a 2,00 metros - com a largura da galeria 5 ou 6 metros - e 2,50 metros de profundidade. O operador do corte e seu ajudante, uma vez concluída a operação, dirigem-se para outra frente, para efetuar novo corte.

2. Furação - O mineiro furador, com sua perfuratriz rotativa, auxiliado pelo ajudante, inicia a perfuração da frente, de acordo com a localização do corte. Em cada frente os mineiros furadores fazem entre 8 a 15 furos, numa profundidade de 2,50m.
3. Desmonte - O mineiro encarregado da detonação carrega os furos com dinamite e estopim. Como são vários os furos, os estopins são de tamanhos diversos para que a detonação se processe em sequência. A frente do desmonte, uma vez preparada, é acionada pelo foguista, que acende os estopins, por sistema elétrico ou manualmente. Esta frente é totalmente liberada de pessoal e, em 5 minutos, iniciam-se as detonações, com seus estrondos e deslocamento de ar, que estremecem a mina e, num reboar qual de bumbo gigante, ecoa nos ouvidos dos homens, impassíveis às explosões, trabalhando em outras frentes.

A frente desmontada fica ali estirada não mais que 12 minutos. A fumaça da queima, a poeira - os finos de carvão - levantados durante o corte e perfuração poluem o ambiente, mas os homens do transporte já estão ali para a limpeza dessa frente.

4. Carregamento e transporte - O desmonte produziu em torno de 50 toneladas de ROM - carvão bruto. O mineiro, operador do Loader - máquina carregadora - transporta-se até a frente e põe em funcionamento a máquina, que com mãos mecânicas recolhe o material e o conduz por um sistema de correias, despejando-o no transportador (Schuttlecar), que carrega mais de 10 toneladas do material de cada vez. O mineiro, operador do Schuttlecar transporta o carvão-bruto até o alimentador-quebrador, que pode estar 50 ou mais de 100 metros distante da frente.
5. Operação do alimentador - quebrador - A operação desta máquina, dotada de pinos de impacto, consiste em triturar o material vindo da frente de serviço, transportado pelos Schuttler - cars. O material triturado numa granulometria de oito polegadas é lançado na correia transportadora de um metro de largura, cujo comprimento varia de 300 a 1 000 metros, dependendo da distância em que se localizam as frentes. As correias que transportam o material das frentes de serviço transferem a carga para as correias transportadoras principais, instaladas nos eixos que convergem para um ponto situado próximo ao plano inclinado. Ali acha-se construído um chute de transferência, que alimenta o transportador instalado no plano inclinado, através do qual o minério é retirado do interior da mina. Despeja o minério no exterior, formando uma pilha de carvão bruto. Este carvão bruto cai num funil em cima de um alimentador vibratório, cuja função principal é a de dosar a carga na correia que leva o material até o britador, onde, após ser britado numa granulometria de uma polegada e meia, é transportado por correia até o lavador, para ser separado das impurezas. O carvão pré-lavado (CPL) vai para uma pilha,

aguardando o embarque nos vagões da estrada de ferro.¹

Mas voltemos para o interior da mina. Mais uma operação se realiza para completar o ciclo.

6. Escoramento - É uma operação muito importante, indispensável para a segurança do trabalho em minas. Dois mineiros, munidos de perfuratrizes de percussão, a ar comprimido, fazem a furação vertical do teto. Um chuvisco de poeira negra vai cobrindo o operário e espalhando-se no ambiente todo. Nesses furos, de um ou dois metros de profundidade, os homens do escoramento introduzem parafusos de igual comprimento. Na extremidade superior há uma conquilha e na inferior, sob o teto, pranchas de madeira. Uma vez apertados, os parafusos forçam a extremidade superior e a conquilha se abre como garras, fixando-se no teto. A distância entre os parafusos depende do tipo de camada do teto.

O desempenho destas operações obedece a um ritmo calculado pelo chamado Método de Tempos e Movimentos. O tempo para a realização de cada ciclo - desde o corte até o escoramento - é calculado em 25 minutos. O ritmo de trabalho, no sistema de minas mecanizadas, se realiza em harmonia com as demais operações, levando-se em conta que uma operação não pode atrasar, sem prejudicar as outras. Diz o mineiro, chefe de divisão da Próspera:

"Todo operário bate o cartão. O homem encarregado acompanha até a frente. Cada um tem sua função e não pode se esconder. Porque, se fizer corpo mole,

1. Ver fluxograma de operações na produção do carvão. Anexo nº 10. p. 306

pãra tudo. Se um não quer parar, não adianta o outro querer. Isso na mecanizada. Na manual, o operãrio trabalha com tabela. Não tira, não ganha. E tem mais isso: tem que cuidar das máquinas. A maioria faz de conta que é dele. Isso se atribui a esse de talhezinho - metragem. Tem aqueles que não tem capacidade. Falta conhecimento no tratamento das máquinas. Mas todo mundo cuida porque está de olho na metragem".

No sistema de lavra mecanizada, fica bem evidente que o controle do processo de trabalho está com o capital. Os operãrios são meros operadores das máquinas. O ritmo de trabalho está definido pelo sistema. Por sua vez, se instala um meio de pressão exercido pelos próprios operãrios, uns sobre os outros. Diz o chefe de divisão: "Se um não quer parar, não adianta o outro querer". Manter o ritmo de produção, aproveitando ao máximo as seis horas em que a força de trabalho está à disposição do capital não é difícil. O capital condiciona o salário à metragem tirada. Não há linha de montagem seguindo e levando no seu ritmo os movimentos dos operãrios. Mas há um conjunto de produção coordenado e uma motivação que fazem o seu papel. Este é o sistema usual na maioria das mineradoras. Na Metropolitana a produção calculada pela companhia já se encontra incorporada no salário, que é fixo. O conjunto deve atingir o teto estipulado. O ritmo de trabalho é garantido através de um processo de supervisão muito eficiente, em todos os escalões da hierarquia empresarial que controla o processo produtivo. Diz um supervisor da empresa: "Na Metropolitana vadio não se cria".

Os operãrios seguem trabalhando. As horas passam e eles cada vez mais negros, fatigados, perfurando frentes e teto, assistindo explosões, limpando frentes e, assim, repetem as mesmas

operações, 11, 12, 13 vezes num turno de seis horas. E nestas horas aspiram, ininterruptamente, fumaça e os finos de carvão que vão se depositando, a cada dia, sempre mais, em seus pulmões. A poluição da poeira e fumaça é a maldição que paira sobre todo mineiro que ousa investir contra as pedras negras, com as máquinas que a moderna tecnologia impôs. O mineiro que aspira por muito tempo a poeira fina levantada no processo de trabalho está condenado a dentro de cinco ou seis anos, contrair a pneumoconiose - doença que destroi gradativamente os alvéolos pulmonares, pelo esforço do pulmão em expelir o carvão que se acumula em seu interior. A doença, se o mineiro não deixar a frente de serviço, vai se agravando e se torna irreversível, levando-o à morte.¹

Na pesquisa de opinião realizada entre os trabalhadores, 92% afirmaram que a mecanização aumentou em grandes proporções o número de doenças profissionais. Dizia o mineiro João:

"Em dois ou três anos o mineiro está arrombado. Tem muito mineiro doente".

E o trabalhador Silveira falou:

"É muito violento na mecanizada; pagam por metragem e dá muita poeira, fumaça e barulho; todas as atividades são feitas de uma só vez: detonação e coleta, tudo junto. A poeira é o dia todo. E quem trabalha numa máquina tem que comer pó".

Os mineiros tem consciência clara de que foi com a mecanização das minas que aumentou a poluição, que trouxe como consequência direta um incremento nas chamadas doenças profissionais.

O mineiro Túlio Diz:

"Quando era manual, ninguém nem sabia que tinha essa doença".

Há formas de reduzir a poluição. Uma delas é trabalhar

1. Ver o Trabalho e a Saúde. Cap. IV, item 8, p. 174 - 88.

na furação das frentes e do teto com perfuratrizes que aspergem água, enquanto furam. Na Metropolitana, afirma o médico Dr. Eduardo, "se falta água, as máquinas param". Um mineiro da empresa diz: "molham, mas é pouca água pra tanto pó".

Nem todas as empresas trabalham com acessórios anti-poluente. Falou o Dr. Sérgio, da Próspera, que há empresas que adquirem equipamentos de mineração no exterior, mas desprovidos dos acessórios anti-poluente, alegando seu alto custo e desinteresse dos operários em usá-los. O chefe de divisão da Próspera confirma o desinteresse de operários, quando diz:

"Na técnica, não tem mais o que fazer. Dizem os engenheiros que não tem mais o que melhorar. Não sei se tem uma solução para o problema. Agora, tem um negócio - o operário também tem um pouco de culpa. O operário não coloca água porque faz "chilame"."

O uso da máscara é outra medida protetora. Os operários das frentes baixam às minas providos de máscaras. A maioria só usa durante as operações em que há poeira mais intensa, quando há "nuvens" de pó. E afirmam que não conseguem usar por muito tempo. Diz o mineiro Jorge:

"Com a máscara não dá pra respirar, ela abafa".

O chefe de divisão da Próspera diz:

"Máscara? Eu não posso usar. Mas mesmo depois que obrigaram a usar essa máscara, muita gente pegou pneumoconiose, usando máscara".

O médico da CBCA diz que a mecanização reduziu a lombalgia (problemas de coluna, dado o dispêndio de grande esforço físico, nas manuais) e incrementou a pneumoconiose. Há outros males que o trabalho nas minas provoca para a saúde dos mineiros.

Doenças como bronquites, reumatismos, dermatites.

A mecanização pesa sobre o trabalhador, castigando-o com a incapacidade de respirar, fazendo dele um aposentado precoce e doente. Mas não é só. A mecanização, para 76% dos trabalhadores, é prejudicial sob o ponto de vista de ampliação do mercado de trabalho. Diz o "Seu" Pedro:

"A mecanização da mina botou muito mineiro pra rua. Quer dizer, quando começam com a mecanização na mina, eles dispensam o pessoal. Ali, eles mandam embora os que criam caso e também o pessoal com problema de pulmão".

"Seu" Alberto tem a mesma opinião.

"Olha, vou dizer uma coisa pra senhora: Uma máquina trabalha por 50 homens; tira muita vaga. Pro mineiro a máquina trouxe o desemprego. A máquina é necessária só pros donos. É isso aí. Pode escrever".

Na opinião da maioria dos trabalhadores, o desemprego é uma das consequências inevitáveis da mecanização.

Todavia, para 90% dos trabalhadores a mecanização das minas é necessária. As razões que fundamentam essa necessidade são: maior facilidade, trabalho mais leve e maior produtividade. Do ponto de vista de dispêndio de energia, a mecanização veio resguardar o mineiro; mas tornou a atividade muito mais monótona e desinteressante, segundo expressam os trabalhadores. A grande maioria vê a produtividade como uma condição que se agrega natural e obrigatoriamente ao processo produtivo. O aspecto positivo da produtividade se impõe soberano sobre todas as demais dimensões do processo. O trabalho sob este enfoque se apresenta como um elemento no processo de produção, isolado do contexto geral

da vida. Por um lado, afirmam que a mecanização ameaça a saúde do trabalhador, diminui as chances de emprego, mas a máquina é necessária (90%).

O discurso ideológico dominante, à primeira vista, parece ter se incorporado à linguagem do trabalhador. Aqui caberia um estudo mais aprofundado, para verificar empiricamente esta premissa.

2.3. O trabalhador nas Minas Manuais

O avanço por galerias e travessões, como nas mecanizadas, ocorre igualmente nas minas de lavra manual. As galerias, contudo, são mais estreitas, aproximadamente 3 metros de largura por 1,60 a 2,00 metros de altura, que varia na dependência da espessura da camada de carvão.

As operações fundamentais nas minas de lavra manual consistem em: 1. escoramento do teto; 2. furação da frente; 3. detonação; 4. limpeza de frentes, que obedecem a execução de tarefas em consequência, pela ordem:

1. Escoramento do teto - Os trabalhadores de subsolo, cuja tarefa consiste em garantir a segurança do teto, denominam-se madeireiros. Eles levantam a cada lado da galeria aberta pés direitos de madeira, normalmente eucaliptos, da altura do solo até quase o teto, onde encaixam travessões de três metros ou menos, dependendo da largura da galeria. A distância entre cada escoramento está na dependência da qualidade do teto. Há casos de teto de pedra firme, em que o madeiramento pode ser bem espaçado; já noutros casos, de teto muito movediço, o es-

coramento se faz necessário, um próximo ao outro.

2. Furação de frente - Os madeireiros acabam de garantir a segurança do teto, e já entram em ação os furadores de frente. Alguns operários fortes, outros franzinos, munidos com martelos a ar comprimido, se colocam nas frentes, já emadeiradas e começa o desgastante trabalho de perfurar entre 8 a 15 furos de 2,50m de profundidade, em cada frente. Concluído o trabalho numa frente, já se deslocam para outra, pois o trabalho, ora iniciado, vai se repetir em outras 10 frentes, no mínimo, durante o turno de preparação das frentes para a extração do carvão bruto, no próximo turno.

3. Detonação - Os queimadores, assim se chamam os operários que carregam os furos com dinamite e estopim. Eles devem ter o cuidado de preparar estopins de vários comprimentos, para que a explosão se processe em sequência. A detonação é acionada no final do turno, quando os demais trabalhadores já se retiraram das diversas frentes. Desmontadas as frentes, estão todas com aproximadamente 30t. de ROM, que serão removidas pelos operários denominados mineiros-puxadores.

As duas operações, furação e detonação, são feitas normalmente no turno das 18 às 24 horas. Nas seis horas seguintes - de zero às seis horas, a mina fica sem seus corajosos habitantes. É o momento em que a poeira e a fumaça se acomodam, para não agredirem tão ostensivamente os operários que à partir das 5h 30min já estão baixando, em algumas minas, pela gaiola; noutras, pelo plano inclinado; noutras, ainda, pela encosta onde se abre a "boca da mina".

4. Limpeza das frentes - Entram em ação os mineiros puxadores, munidos de pá, uma marreta, uma vagoneta ao alcance de seus braços, e começa a grande maratona de seis horas de trabalho, enchendo as vagonetas na força do braço. Vez por outra são necessárias umas fortes marretadas nas pedras maiores, que a explosão não desmontou em tamanho possível de carregá-las na vagoneta. Esta, uma vez carregada, pesa 900kg. O mineiro, então, com toda a força de seu corpo, apoia as mãos e a cabeça no carro de quase uma tonelada de carvão-bruto e empurra 100, 200 metros, sobre trilhos, em algumas minas, hoje ainda, de madeira. Empurra até chegar à linha mestra, onde engatam as vagonetas no cabo-sem-fim, que as transporta até o virador.

O mineiro puxador tem fixado pela companhia o número mínimo de carros que deve puxar. Na CBCA, atualmente, estão fixados 11 vagonetas, por homem/turno, para receber o salário base da categoria. Sobre os carros que tirar a mais passa a receber uma quantia estipulada, que no final do mês lhe será agregado ao salário. Esta medida induz o trabalhador a uma tarefa incessante no afã de receber um pouco mais. Há operários em boas condições físicas, que resistem ao trabalho pesado e chegam a tirar até 20-22 carros, dobrando desta forma o salário. Porém, se um trabalhador da manual contrair por exemplo, pneumocuniose, seu rendimento tende a baixar, pois o cansaço, pela deficiente respiração e pela baixa oxigenação do organismo, lhe vai roubando as energias e a "vontade de trabalhar". É muito comum os mineiros-puxadores sofrerem de lombalgia (doenças de coluna), pela posição encurvada no trabalho e pelo dispêndio de intensa força física. Isto também leva a baixar a produção. Se a produção baixar aquém da quota fixada pela

companhia, este mineiro "vai pra rua; pra empresa sô serve o operário enquanto produz", afirma o "Seu" Antônio.

Hã mineiros que não se limitam ao horário de turno, e alguns baixam às três ou quatro horas da madrugada, permanecendo até as 12 horas, no afã de aumentar seu salário-produção.

O ciclo de operação da lavra manual sô é concluído com a retirada do carvão-bruto do fundo da mina. É assim que as vagonetas, conduzidas da linha mestra, pelo cabo sem fim, até o virador, encontram ali os manobreiros; estes encaixam a vagoneta no virador, que por um sistema de contra peso gira sobre si mesmo, derramando o carvão-bruto num funil que despeja diretamente sobre a correia transportadora, rumo ao britador, localizado na superfície.

A divisão técnica do trabalho nas minas mauais é elemental, mas é suficiente para caracterizar o trabalhador como não qualificado, sem profissão. Por outra, a divisão técnica, mesmo não sendo em sistema mecanizado, torna o operário dependente das demais tarefas do conjunto. A realização de uma tarefa obriga o desempenho das demais, sob o risco de bloquear todo o processo. Vale aqui a observação de um chefe de divisão:

"Não adianta um não querer, se o outro quer trabalhar".

Ou esta, do mesmo chefe:

"na manual, não tirou, não ganha".

O próprio processo técnico, pela caracterização de trabalho coletivo, traz em si o controle do processo de trabalho. Hã, além desse, o controle do processo de produção realizado pe-

los trabalhadores indiretos, como encarregados, capatazes, chefes de divisão e engenheiros.¹

2.4. O Mineiro - Uma Categoria do Passado

No antigo sistema de trabalho, a empresa ainda não contava com uma unidade real, como ocorre no novo sistema industrial. Havia, de um lado, o ambiente de trabalho em que o operário qualificado dispunha de autonomia sobre o processo de trabalho; de outro, estava a administração totalmente assumida pelos patrões. Os empresários mantinham uma posição de dominação sobre os operários, de cujo trabalho retiravam o lucro; mas os operários, por sua vez, moviam-se com autonomia profissional, que se manifestava na liberdade de circulação pela empresa, na opção pelos métodos de trabalho, no ritmo imprimido ao processo de trabalho. O operário, se qualificado, dependia menos das características próprias da empresa e mais de sua qualidade profissional. Era avaliado, principalmente, pelo resultado obtido, e pouco pelas normas de execução do trabalho.² Sobre as características do trabalho no sistema antigo, Alain Touraine comenta:

"O importante é que a qualificação profissional se define aqui menos como nível de conhecimento do que como poder de decisão e, em muitos casos, como comando, isto é, como princípio de organização do trabalho. Nas formas antigas de administração in-

1. Ver Relações entre trabalhadores diretos e indiretos. Cap.III, item 5.2. p. 104

2. TOURAINE, Alain. O antigo sistema de trabalho. In. Tratado de Sociologia do Trabalho. p.447.

dustrial, o operário qualificado possui até, às vezes, uma posição de empreiteiro, celebrando contratos com a direção da empresa e remunerando os membros de sua equipe com o dinheiro que recebe para a execução coletiva de um trabalho (Mottez, 1960)".²

O sistema antigo podia ser chamado como profissional. O processo de produção vinculava-se diretamente ao poder de organização e desempenho do operário. O novo sistema se caracteriza como técnico. O aparelho técnico de produção está desvinculado do conjunto de operários que o põe em funcionamento.

A divisão técnica do trabalho, exigência básica da atual fase do desenvolvimento industrial, era muito elementar na indústria carbonífera do passado. A maior parte das tarefas inerentes ao processo extrativo do carvão eram desempenhadas por um mesmo trabalhador - o mineiro. Este dispunha de ajudantes, em geral dois, que trabalhavam diretamente sob sua responsabilidade. Os ajudantes que demonstrassem habilidade e conhecimento das diversas etapas do processo produtivo passavam à categoria de mineiro.

Ao mineiro era entregue a exploração de uma galeria. Para o desempenho do trabalho, além de contar com os serviços de um ou dois ajudantes, recebia da empresa os instrumentos de trabalho: pás, picaretas, marretas, carrinhos, trado (furadeira), material explosivo. A guarda e conservação dos instrumentos de trabalho estavam sob a responsabilidade do mineiro. A este e a seus ajudantes cabia a extração de carvão da galeria que lhe fora concedida pela companhia. O processo extrativo compreendia a furação

1. TOURAINE, Alain. O antigo sistema de Trabalho. In. Tratado de Sociologia do Trabalho. p.448.

e "queima" das frentes, a remoção do carvão, que era escolhido no subsolo, carregado em vagonetas e conduzido sobre trilhos, em geral de madeira, para o exterior da mina; ao mineiro e a seus ajudantes cabia também o emadeiramento da galeria para a sustentação do teto. O mineiro devia ainda conhecer e seguir a orientação do engenheiro ou técnico de minas no traçado e avanço das galerias. Enfim, o mineiro se caracterizava pelo conhecimento de que dispunha do processo de trabalho e pelo controle que exercia sobre este mesmo processo.

A empresa estabelecia um horário base, e dentro dele o mineiro determinava o ritmo de trabalho, que se subordinava a sua capacidade e força de trabalho. Como dizia o mineiro Domingos, "se trabalhava na vontade do corpo". O mineiro era uma espécie de "empreiteiro". Recebia por carvão produzido. O preço do carvão orientava o pagamento que a empresa concedia ao mineiro por tonelada extraída. Já o ajudante era remunerado com um salário mensal, cujo preço máximo era fixado pela empresa. O salário dos ajudantes era descontado do montante conseguido pelo mineiro, nas respectivas galerias, proporcional à produção. Este sistema garantia um excelente aproveitamento do trabalho. A maior produção resultava em melhores salários para os mineiros. Ele imprimia, pois, o ritmo de produção, e não raro gratificava os ajudantes por boa produção; com isto se estabelecia competição entre os mineiros, no sentido de conquistar e garantir como ajudantes os trabalhadores mais eficientes.

Aleém do trabalho do mineiro diretamente encarregado da produção do carvão havia outras tarefas, como as dos bombeiros, dos construtores de trilhos, dos eletricitas. Contudo, todos os trabalhadores, inclusive os mineiros, eram caracterizados como

assalariados das respectivas companhias carboníferas.

Os salários dos mineiros, por estarem diretamente vinculados ao preço do carvão, não estavam expostos à desvalorização, como os demais salários de outras categorias profissionais normalmente se encontram. O salário da categoria "mineiro", vinculado ao preço do carvão, era o carro-chefe que definia os níveis salariais dos trabalhadores que exerciam outras tarefas na mineração, que não diretamente a extração de carvão. Os mineiros hoje aposentados, ou os mais antigos são unânimes em afirmar que os salários do sistema de mineração do passado representavam 120 a 150% a mais que os salários atuais.

A organização da classe trabalhadora mineira, em sua luta por melhores salários, significava, conseqüentemente, o aumento dos preços do carvão. Os mineradores utilizavam os mineiros como movimento de pressão sobre o governo, o administrador do mercado carbonífero, para obterem o aumento dos preços do carvão.

Além dos salários, maiores que os atuais e garantidos pelos preços do carvão, os mineiros se contituíam numa categoria profissional com grande ascendência sobre considerável número de trabalhadores, principalmente sobre os ajudantes, que lhes prestavam fidelidade. Os mineiros e ajudantes eram reciprocamente solidários frente à fiscalização e controle exercida pelo capataz das minas. O capataz, tanto no passado quanto hoje, recebe do mineiro um tratamento próprio de quem está para defender os interesses do patrão e não os da categoria a que pertence.

Além da ascendência que o mineiro gozava sobre seus ajudantes, era ele que detinha o conhecimento e o controle do processo de trabalho. A estas vantagens se acresce a estabilidade

que muitos mineiros haviam conquistado no emprego, após dez anos de permanência na mesma companhia. Tais fatos criavam condições efetivas que definiam as relações que se estabeleceram entre capital e trabalho, e possibilitaram, sem grandes riscos para o trabalho, a organização da classe trabalhadora, conferindo-lhes poder de barganha e força de pressão sobre as empresas, nas reivindicações trabalhistas.¹

Na década de 1960, as companhias carboníferas passaram a adotar gradativamente novo sistema na contratação de novos operários. As tarefas passaram a ser divididas, e já não se concedia a exploração de uma galeria a um só trabalhador - o mineiro. Nenhum operário mais passou a receber ajudantes, mas se instituiu nas minas o trabalhador coletivo, que justamente com seus companheiros realizava parcelas do conjunto das tarefas extrativas. Esta medida se consolidou a partir da queda do Governo Goulart. Em 1964, com a nova política trabalhista do governo, todos os mineiros "encostados" na Previdência Social por motivo de doenças profissionais tiveram alta. Este fato congestionou as frentes de trabalho. Foi então que os empresários pressionaram o Ministério do Trabalho para obterem a regulamentação da aposentadoria especial, isto é, após 15 anos de serviço nas frentes do subsolo. Testemunham os mineiros líderes sindicais da época que houve aposentadoria compulsória dos estáveis e demissão em massa dos mineiros registrados como tais que ainda não haviam alcançado a estabilidade.

O mineiro "dono" de uma galeria, com ajudantes, tendo

1. Ver Cap. V. A militância Sindical Mineira. p. 222 - 34.

a guarda dos instrumentos de trabalho e o controle de grande parte do processo extrativo não mais foi contratado. Os poucos que restaram nas frentes foram persuadidos a se inscreverem no novo sistema de lavra manual, cuja divisão técnica do trabalho é especializada e estabelece o trabalho coletivo no processo de produção do carvão, conforme vimos no sistema de lavra manual, descrito anteriormente.

O mineiro como profissional da extração de carvão, conhecedor do processo de trabalho e exercendo controle sobre o mesmo é, pois, uma categoria profissional que pertence a um passado, na história da indústria carbonífera catarinense.

3. Salários

O sistema de salários nas companhias carboníferas diz respeito, direta ou indiretamente, à quantidade de carvão produzido. Os operários sabem, por experiência, que se a produção de carvão-bruto baixar, os salários também serão menores.

A relação existente entre salário e produção aparece, com algumas variações, nas diversas companhias carboníferas e segundo os sistemas de lavra empregados nas empresas. Uma coisa, porém, é certa. A produção é a base para definir os salários.

Na Carbonífera Próspera, por exemplo, nas minas mecanizadas de subsolo, há um salário base que corresponde à produção de ton.ROM/homem/turno, nos conjuntos mecanizados. Toda produção que exceder à quantia mínima fixada é paga, por metragem, aos operadores de máquinas e a seus ajudantes.

Comparando-se ao salário mínimo vigente na região, a média mensal que um operador de máquina recebe de produção é equivalente a dois ou dois e meio salários-mínimos; o ajudante, recebe o equivalente a um salário mínimo. Essas quantias são pagas como adicionais ao salário.

O mesmo sistema de pagamento a CBCA adota em seu conjunto mecanizado.

Nas minas manuais, o mineiro tem uma quota estipulada de produção, correspondente ao salário-base de sua categoria. Atualmente, a CBCA estabeleceu o mínimo de 11 carros/homem/turno. A mudança dos operários de um poço desativado para outro oportunizou à companhia subir a quota de produção de sete para 11 carros. Esta medida gerou muita crítica, mal-estar e insatisfação entre os mineiros.¹

Salário fixo, isto é, desvinculado desse acréscimo por produção, é a reivindicação, aberta ou velada, dos trabalhadores. É voz corrente entre os mineiros que "o salário fixo é mais justo". Outra fundamentação dos operários a favor do salário fixo é a de que "com salário fixo se trabalha mais à vontade: por produção, provoca mais acidentes".

O trabalhador é lesado com a prática adotada pelas empresas, do salário-produção. Essa quantia, que faz parte integral

1. Além da elevação da quota de produção, os mineiros da CBCA acusavam a Companhia de não estar pagando a produção-extra com precisão. Houve, na ocasião, um movimento dos mineiros para boicotar a produção e permanecer apenas nos 11 carros limite, uma vez que havia irregularidades no pagamento. Dos quase 50 trabalhadores, apenas seis tomaram esta medida, razão pela qual foram despedidos da empresa. Estes mesmos operários, após serem despedidos, ao procurarem o FGTS, constataram que a empresa não depositara os 10% correspondentes. A situação os levou a procurarem o Sindicato para garantirem seus direitos.

do salário, é recebida tão somente se o trabalhador estiver produzindo, isto é, se efetivamente se encontrar na frente de serviço. Um acidente, uma doença que o afaste do serviço reduz o salário do trabalhador. Nesse tempo passa a receber apenas o salário fixo registrado em sua carteira de trabalho.

Em alguns casos, a redução do salário chega até a metade do mesmo. Na carteira de um "ajudante de mineração" da Carbonífera Próspera estava registrado o salário de Cr\$ 9.328,00, correspondente a dezembro de 1980; o demonstrativo mecanizado do salário, relativo ao mês e ano citados, registrava Cr\$ 18.925,81. Esse trabalhador, se por algum motivo se afastasse da frente de serviço, teria seu salário reduzido a menos da metade.

Por estas razões, os operários reclamam pelo salário fixo. Os dados mostram que 77% dos operários consideram o salário fixo uma proposta mais justa, contra 19% que preferem receber por produção. Estes, em geral, são operários serventes, diaristas, que apenas recebem o salário base das carboníferas.

A empresa, por sua vez, utiliza o salário-produção como recurso para aumentar a produtividade. É também uma medida administrativa de controle do capital sobre o trabalho. A mecanização está programada e cronometrada pelo Método de Tempos e Movimentos. O ritmo e o tempo não estão, porém, totalmente, vincu- lados à máquina; o trabalhador detém certo controle de seu tempo, mesmo na lavra mecanizada e, muito mais, na lavra manual. Daí a necessidade de a empresa recorrer a meios disciplinares para deter o controle sobre o processo de trabalho nas minas.

A Carbonífera Metropolitana não utiliza o sistema de pagamento adicional por produção. Adota o sistema de salário fixo.

A companhia estabelece, contudo, um teto de produção a ser atingido. O processo de controle da produção é acompanhado por sistema de cobrança direta, diária e em cadeia, obedecendo à hierarquia que supervisiona o processo: encarregados, capatazes e engenheiros; este sistema desenvolve um clima de trabalho competitivo, que induz o trabalhador, em todas as esferas, a "mostrar serviço", para garantir sua permanência no emprego. "Na Metropolitana vadio não se cria", dizia um supervisor da Companhia.

Outra medida utilizada na companhia é o pagamento de salários que, em média, estão dois terços do salário mínimo regional acima dos salários pagos por outras companhias carboníferas da região. Por isso, o operário da Metropolitana quer permanecer no emprego, pois sabe que a procura é grande. Mesmo os trabalhadores de outras mineradoras aspiram a estar empregados na Metropolitana.

Os salários dos trabalhadores do carvão são os mais altos da região, quando confrontados com os dos trabalhadores de outras indústrias. Tomemos a indústria cerâmica, a segunda em importância na área. Nas indústrias de pisos e azulejos, por exemplo, o pessoal não qualificado empregado no setor produtivo atinge entre 75 a 80% da mão de obra, percebendo salários que ficam na faixa de um a um e meio salário mínimo regional.¹ As companhias carboníferas, em termos de mão de obra não qualificada, estão com índices aproximados ao das indústrias cerâmicas, com exceção da Carbonífera Próspera. Porém, os salários mínimos

1. Dados colhidos nas indústrias de Pisos e Azulejos Eliane, no município de Urussanga, não publicados.

das companhias carboníferas estão 190% acima do salário mínimo regional, que se constitui no salário da maioria da mão de obra não qualificada empregada nas indústrias cerâmicas.

Estendendo-se a comparação dos níveis salariais do mineiros aos dos setores industriais mais bem pagos no país - por exemplo o setor automobilístico, constatamos que as duas atividades industriais, carbonífera e automobilística, iniciam no mesmo patamar de salários. Segundo levantamento do DIEESE em quatro grandes empresas internacionais automobilísticas, 25% dos trabalhadores tinham, em 1978, salários na ordem de dois a três salários mínimos.¹ Na mineração, o piso salarial aproxima-se de três salários mínimos regionais.

O atual salário mínimo das indústrias de carvão, válido até 30 de junho de 1982, está fixado em Cr\$ 35.337,20 - subsolo, e Cr\$ 34.149,22 - superfície, salário este obrigatório em todas as carboníferas. Sobre estes salários as empresas pagam o quatro por cento de produtividade. Nas Carboníferas Próspera e Barão do Rio Branco (estatais) as percentagens de produtividade são escalonadas: quatro por cento para o piso; três por cento para quem recebe do piso salarial até Cr\$ 50.000,00; um por cento de Cr\$ 50.000,00 à Cr\$ 120.000,00. As empresas pagam por produção também. A extração de carvão acima da quota estabelecida, é paga aos trabalhadores ligados diretamente ao processo extrativo.

Os níveis salariais correspondem à qualificação profissional, como é comum em qualquer empresa.

1. SOUZA, Paulo Renato. O que são empregos e salários. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981. p.59.

Vejamos os índices de qualificação profissional com em pregados do setor produtivo das três companhias carboníferas.

T A B E L A 7

Qualificação Profissional nas Empresas Carboníferas
Setor de Produção

COMPANHIAS	O P E R Á R I O S				
	Não Qualificado	Semi Qualificado	Qualificado	Supervis.	Total
Carb. Próspera	32	23	38	7	100
Carb. Metropolitana	78	15.5	5.5.	1	100
Carb. CBCA	80	10	10	-	100

FONTE: Dados fornecidos pelas empresas.

Por operários não qualificados as empresas compreendem os trabalhadores de subsolo e superfície sem especificação profissional, os serventes, diaristas que exercem tarefas mecânicas, como remover carros, limpeza das galerias, tarefas eventuais, etc. O operário semiqualficadado é considerado, em geral, o ajudante dos operadores de máquinas. Na categoria de qualificados entram os operadores de máquinas, mecânicos, eletricitas, ferreiros, carpinteiros, soldadores, etc..

A Carbonífera Próspera apresenta um índice de 32% de pessoal não qualificado, contra 78% da Metropolitana e 80% da CBCA. A diferença se deve, em parte, ao maior número de conjuntos mecanizados que a empresa Próspera apresenta (cinco) em relação à Metropolitana (três) e à CBCA (um).

Deve-se também a diferenças interpretativas das empresas

sobre a qualificação profissional. A Carbonífera Próspera apresenta um quadro de pessoal mais estável, com maior tempo de serviço na empresa, em relação às demais carboníferas. Este fato pesa sobre a escala salarial. Assim, a escala de qualificação profissional passa por critérios de diferenciação salarial, antes que por critérios de formação profissional.

Os salários para estas categorias vão de um e meio a três salários mínimos regionais na empresa estatal e de três e meio a cinco salários mínimos na Carbonífera Metropolitana. A faixa seguinte, a dos semi-qualificados, soma 23% da mão de obra na Próspera, recebendo de três a cinco salários mínimos; já na Metropolitana esta faixa compreende apenas 15,5% e os salários ficam entre cinco e sete mínimos regionais. Na comparação entre as duas empresas, constatamos mais o seguinte: Acima de cinco salários mínimos temos, na empresa estatal 45% dos trabalhadores do setor produtivo, enquanto que, na empresa privada, estão nesta faixa salarial apenas 22% da mão de obra do setor de produção.

Quanto à categoria "supervisores" há, certamente, interpretação diferente entre as empresas. A Metropolitana apresenta apenas oito na categoria, enquanto a Carbonífera Próspera conta com 56, incluindo os supervisores de todos os escalões.

T A B E L A 8

Qualificação Profissional e Salários dos Operários nas
Carboníferas: Próspera, Metropolitana e CBCA

CLASSIFICAÇÃO	PRÓSPERA			METROPOLITANA			CBCA ¹		
	OPERÁRIOS		Nº de SALÁRIOS MÍNIMOS	OPERÁRIOS		Nº de SALÁRIOS MÍNIMOS	OPERÁRIOS		Nº de SALÁRIOS MÍNIMOS
	Nº	%		Nº	%		Nº	%	
Não Qualificados	258	32	2,0 - 3,0	667	78,5	3,5 - 5	526	80	-
Semi-Qualificados	185	23	3,0 - 5,0	132	15,5	5 - 7	66	10	-
Qualificados	305	38	5,0 - 8,5	43	5,5	7 - 15	66	10	-
Supervisores	56	7	5,0 - 38,0	8	1,0	30 - +	-	-	-
T O T A L	804	100		850	100		658	100	

FONTE: Dados fornecidos pelas empresas, referentes ao ano de
1980.

Apresentamos, a seguir, uma tabela geral dos níveis sa-
lariais dos trabalhadores destas três carboníferas. Os dados fo-
ram colhidos nas entrevistas com os trabalhadores.

1. A CBCA não forneceu dados objetivos que permitissem a elaboração completa do quadro.

T A B E L A 9

Níveis Salariais dos Trabalhadores da Indústria do Carvão nas Companhias, Próspera, Metropolitana e CBCA

SALÁR. MINIMO REGION. (Número)	TRABALHADORES % Simples	TRABALHADORES % Acumulada
2 - 3	5,5	5,5
3 - 5	54,0	59,5
5 - 7	21,0	80,5
7 - 10	15,0	95,0
10 - 15	3,0	98,5
15 - (1)	1,5	100,0
T O T A L	100,0	100,0

FONTE: Questionários.

Ao compararmos os quadros das carboníferas com o quadro geral, verificamos que este apresenta salários mais altos. Pelo quadro geral, apenas 5,5% dos trabalhadores recebem até três salários mínimos. Entre três e cinco salários está 54% da mão de obra; entre três e sete salários encontramos 75% dos operários. A diferença entre as tabelas fornecidas pelas empresas e os salários efetivos dos trabalhadores reside no fato de que todos fazem horas extras: uma hora-extra, diária obrigatória de deslocamento, afora outras solicitadas pela empresa, geralmente, horas noturnas (cada semana há rodízio de turnos); há ainda o salário-produção, excetuando-se a Carbonífera Metropolitana. Por estas razões, o salário do mineiro se eleva em relação ao salário base da categoria.

Os salários mais compensadores na mineração que em outras

indústrias, é que garantem a permanência dos operários nas minas, afirmam os mineiros. Declarava o "Seu" João da Silva, atualmente "encostado" por problemas de coluna:

"Se tivesse mais emprego por aqui e eles pagassem o salário da mina, olha, não tinha ninguém lá em baixo se arrombando. O que segura o operário na mina é o salário, que é melhorzinho".

Um moço, dois anos de subsolo, operários da CBCA, dizia:

"Aquele como eu, sem profissão, se não quer passar fome, vai pra mina. Dizem que o pulmão não aguenta o pó. Mas quem não tem profissão não escolhe trabalho".

Por outro lado, o salário funciona, simultaneamente, como um mecanismo de acomodação às condições insalubres do trabalho na mineração. Sem qualificação profissional, perder o emprego nas carboníferas, sobretudo em tempos de desemprego, significa estar exposto ao biscate ou ao salário mínimo, em qualquer outro emprego que aparecer. Os operários se sentem privilegiados com o salário que recebem, porque se comparam com outros operários "sem profissão" que estão ganhando o salário mínimo regional.

4. Segurança e Acidentes na Mineração

O trabalho nas minas está invariavelmente associado a acidentes, à insegurança, a "trabalho perigoso". O clima de incerteza e "medo" que envolve o trabalho mineiro se manifesta no depoimento do engenheiro de minas, que fala em "valorizar" seu trabalho, porque está "expondo a saúde e a vida, diariamente, no subsolo". Convive também com o medo o mineiro João Batista, encar

regado, que passa várias horas diárias no subsolo, há quatorze anos, e diz:

"No momento, estamos num trabalho muito perigoso, que é o recuo de pilar; como eu tenho que orientar o trabalho, é muito cansativo e de grande responsabilidade. Todo cuidado é pouco".

O consenso entre engenheiros, mineiros e a população, sobre "trabalho perigoso" na mineração é confirmado por técnicos do Ministério do Trabalho, ao concluírem que as condições de segurança para o operário estão numa medida de "regular a precária".¹

A Delegacia Regional do Trabalho apresenta dados sobre acidentes de trabalho ocorridos em diferentes atividades. No ano de 1979, as atividades carboníferas dispararam na liderança de ocorrências que envolvem acidentes, cujas consequências foram de perdas parciais até as irreparáveis, em casos de morte ou de invalidez total. Entre 8.192 empregados nas carboníferas, ocorreram no ano de 1979 2.718 acidentes, significando 33,0% de casos sobre o total de empregados. Destes acidentes, 12 foram casos de morte.

O total de dias perdidos, proveniente de acidentes, somou 59.572. Os dias debitados representam o total de 89.250. Considerando que as mortes representam 6.000 dias debitados, seu total

1. Entrevista publicada em O ESTADO, em 29.03.80 p.2. Uma comissão de 10 técnicos, coordenados por Afrânio Vianna, assistente da secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, esteve na área de mineração carbonífera catarinense, em março de 1980. As atuais condições de trabalho se devem, diz Afrânio Vianna, à falta de fiscalização correta por parte do Ministério do Trabalho e ao sistema de mineração utilizado - "arcaico, precário e prejudicial", onde o "trabalho do mineiro é duro e difícil".

representa 72.000 dias debitados. Os outros 17.250 dias debitados correspondem a acidentes que representaram perda total ou parcial de membros do corpo.¹ Logo, conclui-se que os operários que sofreram acidentes não fatais nas minas tiveram seu corpo mutilado em maior ou menor grau.

Há variações significativas entre as carboníferas, quanto à frequência de acidentes. Vemos a carbonífera Próspera, com 824 empregados, apresentando 116 casos de acidentes, numa média de 14,0% sobre o total de empregados. Já a CBCA apresenta um quadro muito grave em termos de acidentes; 906 empregados, 363 casos de acidentes, atingindo a alta média de 40,0%.

T A B E L A 10

Acidentes de Trabalho nas Carboníferas
Próspera e CBCA em 1979

CARBONÍFERAS	Nº de EMPREGADOS	Nº de ACIDENTES	%
Próspera	824	116	14,0
CBCA	906	363	40,0

FONTE: DRT, Ficha para a SSMT.²

No ano de 1980 houve uma significativa baixa de acidentes, mas mesmo assim as atividades carboníferas continuam, com dois terços acima da segunda atividade em número de acidentes - a indústria madeireira.

1. Ver anexo nº 11 - Tabela de dias debitados. p. 307

2. A DRT não relaciona a Carbonífera Metropolitana no quadro resumo de 1979.

Os dados referentes ao ano de 1980 apresentam na atividade carbonífera 10.450 empregados, com os quais houve 2.550 casos de acidentes, significando 24,40%. Entre os acidentes, 13 foram casos de morte. A segunda atividade em termos de acidentes - a indústria madeireira - tem um quadro de 15.478 empregados, com 2.712 casos de acidentes, ou sejam 18%. Entre 19 tipos de atividades, num total de 297.380 empregados, ocorreram 21.385 acidentes, levando a uma média de 7,0% sobre o total de trabalhadores.

Comparando os dados da mineração com os da indústria madeireira e com os dados gerais de acidentes de trabalho no Estado, verificamos que a indústria carbonífera apresenta 6,88% a mais que a atividade vice-líder em acidentes e apresenta 17,21% acima da média geral de acidentes de trabalho no Estado.¹

O mineiro convive com este ambiente de risco à vida, à saúde e à integridade corporal. E, por isso, ele guarda uma memória social e histórica dos acidentes, que o advertem constantemente. É ainda com emoção que o "Seu" João da Silva diz:

"Quando eu trabalhava na CBCA, um companheiro morreu no meu colo".

O mineiro Miguel, também da CBCA, quase não consegue falar ao relatar:

"Ajudei a arrastar meu companheiro, esmagado debaixo das pedras, num caimento de teto. Carregamos ele, e nós não tinha saído da mina, ela já estava morto".

Os acidentes, sobretudo os fatais, aliados a este clima

1. Ver Anexo nº 12. Quadro Estatístico de Acidentes de Trabalho. 1980.p.308.

de insegurança que envolve o trabalho nas minas marcam profundamente o operário; quanto mais avança em tempo de serviço, mais ele se torna cauteloso. A grande maioria dos trabalhadores, 76%, diz que para evitar acidentes "a gente se cuida". Alguns dizem que há "novato que não vê o perigo. Se arriscam. Quem tem mais experiência se cuida mais".

Na CBCA, entre 305 casos de acidentes com dias perdidos, 165 aconteceram com operários que trabalhavam na carbonífera há menos de um ano; isto significa 54% do total de acidentes ocorridos na empresa; o índice de acidentes envolvendo trabalhadores empregados desde um até cinco anos na companhia foi de 91,5%. Acima de cinco anos de serviço, o total de operários acidentados é de 8,5%, no ano de 1979.¹ Este dado nos demonstra que a política de maior estabilidade no emprego levaria a diminuir consideravelmente o número de acidentes. Seria, pois, uma política não só a favor do trabalhador, mas também da própria empresa.

Os trabalhadores atribuem parte dos acidentes à falta de cuidado, mas a maioria às próprias condições de trabalho, e adverte: "O trabalho é perigoso mesmo".

Uma mentalidade mítica também está presente em muitos depoimentos de trabalhadores. Dizem eles que se podem evitar acidentes "só com a ajuda de Deus". Antônio, trabalhador da Próspera já há 10 anos, nunca baixou à mina sem "pedir que Deus olhe por mim e por meus companheiros. E, posso dizer, nunca me aconteceu nada".

1. Os dados fornecidos pela empresa não coincidem, mas se aproximam, dos dados apresentados pela DRT.

Há outro grupo, 22%, que considera que se evitam acidentes com o uso dos equipamentos de segurança recomendados pela CIPA; 2% acham importante seguir as "instruções da firma".

As considerações variam, em termos de se resguardar de acidentes, porém há uma voz uníssona: "na mina, o perigo está sempre presente".

O sistema de pagamento por produção traz consequências que ameaçam a segurança do trabalho e favorecem os acidentes. É comum haver divergências entre certos encarregados, seguidos por alguns trabalhadores, e o pessoal da segurança. Normalmente, a intervenção do encarregado geral ou dos engenheiros decide sustar a produção em galerias ou frentes ameaçadas de desabamento. O pessoal da CIPA requisita os operários da frente de serviço para os trabalhos de escoramento de emergência, mas os supervisores da produção resistem em ceder seu pessoal, em vista da produção. Trabalhadores também fornecem informações neste sentido ao falarem que o sistema de salário por produção provoca mais acidentes. O estímulo em produzir mais induz o trabalhador a relevar os perigos, ou a se descuidar, provocando acidentes. É o que dizia um operador de máquina da Próspera: "O operário pensa na produção e não olha o perigo".

Convém considerar a opinião dos operários sobre a relação existente entre mecanização e acidentes. Para 47% dos mineiros a mecanização trouxe aumento do número de acidentes; por outro lado, 34% afirmam que a mecanização diminuiu os acidentes; 12% dizem que a mecanização não influi no número de acidentes e 7% não sabem opinar sobre o assunto. Os mineiros que afirmam ter havido com a mecanização um aumento de acidentes dizem também que houve uma mudança no caráter dos mesmos, que os acidentes assumi

ram formas mais graves ou fatais. Atribuem isto ao barulho das máquinas, ao novo sistema de sustentação do teto, à concentração do trabalhador na máquina, descuidando-se do ambiente. O depoimento do operário João, hoje "encostado", que já trabalhou na Metropolitana e CBCA, sintetiza essas observações de muitos trabalhadores.

"A mina de antigamente era mais saudável e menos perigosa. Uma vez, a pedra antes de cair dava sinal, porque a madeira estalava e fazia barulho. O parafuso do teto não dá sinal. Na mecanizada o barulho é muito grande e não se escuta a pedra cair. Na mecanizada há acidentes fatais. Na mecanizada tudo é perigoso".

Outro mineiro da Próspera, acidentado, declara:

"Na mecanizada não tem aviso. Eu escapei por pouco. O meu trabalho é de ajudante no escoramento do teto. Eu tava no meu trabalho e aí caiu uma pedra que rasgou o rosto, aqui, este lado todo, e quebrou três dentes. Foi feio, mas podia ser pior".

Os depoimentos dos mineiros, fundamentando a maior frequência e a gravidade dos acidentes sob a mecanização, revelam a insegurança que a tecnologia lhes desperta e o pensamento do trabalhador frente aos métodos de lavra mecanizada, recentes, nas carboníferas catarinenses. Suas afirmações sobre aumento de acidentes não têm, porém, caráter objetivo e estatístico. A evolução dos acidentes de trabalho sob os diferentes métodos de lavra mereceria um estudo específico, histórico-comparativo, o que foge ao propósito do presente trabalho.

O que, porém, é certo e real, é que as condições objetivas de trabalho criam insegurança, medo, apreensão no trabalhador. Este clima de tensão o acompanha desde que embarca na gaiola e

com ela despenca poço abaixo, daí para as frentes de serviço com as possibilidades de desabamento, perigos de detonação, perigo com as máquinas e equipamentos, com o sistema de instalação elétrica, até aos inconvenientes da fumaça, pó, lama, ventilação, muitas vezes precária. Acrescente-se que esta situação difícil e precária é superestimada pela mentalidade leiga, envolvendo em "mistério" e temores o conceito de "trabalho debaixo da terra". Todas estas condições, reais ou alimentadas pela mentalidade popular, não podem ser desconsideradas ao se analisarem as tensões sociais e os conflitos que com frequência surgem na área carbonífera catarinense.

5. Relações de Trabalho

5.1. Divisão Técnica do Trabalho na Mineração

O processo de produção de bens se efetua dentro de uma maior ou menor divisão do trabalho, de acordo com as dimensões e complexidade das unidades produtoras.

A divisão do trabalho na indústria moderna se verifica tanto sob a dimensão social, baseada em relações de dominação e hierarquia, quanto sob a dimensão técnica, cujos critérios são de rendimento e de eficácia.

A divisão social do trabalho tem por base os critérios de propriedade dos fatores de produção e estabelece uma separação hierárquica e relações de dominação da classe proprietária sobre a classe não proprietária. Na divisão técnica do trabalho, baseada nos critérios do desempenho eficaz do processo de produ-

ção, se estabelece a divisão das operações, caracterizando a existência de trabalhadores diretos e indiretos. Quanto maior, mais racional e de produção em grande escala, tanto mais estas duas dimensões da divisão do trabalho se impõem e sobrepõem, na indústria moderna. A empresa como sistema social reflete, na distribuição técnica das tarefas, a necessidade de controle do processo produtivo.¹ Em toda divisão técnica do trabalho está aberta ou velada a divisão social do trabalho, com a intenção de domínio do capital sobre o trabalho.

Embora não se aprofunde agora o aspecto da divisão social do trabalho ao se tratar especificamente da divisão técnica, entende-se que esta está sob controle e sobredominação daquela.

A divisão técnica do trabalho supõe a distribuição parcelar de todas as atividades técnicas do ciclo de operações de um processo de produção. Assim, além de tarefas mecânicas, executadas por diferentes trabalhadores diretos, em contato imediato com os equipamentos, máquinas e objeto de trabalho, há também as tarefas de supervisão, coordenação e controle de partes ou da totalidade do processo produtivo. Essas tarefas são exercidas por trabalhadores indiretos,² que recebem nome de supervisores, chefes de seção, de divisão, coordenadores, contra-mestres, capatazes, encarregados, etc.

1. NAVILLE, Pierre. Divisão do Trabalho e distribuição de tarefas. In. Tratado de Sociologia do Trabalho. p. 429-30.

2. SROUR, Robert H. Elementos do Modo de Produção. In. Modos de Produção: Elementos da Problemática. O autor define e caracteriza as relações técnicas e sociais e as práticas vitais. Cap.V, p. 293-340.

O trabalhador indireto, que coordena e controla o processo de produção, é o representante do capital junto ao trabalho. Desempenha, pois, suas atividades sob a orientação de quem ele representa, submetendo-se às decisões tomadas no âmbito do capital. O aspecto humano, decorrente das aspirações dos trabalhadores que ele orienta e coordena, está subjugado ao interesse do capitalista. Resumindo: o trabalhador indireto está a serviço dos proprietários do capital e não está para atender a organização do trabalho sob a ótica das pessoas diretamente envolvidas no processo de trabalho.¹

Todos os trabalhadores, diretos ou indiretos, desprovidos de capital, garantem sua sobrevivência através do trabalho. Objetivamente, se encontram nas mesmas condições, partilhando dos mesmos interesses. Porém, o fato de os trabalhadores indiretos representarem os interesses do capital entre seus companheiros, e serem melhor pagos para exercerem este papel, estabelece relações antagônicas entre os trabalhadores diretos e indiretos. Os interesses dos trabalhadores indiretos passam a ser os do capital e não mais os da classe à qual eles pertencem e na qual atuam - a dos trabalhadores. Esta realidade tem consequências bem definidas sobre as duas classes que se extremam - os trabalhadores e os capitalistas - na atual fase do modo de produção capitalista.

O conflito existe entre as classes e aparece sempre que os interesses de uma delas forem agredidos ou lesados. Porém, o

1. BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. 1977. Cap.4, p. 82-98.

moderno processo de produção, através da divisão técnica do trabalho, conseguiu deslocar um dos polos, alvo das investidas da classe trabalhadora. Isto é, o conflito tradicionalmente existente entre capital e trabalho se diluiu, agora, no próprio processo de trabalho. Os trabalhadores diretos se vêem prejudicados pelos próprios companheiros de trabalho, os supervisores, e então se insurgem contra eles. Estes, por sua vez, cumprem determinações superiores e dependem da confiança que neles depositam os chefes imediatos ou os donos do capital. Cumprem o papel de representantes dos patrões e se voltam contra qualquer atitude que venha a lesar os interesses dos donos do capital, que lhes pagam para garantirem seus interesses.

Convém ressaltar que os supervisores, sobretudo os dos escalões mais altos, são muito bem selecionados pelo sistema. O processo de seleção se baseia em critérios tais como assiduidade, fidelidade, eficiência organizacional, capacidade conciliadora, atitudes de respeito à autoridade, bom relacionamento, além de autoridade para se impor e exigir disciplina; deve, além disto, ter conhecimento de todo o processo técnico do trabalho que irá coordenar.¹ Quando a empresa consegue preencher seu quadro de trabalhadores indiretos com pessoal bem selecionado e competente, os conflitos ocorrem com mais frequência nos escalões mais baixos da hierarquia de mando, realizando-se o confronto entre os trabalhadores diretos da própria classe trabalhadora.

Nas indústrias carboníferas, a divisão técnica do trabau

1. BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. 1977. cap. 12, p. 221-226.

lho existe tanto nas minas de lavra mecanizada como nas manuais. A divisão técnica ocorre de forma clara e definida. Já a divisão social, em sua manifestação de mando e dominação sobre a divisão técnica, é velada, podendo ser explicitada através do estudo das relações que se estabelecem entre trabalhadores diretos e indiretos.

Na mineração mecanizada, em cada conjunto encontra-se entre os trabalhadores diretos - operadores de máquina, ajudantes, mecânicos, eletrecista - ao todo 16 operários e um supervisor, que os mineiros chamam de encarregado. Nas minas manuais, em cada unidade podem trabalhar até 50 trabalhadores diretos e um encarregado. As ocupações na mina são denominadas com termos genéricos, tais como trabalhador de subsolo, ou, mais especificamente, mineiro (hoje não mais registrada nas carteiras profissionais). Cada conjunto ou unidade tem, pois, um grupo de dez a 50 trabalhadores e um supervisor. Por sua vez, esses conjuntos são coordenados por supervisores de turno. Na Carbonífera Próspera, por exemplo, cada turno conta com um engenheiro, um chefe de divisão e um capataz. Ao todo, há na companhia três engenheiros de minas, cinco capatazes e 48 encarregados. A hierarquia de mando e decisão, no setor produtivo, segue a ordem crescente: encarregado-capataz - chefe de divisão - engenheiro. As demais companhias, com algumas variações, seguem a mesma hierarquia de mando e supervisão. A política da empresa é, por sua vez, definida pela Diretoria, e levada a execução pelo Diretor-Presidente, que no caso das empresas privadas é um dos principais acionistas da companhia e na estatal, em geral, um general reformado.

5.2. Relações entre Trabalhadores Diretos e Indiretos

A relação que se estabelece entre os trabalhadores e os supervisores deve ser vista sob dois enfoques - um, como o trabalhador direto vê seus companheiros e, juntos, como vêem o supervisor; por outro, como os supervisores, sobretudo os das esferas mais altas na hierarquia, vêem os trabalhadores. As relações que se estabelecem entre eles, porém, não são idênticas em todas as carboníferas. Registram-se diferenças marcantes entre a empresa estatal e as empresas privadas. A diferença se acentua ao se comparar a empresa estatal - Carbonífera Próspera - com a Carbonífera Metropolitana.

Na Carbonífera Próspera, os operários consideram o relacionamento entre eles de "muita camaradagem". Há preocupação de "ajudar" o companheiro, sempre que for necessário. Os depoimentos de alguns ilustram a afirmação de quase 100% dos trabalhadores que dizem ser o relacionamento muito bom entre os companheiros de trabalho. Fala um ajudante de operador de máquina:

"Há camaradagem total; muita harmonia; a turma se une; entre trabalhadores não tem problema".

Diz um furador de teto:

"O trabalho é difícil, mas se trabalha na amizade, para se unir".

As declarações dos mineiros sobre seu relacionamento são ratificadas pelo engenheiro chefe da Próspera, que desabafa:

"Eles aí (os operários) formam uma verdadeira "Máfia". Ninguém entrega ninguém. Se há alguma coisa a esclarecer nas irregularidades, não será com eles. Porque disfarçam, desconversam, nunca sabem de nada, nunca viram nada".

O relacionamento franco e o companheirismo que existe entre os trabalhadores diretos começa a se modificar um pouco, em

relação aos encarregados do conjunto; esta diferença vai crescendo, à medida que os supervisores ocupam, na hierarquia, cargos mais altos de mando e decisão. Os operários culpam os encarregados por alguns problemas de relacionamento. Há quem diz, por exemplo:

"No trabalho há maus tratos, punições, mas é burrice do encarregado".

Outro declara:

"Algum mineiro às vezes tem um desconto com outro, mas não por causa da mina, é problema de família. Daí, então, o encarregado descobre esses dois que não se dão e bota eles a trabalhar juntos, no mesmo lugar; é a política dos encarregados".

A desconfiança por parte dos trabalhadores aumenta em relação aos capatazes, que "têm que fazer o que a empresa manda". Os capatazes e chefes de divisão, em geral, foram mineiros antes de ocuparem cargos de chefia. Esta condição não rompe totalmente as relações entre a classe dos trabalhadores e a dos supervisores. Estes continuam falando que há entendimento entre eles. Porém acusam os operários por atitudes que assumem, "prejudicando a si próprios e à empresa". Um chefe de divisão da Próspera dizia que em muitos casos, quando o operário está errado, uma conversa, um "bom conselho faz o operário pensar e ele acaba vendo que está errado". O mineiro, por sua vez, diz que não pode confiar no capataz. "Eles, em geral, são pelegos". As relações entre eles são de desconfiança recíproca, embora os capatazes tomem partido na defesa do operário frente aos engenheiros.

Os engenheiros são tratados como pessoas totalmente estranhas ao grupo de trabalhadores. Considerados como pessoas que vieram "de fora" e que só sabem o "que está nos livros". "O traba

lho mesmo, a mineração, eles vêm aprender aqui com a gente", é o que fala quase a totalidade dos operários. Os engenheiros ocupam, no cotidiano do processo de trabalho, a posição do patrão, e os operários os tratam com distância. Aos novos engenheiros dificultam o entrosamento no trabalho. Sobre esta questão, o mineiro João assim falou:

"O mineiro antigo, conhecedor da profissão e do ambiente, não entrega facilmente seu conhecimento ao engenheiro novo que chega, ou a um capataz que subiu sem conhecimento da profissão. Na mina acontece muito isso: vem o engenheiro, briga com um mineiro novato, dizendo que ele está fazendo errado e chama então um mineiro antigo pra ensinar. Mas quem quer aprender é o engenheiro. Quando era comigo, eu enrolava e não mostrava o certo. Depois eu chamava o companheiro e ensinava pra ele".

Os engenheiros, por sua vez, consideram o operário um oportunista. Sô trabalha sob pressão. O depoimento do engenheiro Honório Lima, em entrevista concedida, revela sua política de tratamento ao trabalhador na mineração:

"Na minha formação, no curso de Engenharia de Minas, dizia um dos professores da Universidade que o engenheiro, ao descer à mina, deve sempre ir com luva em uma das mãos e noutra um chicote. Porque se enxergar um mineiro triste, acabrunhado, passa-lhe na cabeça a mão com luva e ele voltará a se animar e produzir; se enxergar outro mineiro rindo, despreocupado, desce-lhe uma cacetada, porque é sô com dureza que o pessoal da mina irá produzir".

E, continuando, falou do procedimento dos mineiros no subsolo:

"O mineiro deixa para fazer tudo nas seis horas de subsolo. E eles acham ruim quando em digo que o mineiro no subsolo sô sabe comer, dormir e defecar .

Mas é isso: fazem aí uma verdadeira festa gastronômica. Almoçam no subsolo, o que prejudica a digestão. Depois de três horas, têm 15 minutos para lanche. Os caras se enchem e sofrem de úlceras. Devia-se proibir comer lá. O famoso esforço hercúleo não é tão grande assim.

Como não há WC no subsolo, esse é um problema sério, o mineiro que não tem hábitos de higiene, faz suas necessidades na galeria de entrada da circulação de ar e não na saída.

Tudo o que é da companhia eles estragam, deprezam. Só cuidam das máquinas e do que está ligado a vantagens para eles, mas do resto não cuidam mesmo, deixam largado, arrebetam tudo.

Os caras são também muito reacionários. Acostumam-se a fazer as coisas do seu modo e não querem mudar. Reagem quando recebem ordens, fazem que não ouvem, mas, se pressionados, atendem. Porém, não dá para exigir demais. Por qualquer motivo estão indo ao Sindicato e à Justiça. E a Justiça aqui é caolha. Os dirigentes da mina são sempre os vilões".

As declarações do engenheiro são claras e evidenciam as relações antagônicas existentes entre os trabalhadores e seus dirigentes. Por se tratar de empresa estatal, onde o governo é o patrão, as oposições que existem entre capital e trabalho se manifestam num só polo - no do trabalho - e os dirigentes assumem o papel do patrão, defendendo os interesses do capital.

Os operários acusam o governo - patrão - apenas em aspectos mais gerais, que dizem respeito aos interesses de todos os trabalhadores, questões tais como salários, problemas com a previdência, aposentadoria, não cumprimento de dissídios coletivos. Nestas ocasiões, os operários contam com o apoio e solidariedade dos supervisores, que partilham interesses comuns a eles. O apoio dos escalões mais altos da hierarquia da empresa não é ostensivo,

porém é de tal forma que facilita a movimentação operária, pressionando o governo para garantir direitos e obter vantagens trabalhistas.

As divergências existentes entre capital e trabalho se manifestam, pois, em geral, no próprio processo de trabalho, entre os vários níveis de trabalhadores, ou seja, entre os trabalhadores diretos e indiretos. Às vezes, porém, o antagonismo gerado no processo de trabalho extravasa e se manifesta numa esfera maior, fora do local de trabalho, através da movimentação sindical. O confronto se dá, então, entre os trabalhadores em geral e o próprio governo, dono majoritário do capital.

Nas empresas de capital privado, as oposições existentes nas relações técnicas e sociais, inerentes ao próprio processo de produção, se manifestam eclodindo, quase todas, na parte mais vulnerável e indefesa do sistema - a classe trabalhadora.

A empresa capitalista privada, entre as quais a Carbonífera Metropolitana, de uma maneira mais evidente institui mecanismos que, se não amortecem os conflitos, os deslocam para os níveis mais baixos na escala de mando, ou até para níveis em que não há poder algum explícito, apenas submissão - deslocam para a classe dos trabalhadores diretos.

Trabalhadores da Carbonífera Metropolitana declaram:

"Entre os mineiros sempre tem um que faz o azar do outro, pra pegar vaga".

"Em todas as empresas e em todas as frentes há dedação. Tem muito desentendimento; um entrega o outro; muito puxasaquismo. Os parceiros resmungam e

brigam. Alguns entregam ao chefe pra ver se ganham mais. Dedam os outros para agradar o patrão; a maioria entrega e prejudica o companheiro; quem pode, prejudica".

Os depoimentos mostram que existem conflitos, competição entre a própria classe de trabalhadores diretos; situação contrária à da empresa estatal, onde todos falavam de "muita camaradagem".

Alguns mineiros dão outro enfoque aos conflitos que ocorrem entre a própria classe nas carboníferas. Há depoimentos como este:

"Há união entre os mineiros, mas não muita. O caso é que não dá de ser solidário na desgraça do outro, porque botam na rua. Por dentro, a gente pensa em ajudar o companheiro, mas não se pode mostrar união, pois já dizem que o mineiro defende o erro do outro e vai pra rua".

O conflito que existe no seio da própria classe trabalhadora não elimina as relações de oposição que se estabelecem entre os trabalhadores diretos e encarregados. Acontece, porém, que, à medida em que os operários consideram os chefes em níveis mais altos na hierarquia, não os acusam mais. O patrão é visto, em alguns casos, como um "homem bom, que fala com a gente, mas que não pode saber de todos os problemas na mina, porque não dá pra ele ficar em todo lugar". Esta linguagem, que faz parte do discurso de trabalhadores, é denunciada por outros que têm maior vivência com a organização da classe. Estes falam da aliança que os dirigentes têm com a companhia e não com os companheiros; dizem que os dirigentes representam o patrão, que em geral não é atingido pelos trabalhadores quando são injustiçados. Confessam

que as rivalidades e os conflitos ocorrem em todos os escalões. O mineiro João diz o seguinte:

"O mineiro consciente não trata o encarregado com confiança. Geralmente não pode confiar, de jeito nenhum. Quando existe um problema, o encarregado não assume. Ele descarrega nas costas do operário. Existe um provérbio na mina: "encarregado é cachorro do patrão; mandou morder, ele morde". Geralmente o operário tem pouco contato com o patrão; e se esquece de que por trás do encarregado está o patrão. Os mais conscientes sabem que por trás está o patrão. Entre os próprios encarregados há também muita rivalidade, e um prejudica o outro. A não ser que o encarregado queira eliminar o capataz. Daí ele se une aos outros encarregados para conseguir. Ele isola o capataz e vai direto com o engenheiro".

O mecanismo que se instala, pois, entre os trabalhadores, por política da empresa, é de competição, procurando cada um melhorar sua posição, mesmo prejudicando os companheiros. Todos os níveis seguem a mesma política de policiamento recíproco, e este mecanismo desenvolve um compromisso de fidelidade não com os companheiros, mas com o chefe imediato, visando a mostrar eficiência e alcançar promoção. Parece que, quanto mais a empresa traça sua política dentro dos moldes capitalistas, menos ela se defronta com os problemas de reivindicação trabalhista. Este aspecto deveria ser aprofundado, confrontando as nuances da política empresarial adotada nas várias companhias carboníferas.

Os trabalhadores das carboníferas, independente do tipo de empresa, afirmam que os "encarregados são bons". 86% dos operários fazem esta afirmação. Esta alta percentagem entra em desacordo, quando os mineiros dão suas opiniões sobre os castigos nas companhias. Há, então, muita acusação dos operários aos en-

carregados. As punições são consideradas, em geral, injustas sendo o encarregado o responsável pelo fato. Falam os mineiros:

"O encarregado, normalmente, é um opressor. O meu encarregado é um falso. Bom para mim, mas judiava dos outros. Elogiava na frente, mas falava mal pelas costas".

"Hã capatazes que, para prejudicar o operário botam ele pra rua. O pessoal novato sofre muita pressão, passam um trabalhão danado".

"O encarregado agride sempre. Rouba do trabalhador. Se o operário reclama na justiça, vai pra rua".

Jorge, ex-mineiro, diz que:

"A relação mineiro-encarregado depende sempre do patrão. Se um patrão é mais humanitário, não aceita a deduração do encarregado. Depende mais da orientação da empresa do que do encarregado".

Esta afirmação é exemplificada com um depoimento do mineiro João, hoje "encostado", que foi encarregado da mina União-Metropolitana:

"A empresa é que exige que o encarregado trate mal os companheiros de serviço. Veja o meu caso: em três anos de encarregado que fui, não aconteceu nenhuma advertência, nenhuma punição. Falava com os operários. Se tinha um muito cansado, às vezes não dormia direito em casa, por motivo de uma doença na família, eu deixava ele descansar uma hora e trabalhava no lugar dele. A nossa frente sempre tinha produção, até mais que as outras. Mas eu fui advertido pela empresa, porque não dava advertência e punição no meu conjunto.

Na mina, já vi um diretor chamar um operário que apresentou queixa e advertir o encarregado na presença do operário. Mas depois chamou de novo o encarregado e apoiou ele e disse pra continuar

assim. As punições que os encarregados têm que aplicar é política da empresa".

Fica bem evidente que o conflito se dá entre os trabalhadores, mas por interesses antagônicos entre o capital e trabalho. O capital parece estar ausente, mas é ele que alimenta o conflito e está muito atuante através da organização e controle que estabelece, cujas normas contrariam os interesses dos operários.

Embora as rivalidades ocorram entre os trabalhadores, e o capitalista esteja numa posição bem distante das investidas dos operários, estes, quando falam da postura dos mineradores em relação aos trabalhadores, caracterizam-na como uma relação de opressão. Dizem uns que "o patrão tem nojo dos operários". O mineiro Paulo tem suas conclusões; diz ele:

"Mineiro nunca gostou do dono da mina. Todos os donos ficaram muito ricos nas costas dos mineiros. Falam que agora o Sr. X (minerador) pinta com panca de bom. Tem operário que vê o patrão como um salvador; enquanto que a mina só rende se tem operário. O único interesse que a empresa tem em cima do trabalhador é o lucro. Porque desde a hora que o operário perdeu sua saúde não interessa mais à companhia e será dispensado. Isso em todas as minas. A União (Metropolitana) utiliza a técnica do melhor salário para ficar com o operário melhor".

O vigário de uma comunidade mineira dizia que:

"Os mineradores não têm uma política humanitária, mas ao contrário, oprimem, tratam mal os operários, deixam na rua, no desemprego muitos mineiros que estragaram a saúde na mineração. Esta realidade é um tropeço no caminho dos proprietários de minas, não para resolver os problemas do mineiro, mas simplesmente por causa da opinião pública, que está

crescendo, de que a mina prejudica a saúde.

E fala ainda que o Sr. X, patrão de mina, disse que "se fosse possível, acabaria com esta raça de mineiros, que só serve para armar confusão".

5.3. As Punições

As empresas, para manter a disciplina no trabalho em vista da produção, além dos mecanismos inerentes ao próprio processo de trabalho empregam meios persuasivos, como os incentivos salariais e promoção, e, finalmente, meios corretivos, como a advertência, a punição, a suspensão, a demissão e pagamento por danos causados.

De acordo com a opinião dos trabalhadores, os meios disciplinares mais usados nas empresas são, em primeiro lugar a suspensão, e logo em seguida a advertência e a demissão. A grande maioria é de opinião de que os métodos disciplinares utilizados pelas empresas trazem consequências prejudiciais ao processo de trabalho. Os castigos aplicados pelas empresas, na opinião de 86% dos trabalhadores, só servem para "revoltar o trabalhador e piorar a situação". 22% consideram que tal técnica não adianta nada; 18% dizem que os castigos resolvem os problemas da empresa; somente 16% dizem que as suspensões corrigem os trabalhadores.

Dizem, igualmente, que a maioria dos castigos são injustos e aplicados em situações difíceis e até impossíveis de se evitar, tal como quebra de alguma máquina, problema de falta ao serviço por doença e recusa do operário em fazer horas extras aos sábados. Afirmam também que o operário que recebeu suspensão

ou desconto na folha de pagamento se torna um operário revoltado, que não tem mais disposição para o trabalho, se torna um trabalhador "marcado".

Há muitos depoimentos como este:

"Os operários recebem castigos que não merecem. São punidos injustamente por quebra de máquinas, por não fazerem hora-extra. Os novatos são os mais injustiçados; tem encarregado que dá prensa, dá gancho, porque quer subir. Com os mais antigos eles se cuidam, porque eles podem botar questão contra a companhia. 99% das punições são injustas. Falta compreensão por parte da administração. Fica ruim pra empresa e pior pro trabalhador. Mas a corda ar rebenta na parte mais fraca. Custa ele voltar a trabalhar a sério. Sô pensa em sair da firma. Tem muita gente revoltada".

A opinião dos trabalhadores é de que em vez de punições as empresas deveriam utilizar mais o diálogo com o empregado. Dizem que os dirigentes deveriam conversar, orientar e ouvir mais o trabalhador. Cerca de 80% dos operários partilham desta proposição; 14% são do parecer de que a empresa deve continuar com a política de suspensões, "que é a única capaz de controlar os operários"; 6% não têm opinião sobre o assunto. A política da empresa de só "dar ouvidos" aos encarregados e aos dirigentes permite a estes se "prevalecerem do cargo que ocupam", dizem os trabalhadores. A consequência é a possibilidade de tratarem os subordinados de forma discriminada, favorecendo uns e prejudicando outros. O operário não tem oportunidade de colocar suas razões, de prestar sua versão nas ocorrências e não tem liberdade de de dispor de seu tempo.

Os operários resistem a fazer horas extras, principalmente

te aos sábados ou feriados. A falta a esta exigência resulta, em geral, em suspensão. O engenheiro-chefe da CBCA diz que só é aplicada a suspensão ao operário que se compromete comparecer para a hora extra, e falta. Já os operários afirmam que não há liberdade. Os encarregados não dão opção, porque, se "fosse para escolher, ninguém compareceria para horas extras, e então seria o encarregado que receberia advertência da empresa e estaria até sujeito a perder o cargo. Na empresa "não há liberdade para o trabalhador". "A empresa quer é produção e o operário que se dane", é a queixa comum da classe trabalhadora.

55% dos operários dizem que se a empresa os prejudica eles nada podem fazer, porque qualquer atitude que tomarem, o prejuízo reverte sobre eles próprios. Já 45% dizem que o operário que está insatisfeito ou foi prejudicado, seja por "perseguição" do encarregado, seja por não exibir atestado quando está doente, procura dar uma resposta pelos "maus tratos que sofre".

Vejam-se os depoimentos dos que dizem que o operário não toma atitudes contrárias à empresa:

"O operário não pode prejudicar a empresa. Se deixar furo, se rala. Tem muita gente pra se fichar. A empresa Metropolitana botou escrito nos corredores das minas: "Não temos vagas". Porque colocou ali dentro, onde não tem estranhos, só quem vê isto é o pessoal da mina? Botou pra meter medo no pessoal".

"Não prejudica. Todo o mundo dá o máximo de si para não perder o emprego. O operário é que é o prejudicado. Como é produção, cada um quer trabalhar mais que o outro. O encarregado também é um pobre coitado como nós. Age coagido".

Nos depoimentos dos que dizem que o operário revida quando é prejudicado encontra-se este tipo de opinião:

"Acontece prejuízo. Mas mais quando o cara está para sair. Aprontam desaforos: quebram máquinas, fazem desordem no patrimônio da empresa, complicam. Se o encarregado vem xingando, já metem os pés. Agora, isto é quando o cara quer sair e retirar a conta, ou dá bobeira, e o cara perde a cabeça. Porque, fez desaforo, vai pra rua".

Os dois tipos de depoimentos tem algo em comum - existe o conflito - que tem desdobramentos diferentes, sempre porém em relação ao emprego; os trabalhadores que contornam as situações conflitantes ou se acomodam a elas o fazem para continuar no emprego, indispensável para eles; o outro grupo, que diz que há revida por parte dos trabalhadores, também relaciona o comportamento desses operários com o emprego, isto é, com a perda do emprego, com o desejo de sair da empresa.

Por tudo isto, conclui-se que as carboníferas não atuam de forma distinta das demais indústrias capitalistas. Funcionam dentro de um modelo de administração autoritário. O capitalismo chamado "selvagem" dos países subdesenvolvidos é autocrático e exclui a gestão da classe trabalhadora. As proposições dos trabalhadores de se estabelecer o diálogo, "ouvindo as duas partes" - os representantes do capital e do trabalho, põem em cheque e balançam a gestão autocrática do capital sobre o trabalho que prevalece nas indústrias brasileiras. As empresas reagem e tentam rejeitar a proposta da classe trabalhadora de introduzir representantes sindicais nas unidades de produção. A proposta de diálogo democrático dos trabalhadores é frontalmente contrária à política capitalista autoritária e centralizada do modelo econô

mico brasileiro, porém introduz um elemento novo no confronto entre capital e trabalho. Situações novas podem surgir desta pressão dos trabalhadores sobre as empresas, à medida em que algumas delas veem-se premidas a fazer concessões, em vista da garantia de continuidade do sistema capitalista.

6. Qualificação Profissional, Promoção e Rotatividade

Pensou-se que a implantação da mecanização na indústria exigiria um aumento do nível de qualificação profissional. Por muito tempo esta premissa foi divulgada e aceita como verdadeira e, até hoje, em muitos círculos faz parte da opinião convencional.

Bravermann, em seu estudo sobre a qualificação profissional na indústria moderna, demonstra que a mecanização definiu um processo exatamente contrário a esta premissa. Diz o autor que "quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador".¹

Além de dispensar o trabalhador da compreensão global do processo de trabalho, a mecanização tende a multiplicar as ocupações técnicas especializadas, dispensando os trabalhadores

1. BRAVERMANN, H. Nota final sobre qualificação. In: Trabalho e Capital Monopolista. 1977. p.360-79.

do conhecimento e da qualificação. A fragmentação das tarefas torna o trabalho cada vez mais solidário e dependente, de forma que a tarefa profissional assumiu um caráter coletivo. O posto de cada trabalhador já não tem definição própria, senão em relação com o dos outros membros do conjunto ou do estabelecimento todo.

A tendência atual, com a mecanização é, por um lado, retirar as habilidades profissionais do operador, para incorporá-las à máquina, no processo de produção propriamente dito; por outro lado, é fazer crescer, como verdadeiras profissões, as tarefas secundárias do processo, quais sejam as de fiscalização, supervisão, controle e as de manutenção das ferramentas e equipamentos. No processo de produção, há, pois, menos profissões que no processo de controle e de manutenção dos equipamentos para o processo.

Ende-se por profissões tarefas que requerem tempo de formação e treinamento na aquisição de conhecimentos para o exercício e pleno domínio das mesmas.

A profissão, no processo de trabalho, assume importância porque é uma das bases definidoras do nível dos salários e do poder de barganha que detêm o trabalho frente ao capital. É por isto que a profissionalização, isto é, a capacidade de "fazer carreira" no processo de trabalho, se torna das aspirações a mais veemente da classe trabalhadora. A organização do ofício em carreira, com as condições de estabilidade, progresso, garantias, correlação entre o meio profissional e as instituições que o representam seria a razão de ser da profissionalização. "A profissionalização", segundo a definição de Naville, significa "o acesso dos assalariados a um determinado status de maneira precisa ,

estendido ao maior número possível de aspectos da vida de trabalho e garantido com maior ou menor força pela lei, pelas convenções coletivas e pelos contratos da empresa. "Essas garantias se estendem sobre toda a estrutura do salário e às relações do assalariado com a empresa em que está empregado."¹

Contra a profissionalização se estabelece implacável a indústria moderna, contrapondo a especialização das tarefas. Mesmo sem a mecanização, nas indústrias onde o nível técnico é pouco diversificado foi retirada a autonomia do trabalhador, introduzindo-se tarefas especializadas. Neste tipo de indústria, as possibilidades de fazer carreira, de profissionalizar-se, são menores porque a ascensão não requer uma educação especial, pois a qualificação se faz sobre o trabalho. A promoção profissional depende antes de decisões arbitrárias da parte do supervisor que de formação especial. Depende mais das oportunidades que o trabalhador conquista, com interesse, dedicação e fidelidade à ordem instituída que de capacitação especial, via educação profissional formal.

Nas indústrias carboníferas, o nível de qualificação profissional da grande massa de trabalhadores é muito baixa. Deve-se à escassa diversificação técnica das indústrias extrativas. A isto acrescenta-se que há a implantação progressiva de minas mecanizadas, ou de setores mecanizados em minas de lavra manual.

O mineiro do passado, artífice da totalidade de opera-

1. NAVILLE, Pierre. O emprego. O ofício. A profissão. In: Tratado de Sociologia do Trabalho. 1973. p. 265 - 275.

ções exigidas na tarefa de minerar, já não existe. Sua profissão foi desativada. O que existem são tarefas parceladas, onde os trabalhadores de minas apenas realizam operações especializadas. As opções profissionais são muito restritas. Em minas mecanizadas, as tarefas fundamentais consistem em operador de máquina e ajudante, que não se constituem em profissões. O trabalhador passa a dominar a máquina no aprendizado prático do meio de trabalho. O mineiro diz: "aprendi olhando". Nas minas de lavra manual ocorre o mesmo. Existem trabalhadores braçais que realizam tarefas de perfurar, detonar e limpar as frentes.

As profissões ou tarefas mais qualificadas não estão ligadas à produção, mas a serviços de manutenção, tais como os de eletricitistas, encanadores, mecânicos e outros. A profissionalização está, pois, praticamente restrita aos setores de apoio à mineração, ou então ligados à supervisão do processo de trabalho, cuja escala é de supervisor de conjunto (encarregado), capataz e chefe de divisão.

A possibilidade de profissionalização está praticamente descartada para o mineiro. No nível técnico, pode chegar a operador de máquina; esta promoção, contudo, acarreta um risco sério à saúde, uma vez que estará mais exposto à poeira do carvão. Ao contrário do que acontece com outros profissionais, que, ao se especializarem, passam a exercer tarefas não diretamente vinculadas ao processo de produção, nas minas ocorre que quanto mais o trabalhador do setor técnico é considerado qualificado, mais ele é lançado no trabalho de frente, sujeito à austeridade e riscos da mineração, desgastando-se em troca de salários melhores. Jorge, que já foi mineiro, ao confrontar o trabalho nas minas com as ocupações em outros setores produtivos, diz que ao mineiro está

vedado fazer carreira. Suas palavras são muito significativas, ao considerar a condição profissional:

"O mineiro é diferente de qualquer outra categoria profissional. Em outras profissões, o operário treina, se adestra, faz carreira. O mineiro é sugado e só baixa na escala profissional, nunca sobe. É um trabalhador que, profissionalmente, vai se mirrando, se apagando dia a dia. É como um cacho de bananas. Comem-se as bananas e fica só o ingaço".

As empresas carboníferas apresentam em média 75 a 80% de pessoal não qualificado, cujo índice coincide com a declaração de 80% dos trabalhadores, que dizem exercer seus trabalhos sem nenhum treinamento ou curso de adestramento profissional. Aprenderam no trabalho, "se interessando", "olhando". 15% afirmam que tiveram curso de treinamento e 5% não prestaram informações.

T A B E L A 11

Operários que Frequentaram Cursos de Treinamento Profissional

FREQUÊNCIA	PRÓSPERA %	METROPOLITANA %	CBCA %	TOTAL %
Sim	24	4	17	15
Não	76	88	74	80
Não informaram	0	8	9	5
T O T A L	100	100	100	100

FONTE: Questionários

Dos 15% de trabalhadores que tiveram curso de treinamento profissional, 36% treinaram pela empresa e 64%, ao serem admi

tidos na companhia, já haviam frequentado cursos profissionalizantes fora das empresas. Este pessoal é aproveitado quase totalmente nos serviços de manutenção e apoio do setor produtivo, ou, empregados em outras tarefas não relacionadas com sua formação profissional. Os treinamentos oferecidos pelas empresas, em sua maioria de curta duração, estão relacionados à segurança no trabalho e a relações humanas.

Tornou-se comum falar em mobilidade ao se tratar de empregos. A mobilidade pode, porém, ser entendida como mudança de emprego, mas também como ascensão ou descida na hierarquia profissional. Ao se considerar que as empresas, em geral, mantêm uma política de promoção profissional, é dela que cabe tratar agora, uma vez que a mudança de emprego não representa promoção para a categoria dos mineiros, todos ou quase todos trabalhadores não qualificados profissionalmente.

Todos os trabalhadores aspiram a "subir na vida", e para isto dependem da promoção profissional, que comumente representa um aumento salarial. Subir na hierarquia profissional tanto pode ocorrer através da ascensão em níveis técnicos, quanto em passar do trabalho produtivo direto para atividades de administração e controle.

Nas atividades extrativas, subir na hierarquia técnica significa expor-se com mais vigor aos "perigos" do processo de trabalho, ocupando posições de frente, sujeitas mais facilmente a acidentes e à contração de doenças profissionais, em troca de maior remuneração. Outra forma de promoção é a de subir a cargos de supervisão. Nestes, a ação do trabalhador se volta mais sobre

os homens que sobre as coisas.¹

A aspiração promocional dos mineiros está voltada para cargos de administração e controle do processo de trabalho, em razão dos ganhos que estes garantem.

A forma de promoção, na visão dos mineiros, difere da forma que comumente se divulga como sendo a adotada - promoção via educação e formação profissional. O trabalhador das minas tem bem definido que não são cursos e o estudo os fatores de promoção profissional. Em primeiro lugar estão as relações informais com o chefe. Na política de promoção profissional, 60% de respostas positivas são para o fator "agradar o chefe"; em seguida, 40% das respostas indicam o conhecimento da profissão; 26%, a responsabilidade no trabalho, 18%, o tempo de serviço; são em último lugar os cursos e a formação promovem, segundo 7% das respostas dos trabalhadores. Isto, sem excessão, nas três carboníferas pesquisadas, conforme tabela abaixo.

T A B E L A 12

Fatores de Promoção de Pessoal na Companhia

FATORES	PRÓSPERA %	METROPOLITANA %	CBÇA %	TOTAL %
Agradar o Chefe	56	56	70	60
Conhecer a profissão	32	40	39	40
Responsabilidade	20	36	22	26
Tempo de Serviço	04	20	30	18
Cursos e Estudos	04	04	13	07

FONTE: Questionários

OBS. As respostas ultrapassam 100% por haver mais de uma indicação.

1. NAVILLE, Pierre. Característica de Mobilidade. In: Tratado de Sociologia do Trabalho. 1973. p. 269-71.

Os trabalhadores em sua maioria, 70%, aspiram a uma promoção profissional na empresa. A promoção que ambicionam é a passagem de trabalhador direto para indireto, e visam a ocupar cargos de supervisão e chefia. Isto porque, no nível técnico, os que ocupam a função de operador de máquina não têm outra alternativa e também porque um cargo de supervisão representa um salário 100% acima da média dos salários recebidos pelos trabalhadores diretos.

Dos operários que aspiram a promoção, 38% gostariam de chegar a capataz, 18% a encarregado, 14% falam em passar para outro nível profissional técnico. 30% não têm pretensões de promoção.

T A B E L A 13

Desejo de Promoção dos Trabalhadores

CARGO	%
Capataz	38
Encarregado	18
Outro nível técnico	14
Sem aspiração	30
T O T A L	100

FONTE: Questionários

O desejo de promoção dos trabalhadores é alimentado, ou não, pela expectativa das chances que julgam ter, ou não. 31% deles dizem que julgam ter muita chance de promoção; 18% dizem que suas chances são poucas e 15% falam que gostariam, mas sua aspiração é impossível. 36% dos operários não têm opinião sobre o

assunto, ou não está em seus planos deixar a função que ocupam.

Os depoimentos mais significativos dos trabalhadores apareceram entre os operários que não aspiram a promoção. O mineiro Osmar, da Próspera, dizia:

"Não quero nenhum cargo de chefia, porque não quero ser opressor. Quem passa a capataz tem que prejudicar o próprio companheiro. Se o encarregado é bom, vai pra rua".

Outro mineiro, da Metropolitana, falava que todos os trabalhadores reprovam a política dos chefes de protegerem alguns operários e indicar aos engenheiros candidatos aos cargos de chefia.

"O mineiro se revolta contra essa política dos chefes, mas acaba fazendo a mesma política. Quando o trabalhador acha uma asinha, se agarra nela para subir".

Os métodos utilizados pelas empresas para preenchimento de postos de supervisão, reprovados pelos mineiros, são confirmados pelos engenheiros, que declaram ser os próprios encarregados e capatazes os formadores dos novos ocupantes dos cargos de chefia. Esta política de apadrinhamento, vigente em todas as instituições, porém de livre atuação nas empresas, com facilidade instala o arbítrio nas medidas seguidas para promoção de pessoal. É uma política que carece de critérios básicos na seleção de pessoal, por isso mesmo vulnerável a críticas, dificultando o exercício de chefia dos candidatos promovidos.

O trabalho nas minas é uma contingência para o trabalhador, que não tem outra forma de garantir sua subsistência e a de sua família. 44% dos trabalhadores afirmam que gostariam de sair da mina e trabalhar em outro setor. 56% dizem que não querem mu-

dar. Estes índices, porém, se modificam quando analisamos as aspirações dos mineiros para seus filhos.

T A B E L A 14

Ocupação profissional que os mineiros aspiram
para seus filhos

PROFISSÕES	%
De nível superior	48,0
Operário com profissão	19,0
Trabalhador de escritório.	14,0
Ocupação independente	8,0
Mineiro	4,0
Operário de indústria	1,5
Sem resposta	5,5
T O T A L	100,0

FONTE: Questionários

A aspiração profissional para os filhos demonstra que quase 100% dos mineiros estão no trabalho de minas por falta de outra alternativa melhor. O fato de desejarem para os filhos outra profissão que não a sua revela esta contingência. Para 48%, a mobilidade social ascendente que esperam realizar-se nos filhos está vinculada à educação. Esperam poder "dar estudo aos filhos"; 19%, esperam que seus filhos tenham uma profissão; 14 e 8%, respectivamente, acham que os filhos estarão bem em trabalho de escritório ou em ocupação independente. Apenas 4% demonstram efetivamente satisfazer-se no trabalho mineiro, ao propo-lo também para os filhos.

As razões que levam os mineiros a continuar no trabalho estão ligadas ao salário e tempo de serviço (15 anos nas frentes e 20 anos no subsolo) para a aposentadoria. As considerações dos trabalhadores são muito claras quando fundamentam suas razões para permanecerem no trabalho:

"Se nas outras empresas houvesse o mesmo ordenado, as minas não teriam mais um operário".

"Não existe trabalho bom nas minas. Fico por necessidade de ganho".

"Trabalhar na mina é a prática do suicídio lento e consciente. Não mudo porque não quero perder o tempo de serviço que é menor na mina, e eu já tenho 11 anos de Serviço no subsolo. Sei que estou arruinando a minha vida. Aguento por causa da família. Mas, para os meus filhos, qualquer trabalho, menos a mina".

Outros comentam que não têm possibilidade de escolher serviço, porque não exercem nenhuma profissão: "Para quem não tem profissão, a mina é onde melhor pagam". Para os trabalhadores, "ter profissão" é extremamente importante, e eles atribuem vantagens que, no atual contexto trabalhista, a profissionalização não tem. A profissão assume uma dimensão de "mito" entre os trabalhadores.

Concluindo, pode-se afirmar que para os mineiros uma das formas indiscutíveis "de subir na vida" está ligada à educação. Para eles, porém, esta porta está fechada. A segunda e eficiente garantia de promoção social é possuir uma profissão, embora esta não seja tão eficaz quanto a primeira, que significa "ser doutor" e ocupar uma profissão liberal. Como eles não tiveram oportunidade de se formar numa profissão, só resta garantir seu emprego na mina, que rende melhores salários e, ali, talvez, ser promovido

de trabalhador braçal aos cargos de fiscalização e controle do processo de trabalho. Embora esta promoção não represente ascensão na escala social, compensa, ao garantir o acesso aos bens sociais e individuais, através do salário.

Os altos índices que atingem a rotatividade no emprego, hoje, são um fato novo nas relações de trabalho do sistema capitalista. As razões que explicam este fenômeno residem na dinâmica das relações de produção, que se alteraram face ao controle crescente que o capital passou a exercer sobre o processo de trabalho.

A indústria brasileira, que até a metade da década de 60 vinha se sustentando numa fase considerada ainda manufatureira, tinha necessidade de manter uma força de trabalho mais qualificada. A legislação trabalhista garantia o instituto da estabilidade no emprego, pois este favorecia a indústria, em termos de preservar para si a mão de obra qualificada que integrava seu quadro de pessoal.

A partir de 1964, a opção brasileira mais decisiva, pelo capital associado - interno e externo, inaugurava uma nova fase na indústria brasileira - a passagem para a chamada grande indústria. Se na fase manufatureira prevalecia a mão de obra qualificada, na fase seguinte a mão de obra especializada e, até, a substituição da força de trabalho humano por máquinas. Na fase da grande indústria a estabilidade no emprego criava entraves de ordem econômica e política; urgia, pois, alterar as relações de trabalho e o suporte jurídico destas relações. Entre outros, alguns dos entraves econômicos residiam no custo da mão de obra

qualificada, ora dispensável; nos gastos com indenizações de pessoal liberado; na dificuldade de demitir pessoal para introduzir máquinas, mais produtivas. Contudo, o aspecto político da estabilidade era fundamental e pesava na decisão para alterar as relações de trabalho visando a melhor aclimatar os trabalhadores ao capital. A estabilidade facilitava a organização do trabalho, garantia grande poder de barganha para a categoria estável, que assumia a liderança nas reivindicações trabalhistas, além de introduzir os novos trabalhadores na prática política da defesa e da conquista de direitos para a classe trabalhadora.

A dominação capitalista, impondo novas relações de produção, conquista a alteração da legislação trabalhista no Brasil. A estabilidade no emprego é substituída pelo instituto do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Nessas bases jurídicas se centrou toda movimentação político-ideológica para introduzir mecanismos aparentemente favoráveis ao trabalhador, ou de pressão sobre ele, induzindo-o a optar pelo novo instituto - o FGTS. O trabalhador, sobretudo o que percebe salários mais baixos, encontra na demissão da empresa um meio de, provisoriamente, resolver parte dos problemas financeiros e ele força sua demissão com o objetivo de retirar o FGTS.

Estudos realizados comprovam que grande parte dos saques do FGTS por demissões sem justa causa incide sobre trabalhadores cujos ganhos estão abaixo de dois salários mínimos.¹

1. FERRANTE, Vera Lúcia B. História operária e legislação trabalhista: o FGTS e a perda da estabilidade. In: Ensaio. Ano II, nº 4 - 1978. p.43 - 50.

As empresas, por sua vez, antes da realização de dissídios coletivos, demitem operários que teriam seus salários majorados e contratam novos, por salários mais baixos. Estes se constituem alguns dos mecanismos em vigor que as empresas adotam em vista dos objetivos econômico-políticos de manutenção do domínio do capital sobre o trabalho.

A rotatividade do emprego é a consequência lógica e inevitável das relações de trabalho instituídas com o advento da grande indústria no Brasil.

Confrontando-se a realidade empírica da fixação do trabalhador mineiro à indústria carbonífera com a situação da rotatividade encontrada na indústria em geral, seja na região ou no país, constata-se características, diferenciais entre elas.

Os operários e engenheiros afirmam, em comum, que não há muita mudança de emprego na mineração. Os trabalhadores consideram que não é fácil entrar na mina, uma vez que a procura é muito grande, por causa do salário. Quem entrou, fica no trabalho, a não ser quando o "cara não se ajeita, faz confusão, ou se o encarregado não se agrada dele, daí ela vai pra rua".

As tabelas a seguir confirmam a baixa rotatividade da mão de obra nas carboníferas. Na tabela 15 vê-se que 44% não mudaram de emprego nos últimos cinco anos e 30% mudaram uma vez. Mudaram duas vezes, ou mais, 26%; contudo, a mudança não significou desemprego; 22% ficaram uma vez; apenas 4% se viram desempregados por duas vezes neste período.

T A B E L A 15

Trabalhadores que mudaram de emprego e percentual
de desemprego nos últimos cinco anos

NÚMERO DE VEZES	MUDANÇA DE EMPREGO %	DESEMPREGO %
Nenhuma	44	74
Uma	30	22
Duas a Três	18	04
Quatro a +	08	-
T O T A L	100	100

FONTE: Questionários

Uma amostra de dois principais tipos de indústria no município de Criciúma - mineração e cerâmica - e do setor industrial do Estado, no período compreendido entre janeiro a junho de 1981, apresenta o seguinte movimento da mão-de-obra.

T A B E L A 16

Movimento da mão de-obra do setor industrial no
período de janeiro a junho de 1981

EMPRESAS	NÚMERO MÉDIO DE OPERÁRIOS			
	EXISTENTES	ADMITIDOS	DESLIGADOS	TOTAL
Cerâmica	2.371	89	103	2.358
Mineração	1.782	65	52	1.811
Estado *	111.497	3.476	3.777	111.193

FONTE: SINE-SC

* No setor industrial, em uma amostra de 350 empresas de SC.

Com base nos números acima, o SINE-SC elaborou a tabela abaixo, apresentando os índices de movimentação, rotação e ampliação ou retração na cerâmica, mineração e no Estado.

T A B E L A 17

Índices de movimentação operária no período de
janeiro a junho de 1981

ÍNDICES	CERÂMICA	MINERAÇÃO	ESTADO
Movimentação	8.12	6.51	6.51
Rotação	4.36	2.89	3.39
Ampliação ou Retração	-0.60	0.73	-0.27

FONTE: SINE-SC

Os índices revelam que, de fato, a mineração apresenta da dos baixos de rotação, seja em relação à cerâmica, seja ao conjunto do setor industrial do Estado. O fato de o índice de movimenta-ção ser igual no Estado e na mineração resulta, nesta, no movimento de apliação e, naquele, no de retração. A rotatividade na mineração é mais baixa, tanto em relação à indústria cerâmica, em Criciúma, quanto no setor industrial do Estado.

A seguir, verificamos que o tempo de permanência no trabalho mineiro confirma a baixa rotatividade, e a insistência dos mineiros em afirmar que permanecem nas carboníferas, em vista dos salários, mais compensadores para o grande contingente operário sem profissão.

A tabela seguinte mostra que apenas 14% dos trabalhadores de minas são "novatos", cuja permanência no trabalho mineiro é inin

ferior a um ano; 64% dos trabalhadores já trabalham nas carboníferas há mais de quatro anos; 46% atuam há mais de seis anos. Temos 10% que exercem atividades entre 15 a 30 anos nas minas. Entre eles se encontram alguns mineiros já aposentados (4%) e que voltaram a trabalhar. Estes dizem que retornaram porque o salário de aposentado não dá para viver.

T A B E L A 18

Tempo de serviço em minas

ANOS	%	% CUMULATIVA
Até 1	14	14
2 -- 3	22	36
4 - 5	18	54
6 - 7	13	67
8 - 10	11	78
11 - 15	12	90
15 - 30	10	100
T O T A L	100	

FONTE: Questionários

7. As Companhias Carboníferas e o Trabalhador.

A atual fase de desenvolvimento capitalista tem induzido as unidades produtoras a investirem em alguns serviços de assistência ao trabalhador e em sua formação. A razão deste interesse se funda no principal objetivo do sistema capitalista de produção,

qual seja, maior rendimento produtivo. O trabalhador pode render mais e se dispor melhor ao serviço do capital, ao contar com uma infra-estrutura empresarial que garanta esta disponibilidade.

Serviços como transportes, atendimento à saúde, alimentação balanceada, treinamento de pessoal resultam em mão-de-obra mais disposta, alimentada e treinada, que além de render na produção, significa mão-de-obra mais barata, visto que o capital pode oferecer salários mais baixos se algumas necessidades vitais do trabalhador são atendidas diretamente pela empresa.

A maioria das empresas de médio e grande porte mantêm esta estrutura de atendimento ao trabalhador. Além das vantagens capitalistas, algumas delas já enunciadas, as empresas recebem incentivos fiscais para implantar e manter esses serviços. Como as demais empresas as companhias carboníferas mantêm serviços básicos de atendimento e assistência ao trabalhador. As instalações consistem em: centro de treinamento, SATC (Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão), ambulatórios, banheiros, bebedouros, almoxarifado de equipamentos de segurança e veículos de transporte de pessoal.

7.1. Instalações e Equipamentos Coletivos para o Trabalhador

1. Centro de Treinamentos - A Carbonífera Próspera dispõe de centro de treinamentos, com instalações próprias. As carboníferas Metropolitana e CBCA não dispõem propriamente de centro de treinamento, mas apenas de atividades de treinamento.

Os tipos de cursos ministrados ou programados nestes cen

tos de treinamentos visam primordialmente preparar e atualizar o pessoal do departamento de manutenção, oficinas, supervisão e administração. A formação da mão-de-obra do departamento de mineração é marginal.

Exemplificamos esta afirmação, confrontando os diversos departamentos da Carbonífera Próspera com os tipos de cursos programados pela companhia para o ano de 1980. Tomamos a Próspera, por ser a carbonífera que dispõe do centro de treinamento mais organizado e dinâmico das companhias. Dentre 18 cursos para trabalhadores ligados à mineração, 16 se destinam ao pessoal do departamento de manutenção e serviços de apoio; um curso de prevenção de acidentes; somente um se destina à formação técnica de pessoal das frentes de produção - curso de operador de máquinas de mineração. Há outros nove para nível de supervisão; dois treinamentos para docentes e, finalmente, mais dois cursos de desenvolvimento de pessoal para ocupantes dos postos de alta gerência, em qualquer área da empresa.

Em suma, dos 31 cursos programados pela Carbonífera Próspera, um apenas estava voltado para o aperfeiçoamento da mão-de-obra do setor técnico, na atividade precípua da mineração, a extração do carvão, contudo ainda um curso para operador de máquina, isto é, um curso voltado para uma operação mecânica. Não se está a desdizer a validade das atividades de treinamento, apenas confirmam a consideração feita sobre a inexistência de profissionalização no setor de produção propriamente dito, nas minas de carvão. Quanto às demais mineradoras, estas não dispõem de atividade de treinamento formal.

Instituída pelos mineradores da bacia carbonífera catari-
nense, mantém serviços educacionais e assistenciais destinados aos
trabalhadores do carvão e suas famílias.

O serviço de assistência social atende as famílias e a
Escola Técnica mantém ensino técnico-profissional, a nível de I
e II graus, para os "filhos dos mineiros". A SATC é mantida pela
indústria carbonífera, com a contribuição de cada empresa, na or-
dem de 0,5% calculada sobre o preço básico de venda do carvão
pré-lavado, e mais 0,28% sobre o mesmo, para manutenção e inves-
timentos no laboratório de análises e ensaios de carvão - LAEC .
A SATC mantém convênios com o SENAI, cujo objetivo é a estrutu-
ração, coordenação e operação dos cursos de aprendizagem indus-
trial - 7ª e 8ª séries do I grau. Mantém convênios também com a
União Catarinense de Educação - UCE - para preenchimento dos car-
gos de diretores da escola e do internato por religiosos da Con-
sagração dos Irmãos Maristas.

A Escola Técnica "Osvaldo Pinto da Veiga", da SATC, man-
tém ensino profissional grátis, a nível de I grau, 5ª a 8ª sé-
ries e de II grau - cursos técnicos de mineração¹, eletrotécni-
ca e mecânica. No ano de 1979, a matrícula somou 1.334 alunos,
sendo 773 de I grau e 561 de II grau.

A SATC mantém serviços de internato para alunos filhos de
mineiros residentes em municípios distantes. No ano de 1979, man-
teve 150 alunos em regime de internato, de segunda a sexta feira,
oferecendo hospedagem e alimentação gratuitas.

1. Curso Técnico de Mineração. Não se trata de curso sobre o pro-
cesso técnico de mineração.

3. Serviço de Assistência - O serviço de assistência social da SATC, foi criado para atender a família do mineiro. Atua nos municípios de Criciúma e Siderópolis com atividades de assistência social e puericultura, servindo, preferencialmente, a região de Rio Maina. Atualmente, outras entidades estatais e paraestatais, como a LBA, Centros Comunitários e Centros Sociais Urbanos, também prestam serviços nas áreas social e de saúde; com isto, o serviço de assistência social da SATC tende a se retrair.¹

4. Ambulatórios - Junto à área de mineração são mantidos ambulatórios para atendimento de rotina e prestação de primeiros socorros, em casos de emergência. A existência de ambulatórios nos locais de mineração é muito valorizada pelos mineiros. Contudo, nem todas as minas oferecem serviço ambulatorial. O atendimento, realizado por um auxiliar de enfermagem, é efetivado no horário das 5 às 13 h., normalmente. Nos demais turnos o atendimento de emergência é feito pelo pessoal da segurança. Porém, os recursos, seja em equipamentos ou remédios, são escassos e precários nos ambulatórios. A maioria deles não dispõe de veículos para transporte em casos de acidente ou outra emergência.

As empresas mantêm serviços médicos de duas a três horas diárias, para cadastramento do pessoal do setor produtivo, para consultas de empregados e despacho médico, no afastamento de trabalhadores de seus postos de serviço para tratamento da saúde ou por acidentes. Para estes serviços, as empresas Próspera, Metro-

1. SATC - Relatório de 1979.

politana e CBCA tem contrato de serviços com médicos da região . Os médicos efetuam o cadastro torácico de todo o pessoal das frentes de serviço, renovável anualmente, para identificar os casos e os graus de evolução da Pneumoconiose, bem como o registro de outras doenças profissionais..

O Dr. Eduardo Pinto Moreira, atuando na Carbonífera Metropolitana, afirma que a companhia tem a melhor das intenções ; que os diretores dão todo o apoio, dentro das condições possíveis. Na Próspera, o Dr. Sérgio Alice também depõem a favor da empresa, pelo empenho em minorar os prejuízos para a saúde que a mineração provoca. Na CBCA, o médico da empresa, Dr. Sérgio Daminielli, elogia a excelente política da empresa e o apoio que o programa de saúde encontra.

Os médicos partilham da opinião de que os mineiros supervalorizam a doença, tentam "enrolar" e reclamam por mais dias de licença, quando do afastamento para tratamento. Diz o Dr. Eduardo: "Atualmente, o mineiro perdeu o respeito pelo médico e não confia no profissional. Eles acham que o médico está representando a empresa". A queixa dos trabalhadores sobre a posição do médico na empresa foi assiduamente repetida nas entrevistas com mineiros.¹

5. Banheiros e Bebedouros - Os banheiros - chuveiros e WC de uso dos operários - se encontram, em todas as minas, em condições que podem ser classificadas de regular a precária, algumas até

1. Ver cap.IV. O Trabalho e a Saúde. p. 174 - 88.

péssimas. Há poucas condições de higiene. Muitos chuveiros não funcionam, outros estão queimados. O bom funcionamento do serviço de chuveiros é fundamental nas empresas mineiras, pois, o ambiente de umidade, calor e poeira, no subsolo, deixa os trabalhadores irreconhecíveis. Não há instalações de WC no subsolo. Os trabalhadores utilizam as galerias que vão ficando para trás, a medida que a extração avança. A inexistência de WC no subsolo representa um sério problema de higiene, além de pouca consideração ao homem trabalhador. Os engenheiros das três carboníferas afirmam em comum que o problema não terá solução a curto prazo.

Quanto aos bebedouros, estes oferecem serviços de baixa qualidade. Em alguns locais não passa de uma pia com torneira, guarnecidas com canecas com péssima aparência e pouca higiene.

No fundo das minas não há bebedouros, só encanamento d'água, com torneira, em algumas minas; noutras a água é transportada em galões até as frentes de serviço. As reclamações dos mineiros são muitas em relação às instalações e à qualidade da água servida.

6. Equipamentos de Segurança - As companhias fornecem a todos os trabalhadores de subsolo, como material de segurança, um par de botas a cada seis meses e capacete e lanterna alimentada por bateria, ao pessoal das frentes; máscara com filtro de ar, a ser trocado a cada três horas (algumas empresas fornecem dois filtros por turno, outras, apenas um). Convém notar que nem todos usam a máscara constantemente. Seu uso dificulta a respiração e se torna muito cansativo.

7. Transporte - A maioria dos trabalhadores reside não muito

distante das áreas de mineração. Cerca de 60% moram a menos de 30 minutos do local de trabalho e fazem o percurso a pé ou de bicicleta. 40% deslocam-se gastando uma hora, ou pouco mais, e utilizam ônibus das linhas populares da cidade, ou fazem o percurso em conduções das empresas. O serviço de transporte das empresas é precário. Os operários embarcam em caçambas, que eles chamam de "boiadeiros"; quando chove, enlonam a carroceria. O transporte não oferece muita segurança, nenhum conforto e deixa os passageiros expostos às intempéries. Os trabalhadores estão muito descontentes com o transporte, apresentando queixas pelo modo como as companhias os tratam. Dizem, igualmente, que não adianta se servirem dos banheiros da empresa para o banho e trocar de roupa se, depois, embarcam em caçambas que transportam também carvão. Utilizam os transportes da empresa trabalhadores da Próspera e CBCA.

Dentre os serviços prestados pelas empresas, é o educacional, desenvolvido pela SATC, que recebe maior aprovação da comunidade. A escola é considerada pela população como uma das melhores no gênero, não só da região, mas de todo o Estado.

Os demais serviços, ambulatorial e médico, recebem a aprovação dos trabalhadores como sendo indispensáveis; sua qualidade é avaliada pelos usuários como sendo de boa a regular.

A falta de refeitório e a omissão das empresas em oferecer refeições aos trabalhadores é denunciada por eles, sendo que a opinião da maioria é de descrédito sobre o interesse de oferta desse serviço pelas carboníferas. Trabalhadores da Próspera acusam a empresa, dizendo que há refeitório, mas que só "serve" para "mostrar aos grandes", quando estes visitam a companhia.

Em relação aos equipamentos coletivos e serviços presta

dos pelas empresas, os trabalhadores os classificam desde bons até ruins ou inexistentes. Esta diversidade se deve a que algumas empresas mantêm mais de uma mina em funcionamento e a qualidade dos serviços varia muito de uma para outra mina.

O quadro abaixo sintetiza a qualificação dos serviços , segundo os mineiros.

T A B E L A 19

Qualidade dos serviços das empresas na opinião dos trabalhadores

SERVIÇOS	BOM %	MAIS ou MENOS %	RUIM %	NÃO EXISTE %	TOTAL %
1.Refeitório	-	-	-	100	100
2.Bebedouros	38	25	18	19	100
3.Vestiário	21	22	23	34	100
4.Banheiros	26	27	32	15	100
5.Transportes	28	25	18	29	100
6.Enfermar./Ambulat.	66	18	8	8	100

O quadro nos mostra que, de maneira geral, a qualidade dos serviços não agrada aos operários. Apenas o serviço de enfermaria e ambulatório satisfaz a mais de 60% dos mineiros. Os demais serviços apresentam índices muito altos nas faixas de regular a ruim, ou então de serviços inexistentes.

CAPÍTULO IV

A REPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

1. A Família e o Trabalho

As relações existentes entre o trabalho na empresa e a vida no quadro familiar ora se completam adequadamente, ora coabitam conflitantes. O que não se pode negar é sua interdependência. O estudo destas relações pode privilegiar aspectos denominados culturais, psicológicos, sociais, econômicos ou outros. No presente estudo, dá-se ênfase às relações de ordem econômica, uma vez que se trata de considerar a família como ambiente reprodutor da força de trabalho. Sob este aspecto, o trabalho sobrede-termina a vida familiar, isto é, a organização orçamentária e o nível de vida das famílias dependem diretamente dos salários auferidos pelos membros empregados em trabalhos remunerados.

A dependência doméstica em relação aos salários se dá sempre que a renda familiar depende só desta fonte. Entre a classe trabalhadora é a situação mais comum.¹ A classe trabalhadora mineira não foge à mesma condição, uma vez que os operários não têm acesso à produção de bens de subsistência, não dispõem de capital, mas unicamente da própria força de trabalho, cuja remuneração, em salários, lhes garante a sobrevivência.

1. LAUWE, Paul Chombart de. A Vida Familiar e os Orçamentos. In: Tratado de Sociologia do Trabalho. Vol.II. 1973. p.383 - 396.

A reprodução da força de trabalho pode ocorrer em um nível considerado estritamente indispensável, quando os operários gastam a quase totalidade do salário em alimentação, moradia e vestuário; ou, se a renda familiar for maior, pode-se estender para suprir necessidades de ordem cultural: educação, lazer, comunicação, conforto; contudo, a alimentação, o vestuário, a habitação e a saúde, permanecem como prioridades na distribuição das parcelas dos salários.

A organização familiar também sofre as influências dos níveis salariais. É comum a mulher e os filhos menores entrarem no mercado de trabalho, quando o poder aquisitivo do chefe de família é insuficiente, ou quando os níveis de sobrevivência estão muito baixos.

O aumento das horas de trabalho tende a se legitimar, como outro recurso usado comumente, sempre que os salários forem insuficientes para a reposição da força de trabalho. Ao lado das horas-extras, os trabalhadores podem recorrer ao biscate como outra fonte de suplementação da renda familiar.¹

Esses expedientes variam em relação direta ao montante da renda familiar; e todos eles representam alterações na organização doméstica. A partir destas constatações, pode-se afirmar que os níveis salariais orientam os orçamentos e definem os níveis de vida nas famílias das classes trabalhadoras.

O operário mineiro, frente às condições que são comuns à classe trabalhadora, apresenta algumas características que se

1. KOWARICK, Lúcio e BRANDT, Vinicius C. et alii. Acumulação e Miséria. In: São Paulo - 1975 - Crescimento e Pobreza. p.63 - 78.

verificam mais especificamente na categoria. A especificidade deve-se às próprias condições de trabalho nas minas, sua legislação e organização.

2. A Idade, Estado Civil e Número de Filhos

A idade, normalmente, é um elemento que, sem descer a detalhes, varia muito entre os vários setores da atividade econômica. É assim que se encontram ofícios, ramos de produção em que a força de trabalho é relativamente jovem ou relativamente idosa.

Na indústria carbonífera a mão-de-obra empregada pode ser caracterizada como relativamente jovem. A legislação estabelece a idade mínima de 21 anos para o trabalho no subsolo. O setor produtivo, ora estudado, se constitui essencialmente em trabalhos no subsolo. Se o limite mínimo define a faixa inicial, a aposentadoria, aos 15 anos de serviço, para os que trabalham nas frentes, e 20 anos para os demais trabalhadores de subsolo, rebaixa as faixas de idade, em geral. Desta forma, encontramos na indústria carbonífera de Criciúma, 90% da mão-de-obra empregada com idade inferior a 40 anos; 80% dos operários tem menos de 35 anos. A grande maioria, 63% se encontra na faixa etária de 25 - 35 anos. Entre 18 a 21 anos, apenas 1,5% e abaixo de 25 anos há 16,5% dos operários, conforme visualizamos na tabela a seguir.

T A B E L A 20

Idade dos Trabalhadores do Setor Produtivo nas
Indústrias do Carvão

FAIXAS de IDADE	F.RELATIVA (%)	F.CUMULATIVA (%)
18 ——— 21	1,5	1,5
21 ——— 25	15,0	16,5
25 ——— 30	30,0	46,5
30 ——— 35	33,0	79,5
35 ——— 40	10,0	89,5
40 ——— 45	5,5	95,0
45 ——— 50	3,0	98,0
50 ——— +	1,0	99,0
S/R	1,0	100,0
T O T A L	100,0	

FONTE : Questionários

Além da idade relativamente jovem da categoria, outra constante se verifica quanto ao estado civil da mão-de-obra empregada na mineração. A grande maioria, 91% é casada, contra 9% apenas de operários solteiros. Destes, mais da metade prevê casar-se nos próximos meses. Esta constante condiz com a afirmação dos mineiros de que só se "sujeitam" ao trabalho nas minas por "necessidade de maior ganho, para o sustento da família".

Dentre os trabalhadores casados, 97% têm filhos. 80% têm entre um e três filhos. Com quatro a seis filhos encontramos 12% das famílias. Com mais de sete filhos há 8% das famílias. Considerando que aproximadamente 45% dos trabalhadores têm menos de 30 anos de idade, há uma tendência a aumentar o número de filhos

por família. Contudo, pode-se considerar que 80% das famílias dos trabalhadores ativos na mineração são constituídas de até cinco membros. Passamos a considerar um pouco mais a família e as pessoas que a compõem, ao tratarmos, agora, da manutenção da família.

3. Renda Familiar e Sobrevivência

Na atual fase capitalista de produção de bens e de serviços é o assalariamento a forma básica de avaliação e de remuneração da força de trabalho. Os salários não apresentam, porém, um caráter valorativo universal. Eles variam não só no tempo, senão também nas diferentes regiões. Podem variar e evoluir no âmbito das mesmas categorias profissionais e também pela hierarquia que se estabelece em relação a um conjunto de ramos profissionais e à qualificação exigida no interior de cada uma delas. As variações que aparecem tomam por critérios as diferenças de sexo, de idade, de regiões geográficas, de grau de sindicalização do pessoal, do grau de dilapidação da força de trabalho e do grau de periculosidade, entre outros.¹

O trabalho nas minas assume maior valor salarial, certamente face aos critérios diferenciais de periculosidade, da dilapidação da força de trabalho e, possivelmente, do maior grau de sindicalização da categoria face às demais.²

1. NAVILLE, Pierre. O trabalho salariado e seu valor. In: Tratado de Sociologia do Trabalho. Vol.II. 1973. p.133 - 157.

2. O capítulo V deste relatório trata especificamente sobre a organização sindical da categoria.

São os salários de maior valor, pagos aos trabalhadores nas minas, que estimulam a procura de emprego nas companhias carboníferas, garantem os técnicos da mineração. A mesma avaliação fazem os mineiros, ao falarem de sua ocupação. Conforme dizia o mineiro Waldir, da Metropolitana:

"Quem não tem profissão, que nem eu, pra sustentar a família, é obrigado a ficar na mina. O trabalho na mina dá um pouco mais".

Entre a classe trabalhadora mineira, os salários significam a renda familiar total. Em 66% das famílias, apenas o chefe garante a renda familiar; em 22%, há duas pessoas na família que exercem atividades remuneradas; as famílias que tem três pessoas assalariadas significam 8%; e em 4% das famílias, quatro são as pessoas que contribuem para a renda total. Quando há duas ou mais pessoas da família em atividades remuneradas, normalmente não se trata da mulher nem de filhos menores.

A mulher do trabalhador mineiro se dedica às atividades domésticas e ao cuidado dos filhos; isto em 88% das famílias. Há 9% das mulheres que exercem atividades remuneradas, como facheiras, lavadeiras, costureiras, algumas, permanecendo em suas casas, outras ausentando-se, mas, em ambos os casos, os serviços domésticos como a limpeza da casa, a lavagem de roupa e o cozinhar, são exercidos por elas. Apenas 3% têm empregada, ou alguma pessoa da família que cuida dos "serviços da casa", e elas trabalham "só fora".

A constatação de que há baixa participação da mulher e de filhos menores dos mineiros em atividades remuneradas coincide com estudos feitos pelo DIEESE, na Grande São Paulo. Tal estudo conclui que, à medida em que baixa o poder aquisitivo do salário

do chefe da família, mais gente entra no mercado de trabalho, para garantir o sustento da família.¹ Os salários dos mineiros mesmo para a mão-de-obra não qualificada, são os mais altos da região. Isto, certamente, dispensa a mulher de exercer dupla jornada de trabalho, em casa e nas fábricas ou noutros locais; preservava igualmente os filhos menores da entrada precoce no mercado de trabalho, o que normalmente viria em prejuízo da educação escolar.

Os salários da categoria, através do tempo, mesmo sob os sistemas de lavra manual, rudimentar, estiveram, em valor, muito acima dos salários de outras categorias profissionais. Em termos relativos, no tempo, passaram até a perdas constantes de seu poder aquisitivo para a categoria. Os operários mais antigos fornecem exemplos comparativos do poder aquisitivo dos salários, "no passado" e atualmente. A respeito dessa realidade, vejamos o depoimento de um ex-mineiro; ele considera que, como outras categorias profissionais, o mineiro não mantém mais, sozinho, sua família:

"No passado, a mineração era praticamente a única possibilidade de emprego, e só a partir dos 21 anos. O operário sozinho devia tirar o sustento para a família. Hoje, com mais empresas em outros ramos, o aviltamento salarial é maior. Os pais que não conseguem garantir o sustento da família empregam seus filhos em cerâmicas ou outras indústrias, e suplementam os baixos salários recebidos".

Em termos comparativos, atualmente, a renda familiar dos trabalhadores na indústria do carvão, em Criciúma, está muito aci

1. São Paulo, 1975 - Crescimento e Pobreza. p.67

ma da renda familiar dos trabalhadores das indústrias cerâmicas da região, e também da dos assalariados em geral, no Brasil, na área urbana.

A renda familiar, dos trabalhadores mineiros em nenhum caso é inferior ou igual a um salário mínimo, isto mesmo porque o salário mínimo da categoria é igual a quase três salários mínimos regionais. Já entre os trabalhadores da indústria de pisos e azulejos - Eliane - no distrito de Cocal, distante 10 km do município de Criciúma, a renda de 5% das famílias é de até um salário mínimo e, no Brasil aproximadamente 20% estão nesta faixa . Renda familiar entre um e dois salários mínimos têm 2% dos mineiros, 24% dos trabalhadores de cerâmicas e 25% dos operários em geral, no Brasil. A grande concentração, 66% na cerâmica e quase 30% no país, está na faixa de dois a cinco salários mínimos, para 43% dos mineiros. A diferença fundamental entre as categorias se verifica, porém, nas faixas de renda familiar acima de cinco salários mínimos. Nela se localizam 55% dos mineiros, contra 3% dos operários de cerâmica e 24% dos trabalhadores em geral, no Brasil.

T A B E L A 21

Renda Familiar

GRUPOS DE RENDI- MENTO MENSAL FA- MILIAR. (SALÁRIO MÍNIMO)	BRASIL URBANO P N A D 1976 %	COCAL-DISTRITO DE UM SÔ COMPLE XO INDUST.- CE RÂMICO - 1980 %	CRICIÚMA-INDUSTR. DE MINERAÇÃO DE CARVÃO. 1981 %
atê 1	20,3	5,1	0,
1 - 2	24,6	23,7	2,0
2 - 5	29,4	66,1	43,0
5 - 10	14,2	2,5	47,0
10 - +	9,9	0,8	8,0

FONTES:-Relatório final - Grupo Gaidzinski: Radiografia Organiza-
cional e Inserção no Distrito de Cocal. (Brasil e Cocal).
-Dados primários da Pesquisa (Criciúma).

A pirâmide da renda familiar dos três pontos comparati-
vos representa que o mineiro escapou do aviltamento salarial de
salário mínimo, o que não foi possível para outras categorias lo-
cais e no país. Por outro lado, a concentração de 55% dos traba-
lhadores da indústria de carvão com renda familiar acima de cinco
salários mínimos representa uma situação privilegiada em relação
à classe trabalhadora no Brasil e particularmente em relação a ou-
tras categorias de trabalhadores das diversas indústrias da re-
gião. Os salários nas carboníferas se constituem, pois, em incen-
tivos para o recrutamento de mão-de-obra, compensando os riscos e
as difíceis condições de trabalho existentes na indústria extrati-
va do carvão.

Ao relacionarmos a renda familiar com o número de pessoas da família verificamos que 6% das famílias com duas pessoas vivem de renda familiar que varia de dois a cinco salários mínimos. Famílias constituídas por três a cinco pessoas somam 70%. Seus salários se concentram nas faixas de três a sete salários mínimos regionais. As famílias com seis a dez membros atingem 20% e as rendas variam entre três a dez salários mínimos. Já as famílias com mais de dez membros representam 5%, e estas tem renda que varia de cinco até 15 salários mínimos. Não considerando o número de pessoas da família, a tabela a seguir mostra, igualmente, que praticamente três quartos (74%) das famílias de trabalhadores mineiros têm rendas que variam entre três e sete salários mínimos.

T A B E L A 22

Relação entre a Renda Familiar e o Número de Pessoas
por Família

RENDA FAMILIAR, EM SALÁRIOS MÍNIMOS	NÚMERO DE PESSOAS DA FAMÍLIA							
	1	2	3	4	5	6 - 10	10 - +	TOTAL
	%	%	%	%	%	%	%	%
2 a 3	-	1	1	-	-	-	-	2
3 a 5	3	1	7	19	7	6	-	43
5 a 7	-	-	7	7	9	7	1	31
7 a 10	-	1	4	1	3	6	1	16
10 a 15	-	-	3	1	-	-	3	7
15 a +	-	-	-	-	-	1	-	1
T O T A L	3	3	22	28	19	20	5	100

FONTE: Questionários

A renda familiar dos trabalhadores da indústria do carvão, como a dos operários em geral, é distribuída no orçamento familiar para suprir as necessidades básicas da família. Os percentuais destinados aos diversos gastos da família variam em relação ao montante de salários e ao número de membros da família, respeitando as prioridades que se estabelecem naturalmente na luta pela vida.

Os gastos especificados pelos mineiros podem ser agrupados em três categorias: a) gastos com moradia, seja em aluguel ou terrenos para casa; b) com prestações, em geral referentes à aquisição de eletrodomésticos, móveis e roupas; c) gastos com manutenção, incluindo alimentação, taxas de luz, água e serviços públicos, locomoção, medicamentos e material escolar para os filhos.

As três categorias diferenciais foram classificadas em: a) bens de consumo duráveis; b) bens de consumo de média duração; c) bens de consumo não duráveis. A distribuição da renda familiar entre estas categorias varia de acordo com os níveis salariais e o número de dependentes da mesma renda. Normalmente, famílias com maior número de dependentes e/ou com menor renda familiar tendem a empregar a mesma na aquisição de bens de consumo não duráveis.

As famílias com salários mais baixos são unânimes em afirmar que "gastam" todo o salário na manutenção da família. Em alguns casos, os gastos com alimentação representam até 90% da renda total, e noutros apenas 10% a 20% da mesma.

Há 67% das famílias que não gastam em aluguel, ou porque tem casa própria, ou porque moram em casa cedida ou em pen-

são. 26% destinam para aluguel entre 3 e 10% de sua renda familiar, e 7% das famílias pagam de aluguel a porção entre 10% a 20% de seus salários.

Quanto à aquisição de casa própria, temos 12% das famílias que destinam de 3% a 10% de seus salários no abatimento das dívidas pela compra de casa ou terreno. 19% destinam de 10 a 20% dos salários para o mesmo fim, e 13% empregam desde 20 a 50% da renda familiar na aquisição de casa própria. As prestações mensais dispensadas para pagamento de eletrodomésticos, móveis e roupas atingem os índices seguintes: 15% das famílias não têm estes gastos; 14% destinam de 3% a 10% de seus salários; 22% empregam entre 10 e 20% da renda familiar; novamente 22% gastam de 20 a 30% de seus proventos; e finalmente 27% das famílias dispõem até 30 ou 50% de seus rendimentos para mobiliar a casa, pagar eletrodomésticos e roupas, adquiridas pelo sistema de crediário. Os percentuais em gastos de manutenção, incluindo alimentação, luz, água, medicamentos e outros, conforme já especificados, tendem a crescer à medida em que a renda familiar for mais baixa. Encontramos 4% das famílias que destinam 10 a 20% de seus rendimentos em manutenção; 5% empregam 20 ou 30% para este fim; 33% das famílias gastam de 30 a 50% com manutenção; novamente 33% dispendem quantias iguais a 50% ou 70% de seus salários; 21% empenham de 70 a 90% de seus ganhos globais e 4% das famílias dizem gastar tudo, ou quase tudo, isto é, 90 a 100% do que ganham, para os gastos básicos de sobrevivência. Excluem qualquer outro gasto e não têm a mínima expectativa, os que não "herdaram uma casinha" de conseguirem casa própria.

Mesmo com salários em média cinco vezes acima do salário mínimo e rendas familiares superiores às das famílias que se

constituem em mão-de-obra das cerâmicas ou de outras indústrias locais, os salários de quase 60% dos trabalhadores mineiros são empenhados em porções acima de 50% exclusivamente nos gastos incluídos na "manutenção". A tabela a seguir detalha estes dados.

T A B E L A 23

Renda Familiar e Gastos Mensais

% SOBRE A REND DA FAMILIAR	ALUGUEL %	CASA/ TERRENO %	PRESTAÇÕES %	MANUTENÇÃO %
Zero	67	56	15	-
3 - 10	26	12	14	-
10 - 20	7	19	22	4
20 - 30	-	7	22	5
30 - 50	-	6	27	33
50 - 70	-	-	-	33
70 - 90	-	-	-	21
90 - 100	-	-	-	4
T O T A L	100	100	100	100

FONTE: Questionários

O valor pago pela força de trabalho empregada deve ser, no mínimo, igual ao suprimento das necessidades do trabalhador e de sua família, para garantir a reprodução da força de trabalho. Em geral, se o trabalhador e sua família se vêm na contingência se apenas comer, de morar precariamente, de agasalhar-se mal, de descuidar-se da saúde, de praticamente excluir a educação, o lazer e o conforto de suas vidas, é porque sua força de trabalho está sendo paga pelo capital que a contrata abaixo do seu real

valor.

Com relação à poupança ou à reserva de algum dinheiro para eventualidades, 19% dos trabalhadores afirmam ter dinheiro em caderneta de poupança ou outro tipo de depósito a juros. Destes 19% que conseguem reservar algum dinheiro, um quarto deles tem menos de Cr\$ 10.000,00 em poupança; outros, em igual proporção, têm até Cr\$ 50.000,00; e estes declaram: "é para construir o banheiro"; ou "vou trocar o telhado"; ou "preciso melhorar a cozinha ou abrir o esgoto"... Com até Cr\$ 200.000,00 em poupança encontramos 7% dos trabalhadores; 2% deles não declararam as quantias que têm a juros. O alto percentual, 81% de trabalhadores que afirma não sobrar nada mensalmente, revela o baixo poder aquisitivo dos salários, atualmente. A análise dos orçamentos familiares poderia ser objeto de um estudo específico aprofundado, para se tirarem conclusões sobre o real valor aquisitivo dos salários.

Não se processou um estudo sistemático sobre os valores calórico-protéicos da alimentação dos trabalhadores. Contudo, os dados levantados sobre o tipo de alimentos ingeridos e sua frequência nos permite avaliar a qualidade alimentar dos operários e suas famílias. A alimentação básica sofre a influência cultural da tradicional alimentação brasileira nas camadas pobres da população. Pão e café se acham na mesa de 100% das famílias entrevistadas. Comem diariamente feijão e arroz 93% das famílias e 7% o fazem às vezes na semana. Algumas variam a alimentação, acrescentando legumes e massas. Nem todas as famílias comem carne diariamente: 73% dizem que a carne é diária na principal refeição; 23% limitam-na a algumas vezes por semana, e 4% só raramente a conseguem comprar. As verduras, frutas e laticí -

nios começam a faltar em praticamente 50% das famílias. As frutas se constituem em alimento pouco procurado. Apenas 12% das famílias costumam servir-se delas em sua dieta alimentar diária; aproximadamente 50% inclui frutas às vezes. E a maioria explica que as frutas servidas são as que colhem em casa, nas épocas próprias, tais como banana, laranja, goiaba, caqui; mas há quase 40% que raramente comem frutas.

Em relação a laticínios, o tipo mais frequente é o leite. O índice de 65% das que o incluem diariamente em seus alimentos foi favorecido pelo fato de a Carbonífera Metropolitana doar diariamente um litro de leite a seus operários. Quase todos levam para casa, "para as crianças". São muitas famílias onde se ouvia que "compramos leite só para as crianças".

T A B E L A 24

Dieta Alimentar nas Famílias dos Trabalhadores Mineiros

TIPOS DE ALIMENTOS	FREQUÊNCIA			
	DIÁRIA %	ÀS VEZES NA SEMANA %	RARAMENTE %	TOTAL %
Pão e café	100	-	-	100
Feijão e arroz	93	7	-	100
Legumes e massas	30	59	11	100
Carne	73	23	4	100
Verduras	45	40	15	100
Laticínios	65	21	14	100
Frutas	12	51	37	100
Doces e refrigerantes	11	42	47	100

FONTE: Questionários

Os comentários em mais de 50% das famílias, eram sobre as dificuldades de suprir as necessidades da mesma, face ao salário escasso e a alta do custo de vida. Afirmavam alguns operários: "O salário só dá pra comida e alguma prestaçãozinha, e meio mal". Outros comentários: "O salário, pra viver como pobre, dá". "Se vive apertado e não é pouco. Tem mês que falta".

Dentre os bens de consumo duráveis adquiridos pelos trabalhadores incluem-se eletrodomésticos, que são pagos, geralmente, pelo sistema de crediário, e se constituem nos seguintes: fogão a gás, televisão e geladeira, presentes em 95% das famílias. Em seguida, ferro elétrico e rádio, em mais de 80% das casas; máquina de costura, para 56% das mulheres dos operários; toca-disco e ventilador, em 27% das casas; operários que possuem também liquidificador ou enceradeira ou máquina de lavar representam aproximadamente 10%. 1% possui telefone, ar condicionado e secador de roupa.

É desnecessário demonstrar que a posse de maior número de eletrodomésticos está na relação direta da renda familiar. As famílias mais pobres são realmente carentes de muitos recursos tecnológicos da época atual, considerados importantes ao conforto e aos serviços da família.

4. Grau de Instrução

Os trabalhadores na indústria do carvão, bem como suas esposas, apresentam um índice de alfabetização igual a 87%. Afirmam não saber ler 13% dos entrevistados.

Os dados sobre escolaridade dos mineiros, se confronta-

dos com os índices obtidos numa indústria cerâmica da região, apresentam aproximações. As diferenças maiores se localizam nas primeiras faixas e nas últimas, ou seja, enquanto 3,2% dos trabalhadores da cerâmica não tiveram nenhuma educação formal, há nesta faixa, 10% de mineiros; da mesma forma, se 15,8% dos operários da cerâmica concluíram o curso ginásial, apenas 4% dos mineiros o fizeram. Ambas as categorias, ceramistas e mineiros, apresentam 75% de operários com curso primário completo. Este índice é alto, ao se comparar com os níveis e índices de escolaridade atuais, no município de Criciúma.

T A B E L A 25

Educação Formal

GRAU DE INSTRUÇÃO	CERAMISTAS %	MINEIROS %
Nenhum	3,2	10
Primário incompleto	22,1	15
Primário completo	39,9	50
Ginásio incompleto	20,0	21
Ginásio completo	13,7	3
Colégio/técnico	2,1	1
T O T A L	100,0	100,0

FONTES: 1. Relatório: O Grupo Gaidzinski: Radiografia Organizacional e inserção no distrito de Cocal.

2. Questionários

É certo que o fato de saber ler, ser alfabetizado, representa vantagens ao trabalhador, principalmente em questões informais. Contudo os meios de informação mais frequentes são TV e rádio. Assistem televisão frequentemente 77% dos operários, 20% só as vezes e 3% nunca. Ouvem rádio com frequência 47%, só às vezes 33% e nunca ouvem 20% dos trabalhadores. Lê jornal, livros ou revistas, costumeiramente, apenas 1% dos mineiros; 31% dizem fazê-lo às vezes e 68% nunca lêem. O cinema está para os operários nas mesmas condições: 70% deles afirma nunca frequentar os cinemas para assistir a filmes de seu interesse.

T A B E L A 26

Meios Empregados para Informação

VEÍCULOS DE INFORMAÇÃO	FREQUENTE %	ÀS VEZES %	NUNCA %	TOTAL %
Televisão	77	20	3	100
Rádio	47	33	20	100
Jornais, livros, revistas	1	31	68	100
Cinema	-	30	70	100

FONTE: Questionários

Concluimos que a alfabetização do operário é importante para eles a nível de leituras práticas ligadas aos interesses imediatos no trabalho, no comércio, entre amigos e parentes, para efeito de transmissão de recados e coisas desse gênero.

As vantagens do operário alfabetizado, com acesso aos meios de informação escrita, favorecem a organização da categoria. As informações, divulgações ou convocações, por exemplo, da empre

sa ou sindicato, podem circular por escrito entre a classe. Os panfletos distribuídos atingem o trabalhador, que toma conhecimento das mensagens, pessoalmente, dando-lhes um instrumento a mais de comunicação. Os mineiros participam de uma cultura alfabetizada e se vêem favorecidos, seja no aspecto de informações técnicas, ao ler instruções ou orientações a respeito, seja nas relações informais, comunicando-se com seus pares sobre questões pessoais.

5. Lazer

O trabalho profissional desde há muito está relacionado com a necessidade de lazer. A recuperação das forças para o trabalho supõe não apenas a alimentação, o repouso através do sono e o abrigo. O lazer assume hoje preocupação cada vez maior por parte dos estudiosos do bem-estar do trabalhador, os quais lhe atribuem importância fundamental para a garantia do bom desempenho profissional dos trabalhadores.

Há divergências entre estudiosos do assunto, na definição do que se constitui o lazer. Alguns privilegiam o repouso, em prejuízo do divertimento ou de outros aspectos que merecem ser beneficiados pelo lazer. O sociólogo francês Dumazedier, estudioso das relações entre lazer e trabalho, considera que o lazer deve cumprir o papel de divertir, de fazer repousar e de informar e formar o indivíduo. Ele assim define o lazer: "...é o conjunto de ocupações a que o indivíduo pode entregar-se de boa mente, já para descansar, já para se divertir, já para desenvolver a sua participação social voluntária, a sua informação ou a sua formação de sinteressada, depois de haver-se libertado de todas as obrigações

profissionais, familiares e sociais.¹

A partir dessa definição, seria muito difícil concluir se os trabalhadores mineiros, de fato, têm chances de praticar o lazer. Isto implicaria em pesquisa de motivações das tarefas ou ocupações dos operários fora de seu ambiente de trabalho. É certo, contudo, que muitos não realizam o lazer que preencha as várias dimensões levantadas pelos estudiosos do assunto.

Os operários interrogados sobre as atividades ou sobre as formas de utilização do tempo livre se manifestaram com poucas variações. 66% deles dizem que fazem trabalhos em casa; 30% preferem programas de televisão ou rádio; 16% fazem biscates; 19% dizem que ocupam o tempo livre para descansar, simplesmente, sem se ocupar com nada; 8% praticam esporte, de vez em quando.

As férias, para 58% dos operários, se constituem num tempo em que se passeia com a família, entre os parentes, geralmente. Outros (34%) ficam em casa e fazem "algum trabalhinho". Alguns (7%) aproveitam para biscates. 16% afirmam que nunca tiraram férias, que preferem tirar em dinheiro. Outros, porém, são categóricos e dizem, satisfeitos, que "nunca venderam as férias".

Há poucas oportunidades para o exercício do lazer comunitário. Os trabalhadores afirmam que não há diversões para eles no bairro e nem na cidade.

Predomina, hoje, a tendência de privatização do lazer, característica própria de uma sociedade capitalista. As ocupações individuais tomam a maior parte do tempo livre do operário. As opções de

1. DUMAZEDIER, Joffre. Trabalho e Lazer. In: Tratado de Sociologia do Trabalho. Vol. II, 1973. p.397 - 401.

lazer para a classe trabalhadora decorrem das limitadas alternativas de lazer a ela oferecidas pelo sistema. Há poucas características de vida urbana; nos bairros predomina a inexistência de áreas livres e não se forma o cidadão no convívio das praças e dos locais públicos de lazer. No passado, era muito comum o encontro dos mineiros nos "botequins" e nas "vendas", onde discutiam questões relativas ao trabalho, ao sindicato, e à política. O conhecimento político sobre direito trabalhista, que os mineiros do passado possuíam, advinha, em parte, da comunicação informal nas rodas de "botequins".

Hoje, o moderno sistema de turnos de trabalho e de rodízio semanal dos mesmo, dificulta a rotina dos encontros sociais e de lazer, ao final da tarde, como acontecia no passado. O tempo livre é hoje empregado em programas de televisão ou em descanso individual na própria casa. O lazer passa, gradativamente, de formas socializadas para formas individualistas, condizente com a tendência capitalista dominante.

6. Religião

As populações de vilas e municípios catarinenses formados pela imigração européia apresentam, entre suas tradições, vínculo às igrejas, normalmente à Igreja Católica. Na região de Criúma, iniciada com os primeiros imigrantes italianos, depois poloneses e alemães, não foi diferente. A mesma tradição religiosa é mantida quando, a partir de 1920, afluem açorianos de Imbituba, Laguna e outros municípios do Sul para a indústria extrativa do carvão, que iniciava.

Atualmente, os trabalhadores mineiros se identificam

(100%) como católicos. Contudo, a Igreja não se constitui num elemento integrador da vida comunitária e das motivações que envolvem a vida cotidiana dos trabalhadores mineiros. Essa constatação é feita a partir das declarações dos trabalhadores e deduzida também pela postura que a Igreja Católica de Criciúma tem mantido, tradicionalmente, frente à população trabalhadora.

Na relação da Igreja com a classe operária, especificamente com a classe operária mineira, podem-se encontrar duas fases, que caracterizam a postura da Igreja, não só em Criciúma, mas no Brasil e até na América Latina. Até a década de 1970, a Igreja no Brasil esteve muito ligada ao poder oficial do Estado e atuando na conveniência das políticas dos governos. Os anos de 1968 e 1979 são marcos na mudança de orientação política da Igreja na América Latina. Em 1968, o CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) realiza a Conferência de Medellín, onde afirma a Teologia da Libertação; em 1979, o CELAM, agora na Conferência de Puebla, no México, faz a opção da Igreja pelos pobres.

As posições histórico-políticas da Igreja na América Latina e no Brasil orientam a posição das Igrejas locais e sua atuação junto às classes sociais.

Desde a criação do Sindicato até o final da década de 1970, a Igreja local de Criciúma manteve sua posição tradicional de aberta reprovção à luta de classes, que se manifestava na organização sindical da região.

Os mineiros aposentados e os trabalhadores mais antigos são unânimes em afirmar que a Igreja, no passado, era frontalmente contra a organização e ao movimento operário. O discurso da Igreja, lembram os líderes sindicais do passado, "era de reprov

ção ao mineiro e de louvor ao empresário"; ou, quando não agredia o operário, "sua pregação era de conformismo; pregava a paciência e a humildade nas injustiças e judiarias que o mineiro passava".

A posição da Igreja, evidenciando sua identidade com a política das classes dominantes e com o governo, é encontrada nos registros de atas do Sindicato. Seu discurso é reproduzido também por mineiros, que relatam "sermões dos padres" contra os operários militantes. As "práticas" proferidas na Igreja contra os mineiros eram comuns por ocasião das campanhas eleitorais do sindicato e em época de greves. Não apenas o discurso da Igreja estava a serviço da ideologia dominante; sua ação, no tocante à pastoral operária, fortalecia as posições patronais.

A posição tradicional da Igreja, declaradamente a favor das classes privilegiadas, contava com a atuação isolada de sacerdotes que se posicionavam a favor da classe operária e atuavam na defesa dos sindicatos autênticos. Entre os operários é lembrada a atuação do Pe. Osni Rosembrock e do Pe. Alípio.

Atualmente, em todo o Brasil, principalmente a partir de 1979, constata-se a existência de núcleos regionais em que as Igrejas mudaram sua postura em relação à classe operária.

Um mineiro aposentado afirma que a atuação da Igreja mudou fundamentalmente do passado em relação à dinâmica atual, na Igreja de Criciúma.

"Hoje a Igreja é aliada do mineiro. No passado, os bons atuantes estavam sem ação, na Igreja; hoje, os ruins é que estão desmoralizados. Os padres arejados atuam mais. O Pe. Miotelo está fazendo um bom trabalho de base. O Pe. Maneca é conservador, mas

seu trabalho de base é fantástico. Os padres, mesmo os tradicionais, começam a mudar. Porque a ordem da Igreja agora, é partir por este caminho".

A postura mais comum encontrada nas diversas paróquias onde há operários mineiros é a posição de "uma Igreja mediadora entre as classes sociais", pretensamente neutra, não comprometida com a posição de nenhuma delas. O vigário da paróquia São José é do parecer de que se deve fazer um trabalho com os "dois lados"- com o trabalhador e com o empresário:

"Nós devemos alertar o empresário para uma certa discordância em relação ao nível salarial, para uma maior distribuição da renda, mas, por outro lado, alertar o operário para o fato de que o empresário é quem arrisca; que o empresário às vezes não quer, mas é obrigado a despedir o mineiro porque há superprodução. Nisso tudo o culpado é o sistema; não o patrão. O patrão, às vezes, é injusto, mas o operário também é injusto com o patrão".

A defesa da postura de uma Igreja acima das classes é assumida, oficialmente, nas paróquias de Criciúma. Há contudo, posições dissidentes por parte de alguns sacerdotes. Por exemplo, o Pe. Valdemir Miotelo, que iniciou um trabalho pastoral junto aos operários da Vila Manaus, um bairro pobre e totalmente carente de benefícios sociais, considera que a Igreja ainda está longe de "atender e defender" o operário. Ele afirma:

"Normalmente o mineiro não frequenta a Igreja. Talvez a Igreja tenha perdido o operário por causa de suas posições conservadoras nas décadas de 50 e 60. A ação da Igreja com os mineiros é insignificante. O clero daqui é muito conservador. A Igreja perdeu os mineiros, assim como perdeu a classe estudantil. Antes de 1964, o Pe. Osni teve uma boa atuação, mas foi abandonado pelo clero".

Os mineiros, por sua vez, se situam numa posição em que a Igreja não faz parte essencial de suas motivações. Contudo, identificam a Igreja como benéfica ou prejudicial ao mundo operário. Para 59% dos mineiros, a Igreja ajuda a ação dos trabalhadores; 37% dizem que não ajuda; 4% não sabem opinar sobre o assunto. A ajuda da Igreja ou a ausência dela é considerada pelo trabalhador principalmente sob o enfoque "sobrenatural". É assim que 44% afirma que a "fé ajuda":

"Deus olha por quem tem fé. A pessoa tem que ter uma palavra confortável, no caso, a palavra de Deus".

"Ajuda de todo jeito; rezar ajuda e resolve muita coisa".

Da mesma forma, as afirmações dos mineiros esclarecem que eles separam os dois mundos - o do trabalho e o da religião:

"A religião é mais para a parte do espírito. A religião e a Igreja não podem se meter em política".

"O religioso não mistura a Igreja com o trabalho. Sabe a hora da religião e do trabalho".

Para 37% dos mineiros, a Igreja não ajuda, mas eles também não sabem em que ela poderia ajudar; 15% consideram que a Igreja e a religião não estão ligadas ao trabalho; 9% acham que a Igreja dá apoio moral e que tem defendido os direitos do trabalhador.

A visão desvinculando o "mundo do trabalho" do "mundo da fé" prevalece entre os que afirmam que a Igreja ajuda a ação dos trabalhadores. Os mineiros que indicam que a Igreja não atua junto aos operários mantêm igualmente uma postura política de oposição ao sistema. Acusam a Igreja de isolar-se do mundo operário e, por isso, incapacitar-se de atuar no seu meio. Vejamos

declarações de um mineiro da CBCA e de outro da Próspera:

"A Igreja está por fora do que acontece no meio das indústrias, debaixo nas minas. Os padres não têm idéia do que acontece no serviço. Mesmo que quisessem falar, não sabem o que dizer; a linguagem dos padres não é nada do que é a nossa vida no trabalho".

"Não, a Igreja não ajuda o trabalhador. Os padres não fazem uma prática para os patrões pagar melhor os operários, ou para defender os operários. O povo fica mais de lado. Os padres têm medo de defender o operário".

Observa-se que o mundo operário mineiro se divide fundamentalmente em dois grupos, em relação à religião e à ação da Igreja. O primeiro grupo, mais numeroso, atribui à religião e à Igreja uma missão sobrenatural, voltada para a dimensão de "fê espiritual". O segundo grupo não identifica claramente o papel da Igreja e a razão da religião. Contudo, acena vagamente para a postura que vincula a Igreja a posições políticas de defesa dos direitos do operário.

7. Moradia

A aspiração à casa própria não se constituiu exclusividade da categoria dos operários do carvão, senão de toda classe trabalhadora. Às outras classes, dos pequenos proprietários e da burguesia, não se coloca o problema, uma vez que ter casa própria é questão solucionada. Contudo, para a classe trabalhadora, em muitos casos se trata de objetivo irrealizável, se a renda familiar é totalmente consumida em alimentação, vestuário e transporte.

O processo de aquisição de casa própria, em alguns ca-

sos, tem duração igual ao número de anos de vida profissional ativa do trabalhador; os que adquirem casa através de financiamento o fazem por um plano de 20 a 25 anos. Se aposentam e continuam pagando. Outros constroem, eles mesmos, a própria casa, em fins de semana, nas férias, e o fazem em etapas. A conclusão das casas, não raro, se estende por vários anos. Alguns herdaram a casa dos pais. Outros compram uma casinha de madeira, de algum amigo, na área rural e transportam-na para o bairro operário, onde compram um "chão" para aí levantar a própria casa.

O nível de moradia dos trabalhadores varia não só de acordo com o bairro, senão também quanto à localização das casas nos mesmos bairros. Sendo o nível salarial dos mineiros, superior ao de outros trabalhadores da região, os bairros mais pobres, cujas moradias são muito precárias, são habitados por trabalhadores de indústrias cerâmicas ou doutro ramo na região. As casas dos operários das minas apresentam, em relação àquelas, melhor aparência. Contudo esta comparação não deve ser portadora de uma imagem positiva sobre aproximadamente 50% das casas dos mineiros. Denuncia, isto sim, a exploração ainda mais aviltante de outras categorias profissionais, cuja remuneração do trabalho só viabiliza ter como teto nada mais que um barraco. O desfrute do direito à casa própria representa, inúmeras vezes, uma trajetória dolorosa, um processo onde o resultado final nem sempre é viável. O mineiro Mário, da Próspera, contava, com frustração, o seu fracasso:

"Esta casa aqui é mais um rancho, que eu troquei com um companheiro. Comprei uma casa financiada, mas depois de dois anos o dinheiro não deu mais e fui obrigado a entregar. Daí o companheiro que morava aqui assumiu a dívida, fiquei com a casinha dele e

passamos os papéis".

O trabalhador Túlio, também da Próspera, confessa:

"Com 21 anos de firma, pra fazer uma casa foi preciso perder uma filha em acidente de carro. Com a indenização pela morte da filha construí a minha casa".

O operário João "encostado" no momento, analisa a questão da casa própria com o seguinte raciocínio:

"Até hoje ninguém enriqueceu trabalhando na mina. Ficou no nível de simples operário. Conseguir roupa e comida. Pra construir uma casinha tem que tirar da roupa, da comida e do lazer. Muitos dos que têm casa conseguiram trabalhando também fora da mina. O mineiro, ou ele come, ou engana, e então faz uma casinha".

Para 60% dos mineiros, o direito à casa própria se tornou, ou está se tornando realidade, pois muitos entre eles estão pagando suas casas. Esta média se iguala à média nacional. Segundo o Censo de 1970, 60% dos brasileiros moram em casa própria. Aqui estão incluídos também os barracos, sem muitas condições de habitação. Em Santa Catarina o índice dos que moram em casa própria se eleva para 76% e no município de Criciúma sobe para 83%. Quanto à propriedade domiciliar, os mineiros se encontram, portanto, 23% abaixo do índice municipal. Para os que moram sob o regime de aluguel, os índices são os seguintes: 19% para todo o país; 11% para o Estado de Santa Catarina; 17% para o município de Criciúma e 30% para os bairros mineiros, significando 11% acima do índice nacional que é o segundo mais alto. Residem em regime de cessão, ou outros, 21% das famílias brasileiras, 13% das catarinenses e 10% das famílias cujos chefes trabalham na indústria do carvão.

Aproximadamente 50% das casas dos trabalhadores do carvão apresentam-se em condições precárias. São construídas em locais inadequados, isto é, alagadiços, em barrancos sem segurança e outras inconveniências dessa ordem. Algumas sem esgoto e péssimo serviço de água. A aparência destas casas denuncia a pobreza e escassez em que vivem seus moradores. Há outras casas, 30%, que oferecem condições de moradia regular e satisfatórias; outras perto de 20%, têm boa aparência, são espaçosas e as condições habitacionais podem ser caracterizadas como boas ou muito boas.

As considerações dos moradores coincidem com a classificação ora apresentada. Dentre eles, 71% dizem que suas casas têm problemas de moradia. Aparecem, com frequência, as carências: esgoto e água encanada. Outros problemas são insolúveis para a casa que ocupam. São comentários frequentes: "a casa está podre"; "é pequena, devia ser o dobro dela"; "precisa de uma reforma geral". Em outros locais "há mau cheiro"; ou a casa está construída em local baixo e úmido. Estes problemas aparecem em aproximadamente 50% das casas. Há outras necessitando de reparos menores, como pintura, construção de banheiro e cozinha e troca de telhado.

O tamanho das casas varia de acordo com a renda familiar, invariavelmente. Quanto ao número de peças, as casas são agrupadas em: casas com duas peças, 4%; casas com três a quatro peças, 41%; casas apresentando de cinco a seis peças, 40%; e casas com sete a dez peças, 15%.

Apenas 40% das casas apresentam instalações completas de banheiro; 15% têm apenas WC; e 45% não têm instalações sanitárias. Nas imediações da casa há privada com fossa séptica, ou rudimentar, ou simples buraco; ou, então, a privada está construí-

da sobre valas de esgoto aberto.

O quadro domiciliar urbano, desde a esfera nacional até a local, em termos de instalações de luz e água e de instalações sanitárias, apresenta o seguinte: 100% das casas dos mineiros são servidas com a rede elétrica de iluminação, para 80% das casas nas cidades catarinenses e 72% das casas em âmbito nacional.

Ligação a redes de abastecimento de água encanada, temos: 76% nos domicílios dos trabalhadores de minas, 48% em casas urbanas de Santa Catarina e 52% nas moradias das cidades brasileiras.

As instalações sanitárias apresentam índices baixos frente aos padrões de higiene sanitária recomendados. A cidade de Criciúma, como a quase totalidade das cidades catarinenses, não apresenta rede geral de esgoto e se serve dos sistemas de fossas sépticas. Em todo o Estado temos apenas 4% dos domicílios ligados à rede geral de esgotos, para 24% em esfera nacional. Casas cujas instalações sanitárias utilizam o sistema de fossas sépticas: entre a região mineira 50%; no estado catarinense 30%; e no Brasil, 16%. O sistema de fossa rudimentar é encontrado em 35% das casas dos mineiros; 50% em casas de Santa Catarina; e 36% em casas de todo o país. Outro escoadouro há em 6% das casas catarinenses e 4% nos domicílios brasileiros. Finalmente, há carência completa de qualquer tipo de instalações sanitárias em 15% das casas nos bairros dos trabalhadores nas minas; em 10% das casas urbanas em Santa Catarina; e em 19% dos domicílios no Brasil.

T A B E L A 27

Domicílios Segundo Instalações Existentes (Área Urbana) em %

LOCALIZA- ÇÃO	ILUMINAÇÃO ELÉTRICA		ÁGUA EN- CANADA		INSTALAÇÕES SANITÁRIAS				
	TEM	NÃO TEM	TEM	NÃO TEM	REDE GERAL	FOSSA SÉPTIC.	FOSSA RUDIM.	OUTRO ES- COADOURO	NÃO TEM
Brasil	72	28	52	48	24	16	36	4	19
Sta. Catar.	80	20	49	51	4	30	50	6	10
Bairros Mineiros	100	-	76	24	0	50	35	-	15

FONTE: Anuário estatístico do Brasil - 1974 (Brasil e Santa Catarina).

Questionários - Bairros Mineiros

Estes dados nos alertam para a saúde pública, diariamente ameaçada por falta de condições de higiene. É possível que o quadro no Brasil e em Santa Catarina tenha se modificado a partir de 70, ano da coleta de informações.

Convém ressaltar que as condições de moradia, instalação de água, luz e esgoto, nas comunidades operárias onde residem os mineiros, constituem um quadro habitacional superior ao que costumam apresentar os bairros operários em geral, seja na região, seja nas periferias das cidades industriais do Brasil. As condições habitacionais estão em relação direta com os níveis de renda familiar. Os trabalhadores da indústria carbonífera, aferindo melhores salários, garantem maior participação nos bens sociais.

8. O Trabalho e a Saúde

A segurança e a higiene do trabalho, na história do desenvolvimento industrial e empresarial, foram conquistando, gradativamente, maior espaço na política capitalista. Na busca de equi**lib**ração de forças, o trabalho tende, continuamente, ao aprimoramento jurídico das leis trabalhistas frente ao poder econômico do capital.

A história das conquistas trabalhistas marcadas pela luta, apresenta hoje considerável apoio jurídico na legislação que rege o direito do trabalho, estabelecendo normas de proteção ao trabalho comum e tutela especial a determinados trabalhos, atendendo suas condições peculiares. As conquistas do trabalho frente ao capital, porém, não significam equiparação de direitos e vantagens. Contudo, deve-se salientar que a legislação trabalhista brasileira resultou, em relação à mesma legislação em outros países, muito mais outorga e tutela do Estado, que conquista das próprias classes trabalhadoras. Algumas categorias tiveram uma experiência de lutas e conquistas, porém a grande maioria não.

O governo populista de Vargas, buscando ampliar as alianças com as classes sociais brasileiras, com vistas ao seu fortalecimento político com o governo, oferece a tutela do Estado às classes trabalhadoras, em troca de sua subordinação ao Ministério do Trabalho. A tutela do Estado em relação ao trabalho, na verdade, consistia na celebração de aliança com as classes burguesas, que se fortaleciam através da intervenção do Estado no usual conflito entre capital e trabalho.

O populismo paternalista do governo Vargas outorga à

classe trabalhadora a legislação trabalhista. Com esta postura eliminou-se a prática política de conquistas dos direitos e segurança do trabalho pelas categorias profissionais. A outorga alienou política e ideologicamente os trabalhadores, primeiro porque foram habituados a não lutar por seus direitos, pois, já estavam garantidos por lei; segundo, porque desconheciam a "dívida" que lhes assegurava direitos.

Há outro fato que torna a legislação, na prática, letra morta. Esta pode até privilegiar o trabalho em relação ao capital, porém o que define as reais posições que ocupam um e outro são as condições objetivas e materiais, concretizadas nas relações técnicas e sociais do processo de trabalho.

Há determinados ramos industriais que se apresentam com alto grau de insalubridade. O desenvolvimento industrial, técnico e científico não eliminou os riscos que ameaçam a saúde e a vida de milhares de trabalhadores empregados na produção de bens, em indústrias que operam com riscos constantes à força de trabalho. A legislação trabalhista não vai além da tutela do trabalho, tentando minorar as consequências maléficas de certos ambientes e condições de trabalho sobre a vida do homem trabalhador. Não raro, porém, a legislação é incompleta ou ineficaz, diante da agressão das condições de trabalho.

É assim que, ainda hoje, convivemos com as chamadas doenças profissionais, cujas consequências são desde a perda parcial da saúde até a perda fatal, levando o trabalhador à morte, dadas as condições insalubres no trabalho.

E. Sounis assim define as doenças profissionais:

"São doenças que se originam do exercício de deter

minadas profissões, por uma ação lenta e continuada, e que podem ser comprovadas pela relação causa-efeito.¹

Dentre as doenças profissionais figuram, por exemplo, o hidrargirismo crônico, nos trabalhadores expostos ao mercúrio; as intoxicações produzidas pelo chumbo; as pneumoconioses - doenças profissionais do aparelho respiratório, que consiste "na acumulação de poeiras nos pulmões e nas reações dos tecidos em presença dessas poeiras", segundo definição da OIT.

A mineração do carvão coloca em risco a saúde do trabalhador, por provocar um tipo de pneumoconiose denominada antracose - doença pulmonar profissional que se instala pela inalação de poeira do carvão. Os pulmões dos trabalhadores expostos à poeira passam a apresentar nítida pigmentação negra, decorrente do depósito de partículas antracósicas. A doença se torna mais grave e seus sintomas são mais evidentes, quando o carvão está associado a um certo teor de sílica, constituindo a ântracosilicose.²

Não apenas a pneumoconiose, mas outros prejuízos na área da saúde fazem da mineração um ambiente insalubre. A insalubridade das empresas carboníferas do país está regulamentada na Portaria nº 1, de 05/01/1960 e no art. 169 da CLT.

O trabalho na indústria de mineração de carvão no subso-lo apresenta-se insalubre sob vários aspectos. O ambiente de trabalho agride o operário, deixando-o normalmente tenso, face aos

1. SOUNIS, Emílio. Doenças Profissionais. p.58.

2. _____ . Antracose. In: Doenças Profissionais. Op. cit. p.102.

múltiplos perigos que a mina encerra; perigo comprovado pelo índice de acidentes de trabalho, o mais alto entre todos os ramos de indústria no Estado.¹ Esta condição coloca o trabalhador num clima de ansiedade e apreensão, marcando-o psicologicamente. As consequências, não raramente, se manifestam gerando problemas de saúde, e surgem perturbações gastro-intestinais como as mais frequentes, segundo afirmam os médicos das companhias.

O operário enfrenta também minas úmidas, diferenças de temperatura e ventilação na passagem de uma a outra galeria; os problemas de saúde que por esta razão ocorrem são os resfriados, bronquites, asma e reumatismos.

Não raro, há galerias mais baixas que a estatura média dos trabalhadores, o que os obriga a trabalharem durante horas em posição incômoda e cansativa; nas minas manuais, sobretudo, há grande dispêndio de força física. Essas condições - pouca altura das galerias e grande esforço físico do operário - resultam em sérios problemas de coluna, com suas dolorosas manifestações no corpo do trabalhador.

Outro problema com o qual os homens do carvão convivem são as dermatites. As infecções de pele se originam de arranhões, cortes, queimaduras, da fricção na pele pelo uso das botas. O contato constante da poeira do carvão nesses ferimentos, inicialmente leves, provoca seu agravamento e infecção. A cura desses ferimentos seria relativamente fácil, se não continuassem expostos à poeira. Para isso, seria necessário permanecerem afastados do trabalho por alguns dias, até a cicatrização. Mas não

1. Ver sobre Acidentes de Trabalho. p. 93 - 100.

serão arranhões e queimaduras leves que afastarão os mineiros, por alguns dias, do trabalho. A política das empresas não é no sentido de facilitar o afastamento do trabalhador, por motivos de saúde; ao contrário, é muito exigente na concessão de dispensas. E as licenças médicas são expedidas exclusivamente pelos médicos das companhias. Esta realidade condiciona a posição médica, em muitos casos, nas decisões frente aos problemas de saúde do pessoal da empresa.

Das doenças profissionais a que o mineiro está exposto, é a pneumoconiose, certamente, a que está causando maior dano para os trabalhadores e que preocupa as pessoas envolvidas com a saúde da população. Em Criciúma, a doença assume proporções alarmantes, frente ao grande contingente operário empregado nas indústrias de carvão, fluorita e cerâmicas. O problema se torna mais grave, porém, entre os trabalhadores nas minas de carvão, já pelo número de operários, já pela grande quantidade de poeira liberada na lavra do carvão. Médicos da região, preocupados com as dimensões sociais da doença, têm, a partir de 1969, iniciado um estudo sistemático da pneumoconiose, em relação a seus índices de frequência, sua evolução, seu possível tratamento. Os médicos chegam a algumas conclusões e partem para recomendações às companhias carboníferas e ao Ministério da Previdência Social.¹

No processo de trabalho nas minas, sobretudo na lavra de sistema mecanizado, os trabalhadores respiram ar poluído de finos de carvão, liberados principalmente na perfuração do teto e das

1. Pneumoconiose na Comunidade, de autoria dos médicos: Dr. Albino J. Souza Filho, Dr. Sérgio H. Alice e Valdir de Lucca. In: ACAMED. nº 103, fev.-abr., 1980. p. 25 - 26.

frentes e na coleta e transporte do carvão bruto extraído nas galerias. As partículas mais grossas o organismo filtra e rejeita. As partículas finas são aspiradas e se acumulam no interior dos pulmões. Na tentativa de expeli-las, formam-se lesões nos alvéolos pulmonares, as quais aumentam gradativamente e limitam a capacidade respiratória dos pulmões. Se o indivíduo continuar exposto à poeira, a doença se torna progressiva e irreversível, levando o paciente à morte.

A pneumoconiose se apresenta em vários estágios, denominados P1, P2, P3 - de acordo com a evolução da doença. O levantamento realizado pelos médicos Dr. Albino J. Souza Filho, pneumologista, Dr. Sérgio H. Alice, patologista e Dr. Valdir de Lucca, radiologista, identificou, desde 1969 até fins de 1979 500 casos de pneumoconiose entre os trabalhadores. Em 1979 apareceram 135 novos casos, o que dá uma média de 11 casos por mes. Já em janeiro de 1980 apareceram 24 novos casos. O aumento deve-se sobretudo à introdução de novos métodos de lavra - o de conjuntos mecanizados - como já vimos.

Nas minas de lavra manual, o aparecimento da doença ocorria, em geral, após 10 a 12 anos de trabalho nas frentes; atualmente, com o sistema de lavra mecanizada, o tempo de serviço fica reduzido entre cinco a oito anos de exposição à poeira, para aparecerem os primeiros sintomas da doença entre os trabalhadores. Se uma vez a faixa de idade com maior frequência da doença era 35 a 45 anos, hoje a incidência maior ocorre na faixa de 25 a 35 anos. Os índices gerais atingem de 8 a 10%, informa o Dr. Albino S. Filho. Considera o mesmo médico que o número total de casos da doença deve ser superior aos casos registrados, uma vez que não há registro dos pacientes que procuram o médico. O levanta-

tamento não é feito em todas as empresas mineradoras.

Inicialmente a doença não apresenta sintomas. Quando ela pode ser identificada é classificada como P1 ou P2. Aí começam a aparecer os sinais de cansaço, dores nas costas, "falta de ar". Há um grande número de operários afastados do trabalho pela doença. Há, contudo, casos de trabalhadores continuando na mesma função, ou desempregados pela doença. Há também "mais de uma dezena de casos de pneumoconiose avançada que evoluíram para o óbito".¹

A pneumoconiose apresenta-se, sob o ponto de vista da saúde, como uma doença progressiva e irreversível. Só é estacionária se o indivíduo for afastado do agente causador, logo no início. Esta solução encontra sérias entraves na legislação trabalhista e previdenciária. O operário, identificado com P1 ou P2 deveria ser retirado do subsolo e empregado em local de trabalho não poluído. Isso implicaria em redução do salário, não permitida por lei. O salário, se mantido, criaria problemas com outros trabalhadores da superfície, face à lei de equiparação salarial. A primeira hipótese, de rebaixamento salarial, não é admissível entre a classe trabalhadora, que seria prejudicada. A doença, que foi contraída no local de trabalho não encontra respaldo na previdência social, uma vez que não é enquadrada pelo benefício do Instituto de Previdência.

Apesar da insalubridade do trabalho, a situação acima descrita afasta os mineiros dos exames radiográficos que identificariam a doença. Eles temem que a perícia médica possa constatar

1. Pneumoconiose na Comunidade. art. cit.

a existência de P1 ou P2, principalmente pelas consequências sociais que este fato acarretaria. Normalmente, se encaminhados ao INPS, devem deixar o subsolo ou, se o fato é levado ao conhecimento da empresa, esta colocará os operários como "candidatos" às primeiras demissões que a companhia efetuar. Uma vez despedidos, dificilmente encontrarão outro emprego que lhes dê a remuneração que tinham na mineração; outros, com dificuldades encontrarão qualquer tipo de emprego, pois nos exames de admissão em outras indústrias, identificada a doença, o candidato é recusado pelas mesmas.

Um mineiro "encostado" por problemas de coluna assim falou, considerando as dificuldades que os operários doentes enfrentam:

"Existem muitos que estão doentes e continuam trabalhando. Eles têm esperança de que um dia muda para eles. Têm consciência de que estão dando os seus últimos dias pra família e continuam trabalhando. A companhia manda fazer os exames. Se o cara tem P1 ou P2, a companhia não aceita, porque está doente. O mineiro que está doente tem que esconder. Senão, fica desempregado e sem possibilidade de arranjar outro emprego. Enquanto estiver produzindo, a empresa ignora sua doença, do contrário ela dispensa o operário. O operário enfrenta, mesmo sabendo que vai perder a saúde, e tem esperança de que vai mudar. O operário é consciente do problema, mas pela necessidade, ele enfrenta".

A constatação destes problemas, aliados a outros, como o da aposentadoria por invalidez (que ocorre na maioria dos casos), pelas doenças provocadas na coluna e diante do fracasso da assistência que os trabalhadores encontram junto ao INPS, levou a Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias do Carvão

a encaminhar ao Ministério da Previdência Social reivindicações baseadas na Organização Internacional dos Trabalhadores. As reivindicações são as seguintes: Aposentadoria Acidentária, ao se constatar a pneumoconiose; maior fiscalização sobre medidas preventivas da doença; Auxílio Doença Acidentária, a partir do diagnóstico; manutenção do nível salarial durante o tratamento e na Aposentadoria Acidentária; alteração do art. 300 da CLT, para garantir ao mineiro transferido do subsolo para a superfície salário igual ao que vinha recebendo.¹ Os médicos que estudam o problema e tratam dos pacientes concordam que "a legislação previdenciária vigente não corresponde à realidade sobre a doença, seja do ponto de vista técnico, científico, humano ou legal".²

Todo esse drama que envolve condições de trabalho, legislação previdenciária, insegurança no trabalho muitos mineiros vivem. O depoimento de um mineiro da CBCA, 14 anos de subsolo e inseguro frente à possibilidade de se aposentar com a especial, isto é, após 15 anos de serviço, representa a situação de centenas de trabalhadores do carvão:

"A vida debaixo da mina é dura. Os homens da lei sabem que os mineiros enfrentam pó e fumaça. Tem minas aí que não oferecem as mínimas condições; há lama e fogo, não é fácil. A mecanizada é melhor pra se trabalhar, pior, porém, para a saúde. O sistema de exaustão não consegue tirar a poeira. O avanço é muito rápido e não é possível resolver estes problemas, e, com isso, o operário é que sofre. O problema está na legislação. O INPS deve fazer a pes-

1. O ESTADO. Fpolis, 16/10/80. p.2

2. Pneumoconiose na Comunidade.

quisa no fundo da mina e não no escritório. Tem operário que sabe que está doente, está com P3, sabe que vai morrer, mas se ele sair pra rua está perdido. Ele se sacrifica para se aposentar aos 15 anos. É tudo erro da legislação. Tem operário sacrificado em baixo da mina. O operário se sacrifica, pede para o médico uma chapa normal, pra descer e trabalhar mais uns dois anos, pra se aposentar e procurar uma beira de praia. O mineiro nessa situação se sente revoltado, mas nada pode fazer. Procura esconder. O mineiro não quer perder e fica. Um operário com P2, faltava um ano e meio pra se aposentar e a empresa despediu. Pedia ao médico, por amor de Deus, uma chapa normal, pra continuar trabalhando. Se o operário tá bem, se pode produzir, é bom, senão, é INPS. Na mina ali é assim e é como todas. O empresário não dá colher de chá. O empresário, se o homem tá doente, manda pro governo".

O ministro Jair Soares, da Previdência Social, quando visitou a região mineira, em outubro de 1980, ao se inteirar da gravidade dos problemas que afetam a saúde dos mineiros, declarou: "O Governo não tem dado um tratamento adequado ao problema que afeta hoje milhares de mineiros... O Governo não pode ficar pacificamente assistindo esse quadro, sem tomar uma medida que vá ao encontro de melhoria da situação dos trabalhadores nas minas. Uma aposentadoria não resolve. O que temos que fazer é evitar que ele contraia a Goença. Mesmo porque não podemos desprezar a força de trabalho do homem brasileiro".¹

O ministro reconhece e declara a gravidade do problema. Porém, descarta a possibilidade de atender as reivindicações em

1. O ESTADO. Fpolis, 16/10/1980. p.2

termos de modificação das leis previdenciárias e trabalhistas .
"Uma aposentadoria não resolve". Transfere o problema para a esfera do capital, das empresas, da tecnologia. "O que temos que fazer é evitar que ele contraia a doença". Contudo, sabemos que o problema ali está. Que até hoje a tecnologia não apresentou soluções para oferecer um ambiente de trabalho que eliminasse o alto risco de contração da pneumoconiose; a situação, isto sim, só se agravou com a introdução de conjuntos mecanizados.

As empresas, por sua vez, dizem que já fazem o que tecnicamente é possível para oferecer boas condições de trabalho.

A empresa estatal Próspera "envida esforços na melhoria constante da ventilação das frentes e em fiscalização assídua do uso de equipamentos individuais e coletivos de segurança", garantem os engenheiros da companhia. Anualmente, após as férias, há exame admissional dos trabalhadores na empresa, informa o médico Dr. Sérgio Alice. A cada dois anos prescreve-se a abreugrafia . Até 1977, diz o médico, a legislação não autorizava a retirada do paciente do subsolo. A partir de 1977, passou a considerar não a radiografia, mas capacidade ventilatória. Esta medida é parcial e inadequada nos seus resultados. O indivíduo que tem pulmão mais resistente, ou maior, apesar de ter pneumoconiose, deve continuar a trabalhar no subsolo, porque tem condições ventilatórias. Continua o médico dizendo que o maior entrave é a reabilitação profissional. Recomenda-se a reabilitação na superfície, mas como há diminuição do salário, o empregado vai pra Justiça do Trabalho e a companhia demite o operário. No caso de pessoas prestes a se aposentarem, a Próspera já nem quer que se recomende esta recuperação. Mas é inútil fazer tratamento e continuar no subsolo, conclui o médico.

Na CBCA, o médico da empresa Dr. Sérgio Daminelli, fala da "política excelente da empresa em relação à saúde", e diz que recebe "todo o apoio dos engenheiros da companhia". O controle sobre a periodicidade dos exames e consultas dos operários está com a empresa. Ao médico cabe receber os operários que espontaneamente o vêm procurar ou os que a empresa envia, principalmente em casos de acidente ou doença, para diagnosticar o tempo de licença para o tratamento e recuperação. A empresa não dispõe de cadastro torácico de todos os trabalhadores do subsolo, para identificar os operários atingidos pela pneumoconiose. Informou também que nos últimos meses constatou dois casos de P3 e cinco casos de P2. Os P1 são difíceis de definir. Quanto aos casos de P3, sabe que um deles recebeu quatro meses de afastamento e que agora voltou a trabalhar. Concorda que "a pneumoconiose deveria levar à aposentadoria, mas até agora isto não acontece".

Na Metropolitana atua como médico da empresa o Dr. Eduardo Pinho Moreira, que declara: "A empresa tem a melhor das intenções e dá todo apoio ao programa de saúde, dentro das condições possíveis". A partir de junho de 1980, a empresa exigiu o cadastro torácico, atualizado de seis em seis meses, dos trabalhadores das frentes. Por este serviço foram identificados na empresa 33 casos de pneumoconiose, sendo de P1 e P2 e um caso de P3, mas os pacientes continuam nas frentes de trabalho, porque a legislação não protege o mineiro com pneumoconiose. O médico considera que o mineiro é muito politizado em relação aos seus direitos; que ele "supervaloriza" a doença e que "perdeu o respeito pelo médico como profissional". O mineiro acha que o médico está representando a empresa. "Ele não se conscientiza de que a intenção do médico é defender o trabalhador".

As declarações dos médicos vêm, mais uma vez, confirmar a impotência do programa de saúde nas empresas, frente aos entraves da legislação previdenciária, e às condições insalubres de trabalho, que anulam as "boas intenções" e a "excelente política de saúde" das carboníferas. A relação trabalhador versus médico fica caracterizada como as demais relações de trabalho. Não se trata aqui de analisar as relações interindividuais, mas sim as estruturais, sobredeterminadas pelas relações sociais de produção; isto é, de um lado está a empresa, proprietária dos meios de produção, representada pelo médico, e doutro lado está o mineiro, trabalhador desprovido da posse dos meios de produção, a defender o único bem próprio, que empata no processo de produção - sua força de trabalho.

Para os mineiros, a doença e o desemprego são pesadelos que os acompanham "sempre que pensam na família". Eles afirmam "ter medo" de ficar doentes, de "ter que se encostar" e não poder manter a família; dizem que têm "medo" também de que a mulher ou os filhos adoeçam e eles dispõem de poucos recursos para o tratamento. "Outra coisa que a gente pensa muito é na desgraça de ficar desempregado e não poder dar assistência pra família". Sentem-se nestas declarações a total insegurança do trabalhador. Ele joga com o fator "sorte" em relação à saúde e ao emprego. Não há amparo legal para o trabalhador que lhe garanta uma pequena margem que seja de estabilidade e segurança. Ele está à mercê da "boa vontade" dos empresários, ou, melhor, da determinação do capital em mantê-lo empregado ou não.

A insalubridade da indústria de mineração é consenso entre a população da região carbonífera. As consequências da dilapidação da força de trabalho estão à vista da população, em deze

nas de casos dramáticos: são homens mutilados em acidentes de trabalho; são aposentados alquebrados com problemas de coluna, reumatismo, bronquite; são trabalhadores precocemente envelhecidos e cansados, que constituem o preço humano do desenvolvimento econômico gerado pela mineração do carvão. Esta situação é um desafio e uma acusação constante, embora velada, ao complexo industrial do carvão. Algumas empresas, preocupadas também com as repercussões de ordem política e ideológica do problema, aplicam com mais rigor os mecanismos de prevenção frente à insalubridade e riscos de acidentes.

Há consenso também por parte das pessoas diretamente envolvidas com o problema, quanto à necessidade de considerar a pneumoconiose como doença que deveria levar à aposentadoria, pois que não há tratamento se o paciente continuar em contacto com a causa da doença, o que só leva a agravá-la.

A luta dos mineiros para introduzir mudanças na legislação trabalhista e previdenciária vem há mais de 20 anos. A persistência dos governos em não atender às reivindicações dos mineiros, dos médicos, de líderes políticos¹ e sindicatos sobre a

1. Walmor de Lucca, Deputado Federal (PMDB-SC), tem sido um dos políticos que se aliou à luta dos mineiros em prol da alteração da atual lei previdenciária.

O Projeto de Lei do deputado, aprovado neste ano-1982-na Câmara, espera a mesma aprovação no Senado. Pelo projeto de Lei, três modificações fundamentais são estabelecidas na legislação: "1- Restabelece os conceitos anteriores a 1976, quando o INPS adotava as prescrições da Organização Internacional do Trabalho sobre a Pneumoconiose; 2- Permite que o portador da doença tenha o auxílio-suplementar de que trata a lei 6.367, de 1976, podendo permanecer no mesmo trabalho, mas submetendo-se a reinspeções médicas periódicas; 3- Garante que, após verificada a inspeção periódica do trabalhador, com progressão ou agravamento de seu estado de saúde, o segurado deverá ser removido para trabalho a "cêu aberto", conforme artigo 300, da CLT, fazendo jus à percepção do auxílio por invalidez acidentária." (Jornal da Cidade, Tubarão, Ano I, nº 21, p.3).

questão encerra razões de ordem político-econômicas, que mereciam um estudo mais pormenorizado, para esclarecer as implicações e as relações que o sistema preza em resguardar, mesmo em prejuízo da saúde de seus trabalhadores.

9. Aposentadoria

A aposentadoria se constitui num instituto existente nas sociedades modernas em que a produção social de bens se processa dentro de variada divisão do trabalho. A aposentadoria é regida por critérios básicos que levam o indivíduo ligado ao processo de produção a se desligar dele, seja por idade, tempo de serviço, saúde, ou outras razões de ordem política e social.

A aposentadoria não significa, em geral, para o indivíduo, começo de um período inativo. O aposentado deixa de exercer atividades normalmente disciplinadas por controles rígidos, seja de horário, de ritmo de trabalho, de quantidade e qualidade do produto e passa a exercer outras atividades, eventuais ou de caráter disciplinar mais flexível. Dos aposentados que passam a executar outros trabalhos, alguns o fazem por entretenimento; a grande maioria, contudo, que se constitui da classe trabalhadora, o faz por necessidade de suplementar a renda familiar, face às minguadas pensões que recebem.

No Brasil a lei prevê a alternativa de aposentadoria aos trinta anos de serviço para as mulheres e trinta e cinco para os homens, ou a idade de sessenta anos para as mulheres e sessenta e cinco para os homens. Há categorias profissionais em que o tempo de serviço mínimo para a aposentadoria é inferior aos índices gerais. Nestes casos, os critérios básicos para estabelecer tempo

se fundamentam no desgaste da força de trabalho que a atividade exige.

No caso específico da indústria extrativa do carvão, a lei prevê o tempo de 15 anos para os trabalhadores das frentes e 20 anos para os trabalhadores de subsolo que não operem nas frentes. Os critérios para estabelecer estes tempos, são: insalubridade, desgaste físico e difíceis condições de trabalho.

A regulamentação da aposentadoria do mineiro após 15 anos de trabalho foi exigência das companhias carboníferas, após o golpe militar de 64. Até esta data, o trabalhador se "encostava". Em 1964, deram alta em massa para os "encostados" na previdência social. As empresas viram suas frentes congestionadas de trabalhadores que voltavam às atividades. Foi aí que as empresas pressionaram o Governo e se regulamentou a aposentadoria "especial" (15 anos de serviço). Os que tinham estabilidade foram aposentados; os demais "postos na rua", declara um dirigente sindical de então.

A aposentadoria, se por um lado é o objetivo do trabalhador, por outro, o preocupa. O salário do aposentado fica reduzido a 60 ou, às vezes, até a 40% do seu rendimento como operário ativo. O aposentado deixa de receber horas extras, o salário produção, a produtividade; a isto se junta que o reajuste se dará sobre o salário referência, que está abaixo do salário mínimo, sobre os quais se calculam os índices de reajustes.

Os mineiros aposentados vêm-se na necessidade de suplementar suas pensões exercendo outras atividades, que vão desde o biscate, atividades agrícolas e pesqueiras de subsistência, até emprego assalariado em outras empresas, ou mesmo na mineração.

Vários mineiros aposentados afirmam que a "maioria dos

aposentados, mesmo sem saúde, voltou a trabalhar, porque o salário não dá".

Um mineiro aposentado, Sr. Arino, 61 anos, conta sua situação:

"Tive 35 anos de trabalho em minas, direto, sem nunca um "encosto". Trabalhava encurvado o tempo todo, na galeria com menos de um metro e meio. Quando me aposentei, tirei uma chapa e deu dois pulmões dilatados. Eu sofro muito o problema da coluna e do pulmão. Quase não dá de dormir. Só sentado, apertando o pulmão com o travesseiro. Mesmo sem saúde voltei a trabalhar, porque a aposentadoria não dá. Pela aposentadoria ganho mais ou menos o salário (salário mínimo) e gasto no armazém dois salários. A minha sorte é um filho que está em casa e trabalha, porque o outro está desempregado. Hoje em dia está mais fácil de fichar uma mulher que um homem. Saí de mineiro e fui pra diarista. Sou obrigado a trabalhar no "eucalipe", tirando lenha e madeira e carregando tora nas costas até o caminhão. Sou obrigado, pra viver. Corto lenha por Cr\$ 80,00 o metro quadrado; e um pau que corto me pagam Cr\$ 2,00. Faço Cr\$ 150,00 por dia (em fevereiro de 1981). Fracassei e me aposentei. 12 anos de aposentado, com um salário ruim. Queriam fundar a associação dos aposentados pra dar uma ajuda. O pessoal fala e a gente tem medo que dá em nada; e pra gastar este dinheiro, a gente já ganha tão pouco..."

Outro mineiro, Raul, que no passado foi dirigente sindical, hoje com 55 anos, está um homem velho, ofegante, mal consegue falar. Diz que enquanto estava na empresa, as radiografias não apresentavam pneumoconiose. Depois de aposentado, (trabalhou 23 anos no subsolo) a doença foi constatada. Diz que acreditava que já estava doente, mas eles escondiam o resultado dos exames.

Aliás, esta é uma queixa comum entre os mineiros.

A aparência física da maioria dos aposentados é de pessoas debilitadas, com dificuldades quanto à posição do corpo (sentar, abaixar-se, levantar-se, etc.). Os traços fisionômicos vêm carregados de cansaço. Aparentam mais idade do que têm. A respiração é pesada e ofegante. A situação geral de saúde dos aposentados é grave. Alguns andam muito encurvados e se queixam de dor nas costas e explicam:

"A mina era muito baixa, e a gente só trabalhava curvado, ou de joelhos".

Outros dizem que "todo mundo sente problemas de coluna e reumatismo".

"Eu trabalhei muito com água até os joelhos e chuveiro nas costas", diz o terceiro.

Os problemas de saúde e baixa aposentadoria parecem ser os mais frequentes entre os mineiros aposentados. Sobre esta situação, há muitas observações da população onde residem os aposentados. Muitos aposentados por invalidez procuram as praias, que favorecem os problemas respiratórios. O presidente da colônia de pesca Z-16, Lauro Jacinto dos Passos, diz que 50% dos filiados da colônia de pesca do distrito Hercílio Luz, município de Araranguá, são aposentados por invalidez das minas de carvão de Criciúma e Içara. Que ali, além da pesca, trabalham como arrendatários ou pequenos proprietários nas lavouras de milho e fumo, pra poder sustentar a família, já que a pensão é muito baixa. Afonso Ghizzo, ex-prefeito de Araranguá, diz que o problema existe há muito tempo e que à beira do mar entre Içara e Araranguá há uma grande concentração de "inválidos" das minas de carvão de Criciúma.¹

1. O ESTADO. Fpolis, 15/05/1980. p.9

Se esta realidade de pobreza existe, há outro lado que apareceu no levantamento que se fez quando das entrevistas com os mineiros na ativa. Observou-se que nos bairros operários as melhores casas pertenciam a mineiros aposentados. Alguns informavam que construíram a casa com a retirada do FGTS. Contudo, não se processou um estudo sistemático sobre a situação geral dos aposentados, uma vez que não estava incluído tal estudo nos objetivos do presente trabalho. É, porém, uma realidade social que mereceria ser pesquisada, uma vez que o problema do aposentado está aparecendo com mais evidência no cenário sócio-político e econômico nacional. O estudo da categoria - mineiro aposentado - apresenta-se como muito importante nas áreas de sociologia, política e antropologia. Seja pelas características de militância política que manteve a categoria, quando operários na ativa, seja pelo desgaste que o trabalho exerceu sobre o corpo e a vida, seja pelas condições de vida em que se encontra um grupo significativo de trabalhadores do passado, hoje relegados à sorte ou ao azar, no final de sua existência laboriosa.

10. Os Bairros Operários

As cidades médias e pequenas, no Brasil, apresentam uma configuração estrutural de distribuição geográfica das construções que é comum às várias cidades do mesmo porte. No centro urbano localizam-se os principais serviços públicos, comerciais, financeiros e sociais, exigidos pelo modelo político-econômico-cultural dominante. Permeando e circundando a área que compreende a localização dos estabelecimentos de serviço, aparecem as residências das famílias ocupantes de posições privilegiadas nas dimen-

sões econômicas, políticas e culturais daquela comunidade. Nas periferias da cidade vão surgindo núcleos residenciais, que se transformam em bairros populosos, no decorrer do processo de expansão e desenvolvimento das atividades produtivas da região. Por sua vez, as empresas e fábricas sediam-se da orla central em direção à periferia, localizando-se muito próximas dos bairros residenciais da classe operária. Aliás, os bairros residenciais operários vão surgindo e se expandem à medida em que novas unidades industriais são implantadas na área periférica urbana.

A distribuição espacial da população na cidade obedece a um plano, seja definido e explícito, seja apenas informal, que valoriza umas áreas mais que outras, provendo-as de infra-estrutura básica desigual. Este mecanismo distribui a população segundo as rendas auferidas, pois que as áreas equipadas de serviços básicos só podem ser adquiridas por altos preços.

As condições de vida de uma população estão ligados de uma ou de outra forma à produção e distribuição da riqueza. Nas cidades industriais, a maioria da população tem acesso aos bens necessários de acordo com os salários que recebe. E a infra-estrutura de serviços da cidade, que define a qualidade de vida de seus habitantes, também se comporta conforme os rendimentos desiguais dessa mesma população.

Os custos dos bens necessários à sobrevivência na cidade podem ser agrupados em: a) bens adquiridos, cujos custos são pagos individualmente, tais como alimentos, moradia, roupas, utensílios, medicamentos, etc.; b) bens pagos individualmente, em forma de taxas ou contribuições, mas de caráter coletivo e que implicam em investimentos de companhias privadas ou públicas, tais

como os serviços de luz, água, transportes coletivos, diversões etc. Estes bens não dependem exclusivamente da vontade e capacidade individual de adquirí-los, implica na existência dos serviços em determinada comunidade; c) por fim, há bens e serviços cujos custos recaem sobre a coletividade através de impostos, e que podem ser desfrutados por parcelas da população, servidas pelos benefícios de ruas calçadas, rede de esgoto e água, praças e parques públicos, iluminação pública etc.¹

Todos esses bens e serviços, desde os custos individuais imediatos até os de custos coletivos, são distribuídos desigualmente entre a população urbana, em relação direta com a renda disponível das famílias para a sua sobrevivência. Normalmente, o centro da cidade e os bairros considerados como "área nobre" são os primeiros na aquisição de bens de custos individuais e igualmente os primeiros no provimento dos bens de custos coletivos.

A cidade de Criciúma não foge ao modelo dominante, na distribuição populacional urbana vigente em nossa sociedade. Da população municipal de Criciúma, em torno de 130 000 habitantes, mais de 100 000 residem na área urbana. Esta centena de milhares de pessoas, que representa 82% da população municipal, distribuída desigualmente na área urbana, participa de forma também desigual dos bens e serviços, tanto nos de custos individuais, como nos de custos coletivos.

Da população urbana, 17% residem na área central; 83% se distribuem nos outros 22 bairros da cidade. Os bairros, por

1. São Paulo - 1975 - Crescimento e Pobreza. Cap.2. A Lógica da Desordem. p.21 - 62.

sua vez, apresentam um "centro" e a periferia. Convém considerar que há bairros melhor atendidos pelos serviços de infra-estrutura básica, possibilitando o acesso da população a alguns dos serviços de custos coletivos. Igualmente, os núcleos dos bairros apresentam maior chance de serem beneficiados por estes serviços que suas periferias.

A população operária se localiza, na sua quase totalidade, na periferia em relação ao centro da cidade e, mais uma vez na periferia em relação ao centro dos diversos bairros. A distribuição geográfica espacial da classe trabalhadora tende a se situar em terrenos progressivamente de mais baixa qualidade, à medida em que se classificam como mão-de-obra não qualificada. São as áreas que constituem as periferias dos diferentes bairros que abrigam os operários com os mais baixos salários.

Atualmente não há bairros cuja mão-de-obra seja exclusivamente empregada em uma determinada indústria, embora a localização da empresa tenda, ainda, a concentrar sua mão-de-obra. A distribuição da população se faz hoje, principalmente, pela oportunidade de adquirir casa própria, o que constitui uma realidade para mais de 80% da população de Criciúma. Daí as famílias de baixa renda adquirem propriedade e casa nas regiões menos valorizadas. No bairro Pinheirinho é assim, por exemplo: na Vila Manaus residem essencialmente operários das indústrias cerâmicas ou de construção civil; o terreno desta vila habitacional é baixo, alagadiço e poluído pelos rejeitos da extração do carvão. Ao lado, em terrenos mais elevados está a Cidade Mineira, vila povoada principalmente por trabalhadores das indústrias carboníferas localizadas nas imediações. Comparadas as duas áreas, na de melhores condições geográficas se localizam os operários das minas,

cujos salários são, em média, duas a três vezes mais elevados que os salários dos operários das indústrias cerâmicas ou de construção civil, que estabeleceram suas casas em área poluída e alagada. É pois, fundamentalmente, a renda familiar que define a qualidade da localização das moradias; outros fatores, como os de ordem familiar ou de localização do emprego podem influenciar, secundariamente.

Quanto mais periféricos os bairros e vilas de população operária e quanto mais baixas as rendas familiares da mesma, tanto menos os bens e serviços de custo coletivo são distribuídos àquela população pobre e carente em todas as dimensões da vida individual e coletiva.

Os mineiros avaliam os serviços públicos e coletivos prestados às comunidades operárias, qualificando-as como bons, regulares, péssimos ou inexistentes.

Os serviços de água encanada para 66% está bom, para 26% está regular ou péssimo e 8% dos operários não têm água encanada. O serviço de esgoto está precário. Apenas 22% das residências consideram-no bom; 13% dizem que está de regular para ruim; porém, o mais grave é que 65% não dispõem do serviço de esgoto.

O calçamento das ruas de acesso às residências dos operários apresenta o seguinte quadro: em 76% das ruas de acesso às moradias dos mineiros não há qualquer tipo de calçamento; em 12% há calçamento regular e 12% das ruas possuem bom calçamento.

Apenas 27% das residências são servidas com coletas de lixo; 10% dizem que o serviço é péssimo e 63% dos moradores dizem que joga o lixo "por aí", pois não há coleta pública do mesmo.

A iluminação pública dos bairros é assim classificada : 46% dizem que há boa iluminação das ruas, 13% dizem que está ruim e 41% dos moradores residem em ruas escuras, isto é, não há iluminação pública. O serviço de iluminação domiciliar está bom em 93% das casas; 7% dizem que há falta de energia elétrica, com frequência.

O transporte coletivo apresenta boa qualidade de serviços para 94% da população operária; para 5% está regular; apenas 1% reside distante dos serviços de transporte coletivo.

41% dos moradores têm fácil acesso aos telefones públicos, 5% dizem que é muito longe e 54% não dispõem na vila residencial de telefone público.

Quanto ao policiamento, para 14% está bom; 12% dizem que o serviço é muito deficiente e 74% dizem que não há policiamento algum no bairro.

Feito o levantamento dos serviços básicos prestados aos bairros operários, podemos constatar que os serviços pagos individualmente pelos usuários são prestados com maior eficiência às comunidades: serviços como iluminação domiciliar, água encanada, transporte coletivo. Já os serviços decorrentes de pagamento coletivo não são prestados aos bairros operários, principalmente aos de população mais pobre.¹

O ensino no município apresenta grande déficit em termos de oferta de vagas à população em idade escolar. O centro é melhor servido em número e qualidade de escolas. A maioria dos

1. Cf. Tabela 28. Anexo 13, p. 309

bairros está completamente carente em termos de educação pré-escolar, ou mesmo de escolas de 1º grau, cujo ensino, de responsabilidade do governo, deve ser acessível, obrigatório e gratuito a todos, de sete a 14 anos. No município de Criciúma há aproximadamente 1 400 vagas para educação pré-escolar, sendo 50% da rede particular de ensino e 50% da rede oficial pública. Há, porém, quase 23 000 crianças em idade pré-escolar, o que leva a um déficit de 21 500 vagas. Ou seja, apenas 6% das crianças em idade pré-escolar frequentam estabelecimentos de ensino afins.

O I grau, obrigatório a todos os cidadãos de sete a 14 anos, apresenta um total de quase 22.000 vagas para 42 160 crianças nestas idades. Há um déficit de 20.200 vagas, o que representa 48% de crianças em idade escolar não frequentando as salas de aula. Índice de quase 50% de evasão escolar, que se agrava no II grau.

Há 7 400 vagas em escolas de II grau e de nível técnico; contudo a população escolar desta faixa de idade é composta de 26 200 indivíduos, aproximadamente. O saldo negativo é de 18 850 vagas, ou seja, faltam vagas para 72% da população.¹

Quanto aos serviços de atendimento à saúde, considerando apenas a existência ou não de casas que prestam assistência à saúde, temos o seguinte: acesso fácil aos Postos de Saúde a apenas 10% da população operária mineira. Serviço dentário há para 15% da população nos bairros; e 38% têm serviços de farmácia no local onde residem. Os demais moram em vilas e localidades onde estes serviços básicos não existem.

1. Perfil da Cidade. Criciúma. 1980.

A cidade de Criciúma, como em geral a maioria das cidades catarinenses e brasileiras, apresenta carências nos recursos humanos para tratamento da saúde. Há no município um médico para cada 1 800 pessoas; um dentista para cada 2 300; um enfermeiro alto padrão para 12 000 indivíduos; um enfermeiro técnico para cada 7 500 pessoas e um atendente para 375 pessoas.¹ Convém lembrar, contudo, que os serviços de atendimento médico, hospitalar e dentário se localizam quase exclusivamente no centro da cidade.

Quanto as áreas de lazer, nem em todos os bairros há uma praça pública contemplativa. Em nenhum bairro há praça pública com equipamentos para lazer, mas todos dispõem de um clube de recreio. Dentre os 22 bairros de Criciúma, excluído o centro, há cinema no bairro Pinheirinho e Rio Maina.

A descrição dos bairros em termos de redes de água e esgoto, estradas, iluminação pública, escolas, postos de saúde, ambulatórios, áreas e locais de lazer demonstram pouca preocupação da administração pública em servir os bairros de população operária com serviços básicos que possibilitem um nível de vida considerado satisfatório dentro dos padrões culturais da região sul brasileira.

Os vereadores Lírío Rosso e Gelci Xavier, do PMDB, afirmam que há pouco empenho da Prefeitura em prover os bairros operários dos serviços de infra-estrutura básica. Diz o Sr. Lírío Rosso que "há sempre promessas de se partir para os bairros, mas não se sai do centro. Deve-se considerar, o que é agravante nessa medida política, que 70% da população moram nos bairros; mas

1. Perfil da Cidade.

atende-se os 30% que já estão razoavelmente servidos. A desculpa política de se investir no centro está em que o imposto predial é maior ali que nos bairros, onde o imposto recolhe muito menos".

A conclusão tirada pela administração pública de retribuir serviços aos locais de onde mais recolhe impostos obedece à mesma lógica do sistema, que é seguida tanto na dimensão econômica, como política ou ideológica. É a dominação de uma classe, proprietária dos meios de produção e administradora das instituições de poder, sobre a outra classe, carente desses bens. Os indivíduos proprietários dos meios de produção normalmente têm suas residências e escritórios no centro da cidade. Como as construções se concentram horizontal e verticalmente, uma pequena área recolhe, proporcionalmente, mais impostos que uma área extensa, formada de pequenas propriedades e casas. A lógica do sistema é a de que os carentes dos meios de produção, os que vendem a força de trabalho por salários, não cheguem a acumular e não venham a possuir bens de produção e imóveis. Não possuindo a não ser a própria casa, pagam poucos impostos; baixos impostos são retribuídos, por decisão política da administração pública, com baixa qualidade e pequeno número de serviços públicos de custos coletivos. A expolição do trabalhador, iniciada na dimensão econômica pelas relações de produção, no processo de trabalho, tem sua continuidade na dimensão política, nas relações de poder, pelo processo de dominação administrativa, que privilegia os proprietários em prejuízo dos não proprietários.

"O grande problema", afirmam os vereadores citados "é que os bairros não têm poder reivindicatório. Já tiveram mais que hoje, quando existiam as sociedades Amigos de Bairro". As sociedades foram organizadas durante a administração municipal do prefeito

Algemiro Manique Barreto, no período de 1973 a 76. As lideranças locais eram articuladas e elegiam sua diretoria. Como resultado da organização da comunidade nos bairros, surgiu em cada centro de bairro um posto de atendimento de primeiros socorros, central de medicamentos básicos. "As Sociedades Amigos de Bairro," elegendo as próprias lideranças, eram organizadas e tinham poder reivindicatório. Porém, a atual administração municipal procurou desarticular as sociedades, através da nomeação dos dirigentes, que são interventores da prefeitura nos bairros. Com isso as Sociedades Amigos de Bairro, perderam sua força e o interesse pela associação", afirma o vereador Gelci Xavier. A mesma observação faz o Pe. Carlos Vecchi, vigário da Cidade Mineira, quando diz que "os movimentos de bairro estão sob o controle da Prefeitura. Ela tem seu pessoal, que coloca à frente da comunidade, não permitindo que a população se manifeste. Os Conselhos Comunitários bloqueiam a voz da comunidade. A Prefeitura estragou os Conselhos Comunitários e as Sociedades Amigos de Bairros.¹

1. As sociedades Amigos de Bairros foram fundadas, em número de 37, durante o governo do Prefeito Algemiro Manique Barreto, que administrou Criciúma no período compreendido entre 1973 e 1976.

As razões que motivaram a criação das Sociedade Amigos de Bairros, segundo o próprio autor, residiam na identificação de total carência e abandono em que viviam as comunidades periféricas, nos bairros.

As Sociedades Amigos de Bairro elegiam elas próprias sua diretoria, independentemente de conotação político-partidária. A finalidade das mesmas consistia em levantar as necessidades da comunidade e reivindicar recursos e meios de solução junto à Prefeitura ou órgãos públicos competentes.

Convém observar que este movimento comunitário, com força de representação popular, nasce num período em que a política nacional não estimulava a organização das classes trabalhadoras e pobres. O então prefeito da Arena, hoje deputado estadual pelo PP, incorporado ao PMDB, esclarece que o governo do Estado, de Colombo Machado Sales, por ter conotações mais técnicas que político-partidária, não ofereceu dificuldades à realização da iniciativa de atendimento às comunidades pobres dos bairros carentes, constituídas normalmente de operários.

As lideranças da comunidade são unânimes em afirmar que, na época das eleições, a Prefeitura vem "anunciando vantagens", mas isto para "serem padrinhos de coisas que já foram feitas pela população, ou que deveriam ser feitas pela Prefeitura porque é da competência dela".

O Imposto Único sobre Minerais (IUM), recolhido na mineração do carvão, é distribuído nas seguintes proporções: 10% para a União, 70% para o Estado e 20% para o município de origem. As vezes são unânimes em reclamar maior proporção para os municípios, uma vez que a percentagem destinada a eles seria para recompor a paisagem destruída pela ação mineradora. Mas, mesmo os 20% do I.U.M. que retornam ao município são aplicados "em obras de asfaltamento, construção de aeroporto e outras obras, só não para recuperar a paisagem e corrigir os estragos ecológicos da exploração do carvão", afirma o vereador Lírio Rosso. As comunidades mais prejudicadas são as vilas operárias, que residem próximas aos jiques de pré-lavagem do carvão. Nas imediações são depositados os rejeitos piritosos do carvão, que além de "matar" a vegetação, infestam a atmosfera de gases tóxicos, espalhando mau cheiro em toda a área.

Líderes políticos afirmam que a Prefeitura teria condições de atender os bairros, prestando serviços à comunidade, como os de saúde, através de postos de saúde; de educação, através de jardins de infância e escolas de I grau; de iluminação pública e melhor pavimentação das estradas e ruas. Todos esses serviços são pequenos, frente às obras de grande porte, como, por exemplo, a construção do aeroporto. "A Prefeitura deve se preocupar com obras de vulto, também importantes, mas antes deve atender a população carente de todas as necessidades básicas, dizem os representantes do povo.

CAPÍTULO V

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO MINEIRO

1. Criação e Desenvolvimento do Sindicalismo no Brasil

A história das classes trabalhadoras no Brasil pode-se afirmar que iniciou com o processo de transformação da economia brasileira no final do século passado. O trabalho assalariado, substituindo o trabalho escravo, marcou o início da formação dos núcleos operários em São Paulo e Rio de Janeiro, surgindo ali as lutas operárias no Brasil.

As primeiras reuniões de operários em âmbito nacional passaram a acontecer no final do século XIX e primeira década do século XX. Foi em 1906 que o congresso Operário Brasileiro lançou as bases para a organização sindical no Brasil, através da Confederação Operária Brasileira (C.O.B.).

Dentro do movimento operário, duas tendências de atuação política se defrontavam: a anarco-sindicalista, que supervalorizava a luta no próprio processo de trabalho, não admitindo a importância da luta política. A outra tendência era a do socialismo reformista, que visava a transformação gradual da sociedade capitalista. Defendia a existência de um partido político para a classe trabalhadora, buscando, a nível de Estado, ocupar lugares no parlamento e aí realizar a luta e conseguir transformações.

A classe trabalhadora manifestou-se combativa, através de greves constantes, deflagradas a partir de 1917 até 1920, moti

vadas pela crise da produção após a I guerra e pela queda dos sa l á r i o s. Essas greves fortaleciam a influência anarquista dentro do sindicato. Suas lutas eram de caráter apenas econômico e imediatista, lutas isoladas, ignorando a luta política e não se preocupando com a garantia das conquistas através de uma legislação trabalhista.

A impossibilidade de condução do movimento trabalhista-anarquista para fins mais objetivos, e a repercussão mundial que teve a vitoriosa Revolução Socialista na Rússia, levou um grupo significativo a romper com a corrente anarquista e partir, em 1922, para a criação do Partido Comunista Brasileiro (P.C.B.). Logo foi decretado ilegal, mas mesmo assim atuou, divulgando sua doutrina através de folhetos, revistas e do jornal "A classe Operária". Criaram a Federação Regional do Rio de Janeiro, que mobilizou a classe operária de vários estados. Assim, em 1929, realizaram o Congresso Sindical Nacional, ocasião em que nasce a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGT), que compreendia os sindicatos de orientação comunista.

O Governo Brasileiro esteve, desde o início, atento à organização da classe trabalhadora no território nacional. As lideranças governistas entraram na corrente anarquista e dirigiram sindicatos importantes, como os ferroviários e marítimos, que em suas greves não questionavam o sistema; seu alvo eram conquistas específicas, limitadas à categoria. Esses sindicatos, submissos ao Governo, eram denominados "amarelos", o que hoje se designa como "pelegos". A partir da década de 1920, o Estado reforçou sua atuação junto às lideranças sindicais. Em 1921 fundou o Conselho Nacional do Trabalho, cujos objetivos eram reforçar o caráter conciliatório entre as classe trabalhadoras e empresariais. Dada sua

atuação junto aos sindicatos ferroviários e portuários, concedia vantagens a estes, reprimindo os sindicatos de atividades industriais. A parcialidade no tratamento das diversas categorias estava ligada à importância da exportação e ao caráter secundário de outras áreas econômicas da sociedade brasileira, no caso, a indústria nascente.

A recomposição das classes dominantes, na década de 1930, marca a transição de uma economia agrária-exportadora para uma economia industrializante. Neste contexto, Getúlio Vargas assume a presidência da República. A cisão da classe empresarial motivou o governo a se fortalecer na aliança com a classe trabalhadora, mantendo, sistematicamente, o movimento operário e sindical sob a tutela do Estado.¹

Aqui convém ressaltar que o Estado Brasileiro, com maior ou menor ênfase, no decorrer da História, sempre se apresentou com um caráter corporativista. Segundo definição de Kenneth Erickson

"um estado corporativista é aquele cuja cultura política e instituições refletem uma concepção hierárquica e orgânica de sociedade".

O Estado se mantém como árbitro na hierarquia constituída de associações de empregados e empregadores, organizados segundo a ordem de importância das atividades econômicas da Nação. A tutela do Estado se dá através de instituições legais. Os conflitos surgidos entre as classes devem ser resolvidos via administração burocrática e não através de confronto político entre

1. ANTUNES, Ricardo. O Sindicalismo no Brasil. In. O que é Sindicalismo. 1980, p. 48 - 60.

as forças da sociedade. A classe trabalhadora, nesta concepção de estado corporativista, é tutelada por três instituições ligadas ao Estado: a) os sindicatos; b) a justiça do trabalho; c) o sistema de previdência social.¹

Em 1930, Getúlio Vargas toma como uma das primeiras medidas a criação do Ministério do Trabalho, com o objetivo de controlar a política sindical operária, que devia mover-se dentro dos limites estabelecidos pelo Estado. Política de caráter conciliatório entre o capital e o trabalho, visando substituir a luta de classes pela cooperação entre as classes. Este é o objetivo da Lei de Sindicalização, no Decreto 19.770/31, que exigia o registro das organizações junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho, falava da lei, dizendo que esta daria à nação "uma nova fisionomia social, orientada no sentido de cooperação de classes,"² e que "os sindicatos ou associações de classes serão os para-choques destas tendências antagônicas. Os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado".³

Segundo Oliveira Vianna, assessor jurídico do Ministério do Trabalho, são três os princípios que regem a política dos sindicatos, após 1930: a) dissociação do binômio: sindicalismo-socialismo para uma orientação sindical de caráter profissional-corporativo e cristão; b) separação rigorosa entre sindicatos e

1. ERICKSON, Kenneth P. Sindicalismo no Processo Político no Brasil. 1979. p. 11 - 12.

2. Idem, *ibidem*, p. 51.

3. ANTUNES, R.C. O que é Sindicalismo. 1980. p.59

partidos políticos; c) junção de integração no processo de formação social.¹

A orientação e o controle do Estado sobre os sindicatos foi rejeitado em cerca de 75% das associações sindicais do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Não aceitaram as normas da Lei de Sindicalização e muitas greves ocorreram até 1935, quando se verificaram conquistas como: lei das férias, descanso semanal remunerado, jornada de 8 horas, regulamento do trabalho da mulher e do menor, etc",² e a Lei da Estabilidade, após dez anos de serviço na mesma firma.

O Estado, porém, vai gradativamente fechando as iniciativas operárias, declarando ilegais as associações que se coligavam em âmbito nacional, e reprimindo com força armada as mobilizações da classe operária. Paralelamente, reforça as lideranças governistas nas associações "amarelas", já existentes nas décadas passadas. Consegue cooptar muitos líderes, e no sindicato se cria uma burocracia vinculada ao Ministério do Trabalho. O papel dos sindicatos consistia em controlar as lutas operárias. Estava criado o "peleguismo", que, distante da classe trabalhadora e fiel ao Estado, vigorou durante o Estado Novo. Em 1939, com o Decreto-Lei nº 1 402, a estrutura sindical ficou ainda mais subordinada ao Estado, que através do Ministério do Trabalho criou a Comissão de Enquadramento Sindical, que reconhecia ou não as diversas categorias profissionais; criou também o Imposto Sindi-

1. ERICKSON, Kenneth P. Sindicalismo no Processo Político no Brasil. 1979. p. 51.

2. ANTUNES, R. Op. cit. p. 60.

cal, obrigatório a todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, de cujos salários se descontava, compulsoriamente, um dia de salário por ano. A quantia arrecadada é administrada pelo Ministério do Trabalho.¹

Getúlio Vargas promulgou a 1ª de maio de 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que consiste na sistematização dos três principais decretos - os de 1931, 1934 e 1939. Com a CLT estava efetivamente elaborada a estrutura sindical e seu "espírito" corporativista.

A CLT prevê três níveis hierárquicos na organização dos trabalhadores: o sindicato, que cobre um ou mais municípios; a federação, de âmbito estadual; e a confederação, de âmbito nacional. Esta hierarquia, contudo, está truncada no topo da pirâmide. A CLT autoriza sete confederações, por setores da economia, sem fechá-las numa organização central, que representaria todos os trabalhadores.

Extra-oficialmente havia organizações centrais sindicais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), ambos criados por correntes de esquerda nacionalista, declarados ilegais pelo Estado. A CNT foi suprimida pelo governo, juntamente com o partido comunista, em 1946. O CGT, muito atuante nos anos de 1962-64, foi também extinto pelo Estado. O sindicalismo se constituiu, pois, num aparelho estatal com finalidade de serviços à totalidade da nação.

1. ANTUNES, R. Op. Cit. p. 60 - 63.

O sistema corporativo se fortalece também com a instituição da Justiça do Trabalho. É o segundo suporte da organização trabalhista, que está para resolver os conflitos entre empregadores e empregados, baseando-se na legislação social e do trabalho, conforme preconiza o art. 643 da CLT. A legislação considera a Justiça do Trabalho como mais uma instituição orgânica dentro do todo - a Nação, onde a vontade pública está acima da vontade das classes, como uma entidade concreta, abstraindo, nas tomadas de decisões, como se fosse possível, os interesses antagônicos das classes. Vemos isto de forma clara no art. 8º da CLT, ao dizer que "as autoridades administrativas da Justiça do Trabalho... decidirão, conforme o caso..., sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público".

Finalmente o caráter corporativo da organização trabalhista se reforça com o Instituto da Previdência Social, cuja função é manter a integração social pela justiça distributiva, conforme menciona a CLT. Os custos dos serviços seriam mantidos por contribuições equivalentes de três fontes: empregados, empregadores e Estado. A única contribuição compulsória e garantida é, porém, a dos empregados, que têm sua contribuição descontada em folha. Os empregadores e o Estado com frequência tem faltado às contribuições previstas.

A CLT traça de forma explícita o papel corporativista dos sindicatos nos sistemas político, econômico social. Vejamos na seção "a":

"Art. 514. São deveres dos sindicatos:

- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;

- b) manter serviços de assistência judiciária para os as sociados;
- c) promover a conciliação nos dissídios de Trabalho.

Parágrafo único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, o dever de:

- a) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;
- b) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais".

E no art. 518 define que os estatutos dos sindicatos de vem conter a "afirmação de que a associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao interesse nacional".¹

A CLT, além de estabelecer a política assistencial e conciliatória aos sindicatos, reserva ao Ministério do Trabalho o direito de intervir, indicando delegado ou junta para administrar o sindicato, em situações de conflito interno. Os pretextos de intervenção nos sindicatos tem sido fáceis e frequentes para o Ministério do Trabalho. ✓

O Ministério exerce também controle sobre as eleições sindicais, através de normas sobre eleições e candidatos. Incentiva a sindicalização e fortalece os sindicatos através dos programas assistenciais.

Durante todo o Estado Novo, os sindicatos foram mantidos

1. ERICKSON. Kenneth P. Bases Estruturais e Legais da Organização Trabalhista Brasileira. In. Sindicalismo no Processo Político no Brasil. 1979, p.50 - 59.

sob a rigorosa tutela do Estado. Quando, em 29/10/1945, as forças mais reacionárias, nacionais e estrangeiras, depuseram Vargas, os trabalhadores nada tinham a ganhar com o Governo de Dutra, que se instalava. Como a Constituinte que se formou não teve a participação efetiva dos trabalhadores, para impor seus interesses, a CLT foi mantida na íntegra, e o controle da vida sindical continuou a ser mantido pelo Ministério do Trabalho. / A carta constitucional de 1946 legitimou o poder legislativo e judiciário da Justiça do Trabalho, que julgava litígios e reivindicações salariais e trabalhistas, quando não atendidas pela classe empresarial. X Este mecanismo funcionou até o início de 1950, quando os operários passam a reconquistar a autonomia real dos sindicatos, ocupando os cargos de direção dos mesmos, e passam a contestar a estrutura sindicalista garantida pela CLT. Nesta época, em que o sistema prezava em respeitar as individualidades liberais, as lideranças autênticas passam a ocupar postos de influência, não só nos sindicatos, mas nos diversos níveis da hierarquia dos institutos de previdência social e Ministério do Trabalho.¹

As conquistas operárias se deram normalmente via greves e movimentos de pressão. A classe operária duplicou seu contingente na década de 1940. A mão-de-obra operária, antes escassa, torna-se cada vez mais abundante, motivada por fatores diversos, mas principalmente pela expulsão do homem do campo. Este fenômeno torna o instituto da estabilidade, obsoleto; a estabilidade mantinha o operário solidário ao sistema de controle da CLT, numa época em que havia escassez da mão-de-obra. Começa a aparecer

1. VIANNA, Luiz W. Questões Atuais sobre o Sindicalismo. In. Ensaio - O Poder Sindical. nº 4, 1978, p.19.- 23.

mais claramente a disfuncionalidade das instituições corporativas sob o liberalismo, para garantir bons índices de acumulação do capital.

X A classe trabalhadora avança e conquista não só maiores salários, senão também bons índices de organização e de força política. No início de 1960 realiza-se o III Congresso Sindical. Os trabalhadores unificam suas forças num órgão de coordenação nacional - o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) - que foi durante o governo de João Goulart a maior força de expressão do movimento sindical nacional. Sob o comando da CGT ocorreram greves nacionais em vários setores da economia, como os dos transportes e metalúrgico. X

As reivindicações dos trabalhadores eram de caráter econômico, de interesse da classe trabalhadora, mas não só; incidiam também sobre decisões políticas de repercussão internacional, como a aplicação rigorosa da lei que rege a remessa de lucros para o exterior; estendiam-se ao meio rural, reivindicando o direito de organização sindical aos camponeses.

A mobilização popular despertava insegurança nos setores conservadores da população. As posições das classes se radicalizavam. A 31 de março de 1964, com a movimentação das Forças Armadas, ocorre a derrubada do governo João Goulart; as lideranças trabalhistas são presas e os sindicatos militantes sofrem intervenção. A tese do governo era de que a instabilidade política do momento, devia-se à agitação política, provocada por certos líderes sindicais, e não por defeitos e desigualdades sociais gerados pelo sistema.

Segundo Erickson, "três considerações importantes moti-

varam as principais leis trabalhistas do novo governo. A primeira foi o desejo de apertar os controles diretos para impedir os sindicatos de montar uma base de oposição organizada ao sistema social e político existente ou a políticas governamentais específicas. A segunda foi fortalecer os sindicatos e o sistema corporativista para o papel que lhes cabe na construção nacional e na coesão social. A terceira envolve a necessidade de sujeitar a classe operária a diversos programas de poupança forçada dentro do plano de controle inflacionários".¹

Para a consecução deste programa, as principais decisões e atitudes políticas do governo foram: 1) Prisão dos líderes sindicais e intervenção nos sindicatos; 2) proibição do direito de greve, através da lei 4 330 de junho de 1964; 3) fixação dos índices de aumento salariais pelo governo; 4) revogação da Lei de Estabilidade e implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), pela Lei nº 5 107 de setembro de 1966. Com essa lei, desmobilizavam-se politicamente os operários, pelo alto índice de rotatividade que a lei gerava; e, mais, através da dispensa, sem indenização, e contratação de novos empregados, havia condições de se estabelecer a super-exploração da força de trabalho. Desde 1964, o governo autoritário, apoiado em bases militares, não se preocupou em manter compromissos sociais e políticos com a classe operária; integrou-a simplesmente na economia, estabelecendo-a como mero fator de produção.

Estavam estabelecidos os mecanismos para imobilizar a classe trabalhadora. As tentativas de organização, as propostas

1. ERICKSON, Kenneth. Sindicalismo no Processo Político no Brasil. op.cit.p.70.

e experiências de greve, encetadas em São Paulo, foram arrasadas por violenta repressão sobre os grevistas, com cerco e invasão das fábricas pelas forças militares, tendo seus sindicatos sofrido intervenção.

O trabalhismo sindical assistia, pois, imobilizado e reprimido, desde 1964, ao violento arrocho salarial que vinha se abatendo sobre a classe. A tentativa de reação, em 1968, e a conseqüente repressão, desarticulou de vez o movimento sindical, que levou dez anos para se recompor.

O panorama político-econômico brasileiro, em âmbito nacional e internacional, que vinha se modificando a partir de meados da década de 1970, atinge níveis de saturação em 1978. Impraticável é a continuidade de um governo repressivo e autoritário, no contexto brasileiro. Cresce sua ilegitimidade: internacionalmente, quando se levanta a questão dos Direitos Humanos e quando a política econômica se torna extremamente crítica frente ao fracasso da economia brasileira, agravada pela crise do petróleo, que atinge índices insustentáveis na balança comercial brasileira; internamente, setores da economia e as chamadas classes médias, prejudicadas com o modelo de concentração de capital, apoiam as classes operárias, extremamente depauperadas pelo arrocho salarial que vinham sofrendo a partir de 1964.

A ilegitimidade do governo cresce e é denunciada em meios universitários, pela ala progressista da igreja, pelo partido de oposição. A insatisfação torna-se pública e se fortalece pela divulgação através dos meios de comunicação social. As classes expoliadas economicamente e sufocadas por uma política e ideologia repressivas ameaçam a estabilidade e, mesmo, a continuidade do modelo político vigente.

É neste clima, forçado pelo poder das oposições que cresce, que o governo anuncia a proposta de "Abertura Política". As sociedades civis, até ali sem voz e ação, começam a se reorganizar. É o que acontece também nos sindicatos. Os movimentos de substituição das lideranças peleguistas por representantes autênticos se acentua e se acelera. A classe trabalhadora tenta recuperar as perdas ocorridas durante a noite longa e silenciosa da repressão. Várias greves estouram nos centros industriais mais dinâmicos. Algumas greves apresentam vitórias, outras registram fracassos.

As propostas que nascem e ganham corpo entre a classe trabalhadora são as que visam à conquista de maior liberdade sindical; o fortalecimento da classe trabalhadora através da criação da Central Única dos Trabalhadores; a representação política partidária, através da criação do Partido dos Trabalhadores. Por tudo isso, pode-se constatar nova fase de movimentação sindical, embora dentro dos limites corporativistas da política trabalhista brasileira.

2. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão.

I Fase - O Peleguismo

O Sindicato do Mineiros nasce dentro de um contexto de grande movimentação política nacional. No cenário internacional, era evidente a vitória das Nações Unidas e a consequente derrota do nazi-fascismo. Cresce no Brasil, na segunda metade do ano de 1944 e em 1945, a campanha pela reconquista das liberdades demo-

cráticas¹ que se opunham frontalmente ao regime ditatorial vivente no país. As vozes que se levantavam, ocupando tribunas e páginas de jornais, exigiam "uma nova Constituição que atendesse aos anseios populares e se enquadrasse no novo clima democrático que se espriava no mundo".²

No início de 1945 começam a se formar os primeiros partidos políticos; entre eles, o Partido Trabalhista Brasileiro que congrega grupos favoráveis a Getúlio, apoiados na classe trabalhadora com vistas ao "continuismo" de Getúlio no Poder. "Para isso estavam sendo mobilizados, à luz do dia, sindicatos pelegos e os grupos "queremistas", os quais já começavam a desfilar pelas ruas, em marcha cadenciada ao som do Nós queremos Getúlio".³

A movimentação política nacional tomava vulto em dois sentidos. Crescia a filiação partidária, liderada pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Social Democrático (PSD), que defendiam eleições livres e a formação de uma Constituinte, com vistas à substituição de Vargas no Poder. Por outro lado, o Partido Trabalhista, que arregimentava trabalhadores, favorecia a associação dos mesmos em torno de associações e sindicatos, fortalecendo a corrente de apoio a Vargas. É neste contexto nacional, em 1944, que nasce a associação dos mineiros, que logo em maio de 1945 é transformada em Sindicato.

A iniciativa de criar o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Carvão foi, pois, do Ministério do Trabalho. O ato

1. A classe trabalhadora, contudo, continuaria subjugada pela CLT.conf.p.211.

2. BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República. Vol. 3. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 4ª edição, 1976. p.133.

3. Idem, ibidem, p.138.

de instalação da Associação dos Trabalhadores na Indústria Extra-tiva do Carvão de Criciúma foi presidido por Elias Miomi, representante da Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina. Na ocasião, em discurso que proferiu, acentuou a importância da organização da categoria, para o fortalecimento próprio, mas principalmente para garantir a colaboração entre patrões e operários, que juntos trabalham para a grandeza da nação.¹

Está caracterizada a política do Estado - Sindicalizar todos os trabalhadores, dentro de um "espírito" corporativista. "Espírito" que o governo se preocupa em imprimir na associação profissional que instala, em Criciúma, através da Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina.

A fundação da associação profissional pelo Delegado Regional do Trabalho, com vistas à próxima criação do Sindicato, é recebida pelos mineiros com desconfiança. Atitude que se fundamentava, de um lado, pela postura patronal das empresas familiares da região, que não viam com "bons olhos" a tutela que exerciam sobre os operários passar de suas mãos para as do Estado. Por outro, há mais tempo os mineiros vinham realizando reuniões clandestinas, "nos matos e no interior da minas", tentando se organizar. Os mineiros sentiam "a perseguição da polícia, a mandados dos patrões, que não queriam movimentação operária". Os mineiros informam também que se falava que "o Governador do Estado não iria gostar se os mineiros formassem o seu sindicato". No momento em que a proposta de sindicalização vem do próprio governo, através do Ministério do Trabalho, os operários se desconcertam

1. Atas das Assembléias. Livro nº 1, p. 1-3.

e não acolhem a sindicalização como um benefício para a classe..

No ato de instalação da associação foi nomeada a primeira diretoria, que passou a trabalhar na política de filiação dos operários, tendo em vista a transformação da associação em sindicato. A 4 de junho de 1944 é fundada e instalada a seção do Rio Maina.

Em Assembléia Geral realizada em 12 de novembro de 1944, é aprovada a proposta de iniciar uma campanha sistemática pró-sindicalização. A diretoria passa a realizar assembléias setoriais, junto à localização das minas, para facilitar o comparecimento dos operários. A campanha de sindicalização se estende nos meses de novembro e dezembro de 1944 e janeiro de 1945. Preenchidos os requisitos legais, encaminhou-se o processo ao Ministério do Trabalho, requerendo a Investidura Sindical para a associação. O processo recebeu despacho favorável, assinado em 8 de maio de 1945, e a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão de Criciúma é reconhecida como SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO DE CRICIÚMA. A instalação do Sindicato é efetuada em Assembléia Geral, realizada em 30 de maio de 1945.

Em 26 de agosto de 1945, à Assembléia Geral Extraordinária, convocada para fins de eleição da Diretoria, compareceram 42 associados. A Diretoria, composta de quatro membros, foi eleita com 41 votos dos presentes. O presidente e os demais cargos seriam escolhidos pela diretoria eleita, em sessão secreta.

Instalado o sindicato e a diretoria empossada, os serviços prestados pela organização sindical dos mineiros foram os de rotina, típicos de um sindicato atrelado ao aparelho estatal.

Atividades como previsão orçamentária, administração burocrática, assistência jurídica aos associados contituem a atuação central da entidade de classe.

"Os primeiros tempos foram difíceis; os trabalhadores estavam aprendendo. O primeiro presidente foi indicado pelos mineiros. Depois desse presidente, a classe patronal passou a indicar candidatos e conseguia elegê-los", afirma o mineiro aposentado Manoel Ribeiro.

A direção sindical nem sempre partilhava das mesmas disposições que os trabalhadores. Entre eles se registravam divergências e oposições, principalmente na política de reajustes salariais. A direção do sindicato propunha medidas conciliatórias, de negociação e de dependência frente às decisões patronais e da Delegacia Regional do Trabalho. Os mineiros pleiteavam posições mais definidas e "decisivas", como greves, evitando atitudes passivas frente à delonga das respostas patronais e das do Ministério do Trabalho. Com frequência, depois de "muita discussão", entre a diretoria e os mineiros, a Assembléia aprovava propostas da diretoria, provisoriamente.¹

As diretorias dos sindicatos, desde sua fundação em 1945 até 1957, foram constituídas por "lideranças pelegas", afirmam os associados de então, hoje aposentados. Desde o início da década de 1950, cresciam as divergências entre os dirigentes e os trabalhadores. Estes não apoiavam a política patronal, cumprida pela direção do sindicato. O movimento trabalhista autêntico crescia,

1. Livro de Atas. nº 1, ata nº 96, p. 79-80.

dificultando as lideranças oficiais do sindicato. Esta situação levou a diretoria do sindicato a renunciar coletivamente, em Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 1956. Na mesma ocasião se procedeu a "escolha dos membros que irão compor a JUNTA GOVERNATIVA PROVISÓRIA".¹

Em 15 de dezembro de 1957, procedeu-se à eleição para a diretoria do sindicato. Concorriam três chapas. A chapa nº 1, que era formada por trabalhadores da confiança dos mineradores, era a chapa apoiada pelos patrões. A chapa nº 2, que se constituía de representantes "autênticos" da classe operária. Havia uma terceira chapa, de dissidentes, que não apoiavam nem a chapa "pelega" nem a "autêntica". Pela primeira vez, as lideranças apontadas pelos trabalhadores saem vitoriosas nas eleições. O resultado do pleito foi o seguinte: de 1 562 associados, 1 075 votaram. A chapa nº 1 recebeu 300 votos; a chapa nº 2, 578 votos e a chapa nº 3, 157 votos.

A diretoria eleita tinha como presidente Antônio José Parente; como secretário, Eugênio Ferreira; como Tesoureiro, Raul de Souza. Com esta diretoria marcou-se o início de uma nova etapa na história do trabalhismo sindical dos mineiros de Criciúma. Terminara a fase do peleguismo sindical e a categoria dos trabalhadores na indústria de extração do carvão de Criciúma iniciava o movimento de militância trabalhista, em prol da defesa dos interesses dos operários.

Ao situarmos a primeira fase do movimento sindical mineiro, que vai desde sua criação em 1944, como associação, até

1. Livro de Atas do Período de 14/01/1955 a 07/06/1962. p. 19 - 20.

fins de 1957, no contexto histórico do trabalhismo sindical brasileiro, constatamos que seu início obedece ao modelo nacional. O sindicato dos mineiros é fundado, em Criciúma, ao final da ditadura de Vargas. Nesse período, e no que se segue, com Dutra, encontramos, no panorama nacional, a campanha pró-sindicalização. Os sindicatos deviam exercer a função de integração e coesão social.

Em Criciúma não foi diferente. A política do Ministério do Trabalho se somava à postura patronal, indicando e patrocinando a eleição de dirigentes sindicais dóceis à orientação do governo, cujo objetivo precípuo era o de controlar as reivindicações operárias.

Durante o Governo anti-democrático de Dutra houve, em âmbito nacional, medidas repressivas sobre o movimento sindical. Em 1946, Dutra proibiu a existência do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), criado no ano anterior; determinou a ilegalidade do PCB, cassando o mandato de seus representantes no parlamento; decretou a intervenção e suspensão das eleições sindicais. Ora, todas essas medidas repressivas pesaram sobre o nascente sindicato dos mineiros e orientaram sua política.

A partir da década de 1950, em âmbito nacional, o movimento sindical recomeça a se afirmar e a defender os direitos trabalhistas. O sindicato dos mineiros de Criciúma, até ali, não tinha nenhuma tradição de luta. É só a partir do espaço que se criou para o trabalhismo sindical, com Getúlio novamente no poder, que a classe trabalhadora mineira começa a se treinar na busca de posições dentro da organização sindical, com vistas à defesa e conquista dos direitos trabalhistas. Em 1950, até um

pouco antes, iniciam as manifestações operárias, que contrariam a orientação oficial do sindicato dos mineiros. Essas posições e confrontos foram afirmando e fortalecendo a classe operária mineira, até que, em 1957, consegue afastar, via eleições, os "candidatos dos patrões" e conduzir à direção de seu órgão de classe líderes representantes dos interesses dos operários, que imprimiram uma nova política no movimento sindical mineiro.

II Fase - A Militância Sindical Mineira

O período compreendido entre dezembro de 1957 e 31 de março de 1964 representou, na história do trabalhismo sindical dos mineiros de Criciúma, a fase de militância na defesa dos interesses imediatos da classe operária mineira. Foi um período em que as condições precárias de trabalho, a exploração sofrida pela categoria, a insegurança do trabalho nas minas eram denunciadas por estes homens que, diariamente, iam buscar nas galerias subterrâneas a subsistência para suas famílias. Os mineiros encontraram no sindicato o veículo que acolhia suas denúncias e que lutava com eles para compensar as perdas sofridas no processo de trabalho. Perdas que, para uns resultavam em bronquites ou reumatismos crônicos, para outros em "problemas de coluna", para outros ainda, em pneumoconiose, sem mencionar a perda de energias físicas e o envelhecimento precoce, dado o exigente esforço dispendido no processo extrativo do carvão. Essas perdas, conseqüências inerentes ao próprio processo produtivo, em seu então estágio de desenvolvimento tecnológico, pesavam, como inevitáveis, sobre o mineiro. Suas lutas se dirigiam, algumas, para minorar a agressi

vidade do ambiente de trabalho; lutas em prol de melhores equipamentos, individuais e coletivos, de proteção, segurança e de condições de trabalho. Outras lutas se voltavam no sentido de compensar as perdas compulsórias para todo o trabalhador de minas. A compensação devia vir em salários. Suas reivindicações eram comuns e se encontravam no órgão de defesa dos interesses da categoria - o sindicato. A única arma eficiente de que dispunham era a greve. E os mineiros a usavam com frequência neste período.

A passagem do sindicato peleguista para o militante é narrado por um ex-mineiro, operário da categoria de 1946 a 1964.

"Desde a fundação do sindicato em 1945, até fins de 1957, estiveram na direção do sindicato só pelegos. Foi quando Antônio Parente assumiu a direção do sindicato e desbravou a luta de classes e mudou a imagem do sindicato. Um exemplo do peleguismo da época: em 1952, os mineiros fizeram uma greve; o presidente do sindicato, na viatura da polícia, ia dedando os líderes da greve. O pelego é aliado do patrão. Sai do sindicato e sobe na hierarquia da empresa. Até 1957 o operário pagou a taxa sindical obrigado, porque o sindicato era como se fosse do patrão. O sindicato era subsidiário da empresa. Em 1957, quando os patrões sentiram que o sindicato mudou, passaram a impedir a fiscalização das frentes das minas, costume existente até então. A legislação impede que os sindicatos baixem às minas. Os dirigentes sindicais sempre baixaram, quando solicitados pelos trabalhadores. Até 1957, os patrões nunca se opuseram, porque, com os sindicatos pelegos, pouca ou nenhuma diferença fazia fiscalizar as frentes de trabalho. A partir de 1958, as empresas passaram a impedir a entrada dos dirigentes sindicais nas minas. A exigência dos mineiros na fiscalização pelo sindicato das frentes de trabalho foi a questão básica que moveu os trabalhadores à greve

ve, no início do mandato de Antônio Parente. Mas a organização do operário é um processo lento, porque o poder do patrão ameaça o trabalhador".¹

O dinamismo do movimento trabalhista mineiro está registrado pela frequência de reuniões e assembléias gerais realizadas pela categoria, bem como pela participação ativa dos sindicalizados nas campanhas e bandeiras levantadas pelo órgão de classe. Sua atuação e representatividade aparecem, também, na participação ativa da direção do sindicato em reuniões e conversações de caráter nacional com membros do Ministério do Trabalho; ou através das audiências, nas quais o presidente do sindicato dos mineiros de Criciúma era recebido pelo Ministro do Trabalho, pelo presidente do Plano Nacional do Carvão, por assessores dos ministérios do Trabalho e da Previdência Social. Audiências onde o assunto eram as reivindicações da categoria.

As bandeiras de lutas levantadas pelo sindicato na época continuam sendo as frentes de militância sindical do momento. Representantes do sindicato levaram ao Plano Nacional do Carvão, em 1958, entre outras, as reivindicações: 1) garantias e fiscalização sobre as empresas, em relação à higiene e segurança no trabalho; 2) salário insalubridade; 3) lei de amparo ao trabalhador menor; 4) aproveitamento pelas empresas dos operários incapacitados para o subsolo, na superfície, sem redução dos salários; 5) refeitório nas embocações das minas, dentro das normas do SAPS; 6) fornecimento de luz nas vilas operárias.

As reivindicações constantes nos itens 1, 4 e 5, continuam sendo

1. Depoimento de Jorge Feliciano.

bandeiras de luta da categoria, na atualidade. Principalmente a questão que atinge o mineiro incapacitado para o subsolo, por doença.¹

Durante este período, os reajustes salariais, nos índices solicitados pelos mineiros, só eram concedidos através de movimentos de pressão do sindicato sobre as empresas. Normalmente as negociações entre os dirigentes sindicais e empresários eram infrutíferas, e os mineiros decidiam pela greve, como único recurso, para que suas propostas fossem acatadas e cumpridas pelas companhias carboníferas.

Os mineiros de Criciúma votaram pela greve, na luta por aumentos salariais, e pararam suas atividades, durante períodos de quase trinta dias. Greves registradas pelo Sindicato de Criciúma:

- 1958 - 22 de abril a 9 de maio
- 1959 - 2 de maio a 20 de maio
- 1960 - 4 de janeiro a 28 de janeiro
- 1961 - início em 28 de maio
- 1963 - 1 de fevereiro a 8 de fevereiro²

Durante os dias de greve a movimentação trabalhista era intensa. Havia realização de várias sessões por semana, assembleias permanentes, mantidas durante os dias de paralização. Os mineiros realizavam piquetes nas "bocas das minas"; só permitiam o trabalho dos bombeiros e eletricitistas, trabalho indispensável

1. Ver Trabalho e Saúde. p. 174 - 88.

2. Livros de Atas: Nº 2, p.27 - 100 e Nº 3, p. 1 - 35.

para evitar inundações e danos graves nas redes de iluminação elétrica. Os piquetes eram efetuados por mineiros com estabilidade na empresa, e, mesmo assim, eram constituídos por operários não da própria carbonífera em que trabalhavam. A recomendação do sindicato aos "novatos" era para que permanecessem em casa durante a greve, evitando o confronto com capatazes e patrões, junto às minas. Algumas greves iniciadas em Criciúma eram apoiadas ou mesmo seguidas pelos sindicatos mineiros dos municípios vizinhos.

Um fato curioso a se registrar é que, em certas ocasiões, as greves dos trabalhadores parecem ser insufladas pelos empresários. Essa posição assumida pelos mineradores se justifica face à comercialização do produto. O carvão não sofria oscilações de preços do mercado, mas era, como ainda hoje, administrado pelo governo brasileiro, que taxa seus preços baseado em critérios que se fundamentam em custos de produção. Ora, aumento de salário significava acréscimo nos custos e ótimo pretexto para pleitear o aumento dos preços do carvão. Por esta razão, em greves dos mineiros cujas reivindicações significassem investimentos ou gastos das empresas, justificavam a pressão das carboníferas por elevação dos preços, sobre órgãos superiores do governo, que administrava a comercialização do produto. Sobre esta posição dos mineradores, lê-se na ata da Assembléia Geral realizada em 16 de abril de 1963:

"O Sr. Antônio José Parente propôs... que o aumento a partir de 1º de maio seja pago em folha e não em folha suplementar, e que devemos recusar receber pagamento se não for assinado o acordo. Jorge usou a palavra dizendo que, embora não tenhamos acordo assinado, os mineradores tem que pagar o aumento e que ainda hoje a Minerosil está pagando com o aumento; o que os mineradores querem é que nós

vamos à greve para forçar o governo a dar mais aumento no preço do carvão, e que a assinatura nada vale. A prova (de que a assinatura não vale nada) é que temos acordo assinado referente ao pagamento dos dias de greve de 1963, que até esta data não foi cumprido".¹

Que as greves dos mineiros era política dos patrões é voz corrente entre os operários das minas. Na Ata da Assembléia Geral, de 8 de março de 1963, se registra:

"usou da palavra o companheiro Presidente, dizendo que os mineradores de Criciúma não queriam pagar o aumento e que foi firmado apenas um contrato com a Próspera e que os mineradores desejavam, com tal manobra, provocar uma greve e fazer com que os mineiros fossem lutar por um aumento no preço do carvão".

Se por um lado essa política patronal mobilizava e organizava a classe operária mineira, por outro muitas greves eram desgastantes - os mineiros perdiam, em geral, os dias parados, havia demissões de trabalhadores, prejudicando a conquista da estabilidade, de promoção na empresa, ou perdas de outras vantagens.

A greve mais prolongada que mobilizou a classe operária mineira foi a de janeiro de 1960, quando os mineiros se negaram a baixar às minas, até que as empresas lhes pagassem a insalubridade. Até chegarem ao movimento paredista de 1960, pelo salário insalubridade, circularam muita correspondência, manifestos e moções do sindicato às empresas e aos órgãos públicos do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Já em 1958 constava do rol de reivindicações apresentadas ao Plano Nacional do Carvão. Em assem

1. Livro de Atas, nº 3, p.18 - 19.

bléia Geral realizada em dezembro de 1959, os mineiros colocam o prazo limite de 30 dias, a partir de 4 de dezembro de 1959, para que o Governo e as empresas efetivassem a regulamentação da taxa de insalubridade a ser paga a todos os trabalhadores do subsolo ou de postos de serviço insalubres, na mineração. Como até 3 de janeiro de 1960 não obtiveram resposta, seja do governo, seja das empresas, os mineiros votam pela paralização geral das minas, a partir do dia 4 de janeiro de 1960. Entram em greve e promovem uma passeata pelas ruas de Criciúma, em protesto às atitudes dos diretores da Companhia Carbonífera Metropolitana, que vedaram a entrada de dirigentes sindicais no território da companhia, "visando impedir as reivindicações dos trabalhadores e desmoralizar o sindicato perante seus associados".¹

Depoimento de um mineiro militante durante a greve pela conquista do salário insalubridade:

"A greve que ocorreu em 1960 foi a mais ferrenha da história sindical de Criciúma. Houve muita repressão. A greve nasceu na Metropolitana e se estendeu a todas as mineradoras. Para reprimir, veio o exército na rua, com cacetetes, bombas de gás lacrimogênio, etc. Na Próspera, tiveram que fazer piquetes cercando os caminhões de Diomício Freitas, que levavam mineiros à mina de Urussanga. Os piquetes eram formados pelas mulheres do mineiros, que se deitavam no meio da estrada; havia mulheres grávidas deitadas no meio da rua, para impedir a passagem dos caminhões que levavam os trabalhadores. A participação das mulheres resguardava os trabalhadores, mais facilmente expostos aos desmandos dos patrões e exército. Foi uma paralização de 28 dias.

1. Livro de Atas, Nº 2, p.58.

Em contrapartida, houve represália das empresas. Sô da Metropolitana foram demitidos mais de 50 mineiros, alguns até com estabilidade".¹

O mineiro aposentado, Antônio Ronchi, ao falar da greve de 1960, diz que:

"Antônio Parente, então presidente do Sindicato, tomou algumas atitudes radicais, pois mandou descer à mina e rebentar cabos de carros, fazer sabotagem. Era um sujeito muito explosivo. Isto veio prejudicar muito o andamento da greve, pois os patrões recorreram à polícia, abriram inquéritos e conseguiram botar pra rua até operários que tinham estabilidade. Mas foi um grande sujeito, pois transformou o sindicato em órgão respeitado".

Os mineiros, durante a greve, mantiveram o sindicato em assembléia geral permanente. Em sessão realizada em 13 de janeiro de 1960, analisaram a proposta do governo - Portaria de 5/1/60 - propondo o salário-insalubridade a partir dos meses de maio-junho. O Delegado Regional do Trabalho, presente na assembléia, não soube explicar aos mineiros porque a portaria não entrava em vigor a partir de sua publicação. Assim, a greve continuou. Nova sessão foi realizada em 15/1/60. O advogado do sindicato, Aldo Dietrich, denuncia que a proposta de pagar insalubridade apenas a partir de maio-junho é manobra do governo, por coincidir com o usual aumento de salário, e certamente o Ministério do Trabalho pretende incorporar a insalubridade no salário. Face a isto, os mineiros votaram pela continuidade da greve, o mesmo ocorrendo nas sessões realizadas em 21/1/60 e 24/1/60. Nesta sessão, os mineiros prestaram menção de solidariedade aos trabalhadores do piquete da Car

1. Depoimento de Jorge Feliciano.

bonífera Catarinense, presos pelo exército, "pela maneira como se portaram na defesa dos direitos dos trabalhadores".

Na sessão realizada em 28/1/60 os mineiros nomearam uma comissão que iria ao Rio de Janeiro, negociar com o Ministério do Trabalho a questão da insalubridade e a forma de pagamento dos dias parados. Votam pela volta ao trabalho. Foi uma greve de muita luta, cujo saldo era o fortalecimento da categoria em torno de seu sindicato, afirmam os aposentados que participaram daquela greve. A razão da greve - pagamento da insalubridade - foi até certo ponto frustrada. O governo manobrou este direito dos trabalhadores a seu modo, beneficiando as empresas mineradoras; apenas em agosto de 1960 os mineiros recebem aumento salarial: 43% para os da superfície e 48% para os trabalhadores do subsolo, incluindo a insalubridade.

Naquela época, porém, os mineiros não se mobilizavam apenas nas greves, declara Raimundo Verdiere, ex-dirigente sindical e hoje "encarregado" numa coqueria.

"No próprio sindicato o advogado dava aulas sobre leis trabalhistas, e os representantes do sindicato nas minas ficavam levantando os problemas como falta de ar, linhas de madeira, diferença de salário. Isso então era resolvido na justiça, ou em acordo. Quando, porém, o problema era muito grave, então se ia pra greve. As assembléias eram preparadas nas minas. Os líderes das comissões sindicais explicavam, os mineiros discutiam. Em cada mina havia três a quatro setores, presididos por um líder. O sindicato fazia questão de instruir a comissão. E a comissão que estava mais perto dos operários instruía e sondava o parecer dos operários. A diretoria do sindicato era informada pelas comissões.

Era, ali, nas comissões de minas que se esco-

lhiam os candidatos para as chapas de dirigentes sindicais, que depois, na assembléia, eram aprovados ou não. Assim era com todos os assuntos. Já iam pra a assembléia muito discutidos e antes da assembléia os dirigentes ficavam conhecendo as opiniões dos mineiros.

O presidente do Sindicato, naquela época era forte. Mas era forte porque tinha um exército atrás de si, que eram os mineiros. É como um presidente da nação, sem exército não é nada, é como qualquer um. Isso, do lado do sindicato, porque os patrões também orientavam e preparavam o lado deles".

Se o sindicato preparava os seus líderes, as empresas, além da prática de cooptação de alguns, através de promoções, contava com a Igreja local, como aliada sua na preparação das lideranças pelegas. Sobre esta realidade, vejamos o depoimento de Jorge Feliciano, mineiro atuante nas minas no período de 1945 a 1964 e dirigente sindical no período de 1960 a 64:

"O nosso pessoal se reunia nas bocas de minas, nos bairros, e tirava a chapa de autêntico. O pessoal que formava a chapa de pelego, na época, era a Igreja. O pessoal ligado à Igreja. A Igreja, com uma posição muito ruim. Todo o movimento que nós fizemos em Criciúma, contamos com a briga da Igreja contra nós. Então eles tinham um tal de Círculo Operário, que era a formação de líderes deles. E esse círculo operário era inclusive financiado pelos patrões. E de lá surgia a chapa de pelegos. Então os padres iam pra rua fazer discurso contra a chapa de autênticos".¹

1: Ver também Cap. IV, ítem 6- Religião. p. 163 - 68.

O sindicato marcou eleições para os dias 28 e 29 de outubro de 1961. Concorreram duas chapas: Chapa 1 com proposta de continuidade da luta sindical; Chapa 2, patrocinada pelos patrões. Apesar das ameaças, promessas e campanha das carboníferas, saiu vitoriosa a chapa 1, encabeçada por Manoel Ribeiro e Jorge Feliciano, com 1 079 votos, contra 864 da chapa 2.

O mandato desta diretoria foi caracterizado por uma intensa participação dos trabalhadores nas atividades sindicais. As greves foram em menor número e mais curtas. Em 1962 não houve sequer uma paralização. Contudo, havia muita negociação e tomadas de posição bem definidas da categoria. Houve realização de muitas assembléias gerais para tomadas de decisões. Havia, em média, uma assembléia por mês. No período de 13 de agosto a 18 de dezembro de 1962, em quatro meses, o sindicato realizou 13 assembléias gerais, com participação intensa dos associados.

O sindicato, em 9 de novembro de 1963, realiza novas eleições. Concorreram três chapas. A chapa encabeçada por Jorge Feliciano foi vencedora. O resultado final do pleito foi o seguinte:

Chapa 1 - 1 091 votos

Chapa 2 - 159 votos

Chapa 3 - 94 votos

A diretoria eleita, com o apoio incontestável dos mineiros, permaneceu na direção do sindicato durante apenas cinco meses, sendo destituída pelo movimento de março de 1964.

Por ocasião dos conflitos e greves ocorridos no Rio de Janeiro e pela crise política nacional, que culminou com o golpe militar, derrubando o governo Goulart, a CGT decretou greve geral

de protesto contra o golpe. O então presidente do sindicato, Jorge Feliciano, declara que

"o sindicato dos mineiros de Criciúma acatou a palavra de ordem da CGT. Pela manhã do dia 10 de abril, quando o sindicato foi às empresas mineiras, a fim de fazer parar o trabalho, algumas delas, cujos operários ouviram pela rádio a palavra de ordem da CGT, já estavam paradas".

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão de Criciúma "estava na mira" do novo governo que se instalou no país. No dia 10 de abril de 1964 ocorreu a prisão dos principais líderes e dirigentes sindicais de Criciúma. Ao todo, foram detidos

"42 mineiros, se não me falha a memória. A diretoria do sindicato quase inteira, e mais todo operário aí que era meio lutador nas minas; aproveitaram o embalo, botaram pra rua e tocaram pra cadeia. Botaram 40. O golpe, no meu entender, foi uma briga do rico contra o pobre e os ricos ganharam a briga". (depoimento de Jorge Feliciano).

Os presos ficaram detidos primeiro em Curitiba, sendo alguns soltos, e outros conduzidos a Florianópolis, onde ficaram detidos até 1966. Na ocasião da prisão dos dirigentes sindicais, se instalou no sindicato de Criciúma uma Junta Interventora, que manteve o sindicato sob intervenção, de abril de 1964 a setembro de 1966.

O período 1957 - 1964, marcado pela militância sindical dos trabalhadores mineiros, acompanhava o movimento trabalhista brasileiro. Os sindicatos, em âmbito nacional, passam a ser ocupados por líderes operários que contestam a estrutura sindical garantida pela CLT. Os mineiros de Criciúma participam das ban-

deiras de luta nacionais. Estão presentes nas concentrações operárias coordenadas pela CGT. Envia comissões ou representantes do sindicato para participarem de Congressos, de reuniões de estudo trabalhista sindical, que se realizam no Rio de Janeiro.

As lideranças sindicais da época se preocupavam em instruir e preparar politicamente seus associados. Em Criciúma essa preocupação se elegia entre as prioritárias.

Todo o processo de conscientização e formação da classe operária, embora bastante informal, que o sindicato vinha desenvolvendo, foi interrompida com repressão, a partir de 1964.

3. Divisão do Sindicato: Criciúma e Rio Maina

A política seguida pelo sindicato dos mineiros em Criciúma contrariava os mineradores, especialmente os proprietários das companhias de capital privado.

Em 1961, por ocasião das eleições para a diretoria do sindicato de Criciúma, os patrões empreenderam uma campanha sistemática para retomarem, através de lideranças pelegas, o controle e a orientação da política sindical. Contudo, os "candidatos dos patrões", conforme os trabalhadores os identificam, perderam o pleito eleitoral, sendo eleita a chapa de "lideranças autênticas", encabeçada por Manoel Ribeiro e Jorge Feliciano.

Após a vitória eleitoral efetuada em 28 e 29 de outubro de 1961, os empresários, liderados por Diomício Freitas, então candidato a deputado federal, procuraram sensibilizar o governo e influir politicamente no Ministério do Trabalho, para obterem a

criação de outro sindicato no município de Criciúma. Simultaneamente, iniciaram uma campanha entre os operários, fazendo-lhes ver as vantagens de sediarem um sindicato no distrito do Rio Maina. A razão que apresentavam como justificativa era a da proximidade da sede para os mineiros buscarem a assistência jurídica, médica, que deviam ser instaladas, e para as demais atividades próprias do sindicato.

Foi assim que o movimento pró-criação do sindicato do Rio Maina, apareceu como uma reivindicação operária. Um mineiro faz o seguinte comentário:

"Diomício Freitas queria um sindicato para proteger os patrões. Pra ele, o sindicato não devia ter força de reivindicação, nem força de exigência. Isso, o sindicato de Criciúma tinha. Com força, exigia condições de trabalho. A mando dos patrões (sempre tem os pelegos) os operários fizeram um abaixo-assinado. Os operários novatos e também outros antigos, ameaçados, assinaram".

A atual diretoria do Sindicato do Rio Maina afirma:

"Na divisão do sindicato entrou política. Porque dividindo diminuía a luta. Era intenção enfraquecer o sindicato. Diomício Freitas mandou representantes junto ao Ministério do Trabalho, para defender a idéia da divisão do sindicato. Não foi ele próprio na comissão, porque ele não queria aparecer como principal interessado. Mas os operários também queriam puxar o sindicato pro Rio Maina. Naquele tempo não é como hoje, que tem condução fácil. Para as reclamações trabalhistas e assistência, facilitava se fosse aqui".

Realizada a campanha inicial de uma semana, isto é, dez dias após a eleição da diretoria dos líderes operários no sindicato de Criciúma, é criada a Associação dos Trabalhadores na In-

dústria da Extração de Carvão do Rio Maina, na data de 7 de novembro de 1961.

Passaram a fazer parte do Sindicato do Rio Maina os trabalhadores das Companhias Carboníferas situadas numa base territorial estabelecida pelas mesmas, compreendendo quatro empresas mineradoras.

As razões de ordem político-ideológicas são registradas na ata de criação da associação. Nos discursos ali proferidos são mencionados: a) a colaboração entre patrões e operários, não havendo necessidade de o sindicato "jogar os operários contra os patrões"; b) a finalidade da associação, de dar assistência aos associados, intervindo junto aos patrões; c) a criação da associação para livrar os operários "das garras do comunismo" e "dos elementos comunistas e agitadores" que dirigem o sindicato dos mineiros.

A necessidade de uma política de colaboração entre operários e patrões é muito insistente nos pronunciamentos feitos por representantes da Delegacia Regional do Trabalho, pelo advogado, pelo Vigário e pelo representante dos operários. A ata da fundação da associação ilustra bem a posição de operários pelegos, a ligação da associação nascente com as empresas, com o governo, com a igreja.¹

Em 26 de dezembro de 1961 a associação se reúne para decidir sobre sua transformação em sindicato. A proposta, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade.

1. Cf. Anexo nº 14. Ata da fundação da Associação. p. 310

O mineiro aposentado, Antônio Ronchi, diz que,

"após criada a associação e aprovada a proposta de passar a sindicato, o deputado federal Diomício Freitas conseguiu a carta sindical para Rio Maina, com o Ministro do Trabalho do governo João Goulart, o senhor Franco Montoro. Dividiram pra vencer".

A associação obteve deferimento do processo, requerendo a carta sindical em fevereiro de 1962, passando a chamar-se: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DO RIO MAINA.

Assim, foram constituídos dois sindicatos da categoria, no município de Criciúma, um com sua sede no centro da cidade e o segundo, no distrito do Rio Maina, distante 9 km da sede.

Os dois sindicatos da categoria seguiam orientação distinta. A mobilização trabalhista sindical de Criciúma era intensa. O mesmo não se constata no sindicato nascente, do Rio Maina, quando se consulta as atas com registro das atividades e assembleias. Havia pouca afluência de associados.

As divergências chegam a gerar conflitos entre os dois sindicatos, que se acentuaram quando os operários sindicalizados em Criciúma procuram os companheiros do sindicato do Rio Maina, buscando sua adesão à greve deflagrada em 19/2/1963, em Criciúma. O sindicato do Rio Maina acusa o sindicato de Criciúma de invasão da base territorial sob sua jurisdição. A greve, que durou oito dias não teve adesão ou apoio do sindicato do Rio Maina. Ao contrário, ele toma a defesa das companhias carboníferas e lhes pede proteção.¹

1. Extratos da Ata da Assembléia realizada em 3/2/1963. Anexo 15. p. 311

O sindicato desenvolvia suas atividades em consonância com a política empresarial, procurando não "contrariar os padrões", afirmam trabalhadores insatisfeitos com o "peleguismo" do sindicato.

Em abril de 1964, quando da intervenção do governo no sindicato de Criciúma e prisão de seus líderes, em Rio Maina o sindicato dos mineiros prosseguiu sua administração sem sofrer qualquer solução de continuidade.

4. Período de Intervenções e Lutas dos Trabalhadores na Reconquista do Sindicato de Criciúma.

A aliança civil-militar que derrubou o governo Goulart em 1964 buscou justificativas em razões como o "declínio econômico do país, a instabilidade política e, particularmente, a agitação de organizações nacionalistas como o CGT".¹

Os "agitadores" foram incriminados pelos defeitos e falhas inerentes ao próprio sistema sócio-econômico brasileiro. Cumprida, pois, afastar essas lideranças. Foi o que ocorreu, através das prisões e cassações dos dirigentes sindicais ou de líderes de outras associações.

Toda a atenção do governo estava voltada para a urgente despolitização dos sindicatos, e em contrapartida, para garantir o estabelecimento de um reforço na administração burocrática dos

1. ERICKSON, Kenneth. Sindicalismo no Processo Político no Brasil. 1979, p.204

mesmos. Para alcançar este objetivo, além de efetuar a prisão e cassação dos líderes trabalhistas, emitiu uma série de leis que anulava toda tentativa de retomada do sindicato e de sua atuação política por militâncias autênticas.

O objetivo do novo governo, atendendo aos interesses da burguesia dominante, não pretendia destruir os sindicatos, visava tão somente a incorporar e definir sua atuação, em função do "equilíbrio e paz social" defendidas pelas forças capitalistas que promoveram e efetivaram o golpe de 1964. O movimento pretendia restabelecer o sistema sindical em sua ideologia e ação corporativista elaborada no governo Vargas. O sindicato passaria novamente a ser um órgão de colaboração nacional, sob a tutela do Ministério do Trabalho. Após 1964, seu principal papel, juntamente com os demais órgãos estatais, era promover o desenvolvimento econômico do país.

Arnaldo Sussekind, Ministro do Trabalho no governo Castelo Branco, expressa claramente os limites de atuação dos sindicatos e sua função na defesa dos interesses do Estado ou dos grupos hegemônicos que detêm o poder estatal:

"O sindicato brasileiro, portanto, representa interesses profissionais ou econômicos; nunca interesses políticos-partidários, filosóficos ou religiosos. E, por via de consequência, a autonomia sindical há de ser exercida dentro da moldura legal, que estabelece as fronteiras além das quais a ação sindical se divorcia dos seus fundamentos e finalidades. É que a liberdade sindical, como qualquer liberdade conferida a grupos ou cidadãos, não se confunde com soberania ou com anarquia, não se podendo constituir em instrumento para violar o direito de outrem, seja um indivíduo, uma coletividade ou a própria Nação. ...Sobre a boa ordem sindical re-

pousa, em última análise, a ordem econômica e social do país. ...As atividades sindicais devem se circunscrever à órbita dos interesses da classe, ex purgadas as atividades que deturpam os sindicatos, perturbem seu legítimo funcionamento e comprometem a ordem pública. ...Os sindicatos exercem funções mediante delegação dada pelo poder público. ...Delegando funções aos sindicatos, compete ao poder público fiscalizar as atividades dos mesmos, a fim de evitar que neles predominem princípios atentató rios da ordem social".¹

Com este pronunciamento, o ministro deixou claro que a política governamental pós 1964 apregoa a existência de interesses coletivos acima dos das classes, e o Estado é intérprete e defensor de tais interesses; discurso bem no tom da ideologia burguesa dominante. O ministro procura, igualmente, legitimar as intervenções feitas nos sindicatos. Evoca para tanto a soberania, exclusiva ao Estado; este pode delegar funções a organismos, que serão desempenhadas sob a fiscalização do Estado.

Os sindicatos que em 1964 estavam filiados ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foram especialmente visados pelo governo. O ministro do Trabalho assim se pronunciou na Câmara dos Deputados, justificando as intervenções:

"O resultado dos diversos inquêritos e investigações comprovaram a integração de organizações sindicais no esquema acionado para derrogar a ordem constitucional vigente e implantar um regime jurí-

1. Pronunciamento do Ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, no Plenário da Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional. Seção I, 7/4/1965, p. 1 706 - 8. Citações comentadas por Heloísa de Souza Martins, em O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. Op. cit. p. 95 - 99.

dico-político contrário às tradições do povo brasileiro. Sob a direção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) - entidade de fato que funcionava ao arrepio da lei e se transformara em verdadeira ditadura do operariado nacional - as confederações, federações e sindicatos que a ele se filiaram exerciam constante atividade estranha às supramencionadas finalidades sindicais e praticavam atos em flagrante violação aos dispositivos legais que lhes são aplicáveis. O CGT, embora sem personalidade jurídica, tornou-se um superpoder dentro da administração pública federal, sobretudo no setor de trabalho e de previdência social, praticando os seus dirigentes verdadeiros atos de governo".¹

Em nome da ordem social, muitos dirigentes sindicais foram presos e os sindicatos passaram a ser administrados por Juntas Interventoras, cuja finalidade principal era banir a subversão e fazer da organização trabalhista um instituto de promoção do desenvolvimento econômico do país.

O sindicato dos mineiros de Criciúma esteve entre os primeiros a sofrer intervenção. Na segunda semana do golpe, o Ministério do Trabalho já havia nomeado a Junta Interventora. Este fato imprimiu um tipo de ação totalmente inversa à que vinha se desenvolvendo naquele órgão de classe. Durante o período de intervenção no sindicato de Criciúma, que durou dois anos e meio, ou seja, de abril de 1964 a setembro de 1966, as atividades sindicais foram inexpressivas. Limitavam-se ao desempenho administrativo-burocrático, e à prestação de serviços assistenciais, vincu

1. Diário do Congresso Nacional, 7/4/65, p. 1.706. Citado por H. de Souza Martins. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. p.103.

lados à entidade, que, aliás, eram as funções delegadas pelo governo aos sindicatos, que deveriam desempenhar o papel precípua de mediação entre o trabalhador e o Estado.

O sindicato de Criciúma reforçou, neste período, as práticas de representação da categoria junto aos órgãos estatais e patronais, em questões como reajustes salariais, homologações de rescisões de contrato de trabalho, etc. Efetivou convênios com o INPS e empresas, para ampliar serviços de assistência à saúde e à educação.

Ao final de 1966, a Delegacia Regional do Trabalho autoriza eleições sindicais para o sindicato de Criciúma, que se realizaram nos dias 2 e 3 de setembro de 1966. Concorreram duas chapas, saindo vitoriosa a chapa encabeçada por Walter Henrich Willy Horn - o alemão, como o chamam os mineiros, que representava a ala dos interesses autênticos dos trabalhadores. Recebeu 1 213 votos, dos 2 038 votantes. Walter, o alemão, esteve na presidência do sindicato no período compreendido entre setembro de 1966 a junho de 1971. A gestão dos dirigentes sindicais deste período se caracterizou pelo trabalho e luta, convivendo com uma constante repressão, segundo depoimentos de mineiros.

Nas duas gestões compreendidas entre 1966 e 1971, foi grande a movimentação operária, lutando pelo reajuste salarial, cujos índices garantidos pelo governo nem sempre eram pagos pelas companhias carboníferas.

Quando, em junho de 1971 foram realizadas eleições no sindicato e saiu vencedora, pela 3ª vez, a chapa de Walter - o alemão, ele e mais dois companheiros de chapa tiveram seus nomes impugnados e foram impedidos de assumir. Os outros membros elei-

tos assumiram, mas permaneceram apenas quatro meses. Em outubro de 1971 foi nomeada, novamente, uma Junta Interventora, que permaneceu à frente do sindicato oito anos.

Em maio de 1976 foi instalado o processo de eleições no sindicato. Duas chapas articulavam-se entre os trabalhadores; uma, a da situação, encabeçada por membros da Junta Interventora, presidida por Aristides Felisbino. Outra, de oposição, tendo à testa Valdemir Correia Chagas e César Rodrigues, articulada por trabalhadores. Comentam os mineiros que houve um roubo simulado na sede do sindicato, sendo atribuída a autoria do mesmo aos componentes da chapa de oposição, que foram detidos pela polícia para averiguações. Uma vez soltos, havia expirado o prazo legal para registro de chapas, concorrendo assim com chapa única, e se elegendo, os candidatos da situação. Continuou à frente do sindicato Aristides Felisbino, até novembro de 1979, quando houve novamente eleições sindicais.¹

A chapa de Aristides Felisbino foi derrotada pela chapa de Ivanir José Viana. A diretoria eleita permaneceu à frente do sindicato alguns meses - de novembro de 1979 até agosto de 1980. O processo de demissão da diretoria se iniciou com o movimento encabeçado por Aristides Felisbino, que, numa assembléia da entidade, propôs a deposição da diretoria. A proposta foi votada e saiu vencedora, uma vez que Aristides Felisbino havia preparado o golpe e trouxera aliados, que somaram maioria. Contudo, a demissão da diretoria foi considerada ilegal, pois que a assembléia não contava com mais de 100 membros presentes. O fato, porém, gerou

1. Ver Anexo nº 16, p. 312.

muita polêmica, e a diretoria "deposta" foi "convidada" pelo representante da Delegacia Regional do Trabalho a se demitir. A DRT nomeou interventores para o prazo de 90 dias, quando abriu registro de chapas para nova eleição.

Registraram-se novamente duas chapas. Chapa 1, liderada por Lourival Espíndola, defendida pelo mesmo grupo de trabalhadores que viram seu presidente deposto há três meses; chapa 2, encabeçada por Aristides Felisbino, considerada pelega. Foi vitoriosa a chapa 1, elegendo-se com 1 064 votos, contra 417 votos da chapa 2.

A atual diretoria do Sindicato está assim constituída: Lourival Espíndola - presidente; Antônio José Leopoldo - secretário; João Rodrigues Garcia - tesoureiro; Túlio Walmor Bresciani - 1º suplente; Lauro Angelo Rosso - 2º suplente; Luiz João Mateus - 3º suplente. Ao assumir a administração do sindicato, em janeiro de 1981, a nova diretoria encontrou-o numa situação econômico-financeira ruim. Registrava-se uma dívida de aproximadamente 10 milhões de cruzeiros. Pesava sobre o sindicato um processo movido pelo INPS, por não recolhimento de encargos sociais, na ordem de Cr\$ 3 124 133,00. São apontadas irregularidades na venda da antiga sede, denunciando intermediações fraudulentas. É desconhecida, de fato, a transação de um terreno de 60 000m², não constando seu valor de venda em registro de caixa.

Antônio Ronchi, ex-dirigente sindical, num desabafo, fala da administração sindical do período de 1971 - 79.

"Os pelegão acabaram com o sindicato. Vendo a situação do sindicato, sinto até vontade de chorar, porque dediquei a minha vida mais ao sindicato que à família. Mas o operário tem que pagar pelos erros que cometeu, como dar apoio aos pelegos, que

eram picaretas de firma reconhecida. Pode ser que a atual diretoria poderá ressuscitar o sindicato, mas vai ser muito difícil".

Em decorrência da posição dos dirigentes, de sua atuação, pelas dívidas e irregularidades, o sindicato se encontrava em total descrédito perante seus associados. A atual diretoria, que pretende servir aos interesses da categoria, resta um grande trabalho - a reconquista efetiva da administração sindical e das posições que o sindicato desempenhara no passado.

As intervenções e a repressão exercidas pelo aparato governamental sobre o sindicato de Criciúma faziam parte da política do sistema, mantida sobre qualquer órgão de classe ou categoria, desde 1964. A tentativa dos mineiros de retomar a direção do sindicato, em 1976, foi demasiado prematura e não encontrou respaldo no âmbito das organizações oficiais, uma vez que a movimentação trabalhista era apenas iniciante, em todo o Brasil, após o longo silêncio imposto ao trabalhismo brasileiro.

Os trabalhadores voltam a se manifestar politicamente e a reivindicar melhores salários e melhores condições de trabalho a partir de meados de 1977. A denúncia do DIEESE, de que em 1973 houvera a manipulação dos índices de preços, rebaixando, consequentemente, os índices de reposição salarial, foi o ponto de partida para a movimentação trabalhista. Despontam no cenário nacional líderes políticos, organizando as diversas categorias de trabalhadores. A partir do Estado de São Paulo, as greves voltam como instrumento de pressão na luta pela reposição salarial e pela conquista de direitos trabalhistas, perdidos a partir de 1964. Com a efetivação de greves, os operários legitimam sua prática, juridicamente ilegal; reforçam o movimento de democratização da

sociedade brasileira; preparam terreno para uma ampla movimentação de muitas categorias profissionais, que passam a fazer frente ao arrocho salarial e ao alijamento político a que foram submetidos.

Nas eleições de 1974, os trabalhadores já haviam mostrado sua repulsa ao processo de concentração de renda; deram seu voto de repúdio ao sistema autoritário em vigor.

A movimentação trabalhista conseguiu um pouco de espaço, pelas lutas que empreendeu; estas, contudo, só foram possíveis quando o governo autoritário se viu na contingência de fazer concessões às pressões que vinha sofrendo de parte de camadas sociais insatisfeitas e prejudicadas econômica e politicamente pelo sistema autoritário e centralizador instalado no país.

Setores da burguesia nacional se viram prejudicados pelo regime instalado em 1964 e instituído em 1968; regime que se apoiava na "aliança da tecnoburocracia civil e militar, que controla diretamente os aparelhos do Estado, com a burguesia e as empresas multinacionais. Era o modelo do tripé, em que os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais e, de um modo geral, as esquerdas eram totalmente excluídas do sistema de poder. A crise do modelo define-se pelo rompimento cada vez mais nítido daquela aliança.¹

É a análise que faz Bresser Pereira da crise do regime, que se vê na contingência de propor a redemocratização da sociedade brasileira, através do Programa de Abertura Política, anun-

1. BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. O Colapso de Uma Aliança de Classes. 1978, p. 125 - 26.

ciada pelo Presidente Geisel e assumida pelo Presidente Figueiredo.

O fator decisivo na luta política pela democratização parece ser a posição que toma a burguesia. Posição que começa a crescer com o fim do "milagre", quando o governo autoritário perde a legitimidade, também para a burguesia. Esta, ou ao menos setores dela, foi prejudicada pelo modelo centralizador e autoritário da aliança tecnoburocrata - capitalista, vigente deste 1964. A burguesia, classe dominante economicamente, propõe deter com mais autonomia a hegemonia política. Para tanto é necessária a instalação de um governo democrático. Esta proposta da burguesia encontra pleno apoio da quase totalidade da sociedade civil brasileira: de trabalhadores, de estudantes, de profissionais liberais, de setores da Igreja.

A Abertura Política, embora muito restrita para a classe trabalhadora, possibilitou novas formas de articulação e movimentação trabalhista sindical. Lideranças autênticas assumem a direção dos sindicatos de várias categorias. O movimento, de âmbito nacional, se verifica também no sindicato dos mineiros de Criciúma. É a partir de 1978 que os mineiros retomam confiança na própria força, e conduzem uma greve vitoriosa para a categoria em toda a região carbonífera. Buscam consolidar sua organização, através das eleições, quando representantes dos interesses dos trabalhadores retomam a direção do sindicato. Nascia, com este fato, a esperança de fortalecer a categoria contra a exploração indefensável a que os trabalhadores foram submetidos durante quase duas décadas, sob um sistema espoliador do trabalho e concentrador de capital.

5. Atuação do Sindicato do Rio Maina e Lutas Trabalhistas pela Conquista da Administração Sindical.

O sindicato de Rio Maina, desmembrado do Sindicato de Criciúma, foi criado muito mais para atender aos interesses patronais que aos da categoria. O sindicato foi outorgado aos mineiros; não representou o resultado de uma conquista da classe. Desde sua criação até o momento atual, contou com uma orientação que obedeceu ao modelo proposto pela CLT. Trata-se de um sindicato cujas funções se amoldam ao modelo de Estado corporativista; ou seja, suas funções se orientam no sentido de garantir a harmonia e coesão social, a integração entre capital e trabalho. Criado em 1962 com o objetivo explícito de servir como veículo de "cooperação entre operários e patrões" assim atuou, excetuando-se o período compreendido entre 1967 e 1969, quando esteve à frente do sindicato Domingos Antônio dos Santos, que foi um líder autêntico, segundo depõem os trabalhadores, e isto se deduz, igualmente, pelas lutas então empreendidas pelo sindicato na defesa dos interesses da categoria.¹

Houve intervenções no sindicato, motivadas por má administração; por uso indevido de bens e serviços do sindicato em benefício de interesses pessoais dos dirigentes; por irregularidades ocorridas no processo eleitoral. Nestas ocasiões, a administração do sindicato passou para as mãos de interventores nomeados pela Delegacia Regional do Trabalho.

1. Livro de Atas Nº 1, p. 90 - 110.

O sindicato do Rio Maina se fortaleceu através dos serviços de caráter assistencial, mantidos pela entidade. Serviços de assistência jurídica, médica, farmacêutica, dentária, ambulatorial, prestados aos mineiros e suas famílias.

Os serviços assistenciais são bem recebidos, normalmente, pelos associados, principalmente nas pequenas cidades que não dispõem de outros centros com atividades assistenciais. Este fato leva igualmente, a uma maior sindicalização nas pequenas cidades que nas grandes. Por outro lado, a função do sindicato de prestar serviços sociais impede a formação de uma classe militante.¹

A par deste serviço assistencial, o sindicato, desde sua fundação e em seu desenvolvimento histórico, desempenhou claramente o papel que o governo atribuiu aos sindicatos, qual seja, intermediário entre o Estado, a empresa e o trabalhador. Os dirigentes sindicais assumiram integralmente as funções que lhes cabia, conferidas pelo Ministério do Trabalho - serem os executores das funções burocráticas através das quais os conflitos eram tratados. Desta forma o movimento sindical trabalhista de caráter reivindicatório se limitou à busca de soluções em denúncias específicas sobre más condições de trabalho, através de negociações entre o sindicato e a empresa, com o mínimo envolvimento do operário.

A partir de 1975, surgiu um fato novo: um movimento tra

1. ERICKSON, K. Sindicalismo no Processo Político do Brasil. Comenta pesquisas realizadas pelo DIEESE, e Leôncio M. Rodrigues, em Sindicatos de Trabalhadores, que estudaram a relação entre sindicatos assistenciais e a formação da consciência operária. 1979. p.60 - 63.

balhista para conquistar a direção do sindicato e retirá-lo das mãos de dirigentes pelegos. Os mineiros, insatisfeitos com a administração sindical, passaram a se organizar, através da realização de reuniões, onde debatiam os problemas da categoria. A movimentação operária mineira no sentido de conquistar a direção do sindicato acompanha o movimento trabalhista nacional. Líderes trabalhistas autênticos já haviam ocupado a direção de vários sindicatos em âmbito nacional, quando, em 1978, os trabalhadores declaram e conduzem greves vitoriosas, principalmente em São Paulo.

Em Rio Maina, a exemplo do que vinha ocorrendo no país, a motivação operária pela conquista do sindicato tinha vinculação com a vitória das oposições nas eleições de 1974, nos maiores centros industriais. O distrito do Rio Maina, cuja população é predominante operária e em sua maioria operária-mineira, sempre se caracterizou como sendo um bairro de posição político-partidária de oposição à burguesia. No passado foi um reduto forte do PTB, depois do MDB. A tomada de posição político-partidária e a derrota significativa do governo nas eleições de 1974 alertam um grupo de mineiros para uma possível conquista de seu órgão de classe, via eleições.

No início de 1976, numa reunião que congregou cerca de 150 mineiros, formou-se a chapa que iria concorrer nas eleições à direção do sindicato. Lideravam a chapa como candidatos: à presidência - Luiz Mendes Xavier; à vice-presidência - Domingos Alamini; a tesoureiro - José Pilar da Silva. A partir da constituição da chapa de oposição, iniciou-se, nas frentes de trabalho, a conscientização do operariado sobre a necessidade de lideranças representativas da categoria assumirem a direção do sindicato, informam os mineiros.

A chapa de oposição foi tratada inicialmente, pela situação, com indiferença. Porém, à medida em que a mobilização operária crescia e a oposição aparecia como uma ameaça à continuidade da situação no poder, esta procurou os líderes da oposição e propôs a fusão das duas chapas. A situação oferecia o candidato à presidência e a oposição poderia ocupar a vice-presidência. A fusão das chapas foi recusada. Houve, então, tentativas de cooptação dos líderes da chapa oposicionista pelas empresas, que lhes ofereceram vantagens e promoção em troca da desistência da candidatura. Domingos Alamini reproduz hoje sua resposta ao ser procurado pelo filho do empresário, que lhe ofereceu o cargo de capitaz geral da companhia:

"Durante 18 anos trabalhei aqui e nunca fui procurado por vocês. Só agora que a gente espera poder ajudar o operário, um pouco mais, no sindicato, vocês vêm com este agrado. Olha, pode dizer ao seu pai que este cargo ajuda só a mim, mas não ajuda aos coitados dos operários que trabalham sem condições. Eles é que precisam ser ajudados. Você, que é filho de minerador, não sabe o que é ser mineiro, trabalhar na excravidão e não dar conta de atender à família.

Depois disso, eles não procuraram mais a gente. Nós registramos a nossa chapa e concorreremos".

O processo eleitoral foi tumultuado e se estendeu por um período de três anos - outubro de 1976 a março de 1979.

A luta que enfrentaram os trabalhadores junto aos órgãos institucionais do governo e empresas é a prova de que os sindicatos não poderiam representar os interesses da categoria, mas deveriam salvaguardar o seu caráter de mediador nos conflitos gerados pela relação entre capital e trabalho, sob a tutela

do Estado.

Os variados incidentes ocorridos, os mecanismos utilizados com vistas à manutenção no poder de lideranças pelegas, no sindicato do Rio Maina, desvendam as alianças existentes entre empresários, DRT, sindicato e outros órgãos públicos, todos aliados em torno de objetivos da burguesia, contrários aos da classe trabalhadora.

A história das eleições sindicais mostra que o pleito eleitoral não se constituiu num jogo de forças que se mediram na luta democrática, onde venceu aquela que representava a vontade da maioria. Ao contrário, o poder constituído deu provas de que todos os recursos seriam válidos no processo eleitoral, quando se tratava de impedir a eleição e posse das lideranças oposicionistas, ou seja, de representantes dos interesses da classe trabalhadora.

Vejamos a sequência de fatos ocorridos ao longo do processo eleitoral do sindicato do Rio Maina, relatado por líderes da oposição, pela diretoria do sindicato e pelos registros de atas da entidade.

1. Em tempo hábil, duas chapas se registraram para concorrer às eleições com vistas à direção sindical. Chapa 1, cujos candidatos eram apoiados pelas companhias carboníferas e pela então diretoria do sindicato; Chapa 2, considerada de oposição pelas empresas e pelo sindicato.
2. Na campanha eleitoral, a situação, como é comum, dispunha de todo o apoio da máquina sindical, em termos de divulgação e prestação de serviços, além da ajuda incondicional das empre-

sas, da prefeitura, da DRT, da Justiça do trabalho, enquanto a chapa da oposição lutava com os poucos recursos próprios.

3. Cinco dias antes das eleições, marcada para os dias 3 e 4 de novembro de 1976, o candidato à presidência pela oposição, Luiz Mendes Xavier, teve seu nome vetado.¹ Este entrou com recurso, conseguindo uma liminar e, assim, concorreu às eleições condicionalmente, dependendo sua eventual posse do julgamento do processo.
4. As eleições se realizaram na data prevista e, apurada a votação, registrou-se o resultado seguinte: Dentre 2 039 eleitores, a Chapa 1, da situação, recebeu 706 votos; a Chapa 2, da oposição, recebeu 1 023 votos; nulos e brancos, 310 votos.

A chapa de oposição, contudo, não foi declarada eleita, pois apenas a diretoria contava com os 1 023 votos. O Conselho Fiscal, bem como Delegados Representantes, não conseguiram a maioria absoluta exigida em lei, que no caso seriam 1 020 votos. Deveu-se esta diferença ao fato de a chapa não obedecer ao modelo padrão usual de voto-caixão. A oposição, cujos candidatos à diretoria conseguiram maioria absoluta, pleiteava a repetição das eleições, apenas para o Conselho Fiscal e Delegados Representantes; denunciava, outrossim, "mã fé" do então presidente do sindicato, Alberto Manenti, em elaborar a cédula que exigia três assinalações, o que só "confundi

1. Expediente que foi utilizado com frequência no Brasil, após 1964, para anular lideranças sindicais ou político-partidárias que despontavam na oposição ao sistema.

operário", quando a portaria que rege as eleições fala de voto caixão, simplesmente.

Houve protestos da parte da situação e da oposição,¹ mas as autoridades presentes decidiram pela anulação das eleições. Assim, nova eleição foi marcada para os dias 19 e 20 de novembro de 1976, logo após "suspensa, por motivo de um dos candidatos ter um processo no DOPS, e a Delegacia Regional do Trabalho estar aguardando o julgamento pela Justiça Federal para, posteriormente, marcar novas eleições".²

5. As eleições foram então marcadas para os dias 3 e 4 de janeiro de 1977. Três dias antes das eleições, a chapa da situação, encabeçada por Aristides Motta, renuncia à candidatura. No dia das eleições, os operários, ao se dirigirem para a sede do sindicato, local das eleições, foram impedidos pelos militares e policiais que cercavam o local. Os candidatos da chapa de oposição concorrente às eleições, agora única, solicitaram explicações e não foram atendidos. A ordem superior era, simplesmente, "suspensão das eleições".

Não se realizando as eleições, continuou na administração sindical o presidente Alberto Manenti, que administrava o sindicato desde 1969, quando da cassação de Domingos Antônio dos Santos, o Boião, como era conhecido.

1. Ver Anexos nºs 17 e 18, p. 312 - 13.

2. Livro de Atas nº 2, p. 67

6. Alberto Manenti, em 24 de abril de 1977, em Assembléia Geral, renuncia à administração do sindicato, com os demais membros da diretoria. Nesta ocasião foi nomeada uma Junta Governativa, presidida por Valdir Rousseng.
7. Novas eleições foram marcadas para os dias 19 e 20 de dezembro de 1977. Inscreveram-se três chapas: Chapa 1, "encabeçada" por Nereu Agostinho; Chapa 2, por Luiz Mendes Xavier; Chapa 3, por Dalci Schaucoski.

O primeiro dia das eleições transcorreu normalmente. Concluído o horário previsto, chegaram à sede do sindicato viaturas da Polícia Militar, e os policiais retiraram as urnas da sede do sindicato, conduzindo-as a local ignorado, informa a oposição, considerando-se lesada. Os fiscais e candidatos da chapa 2, contrariados, protestaram, exigindo que as urnas permanecessem no local, conforme a portaria que regulamenta as eleições. Seus protestos, porém, foram ignorados.

No dia 20, segundo dia das eleições, os policiais retornam com as urnas e a eleição prossegue. Concluída a apuração, não se registrou maioria absoluta para nenhuma das chapas, conforme exige o art. 44 da portaria 3 437/74, que rege sobre eleições sindicais. Face aos resultados, o presidente das eleições declara não haver nenhuma chapa eleita.

Os defensores da chapa 2 acusam a existência de fraude nas eleições e encaminham à mesa eleitora protesto contra o fato da retirada das urnas da sede da entidade, contrariando ao que rege a portaria 3 437/74, art. 28 § 4º.

8. Nenhuma das chapas conseguindo o número de votos previstos em

lei, procede-se a segunda convocação para os dias 4 e 5 de janeiro de 1978.

A chapa de oposição, liderada por Luiz Mendes Xavier, Domingos Alamini e José Pilar da Silva, auxiliados por seus cabos eleitorais, procede junto aos operários campanha no sentido de comparecerem às urnas somente no segundo dia das eleições, para evitar "fraude" e "adulteração de votos". Os que se dirigiam à sede para votar eram advertidos, e a maioria deixava para votar no dia seguinte. Quase no final do horário definido para as eleições, neste primeiro dia, dos 1 914 eleitores inscritos apenas 338 compareceram às urnas. Diante do fato, a presidência da mesa eleitoral, de comum acordo com as autoridades da Procuradoria Regional do Trabalho, solicitam reforço policial à Delegacia Regional da Polícia de Criciúma e declaram "a suspensão do pleito, para instauração do competente inquérito, apurando responsabilidades e restabelecendo a ordem maliciosa e criminosamente subvertida".¹

Declarada a suspensão do pleito, os candidatos da chapa 2 procuraram justificativas da medida tomada, junto ao representante da Procuradoria Regional do Trabalho, autor da suspensão.² Não obtiveram, contudo, acesso a ele.

O sindicato continuou, pois, sob a administração da Junta Governativa, presidida por Valdir Rousseng.

1. Livro de Atas nº 3, p. 13.

2. Cf. Anexo nº 19. p.313 - 14. Cópia da ata relatando a suspensão do processo eleitoral.

9. Novas eleições foram marcadas para março de 1979, considerando-se que as várias eleições realizadas desde 1976 foram frustradas. A esta terceira eleição, em segunda convocação, concorreram apenas as chapas 1 e 3. A chapa 2, de Luiz Mendes Xavier, Domingos Alamini e José Pilar, fora cassada, poucos dias antes das eleições. Os candidatos cassados impetraram mandato de segurança, solicitando uma liminar a Delegacia Regional do Trabalho, mas não obtiveram resposta, ficando impossibilitados de concorrer. O processo não foi julgado, e as causas da cassação não foram fundamentadas até o presente, denunciando os mineiros prejudicados.

O resultado do pleito realizado em março de 1979 foi o seguinte: de 1 914 eleitores inscritos, a chapa 1 recebeu 355 votos; chapa 3, 561 votos; nulos e brancos, 103 votos; abstenções, 895.

Concluída a apuração, o presidente da mesa declarou eleitos os candidatos da chapa 3, sendo: presidente - Dalci José Schaucoski; secretário - Santino Dias; tesoureiro - Manoel Marcos Frederico.

Os mineiros afirmam que a atual diretoria não representa a vontade dos operários, uma vez que foi eleita com "poucos votos"; que a abstenção e os votos nulos e em brancos somam, praticamente, o dobro dos votos que recebeu a atual diretoria. Alegam também que o presidente da associação deve ser um mineiro da ativa e não um aposentado, como acontece no sindicato do Rio Maina.

Toda a história sindical do Rio Maina denota a atuação

peleguista do sindicato. A luta pela conquista do mesmo por trabalhadores, que pleiteavam a defesa e garantia de seus interesses e direitos é sucessivamente frustrada. Mesmo num período onde outras categorias conseguem se representar no sindicato com lideranças autênticas, em Rio Maina, nas articulações e relações de classe, prevaleceram o autoritarismo e o arbítrio do poder dominante sobre a classe trabalhadora, garantido pela intervenção dos representantes da Delegacia Regional do Trabalho, da polícia local e pela política sindical peleguista.

O sindicato do Rio Maina não teve uma tradição de luta, como ocorreu no sindicato de Criciúma. Ele foi criado em 1962, com o objetivo precípuo de ser mediador nos conflitos e não o órgão de defesa dos interesses da categoria. Os dirigentes sindicais renderam fidelidade aos patrões e não aos mineiros, a quem representavam.

As lutas iniciadas em 1976 não foram suficientes para a articulação e fortalecimento da categoria, e conseqüente alteração da situação, via eleições.

Houve outra tentativa de fortalecer a categoria, em 1978, com a proposta de fusão dos dois sindicatos de mineiros do município. Porém, razões de ordem política e ideológica impediram que esta iniciativa de alguns operários se tornasse objetivo comum dos trabalhadores das indústrias de carvão de Criciúma.

6. Situação atual dos Sindicatos de Criciúma e Rio Maina:

Assistencialismo e Sindicalismo

A política nacional, após 1964, forçou os sindicatos a

se constituírem em entidades de prestação de serviços. Só secundariamente, e com muitas restrições, os sindicatos podiam se voltar para a defesa dos interesses trabalhistas da categoria. Contudo, as reivindicações trabalhistas se expressavam mais como defesa de casos particularizados de trabalhadores, do que em bandeiras de caráter coletivo da categoria. O governo que se instalou no país se preocupou, a partir de 1964 até 1968, em instituir os mecanismos para que todas as questões geradas no âmbito do trabalho fossem resolvidas via administração burocrática, dentro dos órgãos ligados ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. O sindicato seria o veículo de encaminhamento destas questões.

Na interpretação do governo, "o sindicato não foi concebido nem organizado para permitir a produção da consciência proletária; pelo contrário, sua estrutura pressupõe a colaboração entre as classes, a paz social, para assegurar o desenvolvimento e fortalecimento da sociedade capitalista industrial. Acima de tudo e determinando tudo estão os interesses dessa sociedade, que são soberanos".¹

O objetivo último era criar condições para a expansão do capitalismo, que encontrava entraves na política trabalhista do início da década de 1960. Para resguardar-se das investidas operárias, face ao arrocho salarial que lhe impôs a nova política econômica do governo instituiu: 1) a Lei 4 330, de junho de 1964, proibindo o direito de greve; 2) a fixação dos índices salariais

1. SOUZA MARTINS, Heloísa H.T. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. Comentário sobre o pronunciamento do Ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, na Câmara dos Deputados, em 23/4/1965.

pelo Estado, e não mais através de negociações diretas entre patrões e operários; 3) o FGTS, derogando o regime de estabilidade no emprego.¹

Instituídos os mecanismos que retiraram decididamente a organização política dos sindicatos, tratou o Estado de reforçar a orientação assistencialista dos mesmos. Facilitou o estabelecimento de convênio entre o INPS e os sindicatos, para atendimento à saúde dos associados e de suas famílias; reforçou a atuação da Justiça do Trabalho, para a solução de conflitos gerados na relação trabalho x capital; ampliou as obrigações burocrático-administrativas do sindicato, subtraindo-lhe, assim, a disposição para dedicar-se à formação de seus associados e à organização política da categoria.

No município de Criciúma não foi diferente. O modelo elaborado pelo governo foi imposto e seguido pela administração sindical, interventora. O sindicato de Criciúma, enquanto durou a intervenção (de 1964 a 1967 e, depois, de 1971 a 1979), concentrou suas atividades quase exclusivamente na ampliação de serviços assistenciais. Já o sindicato do Rio Maina nasceu com a finalidade de assistir o trabalhador e orientou essencialmente sua ação no sentido de equiparar-se com a infra-estrutura para cumprir esta meta.

Toda a organização do sindicato de Criciúma, construída na luta, foi dispersada através da prisão de seus líderes e abafada pela repressão. A saída para a sobrevivência do sindicato de

1. ANTUNES, R. O Sindicalismo no Brasil. In: O que é o Sindicalismo. op.cit. p. 76 -77.

Criciúma era adotar o modelo oficial proposto; outra, aliás, não era a intenção dos interventores, normalmente operários da categoria conhecidos por suas posições merecedoras de confiança dos patrões e dos órgãos oficiais do Ministério do Trabalho.

Um dos líderes sindicais de Criciúma, preso em 1964, fala que o sindicato de Criciúma foi especialmente controlado pelo novo governo:

"A partir de 1964, foi tudo bem bolado para desmontar o que se tinha conseguido até ali. Então, a classe mineira era muito respeitada no Brasil. Empresários de direita acusavam-na de subversiva e comunista. Ademar de Barros, em São Paulo, recomendava aos responsáveis pelo golpe que usassem de rigor com o nosso sindicato, pois se tratava de uma Cuba em miniatura. Por isso, foi a classe que ficou mais sob o olho da repressão".¹

Atualmente, o sindicato de Criciúma, bem como o de Rio Maina, oferece a seus associados assistência jurídica gratuita, através do setor jurídico da entidade, que tem à disposição dos associados um advogado que encaminha os processos na defesa das reivindicações trabalhistas. Oferece, igualmente, assistência médica e odontológica aos associados e seus familiares. Presta ainda serviço de transporte, em casos de doenças. No sindicato do Rio Maina, o atendimento na locomoção de doentes mantém plantão permanente, atendendo a qualquer hora chamados para prestação desses serviços. Oferece, além disso, serviço ambulatorial e distri

1. Depoimento de Jorge Feliciano, ex-líder sindical.

buição gratuita de medicamentos da Central de Medicamentos (CEME),¹

O sindicato do Rio Maina conta com o serviço de 16 funcionários. Na administração do sindicato, três diretores, sob a presidência de Dalci José Schaucoski, estão à disposição do sindicato, em tempo integral.

O quadro de associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão do Rio Maina é formado pelo total de 3 005 associados, sendo 1 805 na ativa e 1 200 aposentados. O número total de empregados da categoria na base territorial do Rio Maina atinge 3 322 operários na ativa.

Os recursos do sindicato provêm principalmente das mensalidades, convênio com INAMPS e Imposto sindical.²

As companhias carboníferas integrantes da base territorial do sindicato do Rio Maina são as seguintes: Carbonífera Criciúma S/A, Carbonífera União Ltda., Carbonífera Metropolitana S/A, Cia. Carbonífera de Urussanga.

A administração do sindicato de Criciúma é efetuada sob orientação de quatro membros da diretoria, presidida por Lourival Espíndola, auxiliados por nove funcionários.

Os recursos financeiros do sindicato são oriundos de mensalidades, que são corrigidas sempre que ocorre o reajuste salarial, de convênio com INAMPS, de imposto sindical e aluguéis.

Em janeiro de 1981, quando a atual diretoria assumiu o

1. Ver Anexo nº 20. Serviços assistenciais prestados pelos sindicatos de Criciúma e Rio Maina. p. 315

2. Ver Anexo nº 20. Recursos financeiros dos sindicatos. p.315

sindicato, contava este com 820 membros da ativa. Em seis meses obteve um aumento de seu quadro de associados, na ordem de mais de 80%, perfazendo hoje, aproximadamente, a soma de 1 600 sócios da ativa e aproximadamente 6 000 aposentados, embora muitos destes já não frequentem o sindicato. A diretoria está em campanha para associar ao menos dois terços dos operários da categoria; atualmente conta com 50%, um pouco mais, de mineiros sindicalizados, pois na base sindical de Criciúma há cerca de 3 000 operários, pertencentes às seguintes empresas: Carbonífera Próspera S/A, Cia. Carbonífera Brasileira de Ararangua (CBCA), Cia Barão do Rio Branco, Carbonífera Boa Vista.

A par dos serviços de assistência, as duas entidades sindicais dos mineiros se defrontam (como é o caso do sindicato do Rio Maina), ou desenvolvem, (como ocorre no sindicato de Criciúma) movimentos sindicalistas entre seus associados.

A tomada de posição da classe trabalhadora no Brasil, resurgindo o movimento sindical e grevista, se constituiu num fator preponderante para imprimir nova direção nas organizações sindicais trabalhistas. Ao deflagrar as greves de 1978-79, por melhores salários ou outras reivindicações, os operários ignoraram a legislação sindical repressiva e abriram caminho para a luta pela conquista da liberdade sindical.¹

No município de Criciúma, o movimento para retomar os sindicatos e torná-los atuantes nasceu fora da administração sindical e à sua revelia. Foi entre os mineiros que surgiram as pri

1. ANTUNES, Ricardo. O que é o Sindicalismo. Op. cit. p.91.

meiras tentativas de empreender a luta com vistas a imprimir outra política em seu órgão de classe, ultrapassando a assitência social e definindo uma atuação sindicalista.

Um dos momentos marcantes da retomada dos sindicatos pelos mineiros foi, sem dúvida, a greve que os trabalhadores sustentaram em 1978, em toda a região carbonífera. Embora não tenha representado significativo ganho salarial, o alvo da luta serviu como demonstrativo de sua capacidade de organização e de estímulo para conquistar o sindicato, destituindo as lideranças pelegas que ocupavam os postos administrativos da entidade.

A posição e a adesão dos mineiros nas greves indicam sua consciência sobre a condição de operários. 20% dos mineiros afirmam que participaram ativamente, que estiveram nos piquetes de "boca de mina" e nas atividades de divulgação e sustentação da greve; 41% declaram que participaram, mas em casa. Alguns justificam que não queriam "perder o emprego", outros que "são os mais velhos fazem piquete". Apenas 4% dizem que "fizeram greve", mas contrariados. 35% afirmam que nunca participaram de greves, porque em sua empresa "os operários decidiram-se pela proposta do patrão."¹

As greves, na consciência de aproximadamente um terço dos trabalhadores, apresentam-se como uma ameaça aos operários. O confronto que as greves estabelecem entre patrões e operários estende-se ao período pós-greves, quando os operários mais ativos na luta partidista passam a ser mais exigidos no processo de tra-

1. Ver Anexo nº 21 p. 316

balho. Vários mineiros apresentaram depoimentos como este:

"Depois das greves fica mais difícil para o operário. A empresa faz ameaças, principalmente àqueles que tiveram maior participação. Daí, eles obrigam a trabalhar nos feriados e domingos. Tem que pagar os dias parados. O envolvido na greve é visado e ele não pode falhar em nada, porque senão ele está na rua. A empresa demite muito operário por causa de greve, mas coloca como se fosse rotatividade".

Outras lutas empreendidas pelos trabalhadores, relacionadas diretamente ao processo de trabalho, que abriram caminho a novas posturas frente ao sindicato foram, sem dúvida, as reivindicações operárias por melhores condições de higiene e segurança no trabalho, corporificadas em cartas e moções enviadas aos órgãos oficiais do governo.

A participação no sindicato em termos de filiação dos trabalhadores, que ultrapassa a 50%, significa um índice superior aos das demais categorias no país.¹ A filiação, contudo, não significa participação ativa de todos os sindicalizados. Cerca de 60% destes não frequenta o sindicato, seja em assembléias ou em promoções culturais promovidas pela entidade. Apenas 20% apresentam-se regularmente no sindicato e outros 20% só marcam presença em ocasiões muito especiais, como eleições ou assembléias que decidem sobre índices de reajuste salarial.

Quanto à definição do papel primordial dos sindicatos e de suas tarefas mais importantes, as posições dos trabalhadores

1. RODRIGUES, Leôncio M. Industrialização e Atitudes Operárias. Algumas categorias em S.P. chegavam a apenas 8%, 13%, outras a 21%, 34%. 1970, p. 103 - 104.

podem ser agrupadas em quatro tipos diferenciais:

1. O sindicato como instrumento de defesa dos interesses e garantia dos direitos dos trabalhadores (68%).
2. O sindicato como entidade de prestação de serviços assistenciais ao nível da saúde, jurídico e educacional (30%).
3. O sindicato como veículo de conquista de salários mais altos (20%).
4. O sindicato como instrumento de pressão para exigir melhores condições de trabalho (12%).

As percentagens indicando as prioridades entre os diversos papéis exercidos pelos sindicatos revelam uma consciência preponderante do papel político dos sindicatos. Confrontando-se com um estudo realizado por L. Martins Rodrigues entre operários de uma indústria automobilística em São Paulo, verificamos que lá a opção por um sindicato de prestação de serviços à saúde aparece em primeiro plano.¹

A consciência do papel político dos sindicatos é reforçada quando os mineiros se posicionam frente a atividades esportivas e recreativas exercidas pelos órgãos de representação trabalhista. Para 55% dos mineiros, as práticas de esporte e as de recreação devem estar ausentes dos sindicatos, contra 20% que as reivindicam como importantes. Restam 25% que não têm opinião sobre o assunto.

Os mineiros, mesmo tendo consciência, em sua maioria, de que o sindicato é antes uma entidade instrumental política do que

1. RODRIGUES, L. Martins. Industrialização e Atitudes Operárias. 1970, p. 110 - 114.

assistencial ou recreativa, não descartam a importância da assistência social prestada por ele. Na prática, constatamos a valorização dos serviços prestados pelos sindicatos, principalmente no setor saúde. Os operários, sem muitas possibilidades de obterem tratamento médico e dentário para si e suas famílias fora dos órgãos de classe ou das empresas, tendem a procurar e a receber esta assistência como um serviço de alto valor. No cotidiano, os sindicatos são procurados pelos associados, com mais frequência para os serviços de assistência do que para as atividades sindicalistas.

A posição político-ideológica da maioria dos associados, em relação aos fins dos sindicatos - a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores - apresenta-se e se manifesta não em atitudes militantes que buscam conquistar e garantir esses direitos. Ao contrário, a grande maioria espera a posse dos direitos trabalhistas como outorga do Estado, do governo e das empresas.

As raízes da mentalidade dependente e da postura paternalista dos sindicatos se encontram, certamente, nas origens da outorga das leis trabalhistas, a partir do governo populista de Vargas. Quando da elaboração da legislação trabalhista, alguns setores militantes sindicais, segundo Evaristo de Moraes Filho, apresentaram "idéias, objetivos e formas de organização", mas o pessoal do Ministério do Trabalho é que elaborou as novas leis sindicais. Os administradores do Estado Novo atribuíam a legislação social exclusivamente a "um gesto paternalístico de Vargas, o pai do povo". O Ministro do Trabalho do Estado Novo, Marcondes Filho, afirma:

"Em outras nações, os trabalhadores uniram-se para conquistar, posteriormente, direitos e prerrogati-

vas. O sindicato era a causa. No Brasil, direitos e prerrogativas precederam à União. O sindicato é a consequência.¹

Ao analisar a legislação social de Vargas, K.Erikson argumenta que alguns setores do trabalhismo brasileiro tinham tradição de luta, mas a grande maioria do contingente operário que surge a partir de 1930 e depois de 1945 recebe legislação "num terreno virgem", o que só vem confirmar a tradição paternalista no Brasil".

O sindicato, por se constituir num órgão protetor e defensor, é encarado pelos sindicalizados não como a conjugação das forças dos associados, mas muito mais como uma entidade separada dos trabalhadores, que deve lutar por eles. Atribuem papéis ao sindicato e à sua diretoria, enquanto o conjunto dos associados fica "de fora", na expectativa do desenrolar dos fatos. Vejamos o depoimento do mineiro Antônio José, que ilustra bem esta posição:

"O sindicato não tem força. Ele é apagado. As companhias abafam o sindicato e ele não pode defender os mineiros. Consegue ganhar questões pequenas, mas não consegue ganhar causas em favor do operário; por exemplo a estabilidade".

Existe a mentalidade paternalista, em relação aos órgãos representativos, mas há igualmente a consciência do predomínio do capital em relação ao trabalho, o que leva o trabalhador a não confiar na força da entidade que representa o trabalho. E o mineiro Lauro acena para a realidade da perda do emprego, sempre iminente, para os que procuram o sindicato:

1. ERIKSON, Kenneth. Sindicalismo no Processo Político no Brasil. p.52.

"Para reivindicar direitos, os operários têm medo. O patrão odeia e persegue quem busca seus direitos no sindicato. Mas, se o mineiro procura o sindicato por uma questão, resolve, mas perde o emprego. Agora, se ele está a fim de sair da companhia, leva o problema para o sindicato".

Por outro lado, existe a influência dos patrões sobre a política do sindicato, exercida, por exemplo, no sindicato do Rio Maina. Segundo o mineiro Jaime, o sindicato está comprometido com as empresas.

"No nosso sindicato (do Rio Maina), não adianta nada o mineiro entrar com alguma causa. Quando chegam ao sindicato, sempre tem antes um telefonema dos patrões. O sindicato é comprado pelas companhias, e é força pra eles. Além de não ajudar pra nós, explora".

O sindicato não é, segundo os trabalhadores, a entidade mais indicada para resolver os problemas surgidos no trabalho. É preferível resolver com a hierarquia da empresa, a procurar o sindicato, afirmam 55% dos operários; 30% dizem que, mesmo com riscos para o emprego, buscam o sindicato; 15% dizem que "deixam passar" e que "não procuram resolver com ninguém o que não tem solução".

O sindicato apresenta-se aos trabalhadores, como um órgão ineficiente, fraco, incapaz de resolver os sérios problemas da classe trabalhadora e de lhes garantir seus direitos. Por outro, a este órgão "fraco", "inexpressivo", delegam tarefas importantes e decisivas para a defesa dos interesses e conquista de vantagens para a classe trabalhadora.

Na atual fase de desenvolvimento capitalista da produ -

ção, dispensa-se a qualificação da força de trabalho, em virtude da mecanização e da alta divisão técnica do trabalho. A mão-de-obra não qualificada, facilmente encontrada no mercado, poderia ser dispensada, ou contratada sempre que conviesse à lógica da acumulação capitalista. Este fato levou à alteração de leis trabalhistas. A estabilidade no emprego e a indenização por tempo de serviço, conquistas da classe trabalhadora nos anos 1930, implantadas pela Lei nº 62, de 1934, posteriormente incorporada à CLT em 1943, deveria, agora, sofrer alterações. Foi no governo Castelo Branco, em setembro de 1966, que se procedeu à substituição da estabilidade no emprego, após 10 anos de serviço na mesma empresa, pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Este instituto previa um depósito mensal em conta bancária do trabalhador, cuja quantia se encontrasse à disposição do mesmo sempre que fosse demitido do emprego, ou fosse requisitada para aquisição de casa própria, ou em emergências especiais, viesse em benefício da família do empregado.

A instituição do FGTS representou um enfraquecimento sindical para a classe trabalhadora. A rotatividade da mão-de-obra gerou o progressivo alijamento dos trabalhadores de maior idade na estrutura de empregos. A absorção da mão-de-obra mais jovem, com menor grau de sindicalização e de consciência política, fortaleceu o caráter assistencial dos sindicatos e foi-lhe retirando, gradativamente, a tradição de práticas sindicais políticas. O grau de sindicalização, de organização e de participação política normalmente está relacionado com o tempo de emprego estável e

com a participação nas atividades sindicalistas.¹

O FGTS, paralelo às medidas repressivas que pesavam sobre os sindicatos, impôs novas práticas à mobilização e à participação dos trabalhadores nos órgãos representativos da categoria.

Os operários insistem em que, sem a reconquista da estabilidade, não há condições de lutar por outras vantagens e direitos. A necessidade de garantir o emprego acomoda o operário a condições de trabalho inadmissíveis, em termos de segurança, de saúde e de respeito à dignidade da vida do trabalhador. Ao sindicato é legada a obrigação de levantar a bandeira na luta pela conquista da estabilidade no emprego, luta que deve concentrar os esforços dos trabalhadores, de seus órgãos de classe, dos partidos políticos e de outras organizações da sociedade civil, identificados com a causa do trabalhador. Essa é a proposição dos líderes mais conscientes da categoria e de líderes políticos que lutam a par de uma pequena parcela da classe trabalhadora.²

Quanto à participação político-partidária como instrumento na luta pela conquista dos direitos trabalhistas, os mineiros apresentam-se desorganizados, alienados, mas, sobretudo, temerosos. Existe entre os operários autocensura em manifestar

1. FERRANTE, Vera Lúcia B. História operária e legislação trabalhista: o FGTS e a perda da estabilidade. In: Ensaio - O Poder Sindical. Nº 4, 1978, p. 43 - 50.

2. Ver Anexo nº 22. Depoimento de Jorge Feliciano, ex-mineiro. A luta pela Estabilidade de Emprego. p. 316.

simpatia por um ou por outro partido que não seja o "partido do governo". A repressão praticada sobre a classe trabalhadora, no sindicato, quando este tenta defender os interesses do operário, pesa também sobre a "liberdade" de definição político-partidária deste trabalhador.

Além da alienação e da repressão, existe um desencanto em relação à prática da política partidária, entre os mineiros. Comparando-se sua atuação e participação política, também em termos de partidos políticos, antes de 1964 com a atual, verifica-se uma mudança expressiva. Os mineiros antigos e aposentados eram filiados, quase todos, ao PTB; reconheciam em Getúlio Vargas um grande presidente e o "defensor dos operários"; participavam de campanhas, comícios, e seu voto tinha "peso" na eleição dos políticos, dizem eles. Atualmente, os mineiros desconhecem os presidentes dos últimos mandatos, não acreditam em partidos políticos como força de pressão, ou como defesa dos interesses gerais da classe trabalhadora.

As expressões espontâneas dos mineiros revelam seu descrédito pela prática política partidária:

"Os partidos políticos não atendem aos interesses do trabalhador."

"Política é pra gente rica; não é pra pobre como nós".

"Agora fizeram esse monte de partidos pra enrolar os miseráveis e os pobres".

O atual presidente do sindicato de Criciúma, Lourival Espíndola, ao comparar a participação político-partidária dos mineiros, no passado e hoje, assim se expressou:

"Tem diferença da consciência política do mineiro

do passado e de hoje. No passado era coeso. Hoje, em função da subsistência, luta por isso; é despreparado; quer garantir o seu. Existe um descontentamento político e falta de preparo. Em qualquer comício onde se fazem denúncias, o mineiro já pensa que é promessa e fica esperando. No passado havia muita participação. A maioria pertencia ao PTB, que era o partido de Getúlio, considerado e estimado como o "Pai dos Operários".

O vereador Gelci Xavier, do PMDB, diz que uma das causas da alienação político-partidária da classe trabalhadora reside na ação política imprimida pela estrutura partidária pós 1964, e no caráter repressivo e castrador a que o sistema confinou o partido de oposição. Em parte, porém, o MDB se limitou a atuar nos centros, e os trabalhadores que residem nos bairros e periferias ficaram sem lideranças para garantir sua organização e participação.

Os trabalhadores que já foram militantes no passado se viram reprimidos, e suas lideranças presas e dispersas; sobre elas pesou uma política de arrocho salarial, sem que pudessem se articular e reivindicar, seja através dos sindicatos ou dos partidos políticos.¹ Foram essas condições impostas que lograram alienar a classe trabalhadora brasileira e, com ela, a politizada categoria dos mineiros de duas décadas atrás. Hoje os mineiros, desacreditando da política, querem ver o sindicato "fora dessa briga", porque a "política só estraga o sindicato; não deve haver ligação entre sindicato e política", dizem muitos mineiros, que separam atividades sindicais, como se essas fossem apolíti-

1. BRESSER PEREIRA, Luiz C. O Colapso de uma Aliança de Classe.

cas. Isso se deve, também, ao fato de que a quase totalidade dos operários mais antigos, com experiência de luta sindical, foram aposentados. Permaneceram os trabalhadores que participaram da experiência de uma atuação sindical cuja tônica era assistencial.

Há um outro grupo de operários que, sentindo a impotência da oposição, face à prepotente política partidária do governo, acreditam que a classe operária terá vantagens somente se estiver no "agrado dos políticos da situação". Incorporaram a ideologia divulgada pelos detentores do poder e se portam com atitudes "pelegas", buscando "agradar" os donos do poder, em troca de favores pessoais.

O depoimento de um mineiro da CBCA ilustra esta posição:

"No Brasil só tem política. A companhia é de político. Ser do PDS é mais importante que ser do sindicato. O presidente da empresa é deputado do PDS. É preferível confiar no "partido do governo", que fazer frente a ele".

No presente momento, os sindicatos de mineiros ensaiam ampliar seus meios de luta. Alguns líderes sindicais passam a se filiar a partidos políticos, como o PMDB, PDT, PT. Igualmente passam a integrar-se com sindicatos de outras categorias e a participar ativamente na realização de encontros regionais, estaduais e nacionais, como o ENCLAT, o CONCLAT (Encontro e Congresso Nacional da Classe Trabalhadora).

Neste momento, o sindicalismo que ressurge propõe: rever a legislação trabalhista, estritamente vinculada ao Estado e ao Ministério do Trabalho; conquistar para os sindicatos autonomia administrativa; volta às negociações diretas entre patrões e operários, sem a intermediação do Estado; lutar pelo fim da rotati-

vidade proveniente do FGTS e pela conquista de novas formas de estabilidade no emprego. O sindicalismo, na atualidade, levantou também a necessidade de unificar as lutas trabalhistas, através de um órgão central, com a proposição da criação da Central Única dos Trabalhadores.¹

O sindicato dos mineiros de Criciúma acompanhou, como vimos, as várias fases do movimento sindical brasileiro. Já o mesmo não se verificou no sindicato de Rio Maina, fundado com a finalidade de atuar numa postura de conciliação entre capital e trabalho, privilegiando sempre o primeiro. Estas tendências que a história do sindicato demonstrou, presume-se, marcarão também a postura dos mesmos em relação ao movimento nacional hoje e no futuro próximo. É assim que os mineiros caracterizam os dois sindicatos: O de Rio Maina, cuja administração conta com o apoio de uma porção de categoria, porém, o que é significativo, recebe o apoio e a simpatia da classe empresarial; o outro, de Criciúma, conquista gradativamente maior contingente de trabalhadores que consideram seus dirigentes representantes autênticos da categoria. Estas condições definem o engajamento ou a exclusão de um e outro sindicato no movimento trabalhista nacional, cujas bandeiras são decididamente favoráveis à conquista de maior poder para a classe trabalhadora brasileira.

1. ANTUNES, Ricardo. O que é Sindicalismo. 1980, p.81 -93.

CONCLUSÕES

Todo o ambiente na região criciumentense denuncia a existência da indústria carbonífera. Não é gratuito o título de Capital do Carvão que Criciúma ostenta. A cidade denuncia a exploração do material energético pela poeira negra que se adere aos prédios, casas e ambiente, mesmo no centro da cidade; denuncia pelo odor proveniente da queima de pirita, resíduo depositado nas imediações dos lavadouros de carvão-bruto; denuncia pela destruição ecológica da vegetação nos arredores das minas em atividade, ou já abandonadas; denuncia pela poluição dos rios e lagos, estabelecendo-se um processo assassino da vida aquática. Esse processo poluidor compromete a qualidade de vida da população, e, a continuar neste ritmo, ou não se adotando uma política despoluidora e de recuperação ambiental, as agressões à vida vegetal, animal e humana, tendem a acentuar-se.

O ambiente externo marca, pois, a região. Este fato, porém, é novo na consciência popular, considerando-se que o movimento de defesa do meio ambiente se constitui numa bandeira desfraldada na última década, em nosso país, e nos últimos anos, na região.

Mais que o ambiente externo, é a população mineira, constituindo-se no mais numeroso e importante contingente operário das indústrias de Criciúma, que exerce um papel marcante nas relações sociais daquela área.

A presença do mineiro no sul catarinense é um fato que cresceu com aquela população desde o início do século. A região

caracterizou-se, primordialmente, como carbonífera, apresentando grande contingente habitacional, marcado pelas condições estruturais típicas das comunidades minerais: grande solidariedade grupal e comunitária, homogeneidade da categoria em termos de desqualificação profissional, nível de vida e identificação com a própria classe, forte carga emocional, originada pelas condições de trabalho, que se manifestaram, historicamente, através de conflitos e de confrontos declarados, nas relações de classes. O foco gerador da contradição entre capital e trabalho é inerente ao próprio processo de produção que se acentua implacável nas minas, onde as condições de trabalho são objetivamente desgastantes: alto grau de insalubridade, de periculosidade, de insegurança, de desgaste físico, de agressão à vida e à própria presença humana nas minas. A isto se acrescenta um sistema de produção capitalista, intrinsecamente explorador da força de trabalho, instituindo formas cada vez mais alienantes do trabalhador em relação ao processo produtivo. Em síntese: as condições efetivas de trabalho; as relações de dominação existentes no processo de compra e venda da força de trabalho; o desgaste físico e moral do trabalhador; a ameaça de perda parcial ou fatal da saúde; a imposição de normas disciplinares para o trabalho; o ritmo exaustivo do processo técnico da divisão do trabalho; salários insuficientes para garantir um nível de vida satisfatório, face a condições de trabalho tão desgastantes, são razões suficientes para a classe trabalhadora mineira se organizar e fazer frente a este processo de dilapidação vigorosa e implacável das energias físicas e morais do trabalhador mineiro.

O processo de trabalho, característico nos diferentes

sistemas de mineração, passou por três fases distintas. A contradição existente nas relações sociais de produção levou à introdução de novas técnicas no processo e delineou um novo tipo de trabalhador, típico de cada fase.

A primeira fase, nas antigas minas manuais, caracterizou-se pela presença do mineiro como trabalhador autônomo, semi independente, detendo o conhecimento, mas principalmente a decisão e o controle sobre o processo de trabalho. A relativa autonomia de que gozava e a convivência com os companheiros em idênticas condições (todos exercendo liderança sobre dois ajudantes), por um lado favorecia o exercício do poder de comando sobre o processo de trabalho, por outro garantia certo poder de barganha junto ao nível da organização geral do trabalho e junto aos proprietários das minas. A isto se acrescenta o direito de estabilidade no emprego, após dez anos de serviço. Foram estas condições de trabalho, agravadas pelo desgaste próprio da mineração, que possibilitaram a formação e a organização da categoria, que se definiu pela luta na defesa dos interesses da própria classe.

A segunda fase, ainda na mina manual, instituiu um novo tipo de trabalhador. O mineiro passou a ser uma categoria do passado. Nos primeiros anos da década de 60, se introduziu o trabalhador parcelar. Os mineiros, no sentido profissional do termo, não mais foram contratados. Aos poucos se introduziu, em todos os setores da produção, o trabalhador parcelar. Foi um passo decisivo para o controle do processo de trabalho pelo capital. Mais eficiente se tornou esse controle, com a passagem do sistema de lavra manual para o sistema mecanizado. Este último e terceiro estágio, de tecnologia mais avançada, ainda em

implantação na indústria carbonífera do sul catarinense, atende mais plenamente aos objetivos de produtividade e de centralização do comando e organização do processo de trabalho. Há tendência para que este sistema se expanda a todo ou a quase todo processo de extração do carvão. Como nos demais ramos da indústria, também na mineração o desenvolvimento das forças produtivas, implantando-se sistemas de produção com tecnologia avançada, tende a beneficiar o capital, em detrimento do trabalho.

A mecanização da indústria carbonífera, se por um lado facilita o trabalho, em termos de dispêndio de menor energia física do trabalhador, por outro acentua as causas provocadoras de doenças profissionais, ou acelera seu processo; dispensa grande contingente de operários do duro trabalho nas minas, mas é, por isso mesmo, agente de desemprego, à medida em que as máquinas produzem excessivamente mais que a força de trabalho humano; acentua o caráter monótono do trabalho, por suas atividades repetitivas e exaustivas; aumenta os riscos de acidentes no trabalho, pela presença das máquinas, da poluição sonora e de equipamentos responsáveis por acidentes fatais.

Na mineração, a oposição existente entre capital e trabalho se acentua, e aparece com maior nitidez nas indústrias cujo sistema de lavra é mecanizado, em relação às de lavra manual.

A indústria extrativa do carvão nacional apresenta-se sob o enfoque técnico, sanitário, humano e mesmo econômico, como uma incógnita. O preço pago pela classe trabalhadora, pela comunidade residente e mesmo pela nação ao bem produzido na indústria carbonífera é compensador? O prejuízo à qualidade de vida, gerado pelas atuais condições técnicas de produção do carvão, é

evidenciado, mesmo na mais superficial análise. A tecnologia empregada na grande maioria das indústrias é, objetivamente, contra o operário, mas, na mineração, ela assume uma dimensão agressiva e devastadora. O homem trabalhador se constitui num peso, porém inevitável, para o processo industrial carbonífero. Economicamente, o carvão nacional apresenta custos superiores ao carvão importado.

Essas questões convivem com o atual processo de produção e não são previstas, a curto e médio prazos, soluções ao impacto gerado sobre a comunidade trabalhadora e sobre a população residencial da área carbonífera.

A exemplo do que ocorre em outras indústrias, também na mineração se desenvolvem as profissões ligadas não diretamente à produção, senão aos setores de manutenção de ferramentas e equipamentos e aos serviços de apoio, bem como ao nível de fiscalização, supervisão e controle do pessoal e do processo de produção.

Assim, a promoção profissional, possível ao mineiro, vincula-se à expectativa da passagem de trabalhador direto a trabalhador indireto, ou seja, a promoção de trabalhador braçal aos cargos de chefia e supervisão. A promoção a operador de máquina, no sistema mecanizado representa um risco maior à saúde, pois a exposição à poeira é mais intensa. Mesmo assim, os salários representam motivação suficiente para o trabalhador sem profissão aspirar à ocupação, mesmo que esta seja mais desgastante da força de trabalho.

As relações de trabalho entre os trabalhadores dire-

tos e os supervisores se diversificam, não apenas em relação às diferentes fases ou sistemas de mineração, mas também em relação à propriedade dos meios de produção. Em todos os casos, porém, os engenheiros, capatazes e supervisores são representantes legítimos do patrão e as relações entre aqueles e os trabalhadores são antagônicas. Na empresa de propriedade estatal, a Próspera, as relações de trabalho não apresentam níveis tão rígidos de fiscalização e controle pelo capital sobre o trabalho, quanto nas empresas de capital privado. Naquela há mais consciência de classe, mais companheirismo e organização dos trabalhadores diretos. Nas companhias de capital privado predominam atitudes competitivas entre os companheiros e uma política de subserviência dos operários aos chefes, com vistas à garantia do emprego ou à conquista de promoções. Daí resulta um processo de trabalho mais exaustivo, que facilita a veiculação ideológica do predomínio do capital sobre o trabalho e dispensa a existência de critérios capazes de mensurar o mérito e a competência no sistema promocional para os trabalhadores.

As condições de reposição da força de trabalho mineiro foram estudadas através da caracterização das unidades familiares, da localização das moradias no espaço geo-político municipal, bem como através de identificação dos níveis de acesso aos bens sociais comunitários.

O trabalhador mineiro caracteriza-se como mão-de-obra jovem, alfabetizada, cuja religião é a católica; a maioria é casada, constituindo sua família dentro da tendência atual, já bem definida em algumas camadas sociais, de planejamento familiar. Poucas são as famílias numerosas. Evidencia-se grande preocupa-

ção em oferecer boas condições educacionais aos filhos, garantindo-lhes melhores oportunidades de sobrevivência que aquelas sofridas por ele.

Indiscutivelmente são os níveis salariais que definem a localização e a qualidade de moradia dos trabalhadores. Por sua vez, os serviços comunitários prestados à população operária, seja por entidades públicas ou privadas, priorizam as áreas centrais. Assim, quanto mais baixas as rendas familiares, tanto mais periféricas e marginais a localização e a qualidade das moradias, e tanto mais estas são carentes de serviços de infra-estrutura, como redes de luz, água e esgoto, calçamento, coleta de lixo, serviços de saúde, educação, transporte, etc.. Os bairros de população operária se classificam, pois, em níveis de pobreza que tendem a se confinar, gradativamente, em áreas residenciais mais problemáticas e abandonadas pela administração pública.

A organização do trabalho mineiro, em Criciúma, se formalizou na fundação do sindicato, que assumiu diversas fases no transcorrer de sua história. Nasceu como outorga do Ministério do Trabalho, com a função de mediador entre capital e trabalho e entre trabalho e Estado. Inicialmente se caracterizou por um período peleguista (1945-57); entrou numa fase militante (1957-64), quando sofreu a divisão da categoria, com o reconhecimento do segundo sindicato dos mineiros, na mesma cidade (1962), por pressão patronal; os dois sindicatos prosseguiram: o primeiro sob intervenção e repressão do Estado (1964-79), até que as militâncias autênticas reconquistaram a administração sindical (1979-82). O segundo sindicato, em Rio Maina, garantiu a presença de lideranças pelegas na administração sindical (1962-82).

A história do sindicato foi marcada, nas diferentes fases, pelo confronto entre as lideranças que desfrutavam da confiança dos companheiros ou da simpatia dos empresários e entidades ligadas ao Ministério do Trabalho, respectivamente.

O Estado Brasileiro, garantindo o caráter corporativista das instituições sociais, dentre elas os sindicatos, não anularia totalmente a militância sindical, se estivessem à frente dos mesmos, lideranças trabalhistas autênticas. Por esta razão, a disputa pela posse da administração sindical por parte de representantes dos interesses da classe trabalhadora mineira e por lideranças pelegas, representando os interesses patronais, sempre se constituiu na razão da movimentação e da organização da classe trabalhadora na indústria carbonífera.

A organização dos mineiros de Criciúma, pode-se concluir, sempre se originou, historicamente, no próprio local de trabalho. Dadas as condições precárias na mineração: insegurança, riscos à saúde, desgaste violento e prematuro da força de trabalho, deparamos com uma categoria profissional ativa e valerosa. As reivindicações, as lutas, as greves tomaram, normalmente, conotações de caráter eminentemente econômico. Para compensar as perdas físicas e sociais decorrentes do processo de trabalho, os operários iam à luta para manter salários que lhes garantissem condições de vida, pelo menos, ao nível da subsistência.

A movimentação trabalhista mineira assumiu, não raras vezes, também um caráter político, seja nas greves de solidariedade aos companheiros de outros sindicatos, seja nos protestos aos atos praticados pelos grupos burgueses e militares, como na

derrubada do governo Goulart em 1964.

A presença da indústria carbonífera em Criciúma, com seu batalhão de trabalhadores, traz para a cidade a inquieta movimentação de uma categoria que, através de várias décadas de experiência trabalhista, aprendeu a lutar pelos direitos da própria classe. As tensões que nascem nos subterrâneos das minas e ali crescem, se expandem pelos bairros, se articulam nos sindicatos e envolvem a comunidade e a opinião pública. As tensões tomam a forma de greves, de passeatas, de moções de repúdio, de cartas reivindicatórias, de processos individuais e grupais contra as políticas, as leis e normas e as atitudes das empresas ou de institutos governamentais.

Se a existência da indústria carbonífera é agressiva à natureza física da cidade, não menos questionadora e conflitante é a presença do trabalhador mineiro, que sempre apareceu à comunidade cricumense como um lutador, como um trabalhador diferenciado dos demais. As características típicas das comunidades mineiras estiveram presentes em Criciúma, bem definidas e marcantes no passado, com tendências atuais a se diluírem, à medida em que a produção industrial da cidade se diversifica, o êxodo rural se acentua e crescem os índices de rotatividade no emprego. Contudo, a categoria dos mineiros, no passado e hoje, evoca a lembrança e a presença do conflito, da tensão e da luta nas relações sociais, caracterizando, com sua postura e ação, a área carbonífera do sul catarinense.

ANEXOS

A X E X O 1

MÉTODOS DE LAVRA NA MINERAÇÃO DE CARVÃO EM SANTA CATARINA

I - SUBSOLO

MUNICÍPIOS	COMPANHIAS	Nº DE ORDEM	MINAS	PROFUNDIDADE	SISTEMA	TECNOLOGIA	TRANSPORTE	Nº DE OPERÁRIOS	PRODUÇÃO ROM./t
Criciúma	Carbonifera Próspera S.A.	1	A Sangão	110 metros	Câmaras e Pilares	Mecanizada 4 conjuntos		843	996.0
Siderópolis	Carbonifera Próspera S.A.	2	Siderópolis	88 metros	Câmaras e Pilares	Mecanizada 5 conjuntos	Correia 2.000 m 600 ton/h	597	1.793.0
Criciúma	Carbonifera Metropolitana	3	União	50-250 metros	Câmaras e Pilares	Mecanizada 3 conjuntos		555	2.405.4
Criciúma	Carbonifera Criciúma S.A.	4	São Roque	111 metros	Câmaras e Pilares	Mec. 4 cj.z.Oeste Manual z. Leste	Correia 455 m 600 ton/h	940	2.030.6
Criciúma	Cia. Carb. Urussanga - CCU	5	Sta. Augusta	Encosta	Câmaras e Pilares	Mecanizada c/bobcats	Transportadores c/arrastos	625	1.071.0
Urussanga	Cia. Carb. Urussanga - CCU	6	São Geraldo	Encosta	Câmaras e Pilares	Mecanizada c/bobcats	Transportadores c/arrastos	170	84.5
Urussanga	Cia. Carb. Urussanga - CCU	7	Rio Deserto	Encosta	Câmaras e Pilares	Mecanizada c/bobcats	Cabo sem fim	41	46.0
Urussanga	Cia. Carb. Urussanga - CCU	8	Santana	30-40 metros e ancosta	Câmaras e Pilares	Manual	Cabo sem fim	971	1.310.8
Criciúma	Carb. Barão do Rio Branco	9	Poço 10		Câmaras e Pilares	Manual	Cabo sem fim	387	281.5
Criciúma	Carbonifera Catarinense	10	Poço 1 e 2	31 e 27 metros	Câmaras em retração e caimento do teto	Manual	Cabo sem fim	518	424.9
Criciúma	Cia. Bras. Carb. Araranguá-CBCA	11	Poço 1 Sta Luzia	70 metros	Câmaras em retração e caimento do teto	Manual	Cabo sem fim	517	250.9
Criciúma	Cia. Bras. Carb. Araranguá-CBCA	12	Poço 2 São Roque	75 metros	Câmaras e Pilares	Mecanizada 1 conjunto	Correia 600 ton/h	120	540.6
Criciúma	Cia. Bras. Carb. Araranguá-CBCA	13	1 B Antonio de Luca	Encosta	Câmaras em retração e caimento do teto	Manual		41	23.0
Criciúma	Cia. Bras. Carb. Araranguá-CBCA	14	São Simão	Encosta até 150 m cobert.	Câmaras em retração e caimento do teto	Manual	Cabo sem fim	232	274.9
Lauro Müller	Cia. Nac. Miner. Barro Branco	15	3 E/F/G	Encosta	Câmaras em retração e caimento do teto	Manual	Cabo sem fim	484	490.4
Lauro Müller	Cia. Nac. Miner. Barro Branco	16	Pigueira	Subsolo Encosta	Câmaras em retração e caimento do teto	Manual		52	4.9
Urussanga	Cia. Nac. Miner. Barro Branco	17	Poço A	30 metros	Câmaras e Pilares	Mecanizada c/bobcats	Transp.c/arrasto e cabo sem fim	18	9.1
Lauro Müller	Carbonifera Palermo	18	Palermo	Subsolo Encosta	Câmaras em retração e caimento do teto	Manual	Transportadores c/ guincho	33	48.6
Orleães	Carbonifera Palermo	19	Rio Hipólito	Subsolo Encosta	Câmaras em avanço	Manual	Transp.c/arrasto e correia transp.	75	100.4
Siderópolis	Coque Catarinense	20	Ex-Patrimônio	Subsolo Encosta	Câmaras em retração e caimento do teto	Manual	Cabo sem fim	95	26.8
Alfredo Wagner	Coque Catarinense	21	S. Leonardo	Subsolo a Céu Aberto	Câmaras em retração e caimento do teto	Manual	Cabo sem fim	7	4.9

II - CÉU - ABERTO

Siderópolis	Carbonifera Próspera S.A.	22	Siderópolis Malha 2			Dragline Marion 27 m ³ -900 m ³ /h		51	426.5
Criciúma	Carbonifera Criciúma S.A.	23	Rio Queimado II Un VI	8-15 metros		Tratores, escavadeiras, caminhões		77	51.9
Siderópolis	Carbonifera Travião S.A.	24	Sta. Luísa	20 metros		Marion, Dragline e caminhões		246	442.5
	Cia. Nac. Miner. Barro Branco	25		12 metros		Tratores de esteira e ratores-escavadeiras		39	71.2

F O N T E: DNPM

Informativo Anual da Indústria Carbonífera - 1980
Brasília, 1981

A N E X O 2

QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS COM MINEIROS

1. Local: (bairro, vila) _____
 2. Data: _____ 3. Hora: _____
 4. Entrevistador: _____ 5. Ambiente da Entrevista

I. ORIGEM SOCIAL

1. Qual é mesmo o seu trabalho?

- | | | |
|-------------------|------------------------|-------------------|
| 1. Ajudante | 9. Lanterneiro | 17. Servente |
| 2. Aux. Topógrafo | 10. Motorista | 18. Topógrafo |
| 3. Carpinteiro | 11. Mecânico | 19. Tratorista |
| 4. Desenhista | 12. Mineiro | 20. Trab. Subsolo |
| 5. Diarista | 13. Oper. Maqui. Ferra | 21. Trab. Superf. |
| 6. Eletricista | 14. Oper. de Máquina | 22. Outro ? Qual? |
| 7. Fundidor | 15. Pedreiro | |
| 8. Furador | 16. Soldador | |

2. Qual a empresa em que o Sr. Trabalha? _____
 3. Quanto tempo faz que o Sr. trabalha na mina? _____
 4. O Sr. é aposentado e voltou a trabalhar?
 1. Sim 2. Não
 5. Onde passou sua infância?
 1. Na colônia 2. Na cidade
 6. Lugar onde mora:

BAIRRO (LOCAL)

MUNICÍPIO

ANO DE CHEGADA

7. Quanto tempo o Sr. leva para ir de casa ao trabalho?

II. EDUCAÇÃO FORMAL

8. O Sr. sabe ler? A esposa sabe ler?
 1. Sim 2. Não 1. sim 2. Não
1. Grau de instrução formal:
 1. Nenhum 5. Ginásio
 2. Primário inc. 6. 2º Grau
 3. Primário 7. Superior
 4. Ginásio inc.
11. O Sr. fez algum curso de treinamento profissional?
 Onde? _____ Qual? _____

V. LAZER

19. Quais são as principais atividades em que o Sr. ocupa seu tempo livre? Assinalar duas.
1. Faz trabalhos em casa
 2. Tem algum bico?
 3. Leitura, rádio, TV.
 4. Esportes
 0. Sem resposta
20. O que o Sr. faz durante as férias?
21. Quantas horas o Sr. trabalha por dia?
1. Na empresa _____
 2. Fora da empresa _____
22. Quantos dias folga por semana? _____
23. O Sr. faz hora-extra? Porque?

VI. ROTATIVIDADE E DESEMPREGO

24. Nos últimos 5 anos quantas vezes o Sr. mudou de emprego? _____
25. Nos últimos 5 anos quantas vezes o Sr. ficou desempregado por mais de 2 meses? _____
26. Na última vez que ficou desempregado: (ler as alternativas)
1. Vendeu a propriedade rural
 2. Deixou a roça do pai
 3. Foi despedido
 4. Deixou o emprego
 5. A firma fechou
 6. Outro (qual?)
 0. N/R; N/S.
27. O que o Sr. costuma fazer para evitar acidentes de trabalho?
28. O pessoal em geral usa o material de proteção e segurança?
1. Sim
 2. Não
 3. Às vezes
29. O pessoal que não usa, ou usa pouco o que acha?
1. Não adianta
 2. É incômodo
 3. Cansativo
 0. Não sabe

VIII. SAÚDE

30. O Sr. vai ao médico com que frequência:
1. 6 meses
 2. 1 ano
 3. Só quando está doente
 4. Não costuma ir
 0. N/R; N/S
31. O Sr. sofre de alguma doença profissional:
1. Pneumoconiose
 2. Bronquite
 3. Asma
 4. Alergia
 5. Reumatismo
 6. Outra
 0. Sem resposta

32. Quanto tempo sofre desta doença? _____
33. Neste bairro onde o Sr. mora, como está o atendimento à saúde?

	bem atendido	mais ou menos atend.	mal atend.	não existe
1. Farmácia				
2. Posto de saúde				
3. Serviço médico ou sindicato..				
4. Posto de Puericultura				
5. Serviço dentário				

IX. MECANIZAÇÃO

34. O Sr. acha que as máquinas são:
1. Necessárias
 2. Não são necessárias
35. O Sr. acha que com as máquinas os salários são:
1. Melhores
 2. Iguais
 3. Mais baixos
 0. Sem resposta
36. O Sr. acha que a mecanização da mina:
1. prejudica o emprego
 2. não prejudica
 3. é a mesma coisa
 4. Só ajuda os que tem profissão
 0. sem resposta
37. A mecanização aumenta ou diminui os acidentes?
38. O Sr. acha que com a mecanização acontece:
1. Mais doenças profissionais
 2. Menos doenças profissionais
 3. Igual nº de doenças profissionais
 0. sem resposta

X. SALÁRIO

39. Que tipo de salário o Sr. recebe:
1. salário fixo
 2. por quota de produção
 3. salário fixo e por quota de produção
 0. sem resposta
40. O Sr. acha que o salário fixo é:
1. mais justo
 2. menos justo
 3. igual o salário e quota de produção
 0. sem resposta
41. Quanto o Sr. ganha em geral, por mês _____

42. Quantas pessoas moram em sua casa? Quantas trabalham e ganham? _____
43. Qual é a renda total de sua família? _____
44. Quantas pessoas vivem desta renda? _____
45. Sua família trabalha na roça?
 1. Sim 2. Não 3. Só pro gasto 4. Pra vender
 5. Pro gasto e pra vender
46. O seu salário está dando para viver?
47. Quanto o Sr. e sua família gastam por mês com:

Especificações	Cruzeiros
1. Aluguel	
2. Prestação de terreno ou casa	
3. Prestações	
4. Manutenção	
TOTAL (somado pelo entrevistador)	

48. O Sr. tem algum dinheiro a juro?
 1. Sim 2. Não
 Quanto (mais ou menos) _____
49. O seu encarregado é bom?
50. Quando os operários da mina estão aborrecidos com o trabalho, ou com o tratamento que recebem por parte dos encarregados costumam prejudicar o serviço? De que forma?
51. Quais são os castigos mais comuns que os trabalhadores recebem?
52. Quais são os problemas que em geral existem entre os trabalhadores?
53. O Sr. acha que os castigos (Assinalar até 2)
 1. Resolvem os problemas da empresa
 2. Não adianta nada
 3. Piora a situação
 4. Revolta o trabalhador
 5. Corrigem o trabalhador
 N/S; N/R.
54. Na sua opinião o que se deveria fazer no lugar de castigos?
55. Com relação a algumas instalações e serviços da companhia o que o Sr. acha?

	Bom	Mais ou Menos	Ruim	Não Existe
1. Refeitório				
2. Bebedouros				
3. Vestiário				
4. Banheiros				
5. Transporte.....				
6. Enfermaria - ambulatório ...				

56. Quais são os problemas maiores que o Sr. acha que tem no trabalho da mina?

XII. CLASSE TRABALHADORA

57. Quais são as principais diferenças entre os trabalhadores de hoje e os de vinte anos atrás?

- | | |
|-----------------|---------------------------|
| 1. Vivem pior | 3. Vivem igual que antes? |
| 2. Vivem melhor | 0. Não respondeu |

58. Quais são as mudanças na maneira de viver?

59. Todos os trabalhadores tem um trabalho e uma maneira de viver, idêntica. O que mais diferencia os trabalhadores entre si?

- | | |
|---------------------------|------------------------------------|
| 1. Tipo de trabalho | 5. Tipo individual |
| 2. Nível de salário | 6. Administração dos próprios bens |
| 3. Condições de habitação | 7. A Religião |
| 4. Família | 0. Sem resposta |

67. O Sr. participa das assemblêias sindicais?

1. Nenhuma participação
2. Participação só nas eleições
3. Assistência às vezes
4. Assistência regular
5. Participação em discussão
6. Ocupa posto responsável

68. Quando o Sr. ou um pequeno grupo tem problemas no trabalho, (gancho, advertências) acha melhor resolver diretamente com o encarregado ou levar o problema diretamente ao sindicato?

69. Qual é sua opinião sobre os presidentes:

1. Getúlio Vargas
2. Juscelino Kubitschek
3. João Figueiredo

70. Qual é sua opinião sobre a política do governo atual?

XIV. ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS

71. O Sr. pertence a alguma associação tais como:

1. Associação religiosa
2. Associação de bairro
3. Associação esportivo-recreativo
4. Sindicato. Qual?
5. Outra? Qual? _____

72. A Religião ajuda a ação dos trabalhadores

1. Sim
2. Não

73. Por que sim? Porque não?

74. Ultimamente tem aparecido outras religiões: crentes, espíritas etc. Porque as pessoas procuram esta religião nova?

XV. CONFLITOS

75. Quais são os principais motivos que levam os trabalhadores à greve?
1. Salários baixos
 2. Insegurança no trabalho
 3. Ameaça de doença profissional
 4. Outra
76. A greve prejudica a empresa?
1. Sim 2. Não 3. às vezes 0. N/R; N/S.
77. Os patrões são contra a greve dos mineiros?
1. São contra
 2. Apoiam porque traz vantagens tb. p'ra eles
 3. Ficam indiferentes
 4. Outra
 0. N/R; N/S
78. Quando os trabalhadores das minas entram em greve o Sr. (Assinalar 1)
1. Participa da greve e faz piquetes
 2. Participa e fica em casa
 3. Participa da greve mas tem medo de ser despedido
 4. Participa mas acha errado
 5. Não entra em greve
 0. N/R; N/S.
79. Após uma greve qual a atitude da empresa?
1. Faz ameaças aos trabalhadores
 2. Não muda de atitude
 3. Trata melhor os trabalhadores
 4. Outra
 0. N/R; N/S.

XVI. SOBRE A FAMÍLIA

80. O Sr. tem filhos?
1. Sim 2. Não
81. Dentre os filhos:
1. Quantos vivos? _____
 2. Quantos mortos? _____
 3. Quantos foram perdidos na gravidez? _____
82. Sua esposa trabalha:
1. Só em casa 2. Só fora 3. Em casa e fora
83. Com quem ficam as crianças quando o Sr. e sua esposa vão trabalhar?
1. Parentes 2. Vizinhos 3. Creches ou Escolas
 4. Empregado 5. Ficam sozinhas 6. Com os irmãos mais velhos
 7. Outro (especificar) 8. Não tem filhos 0. N/R; N/S.
84. Quais os problemas que mais o preocupam em relação à família?

XVII. ALIMENTAÇÃO

85. O Sr. almoça ou janta:

1. em casa
2. na companhia

86. Na sua família os alimentos que estão na mesa todo dia, ou poucas vezes:

	Todo dia	Às vez.na sem.	Só nas festas	Nunca
1. Pão e café ...				
2. Feijão e arroz				
3. Bat. e aipim..				
4. Macarrão				
5. Carne				
6. Verduras.....				
7. Laticínios....				
8. Frutas				
9. Doces e refrig.				
10. Outro. Qual?..				

XVIII. HABITAÇÃO

87. Casa onde o Sr. mora é:

1. Própria
2. Em aquisição
3. Emprestada
4. Alugada
5. Outros (especificar)

88. Como o Sr. adquiriu esta casa

89. A casa onde o Sr. mora tem:

1. Uma só peça
2. Mais de uma peça. Quantas _____

90. Na sua casa tem banheiro:

1. Completo
2. W.C.
3. Não tem

91. Se não tem banheiro:

1. Tem fossa séptica
2. Fossa rudimentar
3. Outra

92. Bens imóveis de propriedade familiar: (casa, terreno, apartamento)

	1	2
1. Tipo		
2. Localização		
3. Valor (Cr\$).....		
4. Ano de aquisição		

93. Quais os problemas de moradia em sua casa?

94.

Sua casa tem:	Sim	Não
1. Horta.....		
2. Quintal		
3. Luz elétrica		
4. Água encanada		
5. Rede de esgoto.....		

95. Objetos que possui:

	Sim	Não
1. Rádio		
2. Ferro elétrico.....		
3. Fogão a gás		
4. Máquina de costura		
5. Televisão.....		
6. Geladeira.....		
7. Eletrola, Toca-discos		
8. Máquina de lavar roupa.....		
9. Carro.....		
10. Outros		

96. O Sr. (ler as alternativas)

	Frequente	Às vezes	Nunca
1. Ouve rádio			
2. Assiste TV			
3. Lê jornal			
4. Lê revista.....			
5. Vai ao cinema			

97. Com relação aos principais serviços públicos prestados pela prefeitura da cidade o Sr. diria que no seu bairro eles são: (ler as alternativas)

	Bem atendido	Mais ou menos atendido	Mal atendido	Não há
1. Água				
2. Esgoto.....				
3. Iluminação dom...				
4. Iluminação púb...				
5. Calçamento.....				
6. Coleta de lixo...				
7. Transporte.....				
8. Telefone púb.....				
9. Policiamento				

98. Quais as diversões o Sr. considera necessárias no bairro:

99. Qual a sua idade? _____
100. Qual o seu estado civil ?
- | | | |
|-------------|-------------|---------------|
| 1. Solteiro | 3. Viúvo | 5. Desquitado |
| 2. Casado | 4. Separado | |
101. O Sr. mora:
- | | |
|------------------|-----------------------|
| 1. Com a família | 3. Alojamento/Empresa |
| 2. Em pensão | 4. Com parentes |

Nota: Grande parte das questões do presente questionário foram orientadas pelo trabalho de DI TELLA, Torcuato. Sindicato y Comunidad. Buenos Aires. Graficolor S/A. 1967.

A N E X O 3

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM LÍDERES SINDICAIS

1. Dados essenciais sobre o Sindicato: criação - feitos importantes - associados. Intervenções - Relatórios - Publicação.
2. Realizações importantes do sindicato em 1980.
3. Período em que trabalhou. Quais as minas e qual a função que exercia.
4. Em que período foi dirigente sindical.
5. Descrever a história do Sindicato, a partir da memória pessoal.
6. Empresas mineradoras que apoiam o sindicato.
7. Relação: Empresas X Sindicato nas greves.
8. Quem participa de piquetes nas greves.
9. Normalmente quem apoia as greves dos mineiros?
10. Descrever uma greve.
11. Critérios e costumes seguidos na indicação de candidatos à diretoria dos sindicatos.
12. Razões da existência de dois sindicatos da categoria em Cricúma e como se relacionam.
13. Questões mais comuns trazidas ao Sindicato pelos mineiros.
14. Frequência de reuniões e assiduidade dos mineiros às mesmas.
15. O mineiro é um trabalhador como outro qualquer?
16. Qual a política dos mineradores para obter alta nos preços do carvão.
17. Tipo de relação dos sindicatos de mineiros com outros sindicatos da região.
18. Quais as atividades que absorvem a maior parte do tempo de um dirigente sindical.
19. Tipo de assistência à saúde: ao mineiro e a sua família.
20. Sobre a assistência jurídica do sindicato aos mineiros.
21. O que conseguiu realizar para a família com o trabalho na mina.

A N E X O 4

INFORMAÇÕES SOLICITADAS AS CIAS MINERADORAS

I.

- 1.1. Localização da empresa
- 1.2. Área total de propriedade da empresa
- 1.3. Área total de mineração
- 1.4. Área explorada
- 1.5. Produção
- 1.6. Perspectivas de expansão de produção
- 1.7. Relatórios da empresa
- 1.8. Organograma

II.

- 2.1. Descrição da tecnologia empregada no processo de produção.
- 2.2. Descrição do sistema administrativo.

III. PESSOAL EMPREGADO

- 3.1. Total de pessoal empregado
- 3.2. Grau de Formação
 - 1º grau _____
 - 2º grau _____
 - Superior _____
- 3.3. Qualificação, profissional (em nº absolutos ou percentuais).
 - trabalhadores não qualificados
 - trabalhadores semi-qualificados
 - trabalhadores qualificados
 - funcionários administrativos
 - técnicos
 - chefia
- 3.4. Nº de trabalhadores distribuídas nas principais especializações profissionais.
 - Ex. mineiro (Nº de trabalhadores)
 - eletrecista (Nº de trabalhadores) etc.
- 3.5. Quadro demonstrativo de cargos e salários:
 - 3.5.1. Setor Administrativo:

Categoria	Nº de funcionários	% distribuição Salarial p/faixas
Aux. Administrativo espec. Técnicos de nível médio Técnicos de Nível Superior Supervisão		

3.5.2.

	Nº de operários	Faixas de distribuição salarial %
Operários não qualificados Operários semi-qualificados Operários qualificados Supervisão		

IV. SISTEMA DE:

- 4.1. Recrutamento
- 4.2. Seleção e admissão
- 4.3. Treinamento (incluindo duração dos diversos cursos para qualificação e especialização profissional).
- 4.4. Promoção
- 4.5. Índices de rotatividade segundo a qualificação profissional.
- 4.6. Depoimentos de admissão e demissão.
- 4.7. Participação da mão de obra feminina.

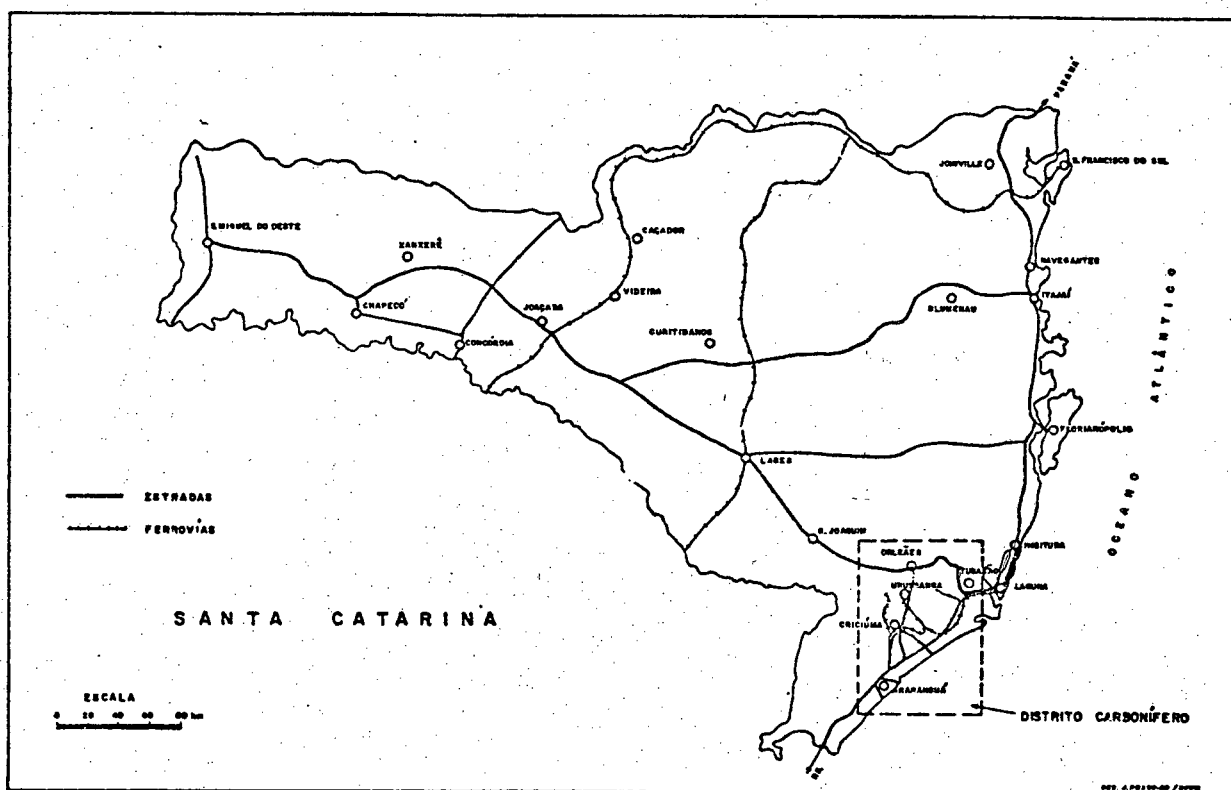
V. BENEFÍCIOS SOCIAIS

Programas de:

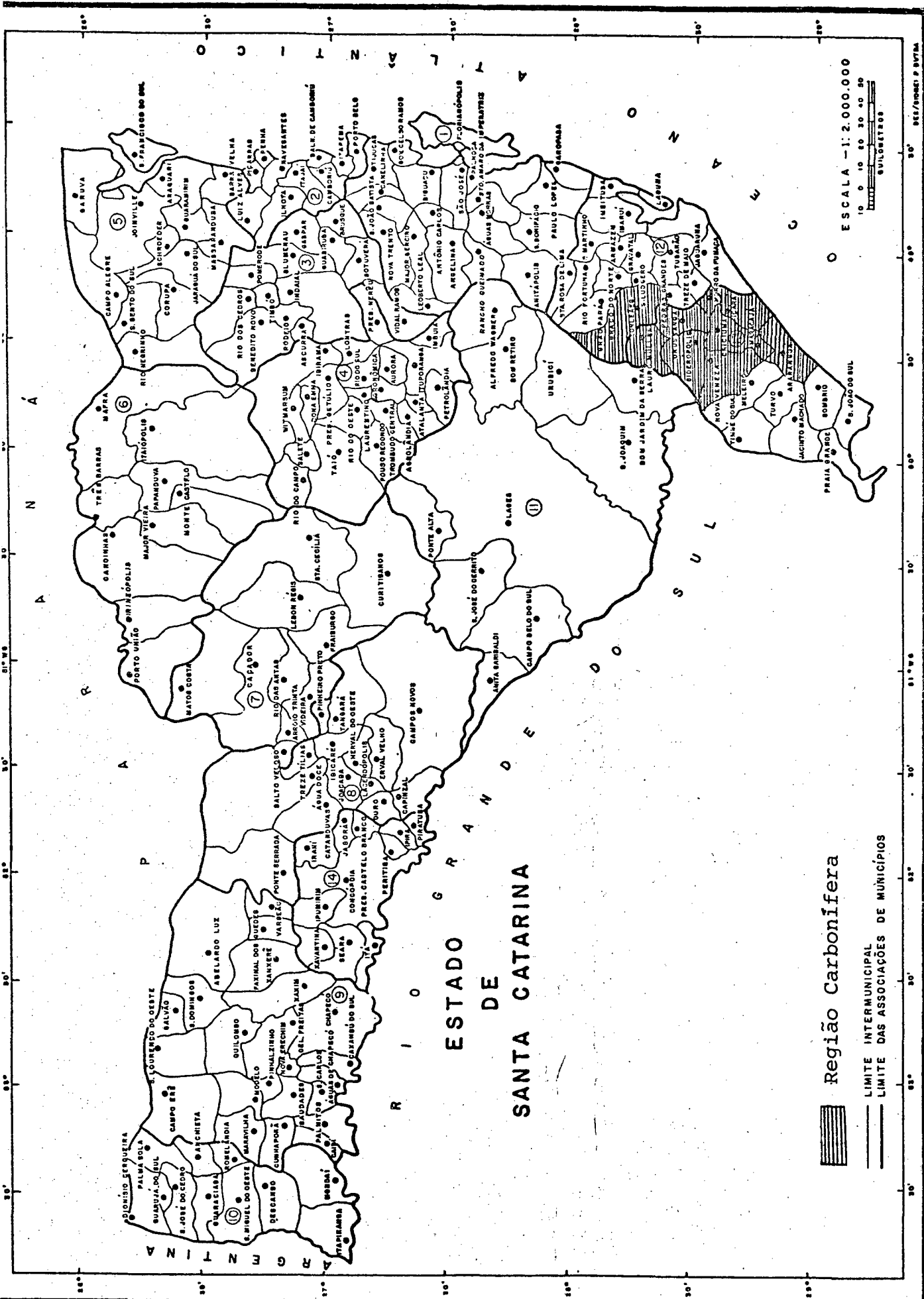
- 5.1. Alimentação
- 5.2. Habitação (formas de vinculação com a empresa. Distância de moradia; mínimo, média e máxima).
- 5.3. Transporte
- 5.4. Saúde e assistência
- 5.5. Educação
- 5.6. Assistência Social
- 5.7. Lazer

ANEXO 5a

LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO CARBONÍFERO - ESTADO DE SANTA CATARINA



LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO CARBONÍFERA



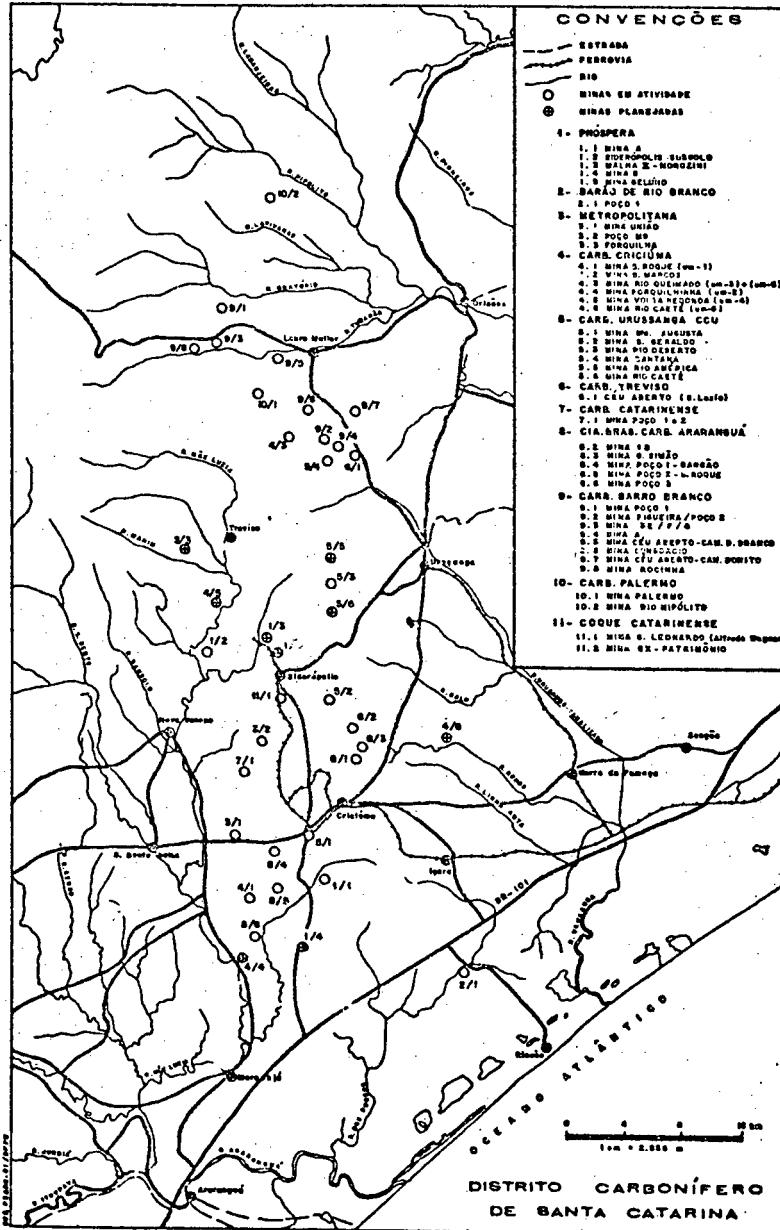
Região Carbonífera

LIMITE INTERMUNICIPAL
LIMITE DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS

ESCALA - 1: 2.000.000
10 0 10 20 30 40 50
KILÔMETROS

ANEXO 6

DISTRITO CARBONÍFERO DE SANTA CATARINA

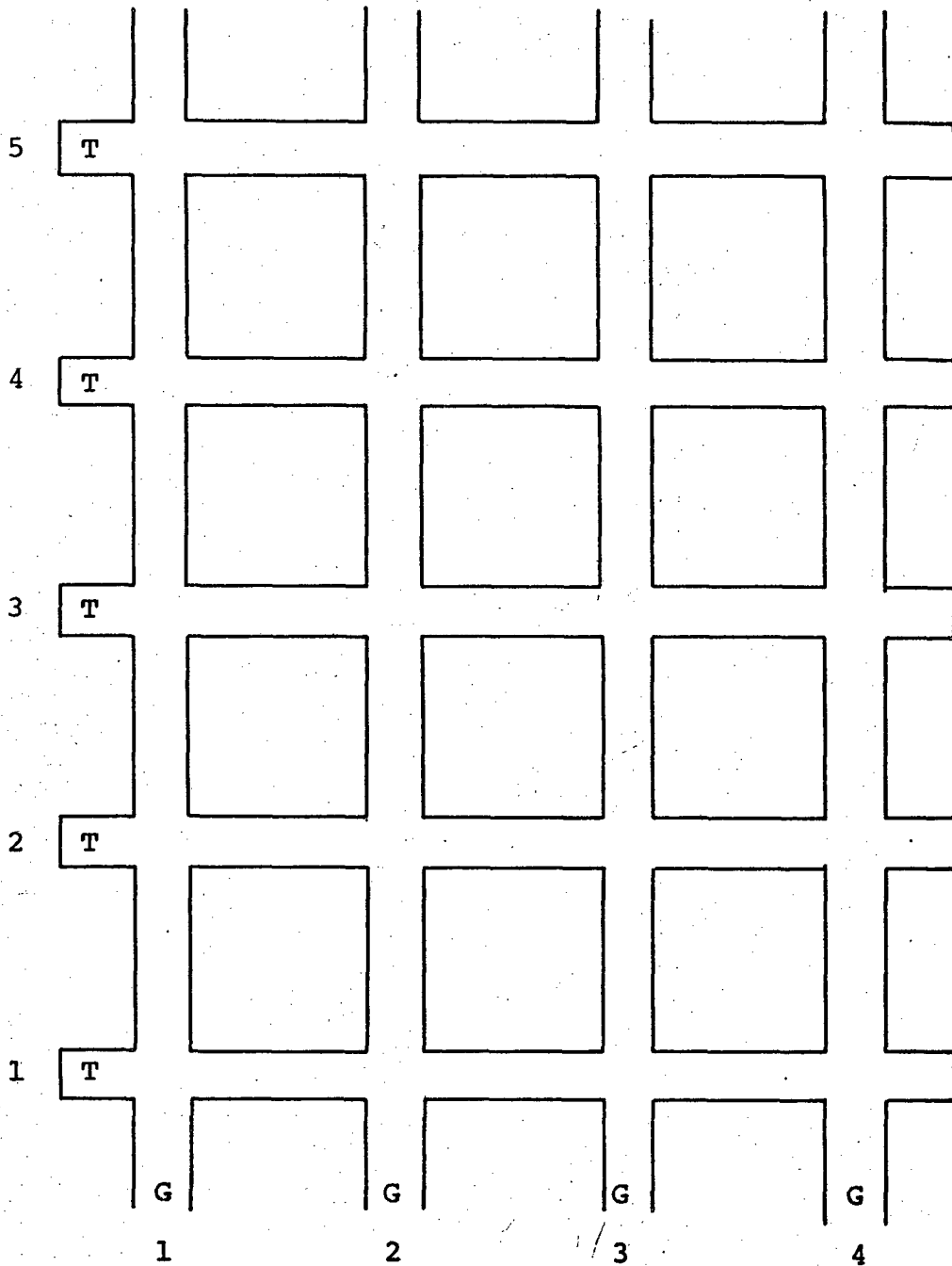


MINAS EM PLANEJAMENTO EM SANTA CATARINA

MUNICÍPIOS	COMPANHIAS	Nº DE ORDEM	MINAS	TIPO	MÉTODOS	TECNOLOGIA
Criciúma	Carbonífera Próspera S.A.	1	B. Morro Albino	Subsolo	Câmaras e Pilares	Mecanizada (4 conjuntos)
Lauro Muller	Carbonífera Metropolitana	2	Forquilha Subsolo	280 mestros	Câmaras e Pilares	Mecanizada
Lauro Muller	Carbonífera Metropolitana	3	Forquilha Céu - aberto	Céu - aberto		
Criciúma	Carbonífera Criciúma S.A.	4	Volta Redonda Um IV	Subsolo (Encosta) Céu-aberto	Câmaras e Pilares	Mecanizada (1 conjunto)
Urussanga	Carbonífera Criciúma S.A.	5	Rio Caeté Um V			Manual
Criciúma	Carbonífera Criciúma S.A.	6	Unidade Mineira II	150 metros	Câmaras e Pilares	Mecanizada (5 conjuntos)
Urussanga	Carbonífera Criciúma S.A.	7	Rio Maior Um VII	Subsolo		Manual
Urussanga	Carbonífera Urussanga-CCU	8	Rio América	Subsolo (Encosta)		Mecanizada C/ Bobcats
Urussanga	Carbonífera Urussanga-CCU	9	Rio Caeté	Subsolo (Encosta)		Mecanizada C/ Bobcats

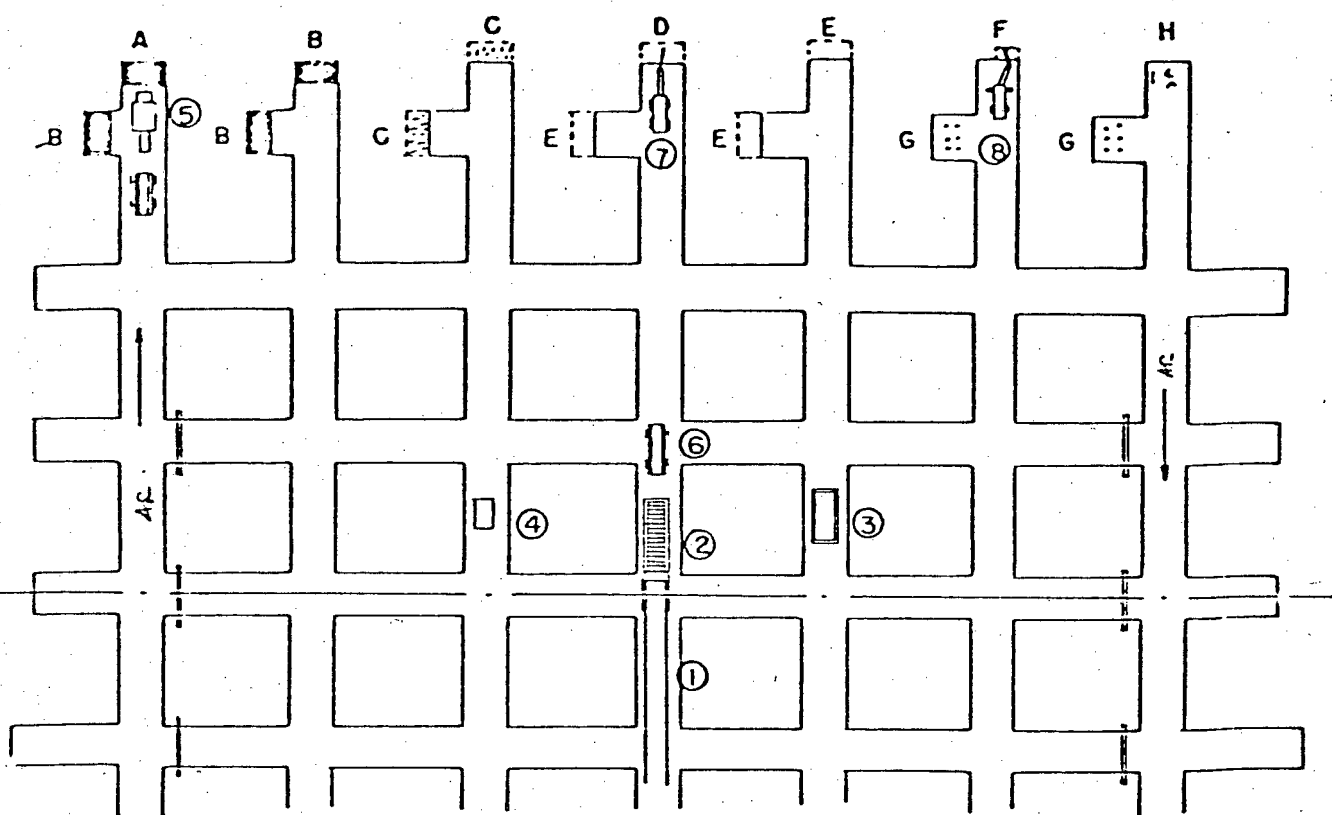
A N E X O 8
TRAÇADO DE MINA - SUBSOLO

PAINEL B



A N E X O 9

EQUIPAMENTOS DE UM CONJUNTO MECANIZADO E FRENTE DE SERVIÇO



- 1 - Transportador de Correia
- 2 - Alimentador-quebrador
- 3 - Centro de força
- 4 - Compressor

- 5 - Loader
- 6 - Shuttle-Car
- 7 - Perfuratriz
- 8 - Cortadeira

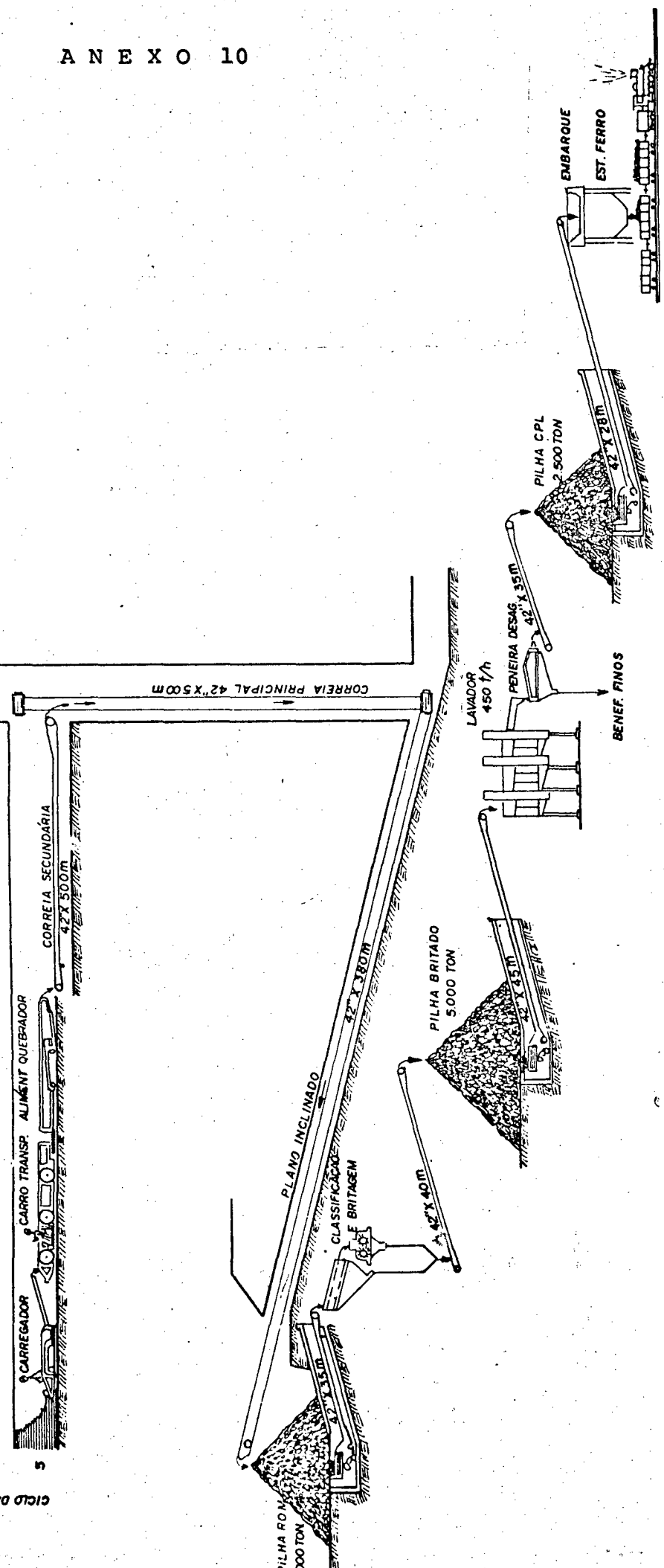
- A - Frente detonada sendo "carregada"
- B - Frente detonada
- C - Frente detonando
- D - Frente sendo furada
- E - Frente cortada
- F - Frente sendo cortada
- G - Frente escorada
- H - Frente sendo escorada

CARB. CRICIUMA S.A.
MINA S.ROQUE
FLUXOGRAMA

ANEXO 10

CICLO DA LAVRA NA FRENTE DE TRABALHO

- 1 PERFORATRIZ DE TETO
COLOCAÇÃO DE PARAFUSO
- 2 CORTADEIRA
- 3 PERFORATRIZ DE FRENTE
- 4 EXPLOSIVOS
- 5 CARREGADOR



A N E X O 11

TABELA DE DIAS DEBITADOS

NATUREZA	AVALIAÇÃO PERCENTUAL	DIAS DEBITADOS
Morte	100	6.000
Incapacidade total e permanente	100	6.000
Perda da visão de ambos os olhos	100	6.000
Perda da visão de um olho	30	1.800
Perda do braço acima do cotovelo	75	4.500
Perda do braço abaixo do cotovelo	60	3.600
Perda da mão	50	3.000
Perda do 1º quirodátilo (polegar)	10	600
Perda de qualquer outro quirodátilo (dedo)	5	300
Perda de dois outros quirodátiles (dedos)	12 1/2	750
Perda de três outros quirodátiles (dedos)	20	1.200
Perda de quatro outros quirodátiles (dedos)	30	1.800
Perda do 1º quirodátilo (polegar) e qualquer outro quirodátilo (dedo)	20	1.200
Perda do 1º quirodátilo (polegar) e dois outros quirodátiles (dedos)	25	1.500
Perda do 1º quirodátilo (polegar) e três outros quirodátiles (dedos)	13 1/2	2.000
Perda do 1º quirodátilo (polegar) e quatro outros quirodátiles (dedos)	40	2.400
Perda da perna acima do joelho	75	2.500
Perda da perna, no joelho ou abaixo dele	50	3.000
Perda do pé	40	2.400
Perda do 1º pododático (dedo grande) ou de dois outros ou mais pododátiles (dedos do pé)	6	300
Perda do 1º pododático (dedo grande) de ambos os pés	10	600
Perda de qualquer outro pododático (dedo do pé) ..	0	0
Perda da audição de um ouvido	10	600
Perda da audição de ambos os ouvidos	50	3.000

A N E X O 12

QUADRO ESTATÍSTICO DE ACIDENTES DO TRABALHO OCORRIDOS EM 1980 EM RELAÇÃO AO NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS EM EMPRESAS COM CIPA REGISTRADA NA DRT/DSMT/SC.

ATIVIDADE ANO 1980	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS	Nº DE ACIDENTES OCORRIDOS	% DE ACIDENTES S/Nº DE EMPREG.
CARBONÍFERAS	10.450	2.550	24,40%
IND. MADEIREIRA	15.478	2.712	17,52%
CONST. CIVIL	7.623	1.321	17,33%
TRANSP. DE CARGA	2.284	282	12,35%
IND. METALÚRGICA	25.447	2.971	11,68%
TRANSP. COLETIVO	5.273	515	9,77%
IND. DE PLÁSTICO	8.761	709	8,09%
FLOREST. E REFLOREST.	4.419	316	7,15%
IND. CERÂMICA	11.057	748	6,76%
FCA DE MÓVEIS	7.115	463	6,51%
FRIG. E ABATEDOURO	12.092	761	6,29%
PAPEL E CELULOSE	6.054	354	5,85%
TER. PAV. E CONST. DE ESTRADAS	1.216	59	4,85%
AGROPEC. E AGRIC.	6.073	285	4,69%
SUPERMERCADOS	4.136	197	4,76%
COOPERATIVA	3.271	145	4,43%
IND. TEXTIL	56.538	1.791	3,17%
ENERGIA ELÉTRICA	7.501	179	2,39%
HOSPITALAR	15.107	347	2,30%
G E R A L	297.380	21.385	7,19%

OBS.: O Nº médio de empregados a que se refere o presente quadro estatístico representa aqueles empregados registrados em empresas com Cipa registrada na DRT/DSMT, portanto, empresas com mais de 50 empregados.

A N E X O 13

TABELA 28

SERVIÇOS PÚBLICOS NOS BAIRROS - RESIDENCIAIS - OPERÁRIOS

Serviços	Atendimento		
	Bom	Precário	Não existente
	%	%	%
Água	66	26	8
Esgoto	22	13	65
Calçamento	12	12	76
Coleta de lixo	27	10	63
Iluminação Domiciliar	93	7	-
Iluminação Pública	46	13	41
Transportes coletivos	94	5	1
Telefone Público	41	5	54
Policciamento	14	12	74

FONTE: Questionários

A N E X O 14

ATA DA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MINEIROS DO RIO MAINA

Aos sete dias do mês de novembro de 1961, no Salão Paroquial do Distrito de Rio Maina, município de Criciúma, realizou-se a assembléia da fundação da "Associação Profissional dos trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão do Distrito de Rio Maina, estando presentes os operários pertencentes às minerações deste distrito.

O Sr. Sebastião Matheus, convidou o Senhor Dr. Antônio Boabayd para presidir a sessão e este convidou-me para secretariá-la; em seguida foi convidados para tomarem lugares à mesa, o Revmo Pe. Huberto Oenning, DD. Vigário da Paróquia, Sr. Zelindro Serafim, o vereador Sr. Dorizo Borba, Sr. José Andrade e Antônio Faustino Goulart.

O Sr. presidente Dr. Antônio Boabayd, deu por aberta a sessão, proferindo um eloquente discurso, fazendo ver a todos presentes qual a finalidade da criação e fundação desta Associação.

A finalidade seria para dar assistência aos seus associados, intervindo junto aos patrões, para que os operários tenham melhores confortos em suas casas. Mas, que para conseguir tudo isso não precisa jogar o operário contra o patrão; por isso, tem que haver a união do operário com o patrão. Terminou dizendo, que iria prestar os serviços como advogado, procurando atender a todos operários, sem distinção de cor e profissão.

Em seguida usou da palavra o Sr. Zelindro Serafim, que emocionou a todos os presente com o seu eloquente e emocionante discurso, dizendo da sua satisfação, em ver realidade um de seus sonhos, vendo os seus colegas de serviço livres das garras do comunismo, porque criada e fundada a Associação, esses operários deixariam de pertencer a um sindicato, que ora é dirigido por elementos comunistas e agitadores, que sempre procuraram jogar os operários contra os patrões.

.....
Logo a seguir o presidente da assembléia, usou da palavra para apresentar à todos os presentes os nomes dos associados, que iriam dirigir a presente Associação. E foi aprovado por unanimidade os seguintes: (nomes indicados para a diretoria).

Depois de aprovada a fundação da Associação, por unanimidade, o presidente da sessão passou a palavra ao Revmo. Pe. Huberto Oenning, que reafirmou as palavras dos oradores anteriores, e fazia um apelo a todos os operários das minas São Marcos, Metropolitana, Catarinense, e União, cujos operários seriam atendidos pela Associação, para que sempre estivessem unidos, porque a união faz a força. E fez apelo para que os dirigentes, que ora eram escolhidos pelos operários presentes para dirigir os destinos da Associação, procurassem sempre resolver todos os assuntos dos associados sem agitação e sim pela harmonia e paz.

Em seguida o Sr. Sebastião Matheus fez a sua explanação, porque os operários pertencentes ao distrito de Rio Maina tinham a necessidade de criar esta associação; para terem um

órgão de classe que desse uma assistência devida para os seus associados. E frizou ainda, porque os operários tinham que sempre estarem unidos com os seus patrões.

Não tendo mais assuntos...

Rio Maina, 7 de novembro de 1961.

A N E X O 15

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO DE RIO MAINA

"Aos 3/2/1963 ... reuniram-se os associados deste Sindicato... para deliberarem sobre o seguinte: 1) tomada de posição da Classe, face ao movimento grevista deflagrado pelos trabalhadores sob o comando do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma. 2) Resolução a ser tomada, face a invasão da base territorial sob jurisdição de nosso Sindicato pelo Sindicato referido. 3) Esclarecimentos à classe. Abrindo a sessão o Sr. Joventino Manoel Honorato convidou-me, eu José Luiz de Castro, para secretariar a referida Assembléia, e juntamente tomar lugar à mesa o Sr. Waldemar Mattos, inspetor do trabalho e o Dr. C. Favreto, atualmente advogado do Sindicato e os demais membros da Diretoria. Logo após, o Sr. Joventino M. Honorato, leu o edital de convocação da Assembléia e a ata negativa das 10:00 horas da não realização da Assembléia por falta de sócios presentes. Em seguida entrou em discussão a primeira cláusula do dia, referente à tomada de posição da classe, face ao movimento grevista deflagrado pelos trabalhadores sob o comando do Sindicato de Criciúma. Para esclarecer os associados neste ponto, usou da palavra o inspetor do trabalho Sr. Waldemar Mattos, que fez ver a todos os presentes, quão funesta é a greve, solicitou o parecer dos presentes, se acompanhavam o Sindicato de Criciúma na greve ou não, e a resposta por maioria absoluta foi que não deflagrariam e nem aderiam à greve e queriam permanecer em seus trabalhos, e aguardariam a volta do presidente do Rio, com uma resposta concreta sobre o aumento. Com referência ao segundo item, a invasão do Sindicato de Criciúma na zona de jurisdição do Sindicato de Rio Maina, os associados pediram garantias as empresas para trabalharem. Logo após usou da palavra o Sr. Claudio Favreto, atual advogado do Sindicato, que deu seu parecer e fez os devidos esclarecimentos à classe, com referência à posição tomada pelo Sindicato de Criciúma e pediu aos presentes que mantivessem a calma e aguardassem a chegada do presidente que se encontrava no RJ, pleiteando o devido aumento salarial para o classe."

A N E X O 16

DEPOIMENTO DE JORGE FELICIANO, MINEIRO ENTRE 1945-64.

"Aristides Felisbino não merece ser chamado - Presidente do Sindicato - ele foi interventor; manobrou aí, saíu interventor. Pelego muito preparado, inteligente. Depois em 1976, houve uma eleição. Na véspera do registro da chapa ele inventou um roubo aí no Sindicato, e conseguiram prender todo o pessoal que estava articulando a chapa de oposição. E concorreu sozinho. Então, não houve eleição. Ele não concorreu, ele continuou interventor. Tinha sido nomeado pela Delegacia Regional do Trabalho. Mas nomeado mesmo, pelos patrões. Os interventores todos que saíram aí, saíram com o aval dos patrões.

Aristides Felisbino era pelego e, o pior, que era um pelego consciente. Às vezes o operário desempenha o papel de pelego, inconsciente, mas ele não; ele era um camarada esclarecido que até se quisesse ser bom, ele tem idéias políticas, e ele entende de luta de classes. Mas é um camarada que negociou. E eu sempre digo: o maior inimigo é aquele que sai de dentro da casa da gente. Aquele é mais perigoso".

A N E X O 17

PROTESTO DE ARISTIDES MOTTA (SITUAÇÃO)

Exmo. Sr. Dr. Francisco de P. C. Pereira, M.D. Representante da Procuradoria Geral do Trabalho nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão de Rio Mainá. Aristides Motta, candidato ao cargo de diretoria pela Chapa Azul, com a devida Vênia, vem apresentar para consignaçaõ em ata, o protesto consubstanciado nos seguintes termos: 1º - O presidente das eleições fixou o "Quorum" - maioria absoluta - de que trata o artigo 44 da Portaria nº 3 437/74, em 1 020 votos, considerando que o total de eleitores foram 2 039. 2º - Ocorre, entretanto, que o art. supracitado quando determina a necessidade de maioria absoluta, esta, sem dúvida, será de 2/3 de eleitores qual seja, ao presente caso, de 1359 votos. 3º - Assim sendo não somente o Conselho Fiscal e Delegados - representantes não atingiram a maioria absoluta, como também a própria Diretoria, apresentando uma diferença de 336 votos para atingir a maioria absoluta, de que trata o art. (1) Nestas circunstâncias, com a premissa vênia, requer, através do presente protesto, para a devida consignaçaõ que seja alterado o total fixado como maioria absoluta de 1 020 para 1 359, considerando a exposição feita e a legislação citada como medida de direito e irrecusável jus

(1) As interpretações da Portaria 3 437, nos itens 2º e 3º do presente protesto, são incorretas. A exigência legal de 2/3 refere-se ao total de votantes sobre os inscritos no Sindicato.

tiça. Termos em que, pede deferimento. Criciúma, 04 de novembro de 1976.

Diante dessas ocorrências o Presidente da Mesa Apuradora não declarou qualquer candidato eleito e encaminhou o processo à Delegacia Regional do Trabalho para apreciação e determinação de medidas a serem tomadas.

A N E X O 18

PROTESTO DE LUIZ MENDES XAVIER (OPOSIÇÃO)

"Ilmo. Sr. Delegado Regional do Trabalho, Fr. Airton M. do Nascimento. Com base na portaria 3 437, de 20 de novembro de 1974, especialmente no seu artigo 44, quero lavrar o meu protesto quanto à decisão da mesa apuradora que diz não terem sido eleitos os membros do Conselho Fiscal e dos Delegados Representantes por não terem estes atingido o quorum, já que o quorum deve ser encarado com relação à chapa inteira, que obteve, mesmo porque o modelo da chapa oferecida pela portaria é de voto caixão, e que também foi levado ao conhecimento do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão de Rio Maina, Sr. Alberto Manente, que a cédula deveria ser modelo caixão conforme a portaria e não obedecido pelo mesmo. Rio Maina (Criciúma), 04 de novembro de 1976.

A N E X O 19

EXTRATOS DA ATA DO PLEITO ELEITORAL DE 04/01/78, LIVRO DE ATAS Nº 3, ATA Nº 208, p. 12 E 13.

"Aos quatro dias do mes de janeiro do ano de 1978 Estavam inscritos para votar nesse pleito 1 815 eleitores, já habilitados para votar na primeira convocação e mais 99 eleitores que votavam em separado, num total de 1 914 eleitores. Desde a abertura dos trabalhos eleitorais, ocorreu uma quase completa abstenção eleitoral, apesar de existirem três chapas concorrentes. A abstenção perdurou durante toda a manhã e quase até o fim da tarde. Com a passagem do tempo de diante do inusitado procedimento dos eleitores foi pesquisado por fiscais eleitores e agentes policiais que os associados da entidade, afluíam normalmente até as proximidades da Sede do Sindicato, onde se localizava três das quatro urnas eleitorais, como também na mina de São Marcos, onde se localizava mais uma das urnas eleitorais. Entretanto, estes eleitores eram intimidados por piquetes de mineiros favoráveis à chapa encabeçada por Luiz Mendes Xavier, Domingos Alamini e José Pilar da Silva, que usavam todos os meios para impedir-lhes o acesso às urnas. Argumentavam os componentes dos piquetes coatores que não deveriam os associados votar porque a Polícia de Criciúma, encarregada da Guarda Policial das urnas "iria roubar os votos". Tais atos provoca

ram a subversão do processo eleitoral, comprometendo, através dessa ofensa à dignidade e a honestidade das autoridades policiais, à livre manifestação da vontade dos eleitores, com os consequentes prejuízos aos candidatos das chapas concorrentes, de forma que se verificou vício na manifestação de vontade, tendo ficado conspurcada a legitimidade do pleito. Houve muita reclamação de parte dos prejudicados, tendo sido suportada a situação por algumas horas, na esperança de que a coação eleitoral não se repetisse. No entanto, com o passar das horas, a impunidade dos infratores da legislação eleitoral lhes estimulou na incidência do processo delituoso e desrespeitoso para com as autoridades constituídas. Não poderia o Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, sob pena de omissão culposa, deixar evoluir os acontecimentos, dentro do crescente clima de anormalidade eleitoral, instaurado por elementos interessados em conturbar a ordem. Assim, foi solicitado o reforço do policiamento, para que pudesse ser decretada a medida saneadora da irregularidade. De consequência, obtidas as garantias policiais concedidas da Delegacia Regional da Polícia de Criciúma, foi tomada a única atitude cabível diante dos incidentes já ocorridos que era a suspensão do pleito, para instauração do competente inquérito, apurando as responsabilidades e restabelecimento a ordem, maliciosa e criminosamente subvertida. Os trabalhos foram suspensos às 16:50 horas, quase no fim do primeiro dia de votação, quando haviam conseguido votar, apenas 338 eleitores, no total de 1 914 eleitores inscritos, sob protestos de Luiz Mendes Xavier, Domingos Alamini e José Pilar da Silva, candidatos da Chapa 2. Nestas circunstâncias, como Representante da Douta Procuradoria, lavrei a presente ata que vai por mim assinada. Rio Maina - Criciúma, quatro de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito.

Ass: José Silva da Nova".

A N E X O 20

ATENDIMENTO MÉDICO NO SINDICATO DE CRICIÚMA

ANO	NÚMERO DE CASOS	
1980	Médico 9.644	Odontológico 8.206

ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO SINDICATO DO RIO MAINA

ANO	NÚMERO DE CASOS			
1980	Médica 19.012	Odontológica 22.603	Farmacêutica (ceme) 897	Ambulatorial 4.259

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SINDICATO DO RIO MAINA

ANO	NÚMERO DE CASOS		
1980	Jurídico 2.979	Transporte 19.875	Secretaria 3.962

RECURSOS FINANCEIROS DOS SINDICATOS EM 1981

	CRICIÚMA	RIO MAINA
Mensalidades	Cr\$ 575.000,00	767.000,00
Convênios/INAMPS	1.308.048,00	3.628.000,00
Imposto sindical	731.705,00	871.617,00 (1980)
Aluguéis	148.384,00	

A N E X O 21

CARBONÍFERA METROPOLITANA NA GREVE DE 1978

Trata-se dos operários da Carbonífera Metropolitana, que não entraram em greve, quando da deflagração, em 1978, em Lauro Müller; como o empresário da Cia. negava-se a negociar com os mineiros, os demais sindicatos da região carbonífera, incorporaram as reivindicações e aderiram à greve. O Diretor presidente da Carbonífera Metropolitana propôs que concederia 10% acima do reajuste conseguido por seus companheiros em greve, caso eles, operários da Metropolitana, permanecessem no trabalho. A proposta do Diretor, se recusada, garantiria apenas o aumento que a greve conquistasse. Os operários ficaram com os 10% a mais e não pararam.

A N E X O 22

DEPOIMENTO DE EX-MINEIRO E DIRIGENTE SINDICAL - JORGE FELICIANO

"Com a estabilidade, não precisava ser pelego. Hoje tem muito peleguismo entre os operários. Mas eu digo: A vaca só tem quatro tetas. Não há lugar para todos. Ficam em redor se empurrando e só levam coice. É assim na empresa. O patrão não quer a aproximação de todos. Só alguns podem ter chance. Hoje, o operário está como pinto sem choca e procura se aninhar debaixo da asa do gavião. Hoje a política do sindicato é fraca. As empresas conseguiram dispersar todas as lideranças fortes. Com a perda da estabilidade não se cria mais lideranças. Porque a liderança não se faz, nem se nasce líder; surge, ao natural, mas na luta; é ali, na luta que ela se forma e cresce. De 1964 pra cá, não houve mais lutas e não se formaram mais lideranças fortes. Hoje, a bandeira a se levantar é a da Estabilidade no Emprego. Estabilidade com um ou dois anos de serviço. Há operários com três anos de serviço e já estão com P1, P2. Essa situação é que cria dependência e mutismo. Se o operário sair da mina, não tem como arranjar emprego. Sem a conquista de estabilidade, a luta é impossível. Para se garantir no emprego, precisam ficar calados, seja com os salários, com a doença, com as condições de trabalho. Com a estabilidade a coisa era diferente. Isso aí obriga ao patrão a zelar mais pela saúde do operário. Na medida em que ele é obrigado a garantir o operário estragado, aí ele terá tanto interesse quanto o operário de que haja melhores condições de se eliminar as causas que provocam a doença. Mas há necessidade de uma conscientização de outros segmentos da sociedade, uma vez que o mineiro está quase impossibilitado de levantar esta luta. Esta luta é frontalmente contra os patrões. Dado a insegurança dos operários, é coisa que eles, cochicham entre si, mas não tem nem como fazer um movimento porque não há mais ninguém que tenha segurança no emprego. Porque estabilidade não tem mais. Mas ao se conseguir, que a partir do momento em que o operário estiver com a saúde afetada, ele passe a ser estável

no serviço, aí quem leva o susto, quem corre para o operário não ficar doente, é o patrão. Porque ele vai ter que aguentar um "meio" homem na empresa. E isso dá prejuízo. A assim não. O patrão nem tá dando bola. Há desemprego. Gente procurando trabalho. Então, quando o operário vai perdendo a sua força não precisa nem reclamar que está doente. Basta o capataz olhar pra ele e vê que está meio pálido, tá com o olho meio fundo. - Daí, "esse camarada aqui não dá mais". "Esse camarada não vai aguentar o ferro". Então, "meu filho, vai no escritório amanhã e pega as folhas e vai no Banco, receber o teu dinheirinho".

B I B L I O G R A F I A

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Sylvio Frões.- Carvão Mineral. In: Recursos Minerais do Brasil. Vol. II São Paulo, Editora Edgard Blucher Ltda.1973.
- ACAMED. - Pneumoconiose na Comunidade. Florianópolis, Artgraf, 103 (25 - 26) Fever. - Abril 1980.
- ANAIS. - 1^a Conferência Nacional do Carvão. Florianópolis, IOESC. 1979.
- ANTUNES, Ricardo. - O que é Sindicalismo. São Paulo, Livraria Brasiliense Editora SA 1980.
- ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO. - Perfil da Cidade. Criciúma, Prefeitura Municipal, 1980.
- BARRETO, Amaro. - Tutela Especial do Trabalho. Guanabara. Editora Trabalhista SA. 1^o Vol. 1967.
- BASBAUM, Leôncio. - História Sincera da República. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.
- BILAC, Elisabete Dória. - Famílias de Trabalhadores: Estratégias de Sobrevivência. São Paulo, Edições Símbolo, 1978.
- BOSSLE, Ondina Pereira. - Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense. Florianópolis, Editora da UFSC, 1981.
- BRAVERMANN, Harry. - Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. - O Colapso de uma Aliança de Classes. São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.
- CAMARGO, Cândido Procópio F. et alii. - São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza. São Paulo, Edições Loyola, S.d.
- CARVÃO DE PEDRA. - Rio de Janeiro 2 (15 - 16) Julho - Out. 1970.
- _____ . - Rio de Janeiro 5 (27 - 29) Out. - Dez. 1972.
- _____ . - Rio de Janeiro 7 (38 - 39) Jan. - Abr. 1979.
- _____ . - Rio de Janeiro 9 (57 - 59) Dez. 1976 - Mar. 1977.
- _____ . - Anuário do Carvão 81. Rio de Janeiro, 13 (90 - 95) Set. 1980 e Janeiro de 1981.

- DIEESE. - Família Assalariada: Padrão e Custo de Vida. Estudos Socio-Econômicos. (2) Janeiro, 1974.
- ERICKSON, Kenneth. - Sindicalismo no Processo Político no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- FABRE, Ademar José et alii. - Criciúma em Dados. Criciúma. FUCRI, 1976.
- FERRANTE, Vera Lúcia B. - História Operária e Legislação Trabalhista: o F G T S e a Perda da Estabilidade. In: Ensaio - O Poder Sindical. Ano II, nº 4, 1978.
- FESSC. - Representatividade Econômica e Social no Sul de Santa Catarina. Tubarão, 1973.
- _____. - Termos de Referência (Processo de Planejamento do Sul de Santa Catarina). Tubarão, 1976.
- FRIEDMANN, Georges e NAVILLE, Pierre. - Tratado de Sociologia do Trabalho. São Paulo, Editora Cultrix. 2 Vol. 1973.
- GOMEZ, Erla Mari Bombin. - Carvão. In: Atualidades - CNP, Brasília. Empresa Jornalística e Editora Gráfica Alvorada Ltda. 12 (71) 33 - 40, Mar. - Maio, 1980.
- GROSSI, Yonne de Souza. - Mina de Morro Velho. A Extração do Homem. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.
- GUGLIELMI, Realdo. - Carvão. Florianópolis. IOESC, 1980.
- LOPES, José Sérgio Leite. - O Vapor do Diabo. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1976.
- MAFRA, Alcires et alii. - Criciúma. Amor e Trabalho. Itajaí, Maranhão, Editora. s/d.
- MARX, Karl. - O Capital. São Paulo, Difel, 1982.
- NUN, José. - A situação da Classe Trabalhadora na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- PEREIRA, Vera Maria Cândido. - O Coração da Fábrica. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1979.
- RAMOS, J.R. de Andrade. - A CPRM desfralda a Bandeira do Carvão.
- RELATÓRIO FINAL: Convênio FATMA-UFRGS: - Estudos sobre o Impacto Ecológico da Mineração e do Beneficiamento do Carvão na

Região Sul do Estado de Santa Catarina. Porto Alegre, Grafisa, 1978.

REZENDE, Antônio Carlos Andrade. - Evolução da Produção Mineral. In: Atualidades - CNP. Brasília. Empresa Jornalística e Editora Gráfica Alvorada Ltda. 12 (71) 41 - 42.

RODRIGUES, Leôncio Martins. - Industrialização e Atitudes Operárias. São Paulo, Editora Brasiliense, 1970.

SATC. - Relatório Anual. Criciúma, 1979.

SOUNIS, Emílio. - Manual de Higiene e Medicina do Trabalho. Editora MC Graw-Hill do Brasil Ltda, Rio de Janeiro, 1975.

SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. - O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. São Paulo, Editora Hucitec, 1979.

SOUZA, Paulo Renato. - O que são Empregos e Salários. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

SROUR, Robert Henry. - Modos de Produção: Elementos da Problemática. Rio de Janeiro, Edições Graal Ltda, 1978.

_____. - O Grupo Gaidzinski: Radiografia Organizacional e Inserção no Distrito de Cocal. Florianópolis, 1980, mimeo.

STRINGUINI, Millos Augusto e JONGH, Helena Nussbaum. Características Econômicas e Sociais da Mineração de Carvão no Estado de Santa Catarina, in: Relatório Final Convênio FATMA-UFRGS, Porto Alegre, UFRGS, 1978.

TELLA DI, Torcuato, S., BRAMS, Lucien, REYNAUD, Jean-Daniel, TOURAINÉ, Alain. - Sindicato y Comunidad. Buenos Aires, Graficolor, SA., 1967.

TOURAINÉ, Alain. - Cartas a uma Jovem Socióloga. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976.

VEIGA, Oswaldo Pinto da. - O Problema do Carvão Catarinense, 1961.

VIANNA, Luiz Werneck. - Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

_____. - Questões atuais sobre o Sindicalismo. Escreva-Ensaio. O Poder Sindical. Ano II. (4) 19 - 13, 1978.

WEBSTER, Ney. - Conferência proferida no Instituto Brasileiro de Mineração. Carvão de Pedra. Rio de Janeiro, 12 (84 - 89): 3 - 9, Maio - Agosto, 1980.